



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO (CCE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Criselli Maria Montipó

**Sentidos de cidadania e direitos humanos na *práxis* de repórteres**

Florianópolis

2020

Criselli Maria Montipó

**Sentidos de cidadania e direitos humanos na *práxis* de repórteres**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Jornalismo da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do título de doutora em  
Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Montipó, Criselli Maria  
Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de  
repórteres / Criselli Maria Montipó ; orientador, Jorge  
Kanehide Ijuim, 2020.  
347 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós  
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Cidadania. 3. Direitos Humanos. 4.  
Repórteres. 5. Sentidos. I. Ijuim, Jorge Kanehide. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Jornalismo. III. Título.

Criselli Maria Montipó

**Sentidos de cidadania e direitos humanos na *práxis* de repórteres**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>a</sup>, **Daiane Bertasso Ribeiro**, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. **José Carlos Fernandes**, Dr.  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. **Rogério Christofolletti**, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Jornalismo.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

---

Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2020.

Dedico esta tese às mulheres que vieram antes de mim e abriram caminhos, em especial às minhas antepassadas indígenas e negras – cujas invisibilidades e violações sofridas não permitiram registros – mas que trago à memória afetiva graças às suas forças que transcendem. Às jovens e futuras gerações de mulheres, para que concretizem nosso sonho de respeito e liberdade. Aos repórteres que empalavram o mundo. Aos meus amores.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às forças da natureza e suas divindades criadoras que nos mantêm irmanadas no amor.

Ao meu marido Fuji, companheiro e amigo para as horas mais divertidas e também as mais duras. Nosso amor é uma das minhas fortalezas.

Aos meus pais Ilda e Ivaldir, forças de minhas palavras. Afeto que transcende.

À minha irmã Ana Laís, cuja sororidade ultrapassa nossa irmandade.

Ao meu irmão Junior, por sempre fazer as provocações mais pertinentes.

Ao meu orientador, professor Jorge Ijuim, pela sabedoria e grandeza de alma que tanto inspira.

Às queridas Cândida, Janara e Ana Marta, mais que amigas nessa jornada de trocas e saberes.

Aos amigos Miriam, Silvio e William, pelas rotas que traçamos juntos.

Às mulheres que compartilham suas vidas comigo, madrinhas, tias, primas, comadres e terapeutas, pelo cuidado que acolhe e eleva.

Às amigas Magali, Viviany, Ivana, Elaine Vivian, Renata, Karine, Josi, Suzana, Jaque, Wanne, Vivi Kubo, Adri, Tati, Márcia e Angela, por todo o carinho.

Aos demais familiares, sogros, cunhados e cunhadas pelo incentivo.

Aos colegas “Boaventurados”, pelo apoio mútuo.

À equipe do PPGJor/UFSC e demais professores por fazerem uma universidade pública de qualidade e transformadora.

“Escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever [...]. O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia [...]”.

Gloria Anzaldúa

"A palavra precisa voltar a agir no Brasil".

Eliane Brum

## RESUMO

Jornalismo, cidadania e direitos humanos foram construídos historicamente e estão socialmente intercambiados. Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres. Como objetivos específicos apresentam-se: 1) conhecer quais percepções de cidadania e direitos humanos prevalecem entre jornalistas; 2) averiguar como a simbiose entre jornalismo e democracia influencia as responsabilidades jornalísticas; 3) analisar de que modo a *práxis* e as concepções sobre o tema colaboram com o ideal jornalístico de promovê-los. A investigação empírica compreende a realização de entrevistas com 15 repórteres atuantes na mídia online convencional e alternativa. A entrevista é adotada em suas possibilidades dialógicas como método potencial para compreender as transformações pelas quais o ofício de jornalista é atravessado, bem como trajetórias de vida e profissionais. Por meio da análise crítica da narrativa, buscamos apreender os sentidos a partir da matriz interseccional de classe, gênero, raça, entre outras, ajustando o foco aos repórteres enquanto sujeitos, no poder de suas vozes e em suas metanarrativas. Constatamos que a reflexão crítica sobre os temas cidadania e direitos humanos é entrecruzada por diversas nuances sociais. Apesar de repórteres situarem o *jornalismo* em *relação* com a *sociedade*, os sentidos de cidadania e direitos humanos manifestados foram, justamente, de *ausência de plenitude*. Da dialogia a que nos propusemos, emergiu o *desejo de cidadania plena* e de *respeito aos direitos humanos*, que não se concretiza nem mesmo em suas vidas de narradores do cotidiano, devido às pressões e constrangimentos profissionais em tempos de fragmentação democrática. Foi nítida a inquietude da descoberta de sentidos pelos próprios interlocutores que indicaram a limitação de expressão em algumas ocasiões, restritos a linhas editoriais de coberturas superficiais, descontextualizadas, sensacionalistas, que retroalimentam a subcidadania e os estereótipos. Por meio de seus relatos, repórteres evidenciaram que flexionam suas subjetividades aos poderes dominantes. Por outro lado, a adoção da interseccionalidade como matriz teórica-metodológica revelou que a empatia e a alteridade de repórteres são adensadas por seus lugares de fala. Neste momento de rupturas e mutações na profissão, demonstramos que a democracia inclusiva depende de outras corporeidades, inclusive nas redações. São elas que criam fissuras em densas estruturas, como o coronelismo, o patriarcado, o capitalismo neoliberal e a colonialidade. A partir de suas intersubjetividades, desvelamos a autonomia de repórteres *de palavras que agem*.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Cidadania. Direitos Humanos. Repórteres. Sentidos.



## ABSTRACT

Journalism, citizenship and human rights have been built historically and are socially interlaced. In this perspective, the general objective of this research is to understand the meanings of citizenship and human rights prevalent among reporters. Specific objectives are: 1) to know which perceptions of citizenship and human rights prevail among journalists; 2) to investigate how the symbiosis between journalism and democracy influences journalistic responsibilities; 3) to analyze how praxis and conceptions on the theme collaborate with the journalistic ideal of promoting them. The empirical investigation includes conducting interviews with 15 reporters working in the conventional and alternative online media. The interview is adopted in its dialogical possibilities as a potential method to understand the transformations through which the journalist's profession is crossed, as well as life and professional trajectories. Through the critical analysis of the narrative, we seek to apprehend the senses from the intersectional matrix of class, gender, race, among others, adjusting the focus to reporters as subjects, in the power of their voices and in their metanarratives. We found that critical reflection on the themes of citizenship and human rights is intertwined by several social nuances. Despite the reporters placing *journalism* in *relation* to *society*, the meanings of citizenship and human rights manifested were, precisely, *the absence of fullness*. From the dialogue that we set out to emerge, the desire for *full citizenship* and *respect for human rights* emerged, which does not materialize even in their daily lives as narrators, due to professional pressure and constraints in times of democratic fragmentation. There was a clear concern about the discovery of meanings by the interlocutors who indicated the limited expression on some occasions, restricted to editorial lines that prioritize superficial, out-of-context, sensational coverage, which feed back into subcitizenship and stereotypes. Through their stories, reporters showed that they flex their subjectivities to the dominant powers. On the other hand, the adoption of intersectionality as a theoretical-methodological matrix revealed that the empathy and otherness of reporters are densified by their locations of speech. In this moment of ruptures and changes in the profession, we demonstrate that inclusive democracy depends on other corporealities, including in newsrooms. They create cracks in dense structures, such as coronelism, patriarchy, neoliberal capitalism and coloniality. From their intersubjectivities, we unveiled the autonomy of reporters *of words that act*.

**Keywords:** Journalism. Citizenship. Human Rights. Reporters. Meaning.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atributos para a prática jornalística .....	164
Figura 2 – Sentidos de jornalismo .....	186
Figura 3 – Sentidos de cidadania e direitos humanos .....	198

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Repórteres com até 30 anos de idade.....	151
Quadro 2 – Repórteres com até 40 anos de idade.....	152
Quadro 3 – Repórteres com até 50 anos de idade.....	152
Quadro 4 – Repórteres com 50 anos de idade ou mais .....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI Associação Brasileira de Imprensa  
AI-5 Ato Institucional Número 5  
Andi Agência de Notícias dos Direitos da Infância  
Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEPSH Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
CGU Controladoria-Geral da União  
CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
CLT Consolidação das Leis do Trabalho  
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNS Conselho Nacional de Saúde  
CODI Centro de Operações de Defesa Interna  
Cojira Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial  
CPMI Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
DCNs Diretrizes Curriculares Nacionais  
DIP Departamento de Imprensa e Propaganda  
DOI Destacamento de Operações de Informações  
DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos  
EBC Empresa Brasileira de Comunicação  
ECA Escola de Comunicações e Artes  
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente  
Fenaj Federação Nacional dos Jornalistas  
FIJ Federação Internacional de Jornalistas  
FNPJ Fórum Nacional de Professores de Jornalismo  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICS Índice de Confiança Social  
IDG Índice de Desigualdade de Gênero  
IDH Índice de Desenvolvimento Humano  
IPM Índice de Pobreza Multidimensional  
LGBTQIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agêner e +  
MOM-Brasil Media Ownership Monitor  
MPL Movimento do Passe Livre

OAB Ordem dos Advogados do Brasil  
OEA Organização dos Estados Americanos  
OIT Organização Internacional do Trabalho  
ONU Organização das Nações Unidas  
PCdoB Partido Comunista do Brasil  
Pnad Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNEDH Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos  
Pnud Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPCs Projetos Pedagógicos dos Cursos  
PPGCom Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação  
PPGJor Programa de Pós-Graduação em Jornalismo  
PPGSP Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política  
PRN Partido da Reconstrução Nacional  
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL Partido Social Liberal  
PSOL Partido Socialismo e Liberdade  
PT Partido dos Trabalhadores  
SBPJor Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
SEDH Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
SIS Síntese de Indicadores Sociais  
STF Supremo Tribunal Federal  
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UFPa Universidade Federal do Pará  
UFPE Universidade Federal de Pernambuco  
UFPR Universidade Federal do Paraná  
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina  
UFMS Universidade Federal de Santa Maria  
UnB Universidade de Brasília  
Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
USP Universidade de São Paulo  
WJS Worlds of Journalism Study

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>Parte Um – Origens –.....</b>	<b>39</b>
<b>1 JORNALISMO, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: IMBRICAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRICAS.....</b>	<b>40</b>
1.1 SIMBIOSES E AMBIVALÊNCIAS .....	41
1.1.1 A construção da cidadania.....	50
1.1.2 Tensionamentos democráticos.....	57
1.1.3 Direitos humanos, cidadania e democracia.....	62
1.2 COMUNIDADE IMAGINADA DO JORNALISMO E DA CIDADANIA.....	66
1.2.1 Cidadania, democracia e jornalismo à brasileira.....	71
1.2.2 Desigualdade, exclusão e subcidadania.....	91
<b>Parte Dois – Contextos –.....</b>	<b>97</b>
<b>2 DESAFIOS DO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>98</b>
2.1 JORNALISTAS: UMA COMUNIDADE DE NARRADORES.....	100
2.1.1 Concentração midiática, interdito à pluralidade narrativa.....	108
2.2 MEDIAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO.....	110
2.2.1 Ignorados, incrédulos e desinformados.....	118
2.2.2 Jornalismo alternativo na internet: ressonâncias.....	123
2.2.2.1 Mídia ativista.....	127
2.3 PODER SIMBÓLICO E LUGAR DE FALA: EMPATIA E ALTERIDADE.....	129
2.3.1 Consciência ética de jornalistas.....	133
<b>Parte Três – Lentes –.....</b>	<b>138</b>
<b>3 DELINEAMENTOS.....</b>	<b>139</b>
3.1 A ENTREVISTA QUALITATIVA COMO MÉTODO.....	141
3.1.1 Entrevista dirigida a entrevistadores.....	143
3.1.2 Seleção de entrevistadas e entrevistados: <i>ethos</i> de repórter.....	146
3.1.3 Percepções, experiências e sentidos.....	153
3.1.4 Questões éticas da pesquisa.....	157

3.2 ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA .....	158
3.2.1 Foco no poder de voz, nas metanarrativas e nas interseccionalidades .....	160
3.2.2 Panorama contextual: uma lupa sobre a contemporaneidade .....	164
<b>Parte Quatro – Sentidos – .....</b>	<b>175</b>
<b>4 ENCONTROS COM A PRÁXIS JORNALÍSTICA.....</b>	<b>176</b>
4.1 TECENDO A TRAMA: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS .....	187
4.1.1 Os temas no ideal jornalístico .....	198
4.1.2 A democracia, por sujeitos democráticos .....	202
4.2 O COTIDIANO DA REPORTAGEM .....	206
4.2.1 No limite da liberdade.....	214
4.2.2 Filtros e condicionantes .....	217
4.2.2.1 Ameaças e ataques a jornalistas.....	229
4.2.3 Estruturas e contextos macrossociais.....	232
4.3 JORNALISMO NO PARADIGMA DIGITAL .....	235
4.3.1 Interferências do ambiente online: redes sociais.....	241
4.3.2 O futuro do jornalismo, por seus narradores .....	243
4.4 O ESFORÇO DE COLOCAR-SE NO LUGAR: ESCUTA EMPÁTICA E ALTERIDADE .....	247
4.4.1 Balizas da formação superior em jornalismo .....	251
4.4.1.1 Expressões de desdizer .....	258
4.4.2 Pluralidades e diversidades nas redações .....	262
4.5 MARCAS INTERSECCIONAIS: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS .....	266
4.5.1 Ser repórter: inter-relações e mediações.....	278
4.5.2 Ditos e não ditos .....	288
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>296</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>307</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>330</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>331</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>333</b>
<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>334</b>
<b>APÊNDICE E.....</b>	<b>335</b>
<b>APÊNDICE F.....</b>	<b>336</b>

<b>APÊNDICE G .....</b>	<b>337</b>
<b>APÊNDICE H.....</b>	<b>338</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>339</b>
<b>APÊNDICE J .....</b>	<b>340</b>
<b>APÊNDICE K.....</b>	<b>341</b>
<b>APÊNDICE L.....</b>	<b>342</b>
<b>APÊNDICE M .....</b>	<b>343</b>
<b>APÊNDICE N.....</b>	<b>344</b>
<b>APÊNDICE O .....</b>	<b>345</b>
<b>APÊNDICE P.....</b>	<b>346</b>
<b>APÊNDICE Q .....</b>	<b>347</b>



## INTRODUÇÃO

Quando me dei conta, eu estava diante de um ancião. Um sábio que não tinha teto. Sua casa improvisada era um barracão abandonado à beira do rio que, a qualquer instante, poderia cair sobre seu corpo e o de sua esposa. Ela trazia no ventre um bebê, apesar da idade avançada. Tempos depois percorri, eu a pé e ela de cadeira de rodas, o acidentado caminho de uma jovem com deficiência até sua escola. O plano diretor de sua cidade ignorava solenemente a regra básica de acessibilidade.

Também estive na roça com inúmeros agricultores. Suas mãos e semblantes denunciavam a aridez da jornada, o que contrastava com a delicadeza de vida que frutificava a partir do talento e da dedicação. Mais distante daquelas porteiras, porém, fui transportada em estradas sinuosas até chegar a uma escola indígena. Antes de participar de um ritual de celebração, soube que eu havia recebido um nome que significava algo como “dia ensolarado” no idioma daquela menina. Escutei, em português mesmo, a fala de uma criança que recebia ensino bilíngue dentro de sua comunidade.

Em outro dia, pude acompanhar a explicação entusiasmada de um jovem empresário sobre os incrementos tecnológicos que impactariam toda a cadeia relacionada aos negócios de sua família. Já em um auditório cheio, ouvi um grupo enorme de pessoas compartilhar sobre as dificuldades e violências sociais a que estão submetidas ao assumirem suas identidades de gênero. Anos mais tarde, ao chegar ao décimo terceiro andar de um prédio metropolitano, me vi diante de uma mulher que alertava sobre os estigmas que recaem sobre o feminino, especialmente sobre o cuidar, atribuição de homens e mulheres ignorada por tanta gente. “É preciso reciclar o pensamento”, dizia ela há mais de uma década, bem antes da primavera feminista<sup>1</sup>.

Acompanhei a trajetória de uma família em torno de um transplante de rim e o amor infinito que encoraja quando a estrutura das instituições de saúde falha. Presenciei o relato, cheio de furor, sobre o quanto dói sofrer preconceito pela cor de pele e como isso confisca existências. Testemunhei o estardalhaço dos políticos na

---

<sup>1</sup> Ainda que não seja consenso no multifacetado movimento feminista, há um entendimento de que a quarta onda do feminismo, agora digital, seja a insurgência de uma primavera feminista iniciada na segunda década do século XXI, quando mulheres jovens, na maioria, colocaram o tema em pauta a partir do uso estratégico de redes sociais para dar visibilidade às suas discussões silenciadas (MCCANN *et al.*, 2019). No momento atual, as mulheres buscam pulverizar o alcance das discussões sobre os múltiplos feminismos em pauta, como tem sido o esforço, especialmente, do feminismo negro (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

inauguração de obras públicas, os gritos dos professores em greve e as epifanias dos artistas. Essas e inúmeras outras cenas me vêm à memória quando recordo das pessoas a quem entrevistei na minha trajetória profissional. Foi o contato com todas as gentes, em suas singularidades e diversidades, que fez brotar aquela dúvida, presente a cada regresso à redação: como posso compreender suas vidas para transformar suas experiências em narrativa? Sabendo de minha responsabilidade de jornalista, questionava internamente: de que trama invisível foram tecidas as suas cidadanias?

Foi tentando entender sobre esse e outros temas que levei minha trajetória de repórter para a academia. Construindo a minha cidadania de mulher branca, nascida das mestiçagens e sincretismos no interior do Paraná, elegi esse como principal tema de pesquisa, desde a graduação. Fui tentando tornar mais nítida e concreta a ideia de que cidadania é a condição de quem é cidadã ou cidadão<sup>2</sup>. Essa breve definição está nos livros, na legislação, no imaginário das pessoas de diversos povos e nações. Teoricamente, fui adensando que, universalmente, podemos dizer que cidadãs e cidadãos possuem deveres e são dignas e dignos de direitos de um Estado, ainda que suas vidas sejam múltiplas. Como prisma de equidade, fui compreendendo que, justamente suas pluralidades e diversidades devem ser os princípios de proteção e de justiça social.

Fui tendo consciência de que, embora na maioria das sociedades, como a brasileira, a cidadania pressupõe direitos civis, políticos e sociais, conforme denotam estudiosas e estudiosos da área (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012; CARVALHO, 2013; PINSKY e PINSKY, 2008), tais direitos ainda estão interditados à maioria das pessoas no mundo todo (ALMEIDA, 2019; RIBEIRO, 2019a; 2019b). Mesmo que a cidadania dê direito à educação, à saúde, à moradia, à livre expressão, ao voto e outros mais, há quem esteja na posição de subcidadania (SOUZA, 2018) ou dela tenha apenas

---

<sup>2</sup> Registramos nosso esforço na adoção de uma linguagem inclusiva. A ultrapassagem do caráter sexista e racista da linguagem (RIBEIRO, 2019b) se insere no debate sobre a democratização das relações de gênero, na postura antirracista, na busca pelo respeito ao pluralismo e à diversidade, que nos direcionam ao movimento empático de encontro, de dialogia de afetos (MEDINA, 2006; 2008). Desse modo, a assunção da primeira pessoa do singular está presente na primeira parte da introdução, quando a pesquisadora relata o princípio norteador da pesquisa a partir de sua trajetória de repórter, e na Parte Quatro, quando apresenta os resultados das entrevistas realizadas. Em todas as demais seções, capítulos e partes privilegiamos a primeira pessoa do plural por entender que os saberes se fazem no coletivo. Sobre a linguagem sexista em textos acadêmicos, no entanto, é preciso demarcar que ainda carece de maior discussão. Concordamos que a “linguagem sexista é problema ideológico, não gramatical” (FREIRE, 2019b, p. 93). Diante desse desafio, sempre que possível, procuraremos denotar aquilo que nos impulsiona: a vida humana é tecida, conjuntamente, por mulheres e homens.

uma palavra esvaziada (ELIAS DE OLIVEIRA, 2004, 2006). Por isso, pude apreender que, não à toa, a garantia plena está vinculada às origens das pessoas, visto que a gama de direitos e deveres estabelecidos em cada sociedade abrange todos os aspectos mais essenciais da vida humana, como é o caso das clivagens de gênero, classe, raça (COLLINS, 2017; AKOTIRENE, 2019) e tantas outras.

Portanto, se em um primeiro instante parece fácil definir cidadania, basta parar para pensar por uns segundos e logo notamos que seus sentidos são amplos e profundos. O pequeno exercício de refletir sobre a condição de ser cidadã ou cidadão já complexifica a questão. De que é feita a minha cidadania? Como minha vida é diariamente construída a partir de meus direitos humanos? No caso do Brasil, são mais de 210 milhões de cidadãs e cidadãos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>. Um grande país também em extensão territorial, o quinto do mundo, com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados<sup>4</sup>.

Com tantos eventos, contextos históricos, sociopolíticos e culturais que assinalam o país, alguns traços insistem, teimosamente, em comparecer na agenda brasileira. “Um deles é nossa difícil e tortuosa construção da cidadania” (SCHWARCZ; STARLING, 2015 p. 14). Muitos dos sentidos de cidadania são desconhecidos de grande parte da população, pois os direitos não são garantidos a todos e nem os deveres cobrados de igual forma.

O Brasil integra o grupo de cinco países mais desiguais, entre os desenvolvidos ou em desenvolvimento, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>5</sup>. Quando analisamos desigualdades de renda, raça e gênero no país, as discrepâncias ficam ainda mais evidentes. Segundo o relatório *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*<sup>6</sup>, divulgado em 2019 pelo IBGE, negros representam mais de três quartos da população com os menores ganhos e as mulheres negras têm rendimentos ainda menores.

Os dados citados referem-se apenas ao aspecto fundamental da cidadania: o direito ao acesso e às condições básicas de vida. De todo modo, ilustram duramente

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm)>. Acesso em: 9 jan. 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-mais-desiguais-diz-estudo-de-centro-da-onu/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso: 8 dez. 2019.

que a desigualdade persiste no Brasil, dando conotações diferentes de cidadania à diversidade do povo brasileiro.

Assim, ainda que multifacetada, presente em distintas instâncias da vida social, a cidadania é um termo universal e se relaciona diretamente aos direitos humanos, que, por sua vez, têm como fundamento a dignidade humana. A ideia de direitos humanos pressupõe que haja condições essenciais para que as pessoas possam viver plenamente e de forma digna. Ou seja, que os direitos de homens e mulheres sejam garantidos independentemente das diferenciações de idade, gênero, raça, etnia, orientação sexual, origem, crença, convicção política, condição física, econômica e social ou qualquer outra.

O Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – documento marco na história dos direitos – estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. “São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948, online)<sup>7</sup>.

Ponderamos, neste breve recorte, que cidadania e direitos humanos deveriam ser discutidos e conhecidos por todas e todos porque deles origina-se a dignidade de ser humano. Diante deste contexto, questionamos qual papel a prática jornalística desempenha nesse processo. O jornalismo tem forte relação com os temas, pois é sua narrativa que conta o cotidiano das cidades, do campo, dos sertões, territórios da cidadania. São nesses espaços em que estão em jogo os fatos, a rotina das pessoas, seus fazeres, seus viveres. No trabalho dos profissionais da informação os deveres e os direitos são panos de fundo perenes, contados cotidianamente.

Defendida na *práxis*<sup>8</sup> e nas Teorias do Jornalismo, a responsabilidade jornalística de promoção da cidadania é reafirmada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, especialmente quando se refere à defesa dos princípios da

---

<sup>7</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>>. Acesso em: 18 out. 2019.

<sup>8</sup> A partir da relação dos seres humanos com o espaço social, nos filiamos à ideia de *práxis* presente na filosofia marxista, em que, mediante processos reflexivos e dialógicos – especialmente por meio do trabalho – a humanidade interfere na realidade e transforma a si enquanto sujeitos (JAPIASSU; MARCONDES, 1990).

Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). No Artigo 6º, Inciso XI do documento, tem-se como dever de jornalistas: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias” (FENAJ, 2007, p. 5). Demarcamos, assim, nosso entendimento de *práxis* como reflexão e ação humana sobre o mundo (FREIRE, 2019c; GENRO FILHO, 2012)<sup>9</sup> com o intuito de transformá-lo. Essa proposta de *práxis* está, portanto, implícita no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

A partir do exposto evidenciamos que há, então, um vínculo entre jornalismo, cidadania e direitos humanos, principalmente nas democracias<sup>10</sup>, conforme aponta Traquina (2012). Para o autor, o papel central da narrativa jornalística, na teoria democrática, é informar o público sem censura e posiciona "o jornalismo como guardião dos cidadãos" (TRAQUINA, 2012, p. 131). Sousa (2008), complementarmente, indica que nenhuma democracia sobrevive sem uma imprensa livre.

É preciso demarcar, entretanto, que as democracias ocidentais experimentam dificuldades extremas, recessões econômicas profundas e medidas de austeridade política<sup>11</sup> (FIGUEIRAS; SANTO; CUNHA, 2014), situação ainda mais explícita no Brasil desde a destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 (NUNES, 2019), inclusive com influência da mídia (MORETZSOHN, 2019).

Assim como Levitsky e Ziblatt (2018), Santos (2019) também enfatiza que as democracias morrem democraticamente<sup>12</sup>. Segundo o autor, as forças políticas

---

<sup>9</sup> Freire (2019c) e Genro Filho (2012) pensam a *práxis* como potencial revolucionário a partir da filosofia marxista. O conceito de *práxis* é central na obra do filósofo e revolucionário socialista Karl Marx (1818-1883) e foi apresentado, inicialmente, nas Teses sobre Feuerbach, escritas como curtas notas filosóficas por Marx na primavera de 1845. As Teses sobre Feuerbach foram publicadas pela primeira vez em 1888 por Friedrich Engels (1820-1895), teórico revolucionário prussiano, parceiro político e intelectual de Marx. A publicação se deu como apêndice à edição da obra *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*, em que consta a crítica de Marx sobre seu colega filósofo hegeliano, Ludwig Feuerbach (1804-1872). As notas (onze teses curtas) foram traduzidas do alemão e estão disponíveis em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>> com direitos de tradução em língua portuguesa reservados pela Editorial Avante!, Edições Progresso, Lisboa, Moscovo, 1982, cuja transcrição foi autorizada pelas Edições Avante! e pode ser encontrada na biblioteca digital do portal Marxists.

<sup>10</sup> Regime político baseado na soberania popular e na distribuição equitativa de poder que emana do povo (ABDALLA, 2017). A discussão sobre o tema é aprofundada no Capítulo 1, especialmente nas seções 1.1.2 e 1.2.1.

<sup>11</sup> Figueiras, Santo e Cunha (2014), salientam o fenômeno especialmente após a crise econômica de 2008.

<sup>12</sup> Ainda sobre o tema, conferir: RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Tradução: Sergio Flaksman. São Paulo: Editora Todavia, 2018 e MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

antidemocráticas vão se infiltrando dentro do sistema democrático. Desse modo, descaracterizam o sistema gradual e, disfarçadamente, dentro da legalidade e sem alterações constitucionais. Ao enumerar algumas das características desse processo, Santos (2019) destaca a eleição de autocratas, o vírus da plutocracia, o uso de *fake news*<sup>13</sup> e algoritmos, a captura das instituições, e o extremismo ideológico disfarçado de anti-ideologia. Inserido nessa dinâmica, o Brasil atravessa um período de turbulência política interna que afeta a garantia dos direitos e da cidadania de sua população.

Diversos são os autores – desde os primórdios das teorias jornalísticas até a contemporaneidade – que situam o jornalismo como profissão dentre as quais seu pleno exercício colabora para a garantia da cidadania e dos direitos humanos. Ainda que o jornalismo da atualidade tenha suas raízes mais delineadas no século XVIII, o alemão Tobias Peucer, no século anterior, em 1690, já esboçava as primeiras linhas para uma teoria do jornalismo. Com seu *De relationibus novellis (Relatos jornalísticos)* – considerada a primeira tese sobre jornalismo apresentada em uma universidade (neste caso, na Universidade de Leipzig, Alemanha) – defendeu a importância do jornalismo para a sociedade.

Em 29 parágrafos, Peucer traça um paralelo entre Jornalismo e História. Em tom de conversa, registra que no afã de saber coisas novas, cada vez que os cidadãos se encontram em encruzilhadas e nas vias públicas perguntam: “o que há de novo?”, referindo-se à necessidade dos relatos jornalísticos. “Da mesma forma, não se pode negar que haja neles alguma utilidade que afeta a vida tanto privada como pública dos homens<sup>14</sup>” (PEUCER, 2004, p. 26).

Otto Groth também buscou estabelecer uma ciência jornalística autônoma com sua obra em sete volumes *O poder cultural impercebido*. O efeito dos periódicos, para o autor alemão, está centrado na curiosidade e na necessidade humana. Groth, que iniciou carreira jornalística antes da 1ª Guerra Mundial e após a 2ª Guerra Mundial fundou a Associação Profissional Jornalistas da Baviera, define quatro características principais da *Periodika* (como chamava o jornalismo): periodicidade, universalidade, atualidade e difusão. Sobre a relevância dessa nova ciência para a vida de cidadãos e cidadãs, o autor assinala que a universalidade dos periódicos, por exemplo, permite o conhecimento de inúmeros feitos do mundo presente e, conseqüentemente, fornece

---

<sup>13</sup> O tema será abordado no Capítulo 2.

<sup>14</sup> Observamos a linguagem sexista e excludente da época.

detalhes sobre assuntos que afetam a vida de leitores (GROTH apud FAUS BELAU, 1966).

Ainda conforme a visão europeia, a autora espanhola Mar de Fontcuberta, em obra conjunta com Hector Borrat, estabeleceu quatro dimensões do jornalismo: dimensão educativa; dimensão para o exercício da cidadania, dimensão socializadora e dimensão de gestão do ócio das pessoas. Segundo Fontcuberta (2006), a dimensão dos meios como espaço para o exercício da cidadania se dá porque cumprem um papel de protagonistas no desempenho do sistema social – democrático, podemos acrescentar.

Nas Américas, o ideal contemporâneo de jornalismo privilegia o entendimento de que as narrativas da mídia sejam um espaço para a manifestação pluralista e a manutenção do sistema democrático. Os pesquisadores norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004)<sup>15</sup> ressaltam que a primeira responsabilidade dos jornalistas é com a manutenção da cidadania: “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL 2004, p. 31).

A cidadania se tornou hegemônica nos Estados regidos pela democracia representativa, fortalecida pelo ideário republicano<sup>16</sup>, conforme lembra Marques de Melo (2015). Assim como José Marques de Melo<sup>17</sup>, inúmeros pesquisadores brasileiros tratam da relação da democracia com a cidadania e a narrativa jornalística. Luiz Beltrão, o primeiro doutor em Comunicação do Brasil, elucida: “o jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO, 2006, p. 31).

---

<sup>15</sup> A obra *Elementos do Jornalismo* é resultado do trabalho do Comitê dos Jornalistas Preocupados, formado nos Estados Unidos no final dos anos 1990, que reuniu 21 discussões públicas, com cerca de 3 mil pessoas e mais de 300 testemunhos de jornalistas. A obra, que reúne o resultado do comitê foi publicada nos Estados Unidos em 2001.

<sup>16</sup> A república é uma forma de governo em que é dada ênfase à responsabilidade pública do cidadão; à sua participação na comunidade política; e à noção do bem público como garantia de proteção às liberdades (CARVALHO, 2011; BERAS, 2013).

<sup>17</sup> Marques de Melo iniciou a carreira acadêmica em 1966 como assistente do professor Luiz Beltrão, no Instituto de Ciências da Informação da Universidade Católica de Pernambuco (Recife). Nascido em Palmeira dos Índios, em Alagoas, obteve os títulos de bacharel em Jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco (1964), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1965 e pós-graduação em Ciências da Informação Coletiva (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina, Equador, 1966) no período anterior à sua ida a São Paulo, onde foi professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, da qual foi diretor, além de integrar o corpo docente fundador da unidade. Morreu aos 75 anos, em 2018.

Luso-brasileira, Cremilda Medina ressalta que narrativas sobre o dramático presente no cotidiano são, a princípio, “um exercício doloroso de inserção no tempo da cidadania e da construção de oportunidades democráticas” (MEDINA, 2003, p. 48). Karam (2004), que entre outros pontos salienta a relevância do interesse público para o jornalismo, evidencia que a mídia é a responsável pela divulgação de dados de interesse dos cidadãos, a fim de que eles reajam e ajam em decorrência de tais informações, tornando-se partícipes sociais do mundo diário.

Raquel Paiva, professora e pesquisadora que se dedica aos imbricamentos entre a prática jornalística e a sociedade, ressalta que a cidadania é a razão do jornalismo existir (PAIVA, 2002). Jornalista e professor que tem sua vida marcada pela luta por direitos, Kucinski (2000) observa que o jornalismo é uma atividade que, no conjunto das ações comunicativas da modernidade, tem sido historicamente um dos principais instrumentos de construção da democracia e de conquista de direitos de cidadania.

Os temas cidadania e direitos humanos são destaque entre as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)<sup>18</sup> ao tratarem das competências gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais. São contempladas nos eixos de formação em Jornalismo (principalmente o Humanístico) dando liberdade à forma de apresentação dos temas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Jornalismo. As DCNs estabelecem o perfil desejado de jornalistas: agentes da cidadania, capazes de responder à complexidade e ao pluralismo característicos da cultura contemporânea e ao exercício de sua função social específica (BRASIL, 2013).

Além das DCNs, destacamos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2003, que estabelece estratégias de atuação para os ensinos básico, superior, não-formal, educação profissional, sistemas de justiça e segurança, e educação e mídia, além das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 2012, como propulsores para a *práxis* transformadora sobre os temas<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Vigentes desde 2013, serão discutidas detalhadamente na seção 4.4.1.

<sup>19</sup> Registramos, no entanto, que a execução de tais planos e diretrizes depende de uma rede articulada entre a sociedade e o governo. As ações governamentais dos últimos anos têm demonstrado que os temas não são prioridades, tendo em vista que o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) foi extinto em 2016, após a posse de Michel Temer como presidente interino, e recriado por Temer, em 2017, como Ministério dos Direitos Humanos. Atualmente, a titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é a pastora evangélica Damares Alves, que demonstra publicamente não compreender o potencial da diversidade na proteção aos direitos humanos, dadas suas posturas religiosas excludentes. Da mesma forma, o Ministério da Educação do atual governo não tem impulsionado o ensino dos direitos humanos, inclusive com ocupantes da pasta que rechaçam princípios fundamentais, como é o caso do respeito aos povos indígenas. Na reunião



Nesse breve percurso, evidenciamos que é recorrente na teoria e na prática jornalística a responsabilidade social do profissional, como já apontaram Medina (1982) e Ijuim (2009). O trabalho de jornalistas e, especialmente de repórteres, por meio de informações filtradas, contextualizadas e divulgadas, auxilia na construção dos saberes para a concretização da cidadania e dos direitos humanos.

Entretanto, a ideia de cidadania e direitos humanos não é estanque: seus sentidos variam no tempo e no espaço. Apesar de tais conceitos serem centrais na agenda intelectual e política das sociedades contemporâneas, reforçados nas democracias representativas, Carvalho (2013) adverte que os fenômenos são complexos e conformados historicamente.

O cidadão surge como processo de tensões no interior das políticas nacionais e de lutas pelos direitos dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012). Portanto, a construção da cidadania diz respeito à relação das pessoas e grupos com o Estado e, nos dois séculos mais recentes, com o sentimento de pertença a uma nação. Foi na Modernidade que o conceito e a prática social da cidadania ganharam desenvolvimentos decisivos e foram incorporados definitivamente ao vocabulário e à experiência política cotidiana.

Atualmente, predomina a ideia de que ser cidadã e cidadão é ser livre e gozar de igualdade de direitos e de obrigações. Portanto, nossa pesquisa está baseada na concepção de que ser cidadão é pertencer à comunidade, ter direitos civis, sociais e políticos. Carvalho (2013) menciona uma cidadania com especificidades brasileiras, levando-se em conta que o Brasil foi colônia portuguesa por mais de 300 anos e, desse modo, a formação do Estado-nação brasileiro carrega traços do período de colonização presentes na contemporaneidade. Para o autor, tal circunscrição permanece na constituição da desigualdade brasileira, fator que atalha a construção da cidadania plena no país, como pôde ser visto pelos discrepantes dados do IBGE. Ainda que seja explícita, a subcidadania (SOUZA, 2018) é tolerada por parcelas da população.

Foi então que propusemos as seguintes perguntas norteadoras da pesquisa: quais são as percepções de cidadania e direitos humanos de jornalistas brasileiros? Como tais percepções operam em suas práticas jornalísticas cotidianas? O que os jornalistas compreendem como cidadania e direitos humanos é congruente com o que

---

ministerial do dia 22 de abril de 2020, que veio à público por medida judicial, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, externalizou sua postura não-inclusiva.

se propaga nos veículos na visão desses profissionais? A partir de tais questões, chegamos ao **problema de pesquisa**: Quais são os sentidos de cidadania e de direitos humanos de repórteres que atuam na contemporaneidade?

A partir deste cenário, o compromisso do jornalismo para a construção da cidadania e a garantia dos direitos humanos é o ponto de partida para esta pesquisa de tese que tem como **objetivo geral** compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres. Como **objetivos específicos** elencamos: 1) conhecer quais percepções de cidadania e direitos humanos prevalecem entre jornalistas; 2) averiguar como a simbiose entre jornalismo e democracia influencia as responsabilidades jornalísticas; 3) analisar de que modo a práxis e as concepções sobre o tema colaboram com o ideal jornalístico de promovê-los.

Ao estudar as especificidades da relação entre jornalismo, democracia, direitos humanos e cidadania buscamos correlacionar às teorias do jornalismo contemporâneas, de modo a levantar consonâncias e contradições. As contribuições da teoria feminista<sup>20</sup> e da perspectiva decolonial<sup>21</sup> foram importantes para a postura crítica que procuramos adotar.

Com base neste aprofundamento, o intuito foi estabelecer relações entre os estudos e a *práxis* jornalística brasileira, averiguada na realização de entrevistas com repórteres. Ao considerarmos a reportagem enquanto processo (MEDINA, 2003; 2006; 2016), a seleção de repórteres se dá graças a esse grupo de profissionais representar a figura central do *ethos*<sup>22</sup> jornalístico, conforme evidenciou Karam (2019).

Por isso, a pesquisa empírica compreende entrevistas semiestruturadas e em profundidade realizada com 15 jornalistas que atuam na mídia alternativa<sup>23</sup> e

---

<sup>20</sup> Acompanhando estudiosas de estudos de gênero, entendemos o pensamento feminista como teoria e ação sobre a sociedade a partir do lugar e da experiência de pessoas em situação de invisibilidade, violência ou opressão, como é o caso das mulheres.

<sup>21</sup> Tal concepção crítica à colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) nos ajuda a pensar os sentidos de cidadania e direitos humanos no Brasil, onde a violência da colonização está circunscrita e estrutura a manutenção da desigualdade contemporânea.

<sup>22</sup> Pensamos o *ethos* jornalístico a partir de Traquina (2013) para quem os jornalistas têm uma competência profissional específica, principalmente ligada à tarefa de informar a sociedade. Esse *ethos* profissional está intimamente relacionado à responsabilidade dos jornalistas no espaço público, em especial, no sistema democrático.

<sup>23</sup> Compreendemos a mídia alternativa como aquela que abarca um jornalismo mais colaborativo e independente, com novos arranjos editoriais e econômicos, ainda que esses rótulos de autonomia e independência possam ser problematizados, conforme aprofundamos na subseção 2.2.2. Se configura uma mídia fora do *mainstream*, também considerada contra-hegemônica, como discutiremos no Capítulo 2.

convencional<sup>24</sup> entre 2018 e 2020<sup>25</sup>. Tais repórteres foram convidados a responder à entrevista de forma a constituírem um panorama qualitativo. São profissionais atuantes nas cinco regiões brasileiras indagados sobre as percepções de cidadania e direitos humanos que acompanham sua atividade profissional. A ideia de *percepção*<sup>26</sup> é importante porque ela remete à compreensão, aos sentidos alcançados pelos sujeitos.

Para dar conta dessa empreitada, adotamos uma metodologia híbrida, com foco na interseccionalidade (COLLINS, 2017) e na hermenêutica ricoeuriana (RICOEUR, 1978, 1990, 1994, 2014). Os procedimentos metodológicos contam ainda com recursos da análise crítica da narrativa, conforme Motta (2013; 2010), tendo em vista que os repórteres foram estimulados a expressar os sentidos de cidadania e direitos humanos a partir de suas vivências profissionais e pessoais. Portanto, suas entrevistas também configuram como narrativas (GASKELL, 2015; JOVCHELOVTICH; BAUER, 2015). Pretendemos, a partir dessa abordagem teórico-metodológica, alcançar a consciência ética desses repórteres, por vezes oculta ou forçosamente ocultada. Nos centramos, portanto, nos jogos de poder e em suas metanarrativas.

Demarcamos que a pesquisa está baseada na ideia do jornalismo enquanto prática social mediadora de sentidos (MEDINA, 1982; 2006; 2008), que abarca o entendimento do exercício do jornalismo como difusor e participante, ainda que

---

<sup>24</sup> Nesta pesquisa, entendemos por jornalismo convencional aquele produzido em estruturas empresariais de pequeno ou médio porte ou por grandes corporações e conglomerados midiáticos que priorizam o trabalho jornalístico como produto, situado em uma agenda social fortemente influenciada pelas condicionantes do negócio jornalístico, dentre as quais citamos as econômicas, comerciais, ideológicas e políticas.

<sup>25</sup> As entrevistas foram realizadas entre junho de 2018 e janeiro de 2020, portanto, ocorreram antes da Organização Mundial da Saúde (OMS) considerar, em 11 de março de 2020, que o mundo todo enfrentava a pandemia de covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Mais detalhes em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Registramos que essa é considerada a maior crise de saúde global dos últimos 100 anos por autoridades científicas (BERALDO et al, 2020) e que esse desafio sanitário sem precedentes impactou todas as atividades profissionais, como foi o caso do exercício do jornalismo. Para controlar a doença, descoberta recentemente – com altas taxas de transmissão, sem tratamentos efetivos testados e sem a existência de vacinas – muitos países adotaram o chamado distanciamento social, também chamado de isolamento social. Essa medida, sugerida pela OMS, tem se mostrado a forma mais efetiva de evitar o colapso do sistema hospitalar e tem sido relacionada ao achatamento das curvas de contágio. Com a redução do contato entre as pessoas, a velocidade de transmissão do vírus também é reduzida, o que evita a sobrecarga do sistema de saúde e, conseqüentemente, diminui o número de mortes. No entanto, afeta toda a rotina profissional de jornalistas e com isso, suas percepções, por isso ressaltamos que as entrevistas foram coletadas antes dessa emergência sanitária global.

<sup>26</sup> Percepção é o ato de perceber que, por sua vez, é adquirir conhecimento a partir dos sentidos, conforme será aprofundado posteriormente (PENNA, 1968).

indiretamente, da construção da cidadania e dos direitos humanos. Assim, essa pesquisa não tem o objetivo de compreender a noção de cidadania expressa em uma especificidade jornalística, como é o caso do jornalismo cívico<sup>27</sup> quando o foco da prática jornalística é tratar, exclusivamente, de temas relacionados aos direitos (FERNANDES, 2002), ou o jornalismo cidadão<sup>28</sup> (ABREU, 2003), exercido por jornalistas ou pessoas da comunidade com o mesmo enfoque: o esforço sistemático e cotidiano de cobrar do poder público a garantia da cidadania por meio de pautas exclusivamente sobre o tema.

Aqui, investigamos as percepções acerca da cidadania e dos direitos humanos presentes no cotidiano de repórteres que atuam no jornalismo online<sup>29</sup>, em diversas editorias. Ao elegermos o suporte digital como um dos critérios de seleção de entrevistadas e entrevistados, aderimos à perspectiva de Deuze e Witschge (2016) de que compreender o impacto da internet na prática profissional nos ajuda a pensar o que o jornalismo está se tornando contemporaneamente.

Um dos pontos de nossa atenção está relacionado à complexidade de tornar a cidadania e os direitos humanos algo vívido a partir da *práxis* jornalística, dada sua ampla abrangência na vida social. Outro fator é a influência dos constrangimentos de ordem política, social, econômica e cultural a que os jornalistas estão sujeitos na prática profissional (TRAQUINA, 2012). Afinal, o jornalismo é um produto das sociedades complexas e derivado direto dos avanços tecnológicos e da expansão capitalista (CHRISTOFOLETTI, 2019a).

Ao focalizarmos nossa análise no *ser repórter* situamos a necessidade de compreensão sobre essa categoria profissional. Com isso, assumimos o caráter ontológico<sup>30</sup> de nossa pesquisa que se debruça sobre as experiências dos sujeitos-repórteres a partir de uma perspectiva dialética<sup>31</sup>, tendo em vista todas as

---

<sup>27</sup> Oriundo dos Estados Unidos, o *civic journalism* foi denominado jornalismo cívico, jornalismo público ou jornalismo comunitário. Segundo Fernandes (2002), começou a ser praticado no Brasil na segunda metade da década de 1990.

<sup>28</sup> O jornalismo cidadão é compreendido como modo de democratizar a informação, visto que as pessoas da comunidade podem colaborar na produção dos conteúdos jornalísticos (ABREU, 2003).

<sup>29</sup> Compreendemos o jornalismo online – também conhecido como jornalismo digital, webjornalismo, ciberjornalismo – entre outros termos, como aquele que tem a internet como suporte e emprega tecnologia digital para a divulgação de informações.

<sup>30</sup> A partir da filosofia, entendemos a ontologia como a questão do “ser enquanto ser” (JAPIASSU; MARCONDES, 1990, p. 184). Genro Filho (2012) considera inegável a prioridade ontológica do ser em relação à consciência, concepção que julgamos relevante para apreender os sentidos de cidadania e direitos humanos de repórteres na contemporaneidade.

<sup>31</sup> Inúmeros pensadores trataram da dialética. Conforme Japiassu e Marcondes (1990), para Platão é processo, para Aristóteles é instrumento, e para Hegel é movimento. Nossa aproximação se dá na

transformações às quais a profissão de jornalista vem sendo atravessada contemporaneamente, bem como à intensa dinâmica social em que os temas direitos humanos e cidadania estão inseridos na atualidade, especialmente no Brasil, onde a crise de representação política vem ganhando a cena democrática na última década.

A inquietação para a realização desta pesquisa de doutorado surgiu a partir de minha vivência como repórter, por uma década, e dos resultados de minha dissertação, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação do professor Jorge Kanehide Ijuim. Na pesquisa *Narrativa jornalística e diversidade sociocultural* - a tessitura das reportagens da revista *Brasileiros* (MONTIPÓ, 2012) demonstramos o entendimento da equipe da revista *Brasileiros*<sup>32</sup> sobre um perfil ideal de cidadão brasileiro, com um rol de valores compartilhados em suas reportagens. Para a equipe editorial, mereciam destaque as narrativas de brasileiros trabalhadores, participativos, criativos, batalhadores, sonhadores, felizes, de atitudes simples. A pesquisa constatou, também, para além dessa visão estereotipada de cidadania, a incongruência entre as capas e a integralidade das edições da revista *Brasileiros*<sup>33</sup>. Externamente, destacou-se o célebre; internamente, o espaço maior era dado aos anônimos, sempre com enfoque às suas experiências partilháveis.

A análise das capas de *Brasileiros* evidenciou que, para o veículo, ganha espaço em sua narrativa um Brasil predominantemente branco, masculino e adulto, além de evidenciar pessoas famosas<sup>34</sup>. Curiosamente, esse é o mesmo perfil identificado nas capas da revista *Veja*, conforme a pesquisa *Veja só o Brasil* – a construção da realidade em duas mil capas da Revista *Veja*, realizada por John e

---

perspectiva marxista em que a dialética é um método apropriado para compreender a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado e atravessado por contradições específicas, entre as quais a da luta de classes (JAPIASSU; MARCONDES, 1990).

<sup>32</sup> A revista *Brasileiros* foi uma publicação da Brasileiros Editora Ltda, em circulação de julho de 2007 a maio de 2017. A editora, com sede em São Paulo (SP), teve como diretor responsável o jornalista e fotógrafo Hélio Campos Mello. Fizeram parte do conselho editorial da revista Fernando Morais, Miguel Nicolelis, Nirlando Beirão e Ricardo Kotscho, entre outros. A equipe editorial demonstrou forte engajamento político e identificação com os governos de Lula e de Dilma, revelado abertamente em suas páginas. Desde sua primeira edição, a revista declarou que seu foco seria o Brasil e seus habitantes. Atualmente, os conteúdos são digitais e podem ser acessados por assinatura, pelo portal <http://www.paginab.com.br>.

<sup>33</sup> A pesquisa reuniu a análise das 48 capas das edições mensais da revista desde a sua primeira edição, em julho de 2007, até a edição 48, de julho de 2011, bem como a análise de reportagens de perfil publicadas em 12 edições, que formaram um ano artificial (meses de janeiro a dezembro) de 2007 a 2011.

<sup>34</sup> Aqui entendidas como conhecidas popularmente, “celebridades” ou de alto poder aquisitivo.

Eberle (2010)<sup>35</sup>. Vale frisar que essa revista semanal, de grande circulação, tem posicionamento editorial político-ideológico contrário ao defendido pela revista *Brasileiros*, também revelado abertamente aos seus leitores. Ambos os veículos possuem uma visão não pluralista de cidadania.

O compartilhamento de um padrão ideal de cidadão nas capas demonstra que as revistas buscam personagens plurais, mas oferecem um panorama único, uníssono. Silveira (2011) destaca que a propagação continuamente veloz de arquétipos, estereótipos e preconceitos cristalizados no tecido social implica um desafio ético ao trabalho de jornalistas, que deveriam considerar os efeitos da disseminação dos estigmas que marcam os mais distintos segmentos da sociedade, seja no âmbito de uma determinada região, do território de uma nação ou mesmo entre povos do mesmo continente.

Tal prática jornalística pode contribuir para a reprodução da desigualdade, tornando os grupos à margem, invisíveis, portanto, gerando violência simbólica. Para Bourdieu (2009), o poder simbólico se opera com a contribuição dos que estão sujeitos. Entretanto, tal cumplicidade não é concedida por um ato conscientemente deliberado, mas é o efeito de um poder inscrito nas relações entre dominantes e dominados, sob a forma de esquemas de imposições e percepções. Paulo Freire<sup>36</sup> – que dedicou toda a sua trajetória para a formação de uma sociedade inclusiva e não-elitista – centrou sua perspectiva teórica no processo de dominação. Defendia que, por meio do processo educativo, os oprimidos precisam formular sua resistência na própria pedagogia de luta por emancipar-se (FREIRE, 1980, 2000, 2019a, 2019b, 2019c).

---

<sup>35</sup> A revista semanal *Veja* foi criada em 1968 pela Editora Abril, hoje um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina. No dia 21 de março de 2007, *Veja* atingiu a marca histórica de duas mil edições. Para comemorar, a Editora Abril lançou, junto à edição, um encarte contendo as duas mil capas publicadas, as quais constituíram o *corpus* de análise da pesquisa *Veja só o Brasil – a construção da realidade em duas mil capas da Revista Veja*, realizada por John e Eberle (2010).

<sup>36</sup> Paulo Freire (1921-1997) foi um educador pernambucano, advogado de formação, que se dedicou ao desenvolvimento de uma pedagogia crítica fundamentada na consciência de liberdade contra a opressão. Reconhecido internacionalmente por sua proposta de alfabetização para adultos, chamada de Método Paulo Freire, sua pedagogia respeitava o cotidiano e o universo vocabular dos educandos. Freire acreditava no potencial político e emancipatório da educação. Sua obra, em permanente refinamento, teve influência de uma vasta gama de pensadores, dentre os quais ele cita Marx, Lukács, Fromm, Gramsci, Fanon, Sartre, Kosik, Agnes Heller, Arendt, entre outros (FREIRE, 2019c). Preso durante a ditadura militar, em 1964, exilou-se no Chile e percorreu diversos países até retornar ao Brasil, em 1979 (SCOCUGLIA, 2019). É o Patrono da Educação Brasileira, recebeu o prêmio da Unesco de Educação para a Paz, em 1986, e mais de 40 títulos de *doutor honoris causa* em universidades de diversos continentes. Freire é o intelectual brasileiro mais citado em trabalhos acadêmicos do mundo todo.

Nessa perspectiva, a imprensa atua como fator-chave de mediação entre dominantes e dominados. Tendo em vista o caráter orientativo e educativo da mídia (FONTCUBERTA, 2006), entendemos que ela pode colaborar na reprodução de interesses e conformar modelos. Meyer (1989) chama as representações jornalísticas de modelos perceptivos. “O modelo atrai o seu olhar para os elementos que os suportam, e uma vez que você vê esses elementos, acredita no modelo ainda mais fortemente e continua a procurar mais desses elementos” (MEYER, 1989, p. 84).

Basta lembrar que a imagem da realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMAN, 2001). Os autores observam que a apreensão da realidade social se dá mediante padrões recorrentes de interação, de forma objetiva e subjetiva, posição que é complementada por Lippmann (2010), para quem as pessoas agem tendo em vista não a realidade que as cerca, mas as imagens mentais sobre tais realidades. Para Meyer (1989, p. 85), o problema moral, no caso dos veículos jornalísticos, é que ao se agarrarem aos estereótipos populares contrários aos fatos, reforçam tais estereótipos “e podem mesmo retardar a mudança social desejável ao negar-lhe reforço”.

A ausência de uma visão plural acerca de todos os grupos sociais, no caso da disseminação de padrões pela mídia, restringe a percepção da sociedade sobre os marginalizados<sup>37</sup>. Denotamos, neste breve percurso, que embora o jornalismo esteja permeado de responsabilidades para a promoção e a manutenção da cidadania, dos direitos humanos e da democracia, essa obrigação social nem sempre se consolida na prática (KOSHIYAMA, 2018; MORETZSOHN, 2019).

Diante da relevância da temática e da necessidade de conhecer as pesquisas já realizadas sobre os temas, apresentamos a seguir um levantamento sobre trabalhos acadêmicos que abordam jornalismo, cidadania e direitos humanos, a partir da consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>38</sup> e ferramentas de buscas de trabalhos acadêmicos de bibliotecas digitais, programas de pós-graduação brasileiros, entre outros.

---

<sup>37</sup> Nesta pesquisa entendemos como marginalizados aqueles que estão excluídos do discurso midiático, ou que ocupam espaço apenas em situações em que estão ligados ao mundo do crime, ao que é perigoso, às drogas e à prostituição. Na América Latina, conforme Perlman (1977), a palavra “marginal” tem conotações profundamente negativas: “desde a primeira invasão de migrantes do interior, e o aparecimento das primeiras favelas no cenário urbano, a atitude da elite urbana foi tratar essas comunidades como uma praga” (PERLMAN, 1977, p.124).

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2020.

Por ser um tema abrangente, inúmeras são as pesquisas que tocam na questão da cidadania e dos direitos humanos relacionadas ao jornalismo. Para se ter uma ideia, em uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes havia cerca de 90 mil trabalhos na área das Ciências Sociais Aplicadas<sup>39</sup>. No entanto, não há outra dissertação ou tese, no Brasil, que pesquise, com esse foco, as percepções e os sentidos sobre cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres.

Um dos trabalhos que mais se aproxima desse propósito, especialmente devido à metodologia empregada, é a pesquisa de pós-doutorado de Marcia Veiga da Silva *O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido(a)s no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no jornalismo*, que está em andamento (2015-2020) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. O objetivo da pesquisa é, segundo Veiga da Silva (2019), conhecer práticas jornalísticas menos etnocêntricas, mais afeitas ao encontro com o Outro (em especial aqueles considerados à margem da sociedade) a partir da escuta da história de vida de jornalistas reconhecidos pelo desempenho dessas práticas.

Outro trabalho aderente, nesse caso pela aproximação temática, é a dissertação de mestrado de Victor Gentilli, defendida na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), em 1995, que originou o livro *Democracia de Massas: jornalismo e cidadania*, publicado em 2005. A obra, embora trate de jornalismo e cidadania, tem outra abordagem: coloca-se na defesa da ideia do direito à informação. Gentilli (2005) tem o entendimento do jornalismo como processo de produção de informação para a cidadania, para isso, fez uma interlocução com a teoria política. Assim, seu estudo foca na compreensão dos fenômenos do alargamento e da ampliação da cidadania e suas interações com o jornalismo.

Devido à área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação e sua antiga linha de pesquisa Comunicação, Cultura e Cidadania, o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCom) da ECA-USP – também por ser um dos mais antigos programas de doutorado na área, no Brasil – possui a maioria dos trabalhos já defendidos relacionados aos temas. Entretanto, grande parte deles analisa as práticas jornalísticas relacionadas à cidadania, ou ao jornalismo e à

---

<sup>39</sup> Em busca conjugada com as palavras-chaves jornalismo, cidadania e direitos humanos. Se levadas em conta todas as áreas do conhecimento, passam de 120 mil pesquisas que abordam os temas. Dados de maio de 2020.



educação, como é o caso da tese de doutorado de Marina Escobar de Kinjô: *A comunicação, exercício de cidadania na educação*, defendida em 2006. A pesquisa trata das possibilidades da inter-relação da comunicação e da educação no ensino formal e a sua importância para a formação cidadã.

Ainda no PPGCom ECA/USP, há pesquisas sobre o ensino do jornalismo e sua relação com a cidadania, como é o caso da dissertação de mestrado defendida por Enio Moraes Júnior, em 2006: *A formação cidadã do jornalista no Brasil: um estudo de caso da formação do jornalista na USP*. Na mesma linha de pesquisa, Moraes Júnior defendeu, em 2011, a tese de doutorado *O ensino do interesse público na formação de jornalistas: elementos para a construção de uma pedagogia*, que tem como objeto de estudo a formação de jornalista e seus aspectos cidadãos. O trabalho propõe bases para um modelo pedagógico de ensino do interesse público e da cidadania na formação de jornalistas. Parte do princípio de que a cidadania e seus valores são transversais ao ensino do Jornalismo. Tem como universo da pesquisa docentes de Jornalismo de universidades brasileiras e portuguesas.

Ainda que não trate especificamente sobre a afinidade da prática jornalística com a cidadania e os direitos humanos, a tese de Gisele Dotto Reginato, *As finalidades do jornalismo: o que pensam veículos, jornalistas e leitores*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2016, tem uma proposta qualitativa semelhante. Discute, como o próprio título adianta, as finalidades do jornalismo, a partir da percepção de veículos, jornalistas e leitores<sup>40</sup>, amparada em pesquisa documental. A pesquisa de Reginatto revela que veículos, jornalistas e leitores percebem como principais as mesmas três finalidades da profissão: esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; informar (REGINATO, 2016).

Defendida em 2018 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a tese de Kalliandra Quevedo Conrad intitulada *Estratégias discursivas no programa Profissão Repórter: os sentidos de cidadania aquém e além do discurso*, teve como problemática investigar sentidos de cidadania produzidos pelas estratégias discursivas do programa. O *corpus* de análise foi delimitado por meio de um recorte

---

<sup>40</sup> Foram analisados os discursos dos veículos *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, de 85 jornalistas brasileiros e de 250 leitores, por meio da revisão de publicações da área, tais como teses, dissertações e artigos científicos.

temático, composto por cinco programas que tratavam do direito à educação, analisados a partir das categorias analíticas de vocabulário, estrutura textual e intertextualidade manifesta. Como resultados, a autora identificou dez matrizes de sentidos que reuniam diferentes modos de significar a cidadania (incluindo seus silenciamentos), a partir das posições de sujeito mapeadas no discurso (CONRAD, 2018).

No que se refere às pesquisas que abordam a identidade jornalística relacionada aos temas cidadania e direitos humanos, a maioria trata da formação dos profissionais, seu *ethos* ou a obrigatoriedade do diploma. É o caso da obra *Ser jornalista no Brasil: Identidade profissional e formação acadêmica*, de Fernanda Lima Lopes. Tal investigação foi desenvolvida ao longo de seis anos, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é oriunda dos estudos da dissertação de mestrado (de 2007) e da tese de doutorado (de 2012) da autora. Na pesquisa de doutorado focalizou tanto a polêmica sobre a exigência de diploma de jornalista quanto a proposta das primeiras diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo. A investigação de mestrado analisou materiais recolhidos para as discussões sobre o Conselho Federal de Jornalismo (LOPES, 2014).

Outra obra que traça um panorama dos profissionais é o *Perfil do jornalista brasileiro*, organizado por Jacques Mick e Samuel Lima. A publicação, de 2013, apresenta os resultados quantitativos de enquete com 2.731 profissionais, realizada entre setembro e novembro de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O projeto teve o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e trouxe características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico. Embora de grande relevância para a área, as obras não tratam de questões relacionadas ao entendimento da cidadania e direitos humanos pelos profissionais jornalistas, propósito desta pesquisa de tese.

Apesar de não tratarem de percepções de cidadania e direitos humanos entre repórteres, dentre os estudos internacionais, destacamos o projeto *Worlds of Journalism Study (WJS)*, que inclui resultados sobre o jornalismo brasileiro por meio da consulta a 376 jornalistas atuantes no país. A etapa 2 – chamada de WJS2, realizada entre 2012 e 2016 – traz dados coletados por investigadores de 67 países

em redações de meios impressos, audiovisuais e online, com a participação de 27 mil jornalistas no total<sup>41</sup>. A partir dos resultados globais, Moreira e Martín (2018) destacam que para pensar o jornalismo ibero-americano é preciso compreender as influências e as limitações percebidas pelos jornalistas – tanto as internas (nas próprias redações) como as externas (sociais, culturais, políticas, econômicas etc.). O estudo transparece os papéis clássicos da profissão que, especialmente entre os jornalistas brasileiros, assinalam a relevância da profissão para a circulação de opiniões e temas atuais, assim como para promover espaço para a diversidade cultural. Também denotam o papel do jornalismo e dos jornalistas na mudança política e social associada à uma ideia de prevenção da corrupção e à consolidação democrática. O estudo leva em conta a adaptação, a assimilação e adequação da profissão às transformações que a internet e o avanço das tecnologias acarretam à profissão.

Outro projeto de pesquisa que foca na percepção de jornalistas sobre seu papel social é o *Journalistic role performance around the globe (JRP)*<sup>42</sup>, realizado desde 2014 em 19 países de todos os continentes, cuja metodologia adota a análise comparativa internacional. Além de comparar as funções, o projeto busca compreender as inúmeras influências que recaem sobre as práticas do jornalismo e ocasionam o desvio dos seus ideais, ou seja, privilegia também uma proposta reflexiva, como nossa pesquisa. Os papéis profissionais de jornalistas como cães de guarda (*watchdog*), leais-facilitadores (serviço de causas governamentais, empresariais e nacionalistas) e disseminadores-intervencionistas aparecem na pesquisa e evidenciam as contradições pertinentes ao exercício profissional (MELLADO *et al.*, 2017). Também são abordadas as perspectivas do jornalismo de serviço, do infotainment, do jornalismo cidadão e do jornalismo cívico, que incentiva a audiência a se envolver no debate público e participar da vida social. No caso brasileiro, prevalece a ideia de fiscalização do poder público, com presença tímida do

---

<sup>41</sup> Apoiada por organizações internacionais como a Unesco e a Federação Internacional de Jornalistas, a terceira etapa da pesquisa está em andamento com foco nos temas jornalismo, risco e incerteza. Atualmente mais de 110 países participam dessa pesquisa colaborativa internacional. No Brasil, o projeto WJS3 é coordenado pela professora Sonia Virginia Moreira e está sediado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM UERJ). Reúne pesquisadores de outras seis universidades brasileiras: UFRJ, UnB, USP, UFSC, UFPE e UFPA. A primeira etapa (WJS1) foi realizada entre 2007 e 2011 em 21 países.

<sup>42</sup> O projeto tem a coordenação de Claudia Mellado, da Escola de Jornalismo da Universidade Católica de Valparaíso, Chile, e de Lea Hellmueller, da Escola de Mídia e Comunicação da Universidade de Tecnologia do Texas, EUA. A etapa brasileira é coordenada pelo professor Jacques Mick (UFSC) e formada por pesquisadores colaboradores da UFSC e da UnB.

papel cívico no sentido propositivo. De modo geral, ficam evidentes as desconexões entre os ideais e o que é, de fato, efetivado pelo jornalismo, graças às atenuantes externas.

Ainda que não conte com entrevistas de jornalistas brasileiros, o estudo de Örnebring (2017) traz um panorama interessante sobre o papel social do jornalismo, a partir da consulta a 63 jornalistas de países europeus (Alemanha, Itália, Reino Unido, Suécia, Estônia e Polônia). O autor destaca que profissionais da Europa compartilham a ideia de que jornalismo "tem algo a ver com a democracia" (ÖRNEBRING, 2017, p. 12), uma concepção ocidental de que o jornalismo consiste em fornecer informações aos cidadãos, ao cumprir sua função de vigilância, além de funcionar como uma espécie de arena pública para o debate.

Dada sua relevância, citamos uma pesquisa mais antiga, que também não conta com a participação de brasileiros, empreendida em duas etapas por Daniel Hallin, da Universidade da Califórnia, e Paolo Mancini, da Universidade de Perúsia, na Itália. Os pesquisadores desenvolveram um projeto comparativo de análise das relações entre mídia e política e, a partir da enquete aplicada em 18 países da América do Norte e Europa Ocidental, identificaram três modelos de sistemas midiáticos que eles chamaram de liberal, corporativista democrático e pluralista polarizado (HALLIN; MANCINI, 2004, 2011).

A partir do panorama apresentado, nossa pesquisa se insere na linha de pesquisa Jornalismo, Cultura e Sociedade do PPGJor/UFSC que, entre outros, dedica-se aos estudos do jornalismo como prática social, processo histórico, narrativa, mediação cultural e produção simbólica na construção de imagens e representações sobre o mundo.

Assim, dividimos esta pesquisa em **quatro partes**. A *Parte Um – Origens* reúne os princípios da construção do jornalismo, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia, com ênfase às imbricações sociais e históricas e aos tensionamentos até chegarmos à contemporaneidade. Discutimos também a desigualdade e exclusão, temas caros ao jornalismo.

Na *Parte Dois – Contextos* buscamos refletir sobre os principais desafios do jornalismo contemporâneo, considerando os jornalistas como pertencentes a uma comunidade de narradores. Damos atenção aos interditos à pluralidade narrativa, como é o caso da concentração midiática e às transformações no jornalismo, bem como ao crescimento do jornalismo alternativo na internet e ao ativismo desse tipo de

mídia. Situamos o poder simbólico e o lugar de fala do jornalismo para debatermos sobre a consciência ética desses profissionais, o que reflete na empatia e na alteridade.

Deixamos nítido de onde observamos esse fenômeno social na *Parte Três – Lentas* quando são apresentados os delineamentos metodológicos, onde expomos nossa opção pela entrevista qualitativa como método e as singularidades desta quando dirigida a entrevistadores. Apresentamos a seleção de entrevistadas e entrevistados e detalhamos o foco na interseccionalidade, na matriz para análise empírica do poder de voz e nas metanarrativas, bem como nos apoiamos em dados contextuais importantes para a pesquisa.

Na *Parte Quatro – Sentidos* são apresentadas as análises das entrevistas a partir dos encontros com a *práxis* jornalística. Assim, o Capítulo 4 foi dividido em cinco subseções de modo a apresentar as camadas de sentidos que emergiram das entrevistas com os repórteres. Inicialmente, na seção 4.1, apresentamos como os temas cidadania e direitos humanos aparecem no ideal jornalístico, bem como a democracia é apreendida pelos profissionais.

Dado o tempo social em que nossa pesquisa se insere, compartilhamos como as concepções das pessoas entrevistadas aparecem no cotidiano da reportagem, o espaço para sua liberdade profissional, os filtros e as condicionantes, as ameaças e os ataques à jornalistas e as estruturas e contextos macrossociais que influenciam a abordagem dos temas, destacados na seção 4.2.

Esse momento de transformações na prática profissional impulsiona o jornalismo digital, por isso destacamos as interferências do ambiente online, das redes sociais e questionamos sobre o futuro do jornalismo na seção 4.3. Para narrar o cotidiano complexo, como é o caso brasileiro, indagamos nossos entrevistados e entrevistadas sobre movimentos de empatia, alteridade e lugar de fala; bem como a influência da formação superior em jornalismo e constatamos a adoção de linguagem nem sempre inclusiva para tratar de temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos. Os resultados são apresentados na seção 4.4.

Entendemos que não é possível apreender os sentidos de cidadania e de direitos humanos entre repórteres sem uma matriz interseccional de análise, que compreenda os lugares sociais desses profissionais, seus espaços enquanto sujeitos. A partir dessa matriz analisamos as diversas possibilidades de *ser repórter* nesse

tempo conflituoso e apresentamos alguns ditos e não-ditos que emergiram das narrativas na seção 4.5.

**Parte Um**  
**– Origens –**

## 1 JORNALISMO, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: IMBRICAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRICAS

*Vozes-Mulheres*

*A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio.  
ecoou lamentos de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.*

*A minha voz ainda ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue e fome [...].*

Conceição Evaristo

A garantia dos direitos humanos e da cidadania é central para as sociedades contemporâneas, principalmente para superar as desigualdades. Por sua vez, o jornalismo ocupa, nas democracias, um papel social importante nesse contexto. A narrativa jornalística aproxima, cotidianamente, as cidadãs e os cidadãos de seus direitos e deveres. Para se compreender tal relação é preciso registrar, inicialmente, que jornalismo, cidadania e direitos humanos foram construídos historicamente e estão socialmente intercambiados.

As referências técnico-normativas elencadas a seguir apresentam, em geral, a relação evidente entre jornalismo, cidadania e direitos humanos na definição das finalidades ou responsabilidades da profissão na esfera democrática. Assim, demos preferência à revisão de clássicos das Teorias do Jornalismo – especialmente os brasileiros. Nos aspectos normativos incluíram-se documentos de conduta deontológica e legal.

O esforço de compreensão sobre a cidadania e direitos humanos – dada sua complexidade e construção controversa ao longo dos tempos – privilegiou pensadores de ambição histórico-crítica e pesquisadores do jornalismo que trataram dos temas. Nosso intuito foi trazer à luz as diversas faces de cidadania e dos direitos humanos, na impossibilidade e inadequação de uma única definição, conforme alerta Gusmão



(2012), para quem ilações a partir de conteúdos conceituais podem resvalar para o que chama de fetichismo do conceito.

O intuito não foi, no entanto, reconstruir cronologicamente a História do jornalismo, dos direitos humanos e da cidadania, mas iluminar seus processos de desenvolvimento, com lampejos de fatos históricos importantes. São apreciações permeadas de contrastes e conexões. Portanto, situamos raízes do passado e, quando necessário, aprofundamos algum ponto, como é o caso do desenvolvimento da cidadania no Brasil<sup>43</sup>, mutuamente com os processos jornalísticos do país, bem como a relação com direitos humanos e democracia.

Tais perspectivas são discutidas nas subseções deste capítulo, pois fornecem suporte às discussões sobre as percepções de cidadania e direitos humanos predominantes entre os jornalistas, desvendadas a partir da pesquisa empírica.

## 1.1 SIMBIOSES E AMBIVALÊNCIAS

Conforme já apontado na introdução, o exercício profissional do jornalismo mobiliza saberes permeados dos desafios de sua *práxis*, refletidos nas teorias do jornalismo, entre eles, a responsabilidade de promoção da cidadania. O Capítulo I, artigo 1º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros<sup>44</sup> tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação (FENAJ<sup>45</sup>, 2007). O capítulo estabelece que é dever de jornalistas oporem-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defenderem os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Documento basilar para o código deontológico jornalístico, a DUDH foi adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada pela ONU, em 10 de dezembro de 1948, em Paris, França. O documento prioriza, em seu

---

<sup>43</sup> A epistemologia decolonial é um pano de fundo importante para nossa reflexão, tendo em vista a colonialidade do poder e o eurocentrismo, temas que serão retomados adiante.

<sup>44</sup> O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros foi atualizado no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, 2007, em Vitória, Espírito Santo. É o quarto em vigor. Seus precedentes foram de 1949, 1968 e 1986 (CHRISTOFOLETTI, 2006).

<sup>45</sup> A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), criada em 1946, atuou na redemocratização do Brasil, especialmente durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte, quando coordenou a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação formada para garantir, na Carta Magna, dispositivos que perpetuassem salvaguardas para estimular a democratização da informação. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/fenaj/a-federacao/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Artigo II (Inciso 1º), que todo ser humano tem capacidade para gozar as liberdades e os direitos estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948). Entende-se, a partir do texto, que os direitos humanos são imprescindíveis para a cidadania contemporânea<sup>46</sup>.

Os direitos humanos<sup>47</sup>, nesse contexto, devem ser observados como o conjunto articulado e interdependente dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais (MONDAINI, 2009). Servem de princípio para a cidadania pois a promoção dos direitos é patrimônio coletivo da sociedade “na medida em que a essência da cidadania é a expansão dos direitos e garantias de pessoas e coletividades, relacionando-se aos esforços pelo desenvolvimento humano e social” (SOARES, 2012, p. 12).

Embasado na DUDH, o Artigo 6º, Inciso XI do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, define como dever profissional: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias<sup>48</sup>” (FENAJ, 2007, p. 5).

No panorama jurídico, os artigos 220 a 224 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) tratam da comunicação social. Dispõem sobre a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, com foco nos meios de comunicação jornalística, principalmente rádio e televisão. Embora tratem das empresas, não abordam especificamente o compromisso do jornalismo para com a manutenção da cidadania. Portanto, após a revogação da Lei de Imprensa<sup>49</sup>, em 2009,

---

<sup>46</sup> É importante destacar que as marcas de violência deixadas pelas guerras mundiais e os regimes totalitários do século XX foram motivadores da versão mais recente da DUDH, referência permanente para a cidadania mundial.

<sup>47</sup> Os direitos humanos inspiram os direitos fundamentais que recebem tratamentos específicos em cada Estado-nação (VIVARTA; CANELA, 2006).

<sup>48</sup> É de 2007 a versão vigente do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Assim, o que antes chamávamos de minorias hoje são considerados grupos em vulnerabilidade social.

<sup>49</sup> A decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) foi tomada em 30 de abril de 2009, quando a Lei de Imprensa, de 1967, foi declarada inconstitucional. É do mesmo ano a decisão do STF sobre a exigência de diploma para o exercício do jornalismo, também considerada inconstitucional em 17 de junho de 2009. Com isso, julgamentos de ações contra jornalista passam a ser feitos com base nos códigos Penal, Civil e na Constituição. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>>. Acesso: 16 jan. 2018.

o Código de Ética é um dos principais documentos normativos de jornalistas brasileiros, ainda que sem caráter propriamente legal.

Traquina (2012), ao tratar da importância balizadora dos códigos deontológicos, evidencia que sua existência é reconhecida por todos os estudiosos da problemática das profissões como um atributo indispensável<sup>50</sup>. Esses documentos, além de sinalizarem condutas adequadas, são manifestações públicas dos valores que regem algumas atividades humanas (CHRISTOFOLETTI, 2006).

Ao situar os pressupostos éticos como alicerces para a teoria do jornalismo, Karam (2004), em sua obra *A ética jornalística e o interesse público*, realça o papel social e político da atividade jornalística e evidencia sua importância para a disseminação de informação e de conhecimento.

Ao contar, lembrar, recontar, registrar, debater, polemizar, o jornalismo ajuda a memória coletiva e individual a tornar-se social e histórica, além de contribuir consigo mesmo para que seja, como outras áreas, memória da humanidade. E contribuir para que tal memória se constitua como referência para a ação, para a opinião, para a democracia e para a constituição da cidadania (KARAM, 2004, p. 251).

Em outra obra, *Jornalismo, ética e liberdade*, Karam (2014) defende que os profissionais jornalistas devem insistir para obter informações quando submetidas ao interesse particularizado de empresas, governo, organismos públicos e privados, ou ao interesse pessoal no caso de assunto de menor abrangência, mas com relevância social. Tal atitude é, segundo o autor, indispensável para proteger a cidadania.

Fundamentada na Teoria Crítica, a pesquisadora Raquel Paiva promove, de forma semelhante, um sentimento de alteridade em relação à construção da cidadania e suas implicações nos processos de produção jornalística. Defende que há discrepâncias na garantia de direitos entre elites e minorias e que o jornalismo e a comunicação são fatores-chaves para a superação de tais desequilíbrios. Paiva (2002) atribui ao jornalismo a responsabilidade de promover o espaço público na mídia, porém, com limitações, pois a lógica do jornalismo, segundo ela, é a compulsão pela velocidade e pelo espetáculo. A autora critica que o jornalismo não tem se

---

<sup>50</sup> Conforme o autor, o primeiro código deontológico do Jornalismo foi o sueco, escrito em 1900 e adotado em 1920. Em 1918 o Sindicato Nacional de Jornalistas francês aprova o primeiro código e a Federação Internacional de Jornalistas e adota seu código de honra profissional em 1939 (TRAQUINA, 2012).

mostrado capaz de promover uma mediação que englobe a diversidade de interesses dos grupos.

Do mesmo modo, a professora Alice Mitika Koshiyama aponta a relação entre jornalismo e cidadania. Para Koshiyama (2016) o jornalismo atual se constitui pela convergência da mídia (meios impressos, digitais, audiovisuais e de mídias interativas). Diante disso, torna-se cada vez mais necessário formar um cidadão capaz de atuar em um estado democrático. Assim, defende que o jornalismo é um meio de construção da história pública.

Desde o início de sua carreira como jornalista e pesquisadora, Cremilda Medina defende que o relato jornalístico deve fornecer mais que a explicação, mas a compreensão das ações humanas por meio de reportagens contextualizadas e humanizadas<sup>51</sup>. Para a autora, “ainda que se apregoe o acesso e a vocalização dos cidadãos por meio de tecnologias contemporâneas, a diáspora informativa persiste exigindo a narrativa jornalística que, ética, técnica e esteticamente organize o caos no cosmo” (MEDINA, 2016, p. 275). A autora considera que ética, técnica e estética configuram a tríplice tessitura do jornalismo, o que confere à profissão grande responsabilidade social. Conforme Medina, a prática jornalística deve contribuir para amplificar visões e situações que até então se encontravam invisíveis do grande público, pode ajudar a “descobrir essa trama dos que não têm voz, (...) recriar os falares, a oratura dos que passam ao largo dos holofotes da mídia convencional” (2003, p. 52).

A histórica afinidade entre jornalismo, cidadania e direitos humanos é, portanto, bastante conhecida, conforme mapeada neste breve panorama. Contudo, os pesquisadores brasileiros citados acima fazem parte do pequeno grupo entre os que aprofundam a discussão e apontam as fragilidades da questão. Uma dificuldade existente nessa tarefa é delinear o que é o jornalismo, o que é a cidadania e seus direitos. A finalidade, como já adiantado, não é apresentar um panorama linear ou

---

<sup>51</sup> A humanização no jornalismo pode ser entendida como um processo em que a vivência humana é colocada em destaque. Para a autora, é crucial uma escuta ativa da experiência coletiva. Ijuim reelabora o conceito de um jornalismo humanizado, quando o repórter “munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as *dores do mundo* (DINES, 2009), de empatia, de solidariedade às *dores universais* (MEDINA, 2008). Como consequência, sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de julgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador” (IJUIM, 2016, p. 9-10, grifos do autor).

estritamente cronológico, mas iluminar a trajetória dos dois conceitos que estão inter-relacionados ao longo da História. E, como estão circunscritos no cotidiano, estão sempre em suspensão, inacabados, construindo-se, mutuamente.

Com o intuito de situar as ambivalências e as simbioses entre jornalismo, direitos humanos e cidadania, à luz das sociedades democráticas<sup>52</sup> o esforço será de mapear percursos históricos que denotem o jornalismo, a cidadania e os direitos humanos em suas conexões.

A pergunta preliminar é colocada: O que é o jornalismo? Nelson Traquina (2012)<sup>53</sup>, distinto por seus estudos sobre a profissão de jornalista, afirma que é absurdo pensar que possamos responder à essa pergunta numa frase, ou até mesmo num livro. O pesquisador<sup>54</sup>, que dedicou sua vida à empreitada de definir a profissão, publicou, entre outras, duas obras basilares: *Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias são como são* (Volume I), e *Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística - Uma Comunidade Interpretativa Transnacional* (Volume II).

Traquina busca responder à questão a partir de vasta pesquisa<sup>55</sup>. “Sejamos corajosos e tentemos” (TRAQUINA, 2012, p. 19), sugere o estudioso luso-americano. Sinteticamente, como o pontapé da discussão, podemos dizer que o jornalismo é um

---

<sup>52</sup> Diante do atual cenário político brasileiro, evidencia-se o esfacelamento democrático, discutido com mais detalhadamente na seção 1.1.2.

<sup>53</sup> Traquina, que nasceu em 1948 em Springfield, Massachussets, Estados Unidos, numa colônia de trabalhadores imigrantes, tem nacionalidade portuguesa, e foi professor catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. Licenciado e mestre em Política Internacional nos Estados Unidos; formado também em Jornalismo pelo Institut Français de Presse, tendo cursado doutorado em Sociologia pela René Descartes de Paris, com uma tese sobre as agências internacionais de informação, Traquina “já se tornara então o acadêmico mais bem informado, no mundo de Língua Portuguesa, sobre a abrangência desta nova área científica em escala global” (MEDITSCH, 2012a, p. 13). O pesquisador luso-americano estudou por dentro as agências internacionais. Como jornalista, havia sido correspondente da United Press International (também da UPI News Television e do Daily Telegraph) em Lisboa, no conturbado período pós-revolucionário, em meados dos anos 1970, conforme Meditsch (2012a), que colocou Portugal nos noticiários de todo o mundo. Para ampliar as discussões sobre o assunto, Nelson Traquina foi um dos fundadores e presidiu, em 1997, o Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), um grupo de pesquisadores de diversas instituições, centrados no jornalismo como objeto. Viveu nos Estados Unidos, onde faleceu em 2019, aos 71 anos.

<sup>54</sup> No prefácio da obra de Traquina (2012) *Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias são como são* (Volume I), o professor Eduardo Meditsch – responsável pela supervisão editorial dos volumes – destaca a contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no Brasil. De acordo com Meditsch (2012a), a influência de Traquina ajudou a moldar a fisionomia de todo o ensino universitário do jornalismo, visto que rejeitou a possibilidade do ensino tecnicista.

<sup>55</sup> No prefácio da obra *Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina* (CUNHA; CABRERA; SOUSA, 2012) publicada pelo Labcom, em Portugal, Isabel Ferin Cunha ressalta que o autor compôs coletâneas – majoritariamente de autores anglo-americanos (pouco acessíveis aos estudantes e pesquisadores de língua portuguesa) que tornaram os seus trabalhos incontornáveis no âmbito do ensino e da pesquisa em Jornalismo.

conjunto de estórias<sup>56</sup> de vida e que jornalistas são narradores dessas estórias da sociedade contemporânea. Aponta-se aí um dos princípios da relação entre os temas de nossa pesquisa. Entretanto, tal relação é bastante complexa.

Uma das primeiras constatações dessa imbricação é que o jornalismo<sup>57</sup> nasceu de processos socioculturais e mercantis durante o desenvolvimento ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVII: informava, distraía, divulgava mercadorias. A cidadania, por sua vez, tem suas raízes ainda mais remotas, na Antiguidade. Por isso, buscamos salientar, inicialmente, o jornalismo e seu processo de desenvolvimento, tendo como base suas preocupações com a cidadania, para então desenhar a trajetória clássica da cidadania e sua influência na narrativa jornalística, como será apresentada na seção 1.1.1, bem como a interconexão entre direitos humanos, cidadania e democracia, na seção 1.1.3.

A fim de contextualizar tal imbricamento, é preciso elucidar que desde a fase final de desenvolvimento profissional do jornalismo (entre os séculos XVIII e XIX) até a atualidade, a profissão serviu de instrumento à burguesia, que fez uso do relato jornalístico para alcançar interesses econômicos e para a difusão de posicionamentos políticos e ideológicos, com o intuito de ascender ao poder, como ressaltam Genro Filho (2012) e Marcondes Filho (2002). É dessa mesma época a ideia mais contemporânea de cidadania, como discutiremos adiante.

De acordo com Sousa (2008), entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a imprensa europeia – berço do jornalismo ocidental – foi essencialmente opinativa e partidária. Segundo o autor, a partir da Revolução Industrial, o fazer jornalístico artesanal tornou-se produto e produtor da Indústria Cultural, passou a integrar o sistema capitalista<sup>58</sup> e a ser produzido por empresas profissionalizadas, mantidas por interesses comerciais.

No final do século XIX e início do século XX se estabeleceram os princípios democráticos do jornalismo, a partir de mudanças ocorridas nas relações de poder nos Estados Unidos e na Europa (GENRO FILHO, 2012). É quando os sentidos da relação entre jornalismo e cidadania tornam-se mais nítidos. Tal concepção originou-

---

<sup>56</sup> As “estórias” como Bird e Dardenne (1993) chamam a narrativa jornalística, tratam de personagens que trazem valores-notícias culturalmente compartilhados.

<sup>57</sup> É relevante frisar que há fenômenos pré-jornalísticos que remontam à Idade Média (entre os séculos V e XV), entretanto, o jornalismo como se produz atualmente é fruto de transformações ocorridas a partir do século XV (SOUSA, 2008).

<sup>58</sup> Devido ao passado colonialista e escravocrata, no Brasil o percurso será trilhado quase um século depois, como será discutido na seção 1.1.2.

se de sucessivas transformações acerca do papel social da mídia, muitas delas influenciadas pelas alterações nos cenários políticos e econômicos das sociedades e, mais recentemente, nos processos tecnológicos de que o jornalismo necessita para penetrar no tecido social.

Em sua obra *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, Genro Filho (2012)<sup>59</sup> adequa as categorias singularidade, particularidade e universalidade da filosofia clássica alemã – especialmente do filósofo húngaro György Lukács e do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel – a fim de fornecer um axioma para a teoria jornalística<sup>60</sup>. Embora essa seja a dimensão mais comentada da obra de Genro Filho, o pano de fundo de toda a sua teoria – tendo em vista o ideal de igualdade da conjectura marxista que lhe dá suporte – é a relação do jornalismo com a cidadania.

Antes de focar nessa questão, o autor elenca o desenvolvimento que colaborou para que o jornalismo pudesse ser produzido em menos tempo e aponta alguns inventos tecnológicos<sup>61</sup>. Traquina (2012), por sua vez, examina a expansão da imprensa e evidencia a afirmação da legitimidade jornalística, que ocorre no processo de luta pela liberdade e pela conquista da nova forma de governo, a democracia, em oposição ao poder político absoluto sob a forma de monarquia. Por um lado, segundo Traquina (2012), a teoria democrática apontava para que o jornalismo cumprisse um duplo papel: 1) com a liberdade “negativa”, vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes; 2) com a liberdade “positiva”, fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas

---

<sup>59</sup> Em 2017 o livro *O Segredo da Pirâmide* completou 30 anos de sua primeira publicação. Em 1987, Adelmo Genro Filho defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, logo em seguida, publicou-a pela editora *Tché!* (PONTES, 2015; 2017).

<sup>60</sup> Defende que o jornalismo é uma forma social de conhecimento cristalizada no singular, cujo conhecimento caminha do universal para o singular (GENRO FILHO, 2012). O enfoque teórico, situado na perspectiva da dialética marxista, está embasado na Ontologia Crítica de Karl Marx e György Lukács.

<sup>61</sup> Lembra que, embora só no século XIX tenham surgido dispositivos que favoreceram diretamente o jornalismo, o papel apareceu no Ocidente no século XII, a tipografia em 1450 e os primeiros jornais (que ainda não eram diários) já circulavam no século XVI. Destacamos que o aprimoramento da prensa de Johannes Gutenberg, no século XV, ampliou a abrangência da imprensa nos séculos seguintes, visto que a relação do jornalismo com a tecnologia é determinante para a circulação das informações. Das inovações, o autor cita o telégrafo (1840), a rotativa (1864), o cabo submarino (1850), a expansão das linhas férreas (1850-1928), a linotipo (886), o aperfeiçoamento da fotografia (1897). Também ressalta o crescimento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento do correio como contribuições para o aumento do número de público potencial do jornalismo.

responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística.

Então questiona: o que é ser jornalista em uma democracia? De acordo com Traquina (2013, 2012), existe uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia (e, por consequência com a cidadania e os direitos humanos). Segundo o pesquisador, a partir da teoria democrática o jornalismo “deve ser um veículo de informação para equipar cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão de suas preocupações” [...]. (TRAQUINA, 2012, p. 130-131). Complementa:

A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton<sup>62</sup>, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances*<sup>63</sup> (a divisão de poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*)<sup>64</sup> do governo. Tal como a democracia sem uma imprensa livre é indispensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia (TRAQUINA, 2012, p. 22-23).

Ao discutir a relação entre jornalismo e democracia, curiosamente, sempre que se refere ao tema, Traquina (2012, 2013) opta por mencionar o termo cidadão, sem apresentar seu entendimento sobre cidadania. Em consulta realizada ao autor<sup>65</sup>, Traquina (2016) destaca que os termos cidadania e cidadãos não lhe parecem guardar diferenças significativas, mas sublinha que não realizou estudos específicos sobre o emprego dos conceitos<sup>66</sup>. Preocupou-se em situar as conexões entre os temas. A evidência dada pelo pesquisador luso-americano à teoria democrática é,

---

<sup>62</sup> Traquina refere-se a John Milton, quando o poeta, intelectual e funcionário público inglês publica seu manifesto contra a censura, *Areopagítica*, em meados do século XVII. Lima (2015) chama a atenção de que o clássico texto de Milton, publicado em 1644, é reiteradamente lembrado na defesa da liberdade de imprensa quando, no entanto, Milton não se referia à imprensa (nos termos midiáticos, como conhecemos atualmente) mas à liberdade de imprimir sem licença.

<sup>63</sup> Grifos do autor.

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> Em nota publicada no volume I de Teorias do Jornalismo (mantida na 3ª edição) a revisora, professora Regina Carvalho, destaca que só foram alteradas para o português do Brasil construções do português de Portugal em que a compreensão fosse mais difícil. Para não incorrer ao erro, foram consultados a revisora, o supervisor editorial da obra e o autor a fim de esclarecer se nos originais houve alguma referência à palavra cidadania, ou o autor optou por sempre usar o termo cidadãos. Por e-mail enviado ao autor em 2016, Traquina confirmou que não adotou o termo cidadania na obra.

<sup>66</sup> Sobre o assunto, a tese *Cidadania: história e política de uma palavra*, defendida junto ao Programa de Doutorado em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, investigou dicionários lusitanos prévios ao aparecimento da palavra cidadania na língua portuguesa até a determinação dessa condição pelos sentidos ligados à Revolução Francesa (ELIAS DE OLIVEIRA, 2004, 2006).



portanto, explanada a partir de correntes de pensamento ingleses, norte-americanos e europeus, que influenciaram as democracias de algum modo.

É importante ressaltar que, conforme esclarece Bonamigo (2000), a democracia é uma construção histórica e, enquanto tal, seu desenvolvimento é resultado de variadas práticas de diferentes governos, embora sempre permaneça, como referencial teórico, uma ideia de democracia desejável, que reúne liberdade e igualdade, conforme será discutido na seção 1.1.2.

Dedicado às questões que relacionam o jornalismo a um dos aspectos da cidadania – o vínculo jornalístico com o tema saúde – Kucinski (2000) também defende que o jornalismo tem sido historicamente um dos principais meios de construção da democracia e de conquista de direitos de cidadania, pois a profissão criou uma cultura de intervenção no cotidiano. “Constitui uma relação social densa e demarcada, um modo específico de buscar e narrar a informação, um tipo de saber, uma *práxis* que inclui a construção da personalidade pública do jornalista e um *ethos* jornalístico” (2000, p. 182)<sup>67</sup>.

Para o pesquisador, cada vez mais, cabem ao jornalismo as tarefas de informar, combater o segredo de Estado, levantar polêmicas, denunciar abusos do poder, corrupção e violação dos direitos humanos, ainda que seu papel seja ofuscado por entretenimento e propaganda nos meios de comunicação de massa. “É como se [o jornalismo] tivesse um mandado da população para as funções de vigilância da cidadania e da justiça que o cidadão comum não consegue exercer mais diretamente” (KUCINSKI, 2000, p. 182). Para o autor, que acumula as funções de jornalista, escritor e cientista político, os papéis de representação e mediação conferem ao jornalismo a ética, cujo padrão referencial é norteado pelas democracias pós-industriais.

O jornalismo contemporâneo nas sociedades democráticas conta com a proliferação de canais de acesso à informação e as novas oportunidades aos jornalistas para vozes alternativas da sociedade, “fatores que apontam para a debilitação do controle político do jornalismo e para a existência de um campo jornalístico que é cada vez mais uma arena de disputa entre todos os membros da sociedade” (TRAQUINA, 2012, p. 212).

Diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas são consideradas elementos que incorporam a democracia como um valor (FIGUEIRAS; SANTO;

---

<sup>67</sup> Grifos do autor.

CUNHA, 2014). E não há como imaginar a democracia sem cidadania, nem o jornalismo contemporâneo sem ambas. Entretanto, a trajetória da cidadania, até transformar-se democrática, foi bastante longa. Discutir tal vinculação é um esforço para compreender os sentidos de cidadania, fruto de tensões sociais nas lutas de poder. Tal tensionamento será apresentado a seguir.

### 1.1.1 A construção da cidadania

Ainda que a construção teórica de cidadania tenha seus primórdios na Grécia Antiga e a elaboração jurídica da categoria de cidadão tenha uma origem mais propriamente romana, a noção de cidadania somente pode ser apreendida como um conceito histórico – seu sentido varia ao longo do tempo e em diferentes espaços, conforme Botelho e Schwarcz (2012). Desde a Antiguidade o termo foi sendo adaptado às novas práticas e se existe um fio condutor, segundo os autores, ele certamente diz respeito às relações das pessoas com a sociedade, e talvez por isso esteja tão ligado à luta pelos direitos civis, políticos e sociais.

Conforme apontado pelos autores, apesar de o conceito de cidadania ser basilar no campo intelectual e político das sociedades contemporâneas, e de cruzar a cada dia novas fronteiras, ganhando mais espaço nas democracias representativas, não existe uma definição consensual ou mesmo análises definitivas da sua história.

Gentilli (2005) salienta que a categoria teórica de cidadania tomou forma ao longo de um processo desde a Grécia Antiga, sobretudo em Atenas, onde assume sua forma mais conhecida. Assim, o conceito remonta à Antiguidade e, na *polis* grega adquiriu os significados de liberdade, igualdade e virtudes republicanas, ainda hoje a ele associados.

Trata-se, de acordo com Botelho e Schwarcz (2012), de uma história de longuíssima duração, uma vez que, a palavra *cidadão*<sup>68</sup> vem do latim *civitas*<sup>69</sup> (cidade). Para os autores, o ponto inicial da história do conceito de cidadania pode ser localizado nas primeiras páginas do livro III da *Política* de Aristóteles (2009)<sup>70</sup> quando o filósofo grego – discípulo de Platão e mestre de Alexandre, o Grande – define como

---

<sup>68</sup> Grifos dos autores.

<sup>69</sup> *Idem*.

<sup>70</sup> Tradução do original: ARISTOTELIS. Ópera. Berlin: Bekkeri, 1831. Ver: ARISTÓTELES. Política. In: MARÇAL, Jairo (org.) Antologia de Textos Filosóficos. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

cidadão aquele com a possibilidade de participar do poder de deliberar ou de julgar na Cidade-Estado. O filósofo divide o problema em dois: quem é o cidadão e quem ou qual pessoa deve ser chamado de cidadão. “Ser cidadão” significa ser titular de um poder público e participar da decisão coletiva. Já para a segunda questão, os critérios parecem mais restritos, limitando-se a um pequeno número de homens, excluídos aqueles que viviam do próprio trabalho, as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

Para os escravos não havia *polis*, ou seja, cidadão podia ser apenas o homem<sup>71</sup> livre que participava de uma comunidade. A visão excludente da democracia grega abre espaço para a república romana, afinal, a construção jurídica da categoria *cidadania*<sup>72</sup> tem origem na Roma Antiga, conforme Botelho e Schwarcz (2012). Há quem sustente que o termo latino *civis*<sup>73</sup> – no seu significado primeiro de cidadão – não teria equivalentes simples em outras línguas indo-europeias e garantiria os direitos dos *indigenatos*<sup>74</sup> (dos nativos) diante dos estrangeiros.

A cidadania romana definiu os membros da comunidade política, a ‘*res-pública*<sup>75</sup>, quando a coisa pública separa-se da privada, marco do surgimento do Direito Romano. Os direitos que denotam tal categoria e, portanto, distinguem o cidadão romano seriam constituir família, ter servos e libertá-los (conferindo-lhes, assim, cidadania), contrair obrigações, votar decidindo sobre a paz, sobre a guerra e sobre a criação de magistrados, ser eleito nas magistraturas. A história de Roma é acompanhada pela extensão nos critérios de cidadania e de *civitas romana*, já que os direitos seriam conferidos, com o tempo, a todos os habitantes do Império:

O importante é que aos poucos caía a distinção que ligava cidadania ao *indigenato* em sentido estrito, a origem, e se abria mão igualmente da referência a elementos naturais como sangue, solo. Com isso, também a atribuição perde seu sentido natural para ganhar significados mais amplos e cada vez mais agenciados por motivos de ordem política. Tais direitos de cidadão podiam, assim, ser adquiridos, mas na mesma medida serem perdidos. O grau máximo era a redução à escravidão de um homem livre, e em seguida a condenação penal, que correspondia à morte da personalidade jurídica do indivíduo (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 9).

Na Idade Média (séculos V a XV) os temas políticos e sociais – embora fundamentais na contemporaneidade – não tiveram espaço de debate, por isso,

<sup>71</sup> Nesse período, a linguagem sexista evidencia, concretamente, a exclusão das mulheres da ideia de cidadania.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Mais tarde, palavra que origina “república”.

durante o obscuro período Medieval o termo cidadão desaparece. O tema ressurge no mundo moderno, com características diferentes daquelas do passado, já que o conceito de cidadão reaparece em oposição ao de súdito. O cidadão é o homem livre, portador de direitos, enquanto o súdito é aquele que se submete à autoridade do governante. “O conceito de cidadania, no decorrer deste processo histórico, vai evoluindo gradativamente - ou, circunstancialmente, aos saltos - à medida que novos direitos vão sendo incorporados” (GENTILLI, 2005, p. 101).

Apesar de tantas limitações, o conceito foi identificado com o surgimento do burguês no mundo medieval, sendo que, nas passagens para a modernidade, a ideia de cidadania adquire fundamentos filosóficos modernos, destacando-se nela as obras do inglês John Locke (1632-1704) e do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Com eles a ideia de um “contrato” firmado pelos cidadãos com o Estado ganha importância (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012).

Outras versões sensíveis à dimensão histórica da cidadania receberam espaço. Mostram que, assim como a construção do Estado-nação não segue um padrão único definido, também não existiria apenas um só caminho para a cidadania e para a conquista de direitos. Isso está demonstrado em um livro clássico: *Construção nacional e cidadania*, escrito em 1964 por Reinhard Bendix, judeu alemão radicado nos Estados Unidos. O autor pensou os dilemas do indivíduo moderno com escolhas morais da igualdade, da justiça, da autoridade e da ordem, influenciado por Karl Marx e Max Weber.

Em *Construção Nacional e Cidadania*, Reinhard Bendix parte do exercício generalizante sobre legitimação da autoridade e solidariedade para destacar como sociedades particulares apresentam respostas singulares para questões universais. A obra de Bendix (1996) permanece atual mesmo com a globalização e a fragmentação do Estado-nação, que continua a ser o ponto de referência para o exercício da soberania e efetivação dos direitos dos cidadãos.

Outro clássico das ciências sociais sobre o tema, *Cidadania, classe social e status*, de Thomas Humphrey Marshall, é resultante de uma conferência de 1949 (MARSHALL, 1967). A obra trata o desenvolvimento da cidadania como uma sequência evolutiva ao mesmo tempo histórica e lógica de direitos civis, políticos e sociais. Fundamentada na experiência inglesa, essa visão da cidadania sugere que foi o exercício dos direitos civis, fundamentais à proteção da liberdade e da igualdade – que possibilitou a conquista dos direitos políticos (garantindo a participação no

governo) – e que, por fim, o exercício desses permitiu o surgimento dos direitos sociais, que remetem à ideia central da justiça social, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação.

Um dos efeitos dessa visão influente foi a naturalização do conceito de cidadão como aquele que concentra plenamente a titularidade dos três direitos - um ideal normativo que “mesmo sendo, talvez, inatingível historicamente, tem se mostrado potente o suficiente para favorecer a mobilização pela cidadania” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 17-18).

Por isso, conforme Pinsky e Pinsky (2008), exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Carvalho (2013) explica que é costume desdobrar a cidadania na tríplice esfera de direitos. O cidadão pleno seria aquele titular dos três direitos e os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos. Segundo o autor, os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei (CARVALHO, 2013). Tratam da garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular.

São os direitos civis que asseguram a liberdade de expressão, que engloba a liberdade de imprensa, de consciência e a livre manifestação do pensamento<sup>76</sup>. Além disso, o direito à informação – relacionado aos direitos civis – inclui contradições e antagonismos. “É um direito que fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania” (GENTILLI, 2005, p. 128). A garantia de tais direitos se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que asseguram as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. São considerados direitos individuais, conquistados *contra o poder do Estado*, conforme sublinha Gentilli (2005)<sup>77</sup>.

É possível haver direitos civis sem direitos políticos, de acordo com Carvalho (2013), mas o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de

---

<sup>76</sup> Os temas serão aprofundados nos capítulos seguintes.

<sup>77</sup> Grifos do autor. In: GENTILLI (2005, p. 98).

opinião e organização, os direitos políticos, especialmente o voto, podem existir convencionalmente porém, tornam-se obsoletos.

Mas sem a garantia dos direitos civis do preceito da liberdade, e a liberdade de associação é pedra angular na configuração de uma sociedade mobilizada coletivamente, isto é, na configuração de uma sociedade civil organizada politicamente -, os direitos políticos ficam formalmente “esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos<sup>78</sup>”. É com base no exercício dos direitos civis nas liberdades individuais, sobretudo a liberdade de associação e opinião que os direitos políticos de participação no governo, o que vai além do direito ao voto podem ser alcançados, e é com base nessa articulação entre os direitos que a noção de cidadania toma uma forma mais acabada e renovada (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 18-19).

Carvalho (2013) define os direitos políticos como aqueles que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população<sup>79</sup> e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. De modo geral, os direitos políticos estão conectados ao direito do voto.

Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno. “Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila” (PINSKY; PINSKY, 2008, p. 11).

Os direitos sociais incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo (CARVALHO, 2013). Em tese, eles podem existir sem os direitos civis e sem os direitos políticos. Até mesmo podem ser tidos em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários.

Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. Estão baseados na justiça social. Conforme Gentilli (2005), os direitos sociais proporcionam aos seus beneficiários um certo nível de bem-estar

---

<sup>78</sup> Os autores citam Carvalho (2013).

<sup>79</sup> De acordo com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) o voto é obrigatório para os eleitores maiores de 18 anos, sendo facultativo para pessoas dos 16 aos 18 anos, não-alfabetizadas e que tenham 70 anos ou mais.

material e propiciam acesso a certas *oportunidades* e *certas condições*<sup>80</sup> “que não seria possível pela origem social e de classe do usuário, caso o Estado não zelasse para que estes direitos existissem, dada a desigualdade social, inerente às sociedades capitalistas” (GENTILLI, 2005, p. 104). São direitos de necessidade, tutelados pelo Estado, destinados a diminuir e atenuar os efeitos das igualdades civis numa sociedade de desiguais.

Os direitos sociais, portanto, são, em algumas circunstâncias, antagônicos e restritivos aos direitos civis. Aliás, “restringem, de maneira especial, aqueles direitos civis mais marcadamente burgueses, isto é, capitalistas” (GENTILLI, 2005, p. 105). O autor ressalta que direitos civis, políticos e sociais são contrapostos em vários de seus fundamentos. Botelho e Schwarcz (2012) sublinham, também, que a garantia e o exercício de alguns direitos não significam o gozo de outros.

Assim sendo, a cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento, de acordo com Botelho e Schwarcz (2012), criados coletivamente a partir de confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas.

Marshall (1967), autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania, enfatizou que ela se desenvolveu na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, os direitos individuais fundamentais, no século XVIII, inspirados nas correntes filosóficas que dominaram a Europa<sup>81</sup>. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX, frutos de lutas de movimentos operários, socialistas e sindicais. Segundo o autor, foi uma sequência lógica.

Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, responsáveis pela introdução dos direitos sociais<sup>82</sup>.

Embora tenha sido muito influente, essa visão vem recebendo críticas. No caso brasileiro, autores como José Murilo de Carvalho mostraram como

---

<sup>80</sup> Grifos do autor.

<sup>81</sup> Conforme já destacado, figuram nestas correntes filosóficas dos séculos XVII e XVIII o Iluminismo e o Contratualismo, influenciadas por Locke, Montesquieu e Rousseau (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012).

<sup>82</sup> A educação popular é uma exceção na sequência de direitos, anotada pelo próprio Marshall (1967). Ela é definida como direito social, mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos.

historicamente, ao contrário do caso inglês estudado por Marshall, houve maior ênfase nos direitos sociais em relação aos direitos políticos e civis, e a precedência dos direitos sociais em relação aos outros.

Carvalho (2013) evidencia que o percurso inglês foi apenas um entre outros, cada país seguiu seu próprio caminho. Outro aspecto importante, derivado da natureza histórica da cidadania, já ressaltado, é que ela se desenvolveu dentro do fenômeno de Estado-nação, que também data da Revolução Francesa, de 1789<sup>83</sup>, de onde originam-se os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, presentes na noção de cidadania universal. No entanto, Carvalho (2013) chama a atenção para o fato de que essa condição cidadã parte da lealdade a um Estado e a identificação com uma nação, mas a identificação à nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa.

O historiador também pondera que da relação da cidadania com o Estado-nação deriva uma última complicação: vivemos uma crise do Estado-nação, que não é o foco da discussão sobre cidadania e por isso, não será discutida profundamente. É fundamental destacar, no entanto, que a fragmentação dos estados nacionais ocorre graças à internacionalização do sistema capitalista, cujas políticas neoliberais promoveram mudanças profundas na economia mundial, como a criação de blocos econômicos e políticos (SANTOS, 2002) o que acarretou a redução do poder dos Estados e mudanças das identidades nacionais existentes. Some-se a isso os avanços tecnológicos, que proporcionaram instrumentos ágeis para viabilizar os processos de globalização. Cabe destacar, brevemente, que a ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão de obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, do qual dependem os direitos sociais (CARVALHO, 2013). No bojo da cidadania está a conexão com a democracia, conforme será demonstrado a seguir.

---

<sup>83</sup> A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 é o documento culminante da Revolução Francesa. Vale destacar que a linguagem sexista explicitava a real exclusão das mulheres de seus direitos. Por isso, Olympe de Gouges (nascida na França, em 1748 com o nome Marie Gouze) redige, em 1791, a pouquíssimo conhecida Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que abrangia direitos civis e políticos, motivo que levou Olympe à morte na guilhotina, em 1793 (ASSMANN, 2007).



### 1.1.2 Tensionamentos democráticos

Como construção social e histórica, a luta por democracia tem impulsionado diversos aspectos da vida em sociedade, entre eles a garantia da cidadania e dos direitos humanos. Abdalla (2017) destaca que a forma democrática de governança foi a que por mais tempo esteve presente na história da espécie humana, mesmo antes da Grécia Antiga.

Em sociedades desiguais diversos povos encontraram diferentes meios para legitimar o poder e impor leis, inclusive combinando imposição de armas e coerção religiosa. Aos gregos coube o pioneirismo na reflexão sobre formas de governo, deles herdamos grande parte da terminologia que usamos para designar sistemas políticos e fundamentos do exercício de poder.

É de Platão (428-348 a.C.) – filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, fundador da Academia em Atenas – a tipificação das formas puras de governo. Retomadas por seu discípulo Aristóteles, tais tipologias distinguem três sistemas: Quando o poder é exercido por apenas um (*monos*) sujeito da soberania (*archía* = autoridade) o sistema é uma *monarquia* (governo de um só). Se o *kratós* (que significa poder) é exercido por um grupo de notáveis (*aristós*), trata-se de uma *aristocracia* (governo dos nobres). Quando o poder pertence ao povo em geral (*demos*); a soberania é *de todos* e o sistema é chamado de *democracia*<sup>84</sup>. Abdalla (2017) observa que em determinado momento histórico, os gregos entenderam que o ordenamento legal da cidade (*polis*) não poderia ficar a cargo das divindades, mas na aceitação consciente do povo sobre diferentes formas de governo.

No entanto, a democracia, assim como a cidadania, em sua gênese clássica, já se mostrava excludente, especialmente sobre o recorte de gênero. Na Grécia, apenas homens livres participavam do poder. Conforme já destacado, na Idade Média há um apagamento da ideia de representação e direitos, justamente quando há legitimação religiosa e monárquica. No Renascimento (século XVI) a ideia de democracia retoma fôlego. “Os ideais democráticos e republicanos tornam-se

---

<sup>84</sup> Conforme Abdalla (2017) as formas degeneradas de governo são a *tiranía* (degeneração da monarquia), a *oligarquia* (degeneração da aristocracia), a *anarquia* (degeneração da democracia) e, mais recentemente, convencionou-se chamar algumas democracias de *autocracias*, tendo em vista que alguns sistemas democráticos têm se concentrado em um único governante. Para Levitsky e Ziblatt (2018), depois da ditadura ostensiva, a autocracia é outro modo destrutivo de arruinar uma democracia. Nesse caso pelos próprios presidentes que subvertem – de forma gradual, sutil e legal – o processo e os levou poder.

bandeiras da burguesia desejosa de ocupar seu espaço no poder monopolizado, pela nobreza, pelo clero” (ABDALLA, 2017, p. 21). No capitalismo, de acordo com o autor, a democracia foi pensada para que os burgueses resolvessem seus conflitos de interesse no sistema, sem a participação dos trabalhadores.

Ainda que a relação entre democracia e cidadania seja intrínseca, já que não há cidadãos sem democracia ou democracia sem cidadãos (BARACHO, 1995), há inúmeros conflitos presentes no sistema, alguns não atenuados apesar de sua evolução histórica. Afinal, a democracia, em sua forma pura, deve ser exercida de maneira direta pelos cidadãos sem a intermediação de representantes, sendo possível apenas em sociedades menores, quando não há as complexas relações sociais, questões econômicas e tecnológicas da contemporaneidade. É quando surge, então, a democracia representativa, aquela que dá o direito de escolha de tais representantes a partir do sufrágio (voto) que, segundo Abdalla (2017), limita o poder a um conjunto de cidadãos. É por isso que no senso comum, a ideia de cidadania fica restrita ao direito de votar.

Assim, para pensar sobre democracia devemos sempre levar em conta que a democracia se define pela efetiva soberania da totalidade dos cidadãos e que o princípio de autonomia é fundamental para que a soberania pertença ao povo. Sem essas ideias a democracia é mera formalidade mascarada de cidadania.

É possível pensar a esfera democrática, portanto, a partir de diversas abordagens. Para se aproximar dos sentidos de democracia, Limongi (2019) propõe quatro perspectivas diferentes. A primeira é a configuração clássica: a democracia como forma de governo definido entre os muitos, perspectiva presente em *Política*, de Aristóteles (2009). Embora clássico, esse modo prevalece Modernidade afora e se desenha como forma de governo representativo no início do século XIX.

A segunda abordagem é a democracia como forma de Estado – a partir das contribuições do *Contrato Social* de Rousseau (2009) para as ideias democráticas – em que o princípio de soberania popular ganha espaço. Nessa perspectiva, a democracia assume função normativa, ou seja, como uma forma de Estado (LIMONGI, 2018) em que todos os cidadãos são tomados de maneira igual com fundamento na legislação.

A terceira maneira de refletir sobre a democracia é como forma de sociedade igualitária, não-aristocrática, assim como pensou Tocqueville (1987). Valida-se, aqui, o ponto de vista da distribuição da honra e da propriedade. É quando a sociedade

comercial toma o lugar da sociedade feudal e funda então a forma democrática da sociedade.

A quarta perspectiva é, segundo Limongi (2019), a configuração por excelência da experiência política moderna. É baseada em Lefort (1987) para quem a invenção democrática contém, em sua própria forma, as contradições da democracia. Nesse prisma, se entende a democracia como o lugar do poder que está vazio, conforme o autor, o espaço do poder sempre em disputa.

Para Limongi (2019), a democracia enquanto experiência de disputa é o único sentido que não está em crise porque a experiência democrática traz em si o seu outro, a possibilidade de ser avesso, algo que foi pensado desde o nascedouro do conceito no século XIX. A pesquisadora, que atua na área de filosofia política, denota que essa contradição é intrínseca à experiência democrática. Ou seja, a democracia está sempre condicionada à ameaça totalitária, tirana e despótica. Portanto, é preciso resistir às ameaças que rondam a democracia em suas diversas formas.

Pensadores das mais distintas áreas do conhecimento consideram o sistema democrático degradado, em decomposição, em risco, em crise em inúmeros países, tantos são os termos para definir esse momento de ruptura. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos – um dos fundadores do Fórum Social Mundial em 2003 – integra esse grupo. Ele ressalta que essa forma de governo perde terreno para regimes cada vez mais autoritários, líderes chegam ao poder e violam as regras democráticas (SANTOS, 2016b).

Tal situação encontra respaldo em Abdalla (2017), que atenta sobre a maneira como a democracia representativa foi instituída nas sociedades capitalistas modernas: a ideia de representação se sobrepôs e, em alguma medida, substituiu a soberania popular, transferindo a posse do poder de todos (*demos*) para os escolhidos (supostamente os melhores = *aristós*), criando, na verdade, uma aristocracia com o nome de democracia. Para o autor, a democracia contemporânea está nas mãos dos que têm dinheiro e controle (a aristocracia) que a degenera em uma plutocracia (*pluto* = rico), visto que não raro, o controle sobre os eleitos se exerce pelos que enriquecem e mantêm seu *status* por meios ilícitos e criminosos. É quando temos a cleptocracia (*kleptós* = ladrão).

Santos (2016a) concorda que é preciso pensar essa experiência a partir da tensão entre capitalismo e democracia. Destaca que a discussão democrática da última década do século XX mudou os termos do debate democrático do pós-guerra,

quando há a extensão do modelo democrático hegemônico liberal para o sul da Europa e, a partir de 1970, para a América Latina. Atualmente, toma corpo uma democracia neoliberal.

Conforme o autor, a democracia liberal funciona a partir do mercado político de pluralidade de ideias e convicções, assim como do mercado econômico. Já a democracia neoliberal dá total primazia ao mercado dos valores econômicos, quando tudo se compra e tudo se vende. Vem daí a corrupção endêmica do sistema político. Nesse modelo, a democracia de convivência cidadã desaparece para dar lugar à democracia instrumental tolerada, enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social.

Santos (2016a) explica que esse modelo é operado por três poderes em simultâneo, nenhum deles democráticos: o capitalismo, o colonialismo<sup>85</sup> e o patriarcado, que são subservidos por vários outros subpoderes religiosos, midiáticos, geracionais, étnico-culturais e regionais. Assim, o capitalismo está assentado em trocas desiguais entre seres humanos supostamente iguais. O colonialismo se baseia na discriminação contra seres humanos “que são iguais de modos diferentes” (SANTOS, 2016a, p. 210). O patriarcado se assenta na dominação das mulheres e na estigmatização das orientações não-heterossexuais<sup>86</sup>.

A esse tipo de experiência democrática o autor chama de modelo de baixa intensidade, já que a participação efetiva da população é reduzida. Por isso, o pensador lusitano defende a adoção de concepções contra-hegemônicas de democracia, quando os limites da representação são superáveis na fusão da democracia representativa com a democracia participativa, por exemplo, em que todos os envolvidos lutam por seus direitos de forma ativa e consciente. Nesse aspecto, Santos ressalta que os movimentos sociais têm sido fundamentais para

---

<sup>85</sup> Quijano (2000), nos adverte que colonialismo e colonialidade são opressões relacionadas, mas distintas. O colonialismo, mais antigo, é um padrão de dominação e exploração que se manifesta, principalmente, no controle da autoridade política e dos recursos de produção. A colonialidade, ainda que forjada dentro do colonialismo, provou ser mais profunda e duradoura, sendo imposta à intersubjetividade de modo enraizado nos últimos 500 anos, especialmente na América Latina.

<sup>86</sup> Patricia Hill Collins (2017) e Karla Akotirene (2019) aprofundam a discussão acerca da interseccionalidade do racismo, do capitalismo e do cis-hetero-patriarcado a partir da epistemologia feminista negra. Retomaremos ao tema na Parte 3 – Lentas, quando detalharemos a matriz interseccional que embasa nossa análise.

renovar a agenda política democrática, comprometida em romper com o autoritarismo, o patrimonialismo, o monolitismo cultural e o não reconhecimento da diferença<sup>87</sup>.

Desse modo, a concentração de riqueza e a degradação dos direitos econômicos e sociais estão fazendo com que o círculo da reciprocidade cidadã se estreite. Cada vez mais cidadãos passam a viver na dependência de grupos sociais poderosos, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários, industriais, empresas de mega projetos e mineração, conforme Santos (2016a), que têm poder para interditar seus modos e expectativas de vida.

A isso Boaventura Santos chama de fascismo social, regime que constitui o outro lado das democracias de baixa intensidade. A partir de sua experiência de cidadão italiano, Umberto Eco (2018) chama essas novas apresentações fascistas de Ur-fascismo ou fascismo eterno. Ressalta que são derivadas<sup>88</sup> do fascismo italiano que não tinha bases filosóficas, mas era firmemente articulado em alguns arquétipos do ponto de vista emocional para manutenção do poder. “Cada vez que um político põe em dúvida a legitimidade do Parlamento por não representar mais a ‘voz do povo’<sup>89</sup> pode se sentir o cheiro de Ur-fascismo” (ECO, 2018, p. 58)<sup>90</sup>.

Diante desse cenário, ressaltamos que há o esfacelamento da participação popular na democracia como forma de governo, há uma crise aguda na medida em que os canais institucionais estão em franco ataque e que a apatia toma conta, possibilitando o esvaziamento das instituições políticas e o empoderamento das instituições religiosas (LIMONGI, 2019). Some-se a esse contexto um estado impenetrável, uma máquina estatal burocrática e legalista, a falta de transparência nos assuntos políticos, a seletividade da pressão política que afasta as classes trabalhadoras da participação efetiva no poder (ABDALLA, 2017). Outro componente é a manipulação midiática sobre os problemas sociais e suas soluções.

---

<sup>87</sup> Santos (2016a) chama a atenção que a inclusão democrática de identidades coletivas para certos grupos sociais, como povos indígenas e afrodescendentes, pressupõe o questionamento da identidade que lhe foi atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminatório.

<sup>88</sup>Eco (2018) elenca treze características: culto da tradição; recusa da modernidade; culto da ação pela ação; recusa a aceitar críticas; busca de consenso; foco na frustração individual ou social; nacionalismo; conformação de inimigos; ideia de que a vida é uma guerra permanente; elitismo; mitologia do “herói”; machismo; populismo qualitativo.

<sup>89</sup> Grifo do autor.

<sup>90</sup> Professores de Ciência Política da Universidade de Harvard, Levitsky e Ziblatt (2018) ressaltam que as instituições isoladamente não são o bastante para conter autocratas eleitos. A partir do trabalho do cientista político alemão Juan Linz, os autores explicam que a identificação de um líder autoritário está relacionada a quatro fatores: 1) Rejeitam, em palavras e ou ações, as regras do jogo democrático; 2) Negam a legitimidade de oponentes; 3) Toleram e encorajam a violência; 4) Dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Dunker (2019) enfatiza que o conceito de democracia, dos gregos até a modernidade, não envolve apenas o uso livre da palavra, ou a justiça na distribuição de cargos públicos, ou ainda a igualdade diante da lei. Para além do processo eleitoral, da escolha de representantes e instituições que realizam as leis consensualmente firmadas, a democracia é também uma perspectiva sobre o futuro. Segundo o psicanalista brasileiro, há democracia quando reconhecemos que nem toda lei já está escrita e decidimos, portanto, o caminho que devemos tomar. “Nesse devir do conceito de democracia há uma regularidade histórica importante. Com recuos e progressos, reconhecemos que a história da democracia é a história da inclusão de mais sujeitos” (2019, p. 93), ou seja, a realização dos projetos de emancipação.

Portanto, a experiência de democracia viceja entre nós ao mesmo tempo em que agoniza em outros âmbitos, o que reforça a necessidade de atenção em relação ao aprofundamento dessa experiência (LIMONGI, 2019), especialmente para a afirmação da cidadania e dos direitos humanos.

### **1.1.3 Direitos humanos, cidadania e democracia**

O desenvolvimento da democracia desde a Grécia Antiga e a experiência republicana em Roma são alguns dos elementos relevantes no processo que contribuiu para a formatação dos direitos humanos conforme os conhecemos hoje. A construção histórica dos direitos humanos relaciona-se aos principais acontecimentos dos últimos 25 séculos. Os direitos humanos originam-se de lutas sociais pela garantia de cidadania, por isso, sua correlação com a democracia é central. O Estado, nesse contexto, assume dois papéis contraditórios: de algoz e de protetor dos direitos (MONDAINI, 2009).

Assim, os direitos humanos são uma espécie de invenção humana (ARENDDT, 2012), em constante processo de reconstrução. Pesam, em sua consolidação, episódios de violência e retomada de direitos, como é o caso da tortura, conforme lembra a historiadora norte-americana Lynn Hunt. A pesquisadora destaca que seis semanas depois de aprovarem a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>91</sup>,

---

<sup>91</sup> Conforme já destacado anteriormente, aqui também há linguagem excludente. Ela demarca que mulheres eram consideradas incapazes ou indignas de plena participação no processo político, assim como crianças, prisioneiros, estrangeiros, escravos, negros livres e alguns grupos religiosos.

em 10 de setembro de 1789, os deputados franceses extinguiram os usos da tortura como parte de uma reforma provisória do procedimento criminal<sup>92</sup>.

Na segunda metade do século XVIII houve um avanço repentino no desenvolvimento das práticas culturais. As formas mais extremas de punição corporal começaram a ser vistas como inaceitáveis. Todas essas mudanças contribuíram para uma compreensão de integridade corporal (autonomia) e individualidade empática. A tese defendida pela historiadora é de que o auge do romance epistolar coincide cronologicamente com a consolidação da ideia de direitos humanos, no século XVIII. “Meu argumento depende da noção de que ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política” (HUNT, 2009, p. 32). Conforme esse entendimento, novos tipos de leitura criaram experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possível a emergência de conceitos sociais e políticos (os direitos humanos)<sup>93</sup>.

Baseada na ideia de Benedict Anderson<sup>94</sup>, para quem os jornais e os romances criaram a “comunidade imaginada”, Hunt argumenta que a percepção sobre o sofrimento alheio poderia ser denominada “empatia imaginada”. É imaginada, segundo a autora, não no sentido de inventada, mas no sentido de que a empatia requer imaginar que alguma outra pessoa é como você. “Os relatos de tortura produziam essa empatia imaginada por meio de novas visões da dor” (HUNT, 2009, p. 30). A partir desse entendimento, percebemos que os direitos humanos são visivelmente mais compreendidos quando infringidos. Suas violações resultam em frentes de defesa.

Arendt (2012) também considera que os direitos humanos foram tratados de modo marginal pelo pensamento político do século XIX. Talvez por que, sendo predominantemente concebidos a partir de um localismo globalizado, encontram dificuldades em traduzirem-se em linguagem cotidiana da dignidade humana nas

---

<sup>92</sup> A tortura supervisionada para extrair confissões permaneceu como dispositivo jurídico na Europa por cerca de cinco séculos até que de 1760 em diante, inúmeras campanhas levaram à abolição da tortura sancionada pelo estado (na Europa) e à moderação nos castigos, medidas atribuídas à difusão do humanitarismo do Iluminismo (HUNT, 2009).

<sup>93</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos consolida essa noção: seu artigo V determina que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (ONU, 1948).

<sup>94</sup> Para mais detalhes: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Editora Companhia das Letras, 2005. Trataremos do tema novamente na seção 1.2.

diferentes regiões culturais do globo (SANTOS, 2009). Dentro desse contexto, aderimos ao entendimento de Mondaini, (2009) para quem os direitos humanos devem ser observados para além das ideias de universalidade, mas no princípio da indivisibilidade e no horizonte da internacionalização, “condição indispensável para a luta pela construção de uma cidadania global” (MONDAINI, 2009, p. 12).

Um passo importante para seu fortalecimento surge exatamente após um período de ruptura de direitos: a Liga das Nações foi consolidada somente depois da Primeira Guerra Mundial. O sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos são a resposta dada às violações da Segunda Guerra Mundial.

Portanto, somente há pouco mais de 70 anos foi possível consensuar, entre um grupo de nações, um elenco de direitos aplicáveis a todos e a todas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, com seus 30 artigos, busca compreender o que, afinal, caracteriza homens e mulheres. Dada a complexidade dessa empreitada, muitos foram os paradoxos e pontos de divergência enfrentados durante esse longo percurso que, até hoje, não dá conta de abranger todas as pessoas de forma equitativa.

Avanços e retrocessos marcam a história dos direitos humanos, do mesmo modo que as outras formas imbricadas de direitos, como a cidadania e a democracia, conforme apontado nas seções anteriores. Até conquistarmos os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, vivemos inúmeros conflitos, disputas, revoluções – e formulamos outras tantas declarações e tratados de paz (VIVARTA; CANELA, 2006).

O documento buscou assegurar formalmente a todos e todas o título de pessoas, sem nenhum tipo de distinção. Vivarta e Canela (2006) ressaltam que a necessidade de construção da Declaração, a partir das contribuições de nações partidárias de distintas correntes ideológicas, acabou também por gerar um resultado relevante para a humanidade: a interdependência entre os direitos civis e políticos (incentivados pelo ocidente capitalista e liberal)<sup>95</sup> e os direitos sociais, econômicos e

---

<sup>95</sup> Dos Estados Absolutistas, surgiram as declarações das revoluções liberais dos séculos XVII (Revolução Gloriosa) e XVIII (Revolução Americana e Francesa) que contribuíram para tais direitos (VIVARTA; CANELA, 2006).



culturais (defendidos mais fortemente pelo bloco socialista)<sup>96</sup>. Portanto, são classificados em quatro gerações de direitos. Na primeira geração localizam-se os direitos civis e políticos. Na segunda, os direitos econômicos, sociais e culturais. Na terceira, os direitos de solidariedade internacional, como desenvolvimento, meio-ambiente e questões bioéticas. Na quarta geração está a democracia e o pluralismo (RADDATZ, 2012; VIVARTA; CANELA, 2006).

O artigo primeiro da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 estabelece que os homens<sup>97</sup> nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. No entanto, esse ideal de igualdade – ou seu derivado mais completo: a equidade (igualdade equitativa de oportunidades) conforme Rawls (apud SANDEL, 2012) – não se concretiza na prática, em razão de os cidadãos nascerem entranhados em diferenças, desde a econômica e étnica até a social, o que, conforme Raddatz (2012) faz com que os ideais de justiça e humanitarismo não sejam atingidos, bem como sua ideia de universalidade – se restringida à ideia de um cidadão universal – seja excludente do ponto de vista da interculturalidade (SANTOS, 2009; GARCÍA CANCLINI, 2009).

Portanto, a partir do exposto até aqui, enfatizamos que os direitos humanos englobam todas as pessoas, respeitando seu gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, credo, condição física, mental ou intelectual, nacionalidade, entre outros inúmeros aspectos, sendo a diversidade e a pluralidade justamente o que torna singulares todas as humanidades.

A luta pelos direitos humanos nas primeiras décadas do século XXI enfrenta novas formas de autoritarismo que convivem em tímido atrito com regimes democráticos. Nesse cenário, o acesso à informação torna-se princípio da cidadania e condição para o cumprimento dos direitos humanos. A cidadania só se concretiza a partir da inclusão e do acesso aos direitos de modo equânime, sem isso, a democracia não é plena. Para todas essas garantias, a mídia desempenha papel importante, como será discutido a seguir.

---

<sup>96</sup> Dos problemas oriundos da Revolução Industrial, consolidaram-se os Direitos Sociais na Inglaterra e, alguns anos mais tarde, foi aprovada a Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (fruto da Revolução Russa).

<sup>97</sup> Vigente desde 1948, o texto da declaração denota linguagem sexista.

## 1.2 COMUNIDADE IMAGINADA DO JORNALISMO E DA CIDADANIA

As concepções cidadãs da atualidade foram marcadas pelo sinuoso percurso de articulação entre o Estado, como dimensão da autoridade pública e do reconhecimento legal de direitos básicos, e a nação, como dimensão da solidariedade social (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012). São nesses espaços territoriais e imaginários que cidadãs e cidadãos se reconhecem como partes de uma comunidade política ou até, e mais atualmente, como bem mostra Benedict Anderson, “uma comunidade imaginada”, conforme citamos anteriormente.

Delimita-se, a partir das comunidades imaginadas, a relação mais contemporânea entre cidadania, direitos humanos e jornalismo. Segundo Anderson (2005), ainda no século XVIII, quando a configuração das cidades estava no estágio inicial de formação, o jornal passou a representar o tipo de comunidade imaginada da nação. Isso porque ocorria um processo de fragmentação das comunidades que tinham sido planejadas pelas religiões. Com a ascensão do Iluminismo, tornou-se necessário a construção de um novo sentimento de pertença, preenchido com o nascimento de formas de imaginação compartilhadas: a literatura – no caso específico, o romance – e as páginas do jornal, portanto, as narrativas jornalísticas.

Conforme já discutimos anteriormente, foi exatamente entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX que o fazer jornalístico passou a integrar o sistema capitalista, de acordo com Sousa (2008) e Genro Filho (2012), quando a informação passa a delinear-se mais concretamente como um direito dos cidadãos.

No entanto, Traquina (2012) ressalta o paradoxo trazido pela comercialização da imprensa: torna o jornalismo mais independente dos laços políticos e transforma a atividade também em indústria onde o novo produto - as notícias como informação - é vendido para obter lucros. A nova ideologia preconizava que os jornais deveriam servir aos leitores, e não aos políticos, “pregava que traziam informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários, pregava fatos e não opiniões” (TRAQUINA, 2012, p. 50).

O autor frisa também que com o desenvolvimento da *penny press*<sup>98</sup> surge um *novo jornalismo*<sup>99</sup> que favorecia informação, e não propaganda, distinção que era vista como pressuposto para um conceito revigorado de notícia em que existiria a

---

<sup>98</sup> Nos anos 1830-1840, em diversas cidades do mundo, como Nova Iorque, Paris e Lisboa.

<sup>99</sup> Grifos do autor.

separação entre fatos e opiniões. Entretanto, os avanços técnicos e o aumento da circulação, que foi impulsionado com a baixa do preço do exemplar, aumentaram sensivelmente os gastos. O próprio desenvolvimento do capitalismo mostrou a solução por meio da publicidade.

Estava nascendo o *jornalismo informativo*<sup>100</sup> ou, se preferirmos, o "jornalismo por excelência". A ideia simplista de que "os fatos são sagrados" e de que a opinião pertence a uma órbita autônoma, tornou-se a expressão prosaica do que viria a ser a "ideologia da objetividade", marcando o fim de uma época na qual a notícia sempre se escrevia entremeada de comentários e salpicada de adjetivos. Também os temas da notícia vão mudando gradualmente. Ao lado das questões políticas, econômicas, literárias ou científicas, surgem as informações sobre acontecimentos banais que, cada vez mais, despertam interesse nos novos leitores e ocupam um espaço crescente nos jornais (GENRO FILHO, 2012, p. 174).

O autor gaúcho realça que, no século XIX, quando a imprensa norte-americana já tinha um caráter sensacionalista, a imprensa latino-americana seguia seu estilo literário e opinativo. Para Genro Filho (2012), o processo de expansão imperialista dos Estados Unidos e a conseqüente subordinação econômica, política e cultural da América Latina coincide, em linhas gerais, com a urbanização e a industrialização dos países mais adiantados do continente, que não é o caso do Brasil (inserido ainda no período colonial-imperial escravagista). Por isso, em função também de condições internas e não apenas externas, o "conceito objetivo de notícia"<sup>101</sup> acabaria se impondo - ainda que mais tarde -, por derivar de *necessidades sociais*<sup>102</sup> geradas pelo desenvolvimento capitalista.

É nesse ponto de virada da História que as conexões entre cidadania e jornalismo tornam-se ainda mais evidentes, segundo Genro Filho (2012). Afinal, a partir da segunda metade do século XIX, as relações sociais implantam uma nova dinâmica na complexa rede de determinações entre os indivíduos e a sociedade, "condicionando uma série de obrigações e direitos que tensionam no sentido da igualdade formal como garantia da desigualdade real" (GENRO FILHO, 2012, p. 178).

O autor cita Antonio Serra<sup>103</sup>, para destacar que o sentido individual da leitura jornalística se situa, assim, ao nível da cidadania, ou seja, condição imaginária do

---

<sup>100</sup> Grifos do autor.

<sup>101</sup> *Idem*.

<sup>102</sup> *Ibidem*.

<sup>103</sup> *In*: SERRA, Antonio. **O desvio nosso de cada dia**: a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

indivíduo na sociedade, o qual, a partir desse procedimento, a pessoa fica inteirada daquilo que diz respeito ao meio que integra.

Pode-se, aqui, apenas corrigir a afirmação de que a cidadania patrocinada pela sociedade burguesa é uma "condição imaginária". Ao contrário, a cidadania no capitalismo desenvolvido é, via de regra, uma relação histórica real e efetiva. O que é imaginário ou, mais precisamente, jurídico-formal é a igualdade que ela implica. A cidadania burguesa é constituída por relações efetivas entre os indivíduos, cuja base são as necessidades do capital de assalariar e submeter trabalhadores "livres"<sup>104</sup> (GENRO FILHO, 2012, p. 178).

Na perspectiva marxista de Adelmo Genro Filho, a cidadania apresenta, então, aspectos formais (relativos à igualdade) que devem ser concretizados e aspectos concretos (exploração e opressão) que devem ser erradicados. Santos (1997), complementarmente, defende que a cidadania é conquistada e consolidada a partir de uma luta de classes institucionalizada, prolongada pelas organizações de interesses setoriais corporativos e pelas relações continuadas que entre elas se estabelecem.

Adiciona-se, assim, mais uma conexão do jornalismo – enquanto instituição social – com a cidadania: o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Para Genro Filho (2012), o jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também *determinadas condições*<sup>105</sup> imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre, tanto a partir da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista<sup>106</sup> que, segundo Genro Filho (2012) emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo – como pela reprodução dessa percepção, “a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas” (GENRO FILHO, 2012, p. 180).

Cabe ressaltar que a profissionalização do jornalismo é oriunda das revoluções burguesas, do mesmo modo como a conformação contemporânea de cidadania também se origina da burguesia. É essa contradição que forma a base histórica para que o jornalismo seja um fenômeno ambivalente, já que tal conflito atravessa a lógica jornalística.

---

<sup>104</sup> Grifos do autor.

<sup>105</sup> *Idem*.

<sup>106</sup> A pesquisadora Cremilda Medina também trata do tema, conforme será apresentado no Capítulo 2.

É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ótica burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa nos veículos controlados pelas classes dominantes. Esse último aspecto depende, não apenas da capacidade teórica e técnica do jornalismo, da sua ideologia e talento, mas também de uma dupla relação de forças: a luta política interna na redação e a luta mais ampla - e fundamental - pela influência e o controle sobre os meios de comunicação. São batalhas que se travam nas redações e sindicatos das categorias, mas basicamente fazendo com que o movimento operário e popular assimile e adote bandeiras políticas vinculadas a essa questão (GENRO FILHO, 2012, p. 180).

Genro Filho (2012) salienta a necessidade social do jornalismo informativo que, envolve, no entanto, essa contradição entre a cidadania real e a cidadania potencial que é constituída pelo capitalismo. “A cidadania burguesa implica uma situação prática e efetiva de universalidade dos indivíduos. Uma universalidade que, em graus variáveis, vai atingir a todos” (GENRO FILHO, 2012, p. 179). O autor lembra, porém, que essa noção de cidadania está comprometida com a desigualdade econômica, social e política, situando o jornalismo informativo em sua ambivalência com o modo de produção capitalista. O jornalismo torna-se profissão inerente à vida social nos séculos XIX e XX. Não à toa, Marx evidenciava que sem a liberdade de imprensa estão em risco todas as liberdades. Advertia o revolucionário: “A imprensa em geral é a consumação da liberdade humana” (MARX, 2006, p. 45)<sup>107</sup>.

Adepto de Marx, Genro Filho adiciona outra perspectiva a essa ambivalência: o fato de que a notícia, enquanto produto jornalístico massificado pelo capitalismo, torna-se coletiva, não trazendo mais uma conotação pessoal de autoria, como anteriormente. O problema central, segundo o autor, é que, assim como os produtos industriais não são mais confeccionados pelo artesão e suas ferramentas individuais, mas coletivamente numa linha de montagem, a informação jornalística manifesta – predominantemente – uma percepção de classe ou grupo social.

O talento, a capacidade técnica e a visão ideológica pessoal de cada jornalista são importantes, como já foi acentuado, e poderão até prestigiá-lo diante de seus colegas e do público, não tanto como criador, mas principalmente como intérprete de uma percepção social da realidade, que ele vai reproduzir e alargar (GENRO FILHO, 2012, p. 184).

---

<sup>107</sup> Princípios como a liberdade de imprensa, a autonomia e a liberdade de expressão de jornalistas serão abordados no Capítulo 2.

Para Genro Filho (2012) o aspecto estético, ou essencialmente criador no jornalismo será sempre subordinado ao processo de conhecimento cristalizado no singular. “Isso quer dizer que os aspectos lógicos subjacentes à apreensão do real através do *singular-significante* serão predominantes na atividade jornalística tomada em seu conjunto” (GENRO FILHO, 2012, p 184). É aí que resgata o pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin, que havia percebido, na virada do século XX, as potencialidades culturais e estéticas que nascem com a reprodutibilidade técnica, ao mesmo tempo em que se dissolve a *aura* das obras de arte, que estaria ligada à ideia de originalidade (BENJAMIN, 1982). O filósofo alemão reconhece as inovações tecnológicas como parte de uma *práxis* que ultrapassa a manipulação de classe a que servem tais instrumentos.

Medina (2003) também denuncia a ausência de um modo de fazer jornalístico que trabalhe com a visão de mundo, com a razão e a ação criativas, já que as sensibilidades estão atrofiadas. Em suas palavras:

A razão treinada para resultados imediatos perde a força do afeto e não dá margem a um insight criativo. No fundo, essa é a marca de autor que se aspira: contar sua história ou a história coletiva de forma sutil e complexa, afetosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança do ato emancipatório. [...] No âmbito da complexidade, pouco há que fazer se a emoção solidária e a criação estética não estimularem uma razão luminosa no lugar da razão técnico-burocrática, movida pelo arsenal de gramáticas estratificadas. Ainda que afetuoso o gesto, este não resulta numa ação solidária se não for informado pelo repertório e pela disciplina racionais e pela pesquisa estética (MEDINA, 2006, p. 68).

Ainda que tenha sido um crítico de Medina, Genro Filho (2012) reconhece as potencialidades dos meios de comunicação modernos e admite o surgimento de uma nova *forma social de conhecimento*<sup>108</sup> como foi o caso da ciência e da arte. Para Genro Filho, embora o capitalismo tenha trazido inúmeros imperativos à vida social, o jornalismo informativo (surgido em seu bojo) supre necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade. Para o autor, não se trata de carências subjetivas ou ideológicas dos sujeitos que, por meio do jornalismo, teriam reforçada sua condição imaginária de cidadania, mas que, justamente, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. Ou seja, o jornalismo seria uma espécie de garantidor dessa cidadania real, potencializada pelo capitalismo.

---

<sup>108</sup> Grifo do autor.

É interessante notar que toda a obra de Adelmo Genro Filho está centrada na capacidade transformadora do jornalismo. A cidadania é seu pano de fundo, mas é tratada especialmente no capítulo *Capitalismo e jornalismo: convergências e divergências*. Entretanto, o autor não apresenta uma definição sobre cidadania, mas a elucida, à luz do marxismo, como modo de combater a desigualdade real. Ou seja, para o pensador marxista, o jornalismo é o meio revolucionário de propiciar a igualdade<sup>109</sup>, mesmo no sistema capitalista, graças à sua ambivalência flexionada à categoria singularidade.

Mesmo aquilo considerado falso, desnecessário, manipulado, ou que reproduza as ideologias dominantes, realizaria a funcionalidade principal do jornalismo e responderia a uma necessidade tanto de grupos prevalentes como do próprio público. Para Genro Filho, a prática jornalística permaneceria como uma potência, uma possibilidade a ser construída pelos jornalistas e pela sociedade. Curiosamente, entremeada pela acidez de sua crítica filosófica, Genro Filho recobre de otimismo a Teoria do Jornalismo, ao incumbir sua *práxis* do influxo transformador.

Delineia-se, desse modo, potencialidades dessa simbiose. Todavia, a apreensão dos direitos da cidadania, como já adiantado, advém de trajetos surpreendentes, quase que labirínticos. Apresentamos, assim, o panorama brasileiro e suas particularidades.

### **1.2.1 Cidadania, democracia e jornalismo à brasileira**

A busca por construir uma cidadania à moda brasileira atravessou percursos sinuosos e merece ser discutido de maneira distinta, afinal, molda as concepções contemporâneas sobre o tema. Sem a pretensão de traçar um processo histórico único, conforme já destacado anteriormente, o quadro apresentado a seguir denota as simbioses e ambivalências da construção cidadã e jornalística no país, carregadas de idas e vindas, avanços e recuos. Entrecruzam-se no sempre inacabado tecido social.

Por isso é bom olhar um pouco para trás e notar que a consolidação da democracia e da cidadania, no Brasil, tem raízes influenciadas por Portugal, país colonizador e de onde emergem os primórdios das relações de poder, de construção

---

<sup>109</sup> Embora o autor refira-se à igualdade, preferimos adotar nesta pesquisa o sentido de equidade.

da ideia de nação, da comunicação jornalística, dentre outros. Tendo sido colônia portuguesa por três séculos (1500-1822<sup>110</sup>), o Brasil da atualidade carrega traços da colonização, ainda que nem sempre notados por todos.

Durante o período colonial, os portugueses forçaram a construção de um país com unidade linguística, cultural e religiosa, apesar de sua vasta extensão territorial, também unificada. De acordo com Flores e Cabrera (2016), os povos colonizados eram considerados inferiores, fracos, desprovidos de cultura e conhecimento e, por isso, fáceis de submeter aos valores do colonizador que, por sua vez, intitulava-se representante da única civilização. O que contava era a superioridade das armas, da violência e dos efeitos do álcool generosamente disseminado. Segundo a autora, também embriagante, imperceptível e de efeitos muito mais duradouros, “foram todas as formas de violência simbólica, uma outra ‘força armada’ dos velhos (e dos novos) colonialismos, que se instala permanentemente, nos tempos de guerra e nos tempos de paz e de aparente normalidade” (FLORES; CABRERA, 2016, p. 7).

Dentro desses simbolismos de poder está a informação jornalística. É da época colonial o surgimento de um dos primeiros jornais brasileiros, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Impresso a partir de 1808 pela Imprensa Régia no ano da chegada da família real portuguesa – que estabeleceu refúgio no Brasil em fuga das tropas de Napoleão Bonaparte – o jornal reproduzia atos oficiais, “fazia reverência e elogios à família real” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 183). O jornalismo, em solo nacional, nasce de uma relação de poder vinculado à Coroa Portuguesa<sup>111</sup>.

Aliás, as autoras<sup>112</sup> ressaltam que instituições como imprensa, escolas superiores, jardins botânicos, tribunais superiores e museus, foram transplantadas de Portugal para estabelecer as bases culturais, políticas e administrativas do novo modo de vida colonial. Pelo reino começavam a circular obras dos enciclopedistas iluministas do século anterior, como Diderot, Montesquieu e Rousseau e com isso chega, também, a repressão, livros eram recolhidos para bibliotecas do Estado.

---

<sup>110</sup> Apesar de ser chamada de Independência do Brasil, proclamada pelo príncipe D. Pedro I, herdeiro do trono português, em 7 de setembro de 1822, o evento não apresenta reflexos imediatos à autonomia do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

<sup>111</sup> A capital portuguesa, Lisboa, foi estabelecida como corte jurídica do Brasil Colonial, momento do surgimento da imprensa no Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

<sup>112</sup> Lília Moritz Schwarcz, professora titular no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, e Heloisa Murgel Starling, docente titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vasculharam a história do país e escreveram *Brasil – Uma biografia*, um relato interpretativo sobre os temas centrais que marcam a construção de nosso Estado-nação: o impacto da escravidão, a natureza mestiça de nossa cultura, o patrimonialismo, a negligenciada questão indígena, a formação da cidadania.



Por outro lado, coube à imprensa que se publicava no estrangeiro, mas em língua portuguesa, papel fundamental no sentido de conferir à causa revolucionária nova importância junto à opinião pública. Dos inúmeros periódicos editados destacam-se o *Correio Braziliense* (dirigido por Hipólito José da Costa, entre 1808 e 1822, editado na Inglaterra e proibido em Portugal em 1811 e 1817), o *Investigador Português em Inglaterra* (fundado em 1812 com o objetivo de combater o *Correio* e que mudaria a orientação a partir de 1814); *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (o mais combativo e, por isso mesmo, o mais censurado dos jornais portugueses publicados na Inglaterra), e o *Campeão Português* (o mais doutrinário dos jornais e proibido no ano de 1819) (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 202).

Depois de muitos panfletos e jornais que divulgavam ideias contrárias ao império, em 1850 a imprensa era livre no Brasil, sendo o próprio soberano, D. Pedro, alvo de críticas. Havia mais de vinte revistas do gênero. A mais famosa era a *Revista Ilustrada*, fundada em 1876, conforme Schwarcz e Starling (2015). “A mania de erudição do imperador, suas pernas finas, a voz estridente e o pouco interesse pela política davam pano para manga” (2015, p. 302).

É central na obra das pesquisadoras a tese de que as lutas por poder deixaram traços inapagáveis no projeto de cidadania inconclusa do país. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão no Ocidente, em 1888. Para as autoras, a Lei Áurea<sup>113</sup>, apesar de grande importância, não previu a inserção daqueles para os quais a cidadania e os direitos ainda eram palavras inacabadas. Na época da independência havia mais de 1 milhão de escravos (dentro uma população de cerca de 5 milhões, incluindo cerca de 800 mil indígenas), conforme Carvalho (2013).

A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis, mas de modo mais formal do que real. A experiência de violência, discriminação e dor resiste na trajetória do Brasil atual, fruto da nossa herança escravocrata. “A trama dessa violência é comum à toda sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se a escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14).

Boaventura de Sousa Santos – autor que tem aprofundado suas discussões sobre a realidade socioeconômica brasileira – indica que o racismo e o sexismo, por exemplo, foram construídos socialmente enquanto princípios de hierarquização social no âmbito das sociedades nacionais metropolitanas que se misturaram aos princípios

---

<sup>113</sup> Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea, de 1888, prometia oficialmente acabar com a escravidão no Brasil. Entretanto, o decreto tinha texto curto e não trazia formas de inclusão da população recém-liberta (SCHWARCZ; STARLING, 2015; CARVALHO, 2013).

da desigualdade e da exclusão. “Por um lado, a desigualdade pelo trabalho escravo; por outro, a exclusão pelo genocídio dos países indígenas” (SANTOS, 1997, p. 4-5).

Muitos pensadores brasileiros abordam esse terrível momento de nossa história de modo eufêmico e sem o necessário repúdio à violência europeia implicada na formação brasileira. A clássica obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, defende que a formação da sociedade brasileira foi um processo de equilíbrios e antagonismos, desde as suas origens coloniais até as relações estabelecidas entre senhores e escravos. Estudioso de áreas como sociologia, antropologia e história, o autor acreditava que foi a mistura étnica iniciada nos contatos sexuais travados entre brancos, europeus e mulheres negras e indígenas que aproximou casa-grande e senzala. Nas palavras de Freyre (2001, p. 46) esses fatores “agiram poderosamente para a democratização do Brasil”<sup>114</sup>.

De modo semelhante, *Raízes do Brasil*, do historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda, também busca as origens da sociedade brasileira nos elementos dos colonizadores. O autor chega a ideias que se tornariam célebres e polêmicas. A mais conhecida é a de que o “homem cordial” é o traço definidor do caráter brasileiro, em função da indistinção existente na nossa sociedade entre público e privado, impessoal e pessoal<sup>115</sup>. Talvez por seus lugares de fala, esses autores demonstraram que paternalismo e negociações coexistiram no cotidiano, mas sem dar ênfase ao processo violento em que se inseriram.

Em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, Abdias do Nascimento<sup>116</sup> critica o mito da democracia racial ao evidenciar o genocídio físico, a degradação moral e o aniquilamento cultural das populações negras (NASCIMENTO, 1978). Lélia Gonzalez<sup>117</sup> também refuta a mitologia da democracia

---

<sup>114</sup> Mondaini (2009) observa que, mesmo tendo recebido críticas pela versão adocicada da escravidão, a tese de Freyre não deve ser minimizada, já que de algum modo ajudou a desconstruir noção eugênica da época. No entanto, salientamos que a eugenia, deturpada teoria de seleção humana baseada em características genéticas, volta a ganhar nitidez na contemporaneidade.

<sup>115</sup> Outra ideia defendida na obra, Holanda chamou de bovarismo, inspirado no romance de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, traço da personalidade brasileira que definiria essa negação do real em favor de ideias que, muitas vezes, dizem muito pouco sobre ele próprio ou não se adequam a sua realidade.

<sup>116</sup> Nascido em São Paulo em 1914, Abdias do Nascimento foi ator, diretor, dramaturgo e ativista na luta contra a discriminação racial e pela valorização da cultura negra. Atuou como professor e recebeu o título de *doutor honoris causa* pela Universidade de Brasília. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2011.

<sup>117</sup> Mineira, Lélia Gonzalez nasceu em 1935. Foi filósofa, socióloga, antropóloga, professora e militante do movimento negro. Faleceu em 1994 no Rio de Janeiro. Assim como Nascimento, contribuiu para a decolonização eurocêntrica dos saberes.

racial. Para a pensadora brasileira, as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não colaboram na construção de uma nacionalidade brasileira multiétnica, que valorize a diversidade de manifestações culturais e o lugar de negros, mulheres e indígenas (GONZALEZ, 2000).

Portanto, as raízes do colonialismo são profundas, extensas e são múltiplas as formas de dominação – a subalternização na forma de tratamento, as línguas dos europeus e americanos, a representação do escravo (FLORES; CABRERA, 2016). Para Santos (2001), o sistema colonial integra o mito de Próspero e Caliban, recriando os mecanismos culturais em que o escravo se apropria dos instrumentos do seu senhor como alavanca para a libertação da servidão. Paulo Freire (2019c) defendia a superação da contradição opressor-oprimido por meio da ação político-dialógica<sup>118</sup>. “Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora” (FREIRE, 2019c, p. 43). Todavia, foram mais de trezentos anos de violações, em sentidos múltiplos: físicos, culturais e simbólicos que marcaram profundamente a luta pela cidadania no Brasil.

A garantia de direitos no Brasil, balizada pelo documento constitucional, data apenas do final do período colonial. Historicamente, o país já teve o ordenamento jurídico de seis Constituições. A primeira delas, a Constituição Luso-Brasileira de 1822, era uma extensão da Constituição Portuguesa e decretava que o Brasil seria uma parte do território de Portugal, portanto, mesmo morando no Brasil, seus habitantes seriam considerados portugueses<sup>119</sup>. “À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira” (CARVALHO, 2013, p. 18). Segundo Carvalho (2013), os colonizadores deixaram como heranças a população não-alfabetizada, a sociedade escravocrata, a economia monocultora e latifundiária, e o Estado absolutista.

Do ponto de vista do progresso da cidadania, Carvalho (2013) destaca que os períodos do Império (1822-1889) e da Primeira República (1889-1930) não foram

---

<sup>118</sup> A concepção de Paulo Freire recebeu influência da perspectiva dialética senhor-escravo proposta pelo psiquiatra caribenho de ascendência africana Frantz Fanon, que atuou na revolução argelina. Fanon (1968) enfatizava que a descolonização é sempre um fenômeno violento, de forma semelhante ao modo como os colonizadores exploraram as terras e a força de trabalho dos colonizados. Para mais detalhes, conferir: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>119</sup> Com informações da Secretaria Especial de Direitos Humanos. <<http://www.sdh.gov.br>>. Acesso em: 6 set. 2019. Vale destacar que a primeira constituição de fato, brasileira, foi outorgada em 1824, por D. Pedro I, após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Previa a divisão do Estado em três poderes, além do poder moderador, atribuindo ao Imperador o posto de chefe supremo do Estado brasileiro.

satisfatórios. “O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão” (CARVALHO, 2013, p. 19). O autor sublinha que os pouco mais de cem anos de abolição ainda se mostram insuficientes para a consolidação da cidadania no país, pois a herança faz com que até hoje persista a desigualdade no Brasil.

Cabe registrar, então, que a formação histórica da sociedade brasileira durou 322 anos de colônia portuguesa (1500-1822), 67 anos de Regime Imperial (1822-1889), 41 anos da Primeira República (1889-1930), duas ditaduras (1937-1945 e 1964-1984) e três períodos de sistemas democráticos republicanos (1934-1937; 1946-1964 e 1984-atual), conforme Beras (2013). O autor sublinha que o regime democrático brasileiro foi entrecortado por duas ditaduras com características distintas (civis e militares). “Esse peculiar desenvolvimento condiciona a possibilidade de realização de experiências de democratização do Estado” (BERAS, 2013, p. 83), portanto, uma cultura não-democrática está na gênese da formação da cidadania brasileira.

Para a evolução das garantias cidadãs no país era preciso de uma transformação na forma de governo. A monarquia foi extinta e em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil. Mas pode-se dizer que a passagem do Regime Monárquico para a Primeira República<sup>120</sup>, em 1889, trouxe poucas mudanças, conforme já apontado por Carvalho (2013), pois o período ficou conhecido como “república dos coronéis”, posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional.

Bonamigo (2000) alerta que para se compreender a cidadania e a dinâmica do processo de desenvolvimento no Brasil é preciso, necessariamente, reconhecer o poder pessoal sobre o qual se assenta o coronelismo, suportes da legitimidade política no Brasil. Vale frisar que entendemos o coronelismo como prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) configurada pelo poder da elite, representada pelo proprietário rural (que recebeu concessões de terras de governantes em troca de favores), e que controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local.

A virada dos anos 1920 para os anos 1930 assinala uma alteração de dimensões globais na história do Brasil, como acentua Mondaini (2009). Em termos socioeconômicos, o país começa a verificar a mudança de um modelo agrário-

---

<sup>120</sup> Até 1930 o Brasil era predominantemente agrícola. A economia da Primeira República foi dominada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais (CARVALHO, 2013).

exportador para um modelo de substituição de importações, responsável por levar o país dos quadros de uma sociedade rural e pré-capitalista para uma sociedade urbano-industrial-capitalista.

O período a partir de 1930 é apontado por diversos pesquisadores como definidor, especialmente sobre a controversa construção das bases da cidadania nacional. O país entrou em fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos. Carvalho (2013) acentua que os direitos civis progrediram lentamente. Durante a ditadura, muitos deles foram suspensos, sobretudo a liberdade de expressão, do pensamento e de organização.

Conhecido como Era Vargas, o Estado Novo (1937-1945) foi um período de quinze anos que incluiu militarismo, censura à imprensa, sufocamento brutal da oposição política e dos movimentos operários (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em 1937, com o pretexto de sufocar uma inexistente conspiração comunista, inventada por militares golpistas, Vargas fechou o Congresso Nacional, outorgou uma nova Constituição e instalou uma ditadura simpática ao fascismo. Tudo graças a um documento falso divulgado pelos jornais da época.

A fim de legitimar e difundir seu ideário político, concebeu, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). As autoras lembram que a agência interferiu em todas as áreas da cultura brasileira: censurou formas de manifestação artística e cultural; instrumentalizou compositores, jornalistas, escritores e artistas; explorou o potencial da imprensa escrita e aproveitou o impacto tecnológico operado pelos novos veículos de comunicação, como o rádio e o cinema, para dar visibilidade às ações e iniciativas do governo. “Em 1939, o DIP passou a difundir propaganda oficial por meio da transmissão radiofônica diária, em cadeia nacional, da *Hora do Brasil*” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 377), foi assim que Vargas tornou-se popular e próximo da população. Por outro lado, segundo as autoras, Vargas rompeu com a hegemonia das oligarquias rurais, lançou as bases para a industrialização do país e implantou uma legislação federal para regular os direitos dos trabalhadores urbanos pela primeira vez.

Carvalho (2013) ressalta que a partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas. É deste período a legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “A partir desse forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação”

(CARVALHO, 2013, p. 87). Entretanto, os direitos políticos tiveram evolução mais complexa com avanços e retrocessos.

Uma nova Constituição foi promulgada em 1946, resultado das lutas contra o Estado Novo, extinto em 1945.

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização nas condições que já foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos<sup>121</sup> incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo (CARVALHO, 2013, p. 32).

Com a nova Carta começava um período de experimento democrático, desenvolvimento econômico e efervescência social que durou até o golpe de 1964 (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O golpe de estado civil-militar, levado a cabo entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, inaugurou um dos períodos mais tenebrosos da história recente do Brasil, tendo sido responsável pela instauração de um regime caracterizado por constantes violações no campo dos direitos humanos (MONDAINI, 2009), por isso foi época de retrocesso na cidadania brasileira. Sob a tutela do regime militar, o país era mantido dentro do mundo capitalista.

Os meios de comunicação de massa, ao longo do período autoritário (1964-1985), sofreram forte intervenção dos militares, que adotaram uma política de modernização do setor. “Foi com a entrada da *TV Globo* no mercado, em 1965, que ocorreu a grande transformação da televisão — que desde então se tornou uma grande empresa capitalista” (ABREU, 2005, p. 54).

No que se refere à relação entre jornalismo e direitos, mais uma vez, o cerceamento prevaleceu. O Ato Institucional Número 5 (AI-5), de 1968, um documento com doze artigos, foi uma forma de intimidação pelo medo. Não tinha prazo de vigência e foi empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância. Suspendeu direitos de cidadania e garantias constitucionais, como a liberdade de expressão e reunião.

---

<sup>121</sup> Terminologia adotado pelo autor. Devido ao preconceito existente no termo “analfabeto”, sugerimos que aqui leia-se: não-alfabetizado. Para mais detalhes: SILVA, Nilce da. Da inadequação do termo “analfabetismo” e da necessidade de novos conceitos para a compreensão do aprendizado da leitura e da escrita em língua portuguesa. **Millenium**, Vizeu, Instituto Politécnico de Viseu, 2004, p. 157-161.

A lei de censura prévia para livros e publicações foi instituída em 1970 e determinava que os editores enviassem os originais para Brasília, antes da publicação. É da mesma época a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de inteligência e repressão do governo brasileiro. “A imprensa estava amordaçada e os jornalistas, perseguidos ou encarcerados” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 464).

Carvalho destaca que a censura à imprensa e aos meios de comunicação em geral, gerou repulsa em jornalistas. Mesmo jornais conservadores, como o *Estado de S. Paulo*, resistiram. “Nos piores momentos, deixava espaços em branco na primeira página, denunciando notícias censuradas, ou então publicava poemas de Camões, ou receitas culinárias” (CARVALHO, 2013, p. 187).

Entretanto, os empresários dos meios de comunicação, dentro do projeto de modernização, também foram beneficiados pelos militares. Receberam financiamentos para a construção de novos prédios e publicidade dos órgãos oficiais. Abreu (2005) lembra que em torno de 30% das receitas dos jornais eram obtidas dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica do Estado. Portanto, as concessões de estações de rádio e de televisão beneficiaram os empresários da mídia, conforme registra a autora.

Os arranjos de concentração midiática permeados de relações de poder deram origem ao coronelismo eletrônico<sup>122</sup>, dinâmica na qual conglomerados midiáticos utilizam práticas monopolísticas para obter e manter o poder político e econômico, conforme Herrmann (2016). Com isso, os donos da mídia puderam atuar como intermediários políticos entre a federação e seu estado ou região, e subordinar ou apagar todas as outras vozes. “O coronelismo eletrônico é, assim, um obstáculo à democratização” (HERRMANN, 2016, p. 99).

O período de 1974 a 1989 é considerado como o da transição do regime autoritário para a democracia no Brasil<sup>123</sup>. É da mesma época a diversificação da imprensa, que segundo Schwarcz e Starling (2015), já contava com maior desenvolvimento da mídia alternativa. Nesse período emergiram publicações da

---

<sup>122</sup> O tema será contextualizado no próximo capítulo.

<sup>123</sup> Em 1974, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, começou a ser posto em prática um projeto de abertura política; em 1989, quando Fernando Collor de Melo foi eleito presidente pelo voto direto, a transição democrática foi efetivada (ABREU, 2005).

esquerda, como *Opinião, Movimento, Hora do Povo e Em Tempo*; mais voltadas à crítica e ao humor, como *O Pasquim*, ou de viés anarquista como *Inimigo do Rei*.

A ditadura civil-militar brasileira, nos seus 21 anos de existência, construiu uma nação desenvolvida no plano econômico, mas acentuou os níveis de desigualdade social e regional. “Tudo isso tornando praticamente nulas as liberdades individuais e coletivas e pisoteando sem tréguas os direitos civis e políticos” (MONDAINI, 2009, p. 58).

Embora com tais fragilidades, muitos pensadores atribuem aos anos 1980 o período em que o Brasil realizou a sua transição para a Era dos Direitos. De acordo com Mondaini (2009), isso ocorre ao deixar para trás todo um passado marcado pela existência de inúmeros regimes de caráter ditatorial no plano político. Os direitos – que começavam a ser conquistados – passaram a ser reconhecidos de uma maneira universal, nos campos civil, político e social, e nos níveis individual e coletivo. No entanto, a transição democrática foi um processo lento e gradual, em que se transcorreram onze anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular<sup>124</sup>.

A década de 1980 também transformou o poder nas empresas jornalísticas, que adquiriu outra dimensão. Não estava mais na mão de um só dono. O controle acionário passou a ser exercido por um número maior de membros da família, e quem dirigia eram os herdeiros da segunda geração ou novos proprietários (ABREU, 2005). Os proprietários dos meios de comunicação se tornaram homens de organização submetidos à racionalidade da empresa e dotados de diversas especializações profissionais. Os altos investimentos na modernização da produção exigiram uma rentabilidade maior, fazendo com que os empresários buscassem aumentar a venda de espaço publicitário<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Kinzo (2001) separa o processo de redemocratização em três fases. A primeira, de 1974 a 1982, é o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares. A segunda fase, de 1982 a 1985, é também caracterizada pelo domínio militar com outros atores civis. A Nova República, que marca o fim do regime militar, começou em clima de otimismo, embalada pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal, sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil.

<sup>125</sup> A autora demarca que o perfil dos jornalistas também mudou. Assumiram uma posição de prestígio junto ao público, tornaram-se figuras capazes de atrair audiência. A profissionalização da categoria também ocorreu durante o regime militar, com a ampliação da grande indústria cultural. A exigência do diploma universitário de jornalismo, a dedicação em tempo integral à atividade jornalística e a regulamentação da profissão são indicadores da profissionalização. Conforme Abreu (2005) esses novos profissionais muitas vezes tinham posições políticas divergentes dos empresários para os quais



Mesmo assumindo seu caráter capitalista, a mídia voltou a se destacar na campanha das *Diretas Já!*. “Em 1984 a campanha pelas *Diretas Já* tomou as ruas das principais cidades do país e teve uma ampla cobertura da mídia, que exerceu forte influência junto à opinião pública em favor dessa reivindicação. O jornal *Folha de S. Paulo* destacou-se no apoio à campanha” (ABREU, 2005, p. 60).

Carvalho (2013) considera que Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ajudou a reconstruir a democracia. Quando se deu a suspensão da censura, a mídia tornou-se um elemento-chave de aglutinação das forças sociais na luta pela redemocratização, já que ao divulgar fatos e acontecimentos, ampliou a participação dos atores políticos no processo.

A relação da mídia com a democracia brasileira no período da redemocratização, na década de 1980 e nas eleições diretas para presidente em 1989, deu, ao mesmo tempo, demonstrações de estar disposta a colaborar para a manutenção das elites no poder (SOARES; COLVERO, 2014).

Na passagem da República Velha (Primeira República) para a República Nova (período atual), Mondaini (2009) evidencia transformações no plano político-ideológico, já que nesse período começa a se delinear a superação de uma estrutura descentralizada, que propiciava aos poderes locais (os municípios) e regionais (os estados) uma grande autonomia política, por uma outra de natureza marcadamente centralizadora, voltada para o fortalecimento das atribuições do Estado-nação.

No entanto, o processo de modernização tomou um caminho conservador que acabou por gerar um país desenvolvido economicamente, mas desigual nos planos social, regional, étnico-racial. Basta ver as dicotomias nas garantias dos direitos do rural e do urbano, do homem e da mulher, entre outros. Carvalho traz alguns apontamentos sobre o processo:

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política (CARVALHO, 2013, p. 7).

---

trabalhavam. Desse modo, é importante estabelecer a diferença entre os interesses dos empresários da mídia e a atuação autônoma de muitos jornalistas.

Elias de Oliveira (2006)<sup>126</sup> destaca que durante o século XX a palavra *cidadania* tem sua definição ligada à palavra *cidadão*, portanto, sem especificidade semântica até então. Segundo a pesquisadora, tal especificidade se estabelece no século XXI, quando se produz uma não-coincidência entre as palavras. É quando o sentido jurídico de cidadão se liga aos direitos e deveres, seja em relação ao Estado ou à ética universal.

Apesar de ser assimilada tão recentemente no vocabulário brasileiro houve um esvaziamento da palavra cidadania com implicações, inclusive, ao jornalismo, profissão que está tão intimamente relacionada aos sentidos de cidadania. Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (2011) lembra que o fim do Regime Militar e o surgimento da Nova República lançaram novas luzes sobre essa questão. A pesquisadora aponta que as discussões sobre mídia e cidadania ainda não correspondem à importância dos imbricamentos que envolvem essa relação.

Trata-se de uma constatação dolorosa, mas não surpreendente. Na história do Brasil, a preocupação com cidadania tem sido um dos elementos mais ausentes. O Estado brasileiro, em função de múltiplos elementos – inclusive uma triste vocação para o autoritarismo – não tem se mostrado capaz de garantir o exercício concreto da cidadania para toda a população do país. Nas cidades e nos campos ainda predomina a desigualdade e o tratamento diferenciado no acesso a serviços essenciais para a vida humana (TEMER, 2011, p.17).

Embora com violações e entraves aqui sintetizados, além do esvaziamento semântico, a ideia de cidadania brasileira foi sendo adensada, ainda que de forma incompleta, na última década do século XX, quando os direitos humanos passaram a ter, ainda que timidamente, maior legitimidade e reconhecimento social no Brasil.

Foi a Constituição de 1988 a responsável por dar forma às instituições democráticas brasileiras, pois garantiu o exercício de direitos e por isso foi chamada de Constituição Cidadã. Vigente até hoje e elogiada em todo o mundo, a nova Carta Magna representou uma referência para a luta em torno da afirmação histórica dos direitos humanos, muito em função do fato de ter trazido consigo os princípios mais progressistas das tradições políticas liberal-democrática (o pluralismo político, a separação dos poderes do Estado e a representação eleitoral) e social-democrática

---

<sup>126</sup> Ao vasculhar a pré-história da palavra cidadania, Elias de Oliveira (2004, 2006) realizou a análise de dicionários dos séculos XVIII e XIX. Sua pesquisa evidencia a mudança na designação da condição de cidadão da qual a palavra cidadania se originou. Na língua portuguesa, a palavra foi introduzida em 1913. O tema será retomado no Capítulo 4.

(participação e combate às desigualdades sociais e regionais), conforme Mondaini, (2009), sem desprezar as demandas apresentadas pelos chamados novos movimentos sociais.

Carvalho (2013) pondera, no entanto, que havia ingenuidade no entusiasmo de creditar à constituição a conquista da cidadania. Para o autor, embora os direitos civis e políticos estivessem garantidos, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas continuam sem solução. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança das cidadãs e dos cidadãos. Contemporaneamente, a baixa participação de mulheres na política sinaliza essa problemática<sup>127</sup>.

Em outras palavras, acabou por ganhar vida entre nós a dicotomia entre um “Brasil legal” e um “Brasil real”, dando forma a “uma estranha relação entre um país avançado em termos legais, de um lado, e outro que vive absolutamente à margem das conquistas obtidas no plano das normas e das leis” (MONDAINI, 2009, p. 13).

Esse contexto faz eclodir a compreensão diferente da ideia de igualdade: de diversidade e acrescentamos, equidade. “Cidadania e identidade não são conceitos essenciais, fixos por natureza. Eles variam conforme a agência que fazem deles os homens que os mobilizam” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 13). Os autores frisam que a história da cidadania é carregada de lutas e conquistas relacionadas a diferentes processos nacionais de construção e democratização de Estados de direito, e o caso Brasileiro não foge à regra. “Ou seja, tendeu a se formalizar com a consolidação da democracia representativa que reconhece a existência de canais institucionais oficiais e públicos para a resolução de conflitos” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 21-22).

O legado da cidadania (fortemente ligada ao Estado, no caso brasileiro contemporâneo) foi marcado pelo surgimento da ideia de sociedade civil e por sua luta por direitos, além da revalorização do debate sobre esfera pública como uma

---

<sup>127</sup> Conforme o Mapa Mulheres na Política 2020, um relatório da ONU e da União Interparlamentar, o Brasil ocupa a posição 140<sup>o</sup> entre 193 países. Na América Latina, o Brasil está à frente apenas de Belize (169<sup>o</sup>) e Haiti (186<sup>o</sup>). Com apenas duas mulheres entre os 22 ministérios (9,1%), passamos a ocupar a 154<sup>a</sup> posição em cargos ministeriais se comparado com 190 países do ranking. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/women-in-politics-map-2020-es.pdf?la=en&vs=828>> Acesso: 1 maio 2020.

arena a ser fortalecida diante do Estado e do mercado, responsabilidade que também cabe ao jornalismo, conforme destacado em seu Código de Ética e em suas teorias.

Apesar das dificuldades apresentadas, pouco a pouco, o caráter emancipatório dos direitos humanos – e da cidadania de modo mais amplo – foi crescendo com a criação de programas sociais e instituições de controle social para defender grupos em situação de vulnerabilidade (VIVARTA; CANELA, 2006). A universalidade dos direitos foi, lentamente, sendo adotada como estratégia de luta política no final do século XX, ao mesmo tempo em que a diversidade e a pluralidade passaram a ser entendidas como princípio da garantia de direitos, principalmente por pressão internacional<sup>128</sup>.

A sociedade civil então se mobiliza no período de redemocratização e amplia seu leque de reivindicações. Os movimentos sociais e as organizações não governamentais são apontados por Vivarta e Canela (2006) como responsáveis por grande parte das conquistas brasileiras em relação aos direitos humanos, como leis, programas, planos e a própria visibilidade dos temas, já que passam a pautar a imprensa no final do século XX. Nesse contexto, a mídia passou a ser um elemento fundamental na estrutura da globalização econômica utilizando-se do ambiente de liberdade da democracia.

Como polo mediador da cidadania, não há como negar que a imprensa brasileira conseguiu se constituir também como um poder. Segundo Singer (2001), um exemplo significativo do funcionamento do sistema da mídia como agente fiscalizador foi o processo culminado com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (na época no Partido da Reconstrução Nacional (PRN)), em setembro de 1992. “As notícias de práticas de negócios ilícitos que envolviam o presidente começaram a ser publicadas na revista *Veja* em maio de 1992” (SINGER, 2001, p. 63).

Dali por diante, os cinco jornais diários se empenharam numa disputa para descobrir fatos que comprometessem o presidente da República, que acabou renunciando ao cargo<sup>129</sup>. Por outro ângulo, a ação de policiamento exercida pela

---

<sup>128</sup> Atualmente, fala-se em pluriversalidade especialmente a partir do pensamento decolonial. A pluriversalidade é oposta aos desenhos globais e totalitários pautados na universalidade. Busca visibilizar a multiplicidade dos saberes e dos conhecimentos, as diferentes formas de ser e de existir. Valoriza aspirações sobre o mundo subjugadas historicamente, como é o caso dos saberes tradicionais, africanos e afrodiaspóricos.

<sup>129</sup> Em 2006, Collor de Mello foi eleito senador por Alagoas (mandato 2007- 2015) sendo reeleito para o mandato 2015 a 2023, tornando-se o primeiro senador da história de Alagoas a ser o mais votado em

imprensa, conforme Singer (2001), acabou por não contribuir para melhorar a qualidade da representação no Brasil.

Uma parte dos eleitos tem conexões locais com uma outra corrente do sistema da mídia regional no Brasil. São grupos regionais de comunicação que detêm, ao mesmo tempo, o controle de televisões, rádios e jornais locais. Esses grupos de comunicação não são independentes no que diz respeito ao poder político. Ao contrário, usam seus recursos de comunicação para disputar o poder (SINGER, 2001, p. 66).

O pesquisador chama o mecanismo de círculo vicioso. Os políticos eleitos com apoio da imprensa regional, quando chegam ao poder, são desmascarados pela imprensa nacional, mas conseguem ser reeleitos com o apoio da mesma imprensa regional, não modificada até aqui pelo avanço da democracia, assim como denunciou Herrmann (2016) ao delinear o coronelismo eletrônico. O resultado é uma grande desmoralização do sistema representativo. Collor que, apesar de sofrer *impeachment*, anos depois se tornou um dos políticos mais votados em Alagoas, é um exemplo dessa perversa dinâmica midiática, enquanto as relações entre mídia e democracia seguem os arranjos do poder.

A história brasileira de consolidação democrática e, portanto, de garantia de direitos, é bastante fragmentada. Mais uma vez, as relações entre jornalismo, cidadania e democracia se mostram evidentes no Brasil. O início do século XXI abre um período de agitação na agenda política do país em que se destaca a truncada cobertura dos veículos jornalísticos. Ao tratarem das relações entre mídia e democracia, Biroli e Miguel (2017) ressaltam que a eleição de 2002 – que leva Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência – marca uma mudança de comportamento da mídia em comparação às disputas anteriores do candidato petista. Porém, a cobertura dos principais veículos adota um tom crescente de hostilidade principalmente porque temas invisibilizados passam a ocupar a agenda política do país, como as pautas de inclusão de grupos vulneráveis, bandeira dos governos de esquerda.

Biroli e Miguel (2017) consideram que o início da crise política e democrática brasileira pode ser situado em 2005 durante o escândalo do Mensalão. De acordo com Kotscho (2006), “mensalão” se consagra no vocabulário popular como sinônimo de distribuição de dinheiro de origem desconhecida a parlamentares do PT e de seus

associados por meio do “valerioduto”, termo derivado de *propinoduto* (fonte arrecadadora de propinas da corrupção) e *Valério* (de Marcos Valério, financiador do PT e idealizador do esquema)<sup>130</sup>. Biroli e Miguel (2017) questionam se o noticiário aderiu à narrativa de oposição de direita de que a corrupção é “um traço do modo petista de governar”<sup>131</sup>, em vez de tematizar como algo se constitui historicamente no país, graças à relação privilegiada entre poder econômico e poder político, como demonstramos anteriormente. Ainda assim, Lula encerra seus dois mandatos com recorde e popularidade, totalizando 87% de aprovação, segundo a 110ª Pesquisa CNT/Sensus, divulgada em dezembro de 2010<sup>132</sup>, o que é atribuído às políticas voltadas à melhoria dos indicadores sociais no país, principalmente na educação e na redistribuição de renda.

Anos mais tarde, ainda no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, sucessora de Lula pelo PT, a situação econômica brasileira gerou insatisfação popular e foi representada pelo que ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013 (BIROLI; MIGUEL, 2017) que levou inúmeras pessoas às ruas do país. Lideradas pelo Movimento do Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, em junho de 2013, as ações foram impulsionadas pela direita que iniciou uma campanha de deslegitimação da presidenta eleita, a primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil. Para Nunes (2019), esse contraditório movimento de lutas sociais, com intensa participação popular de cidadãos e cidadãs, possibilitou a eclosão de uma direita barulhenta, antipetista, em que se destacam os grupos conservadores Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, TV Revolta, Endireita Brasil e Revoltados On Line<sup>133</sup>, que fazem ampla disseminação de suas ideias pela mídia, especialmente nas redes sociais.

A partir de março de 2014 iniciou-se a Operação Lava Jato, ainda vigente, na época liderada pelo ex-juiz Sérgio Moro. Enquanto ocupava a magistratura, Moro agiu com celeridade em um contexto corporativo e de modo deliberado para construir seu próprio protagonismo de exposição junto à mídia (NUNES, 2019). A Operação Lava Jato, uma investigação sobre a corrupção no Brasil, leva à prisão, pela primeira vez,

---

<sup>130</sup> Grifos do autor.

<sup>131</sup> Grifo dos autores.

<sup>132</sup> Disponível em: <<https://cnt.org.br/pesquisa-opiniao>>. Acesso: 2 fev. 2020.

<sup>133</sup> Pouco tempo depois esses grupos organizam manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff com apoio da classe média, das elites, empresários, de segmentos da imprensa, além de aproximar-se de partidos mais à direita (NUNES, 2019).

políticos e grandes empresários de empreiteiras, mas também apresenta inúmeras irregularidades legais especialmente com relação à falta de provas de condenação e aos vazamentos públicos de documentos sigilosos na imprensa, com destaque aos meios de comunicação tradicionais, responsáveis por grande parte da cobertura descontextualizada destes episódios<sup>134</sup>.

A reeleição de Dilma Rousseff (PT), ao derrotar o candidato Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)) em 2014 com uma pequena diferença de votos, implicou no desgaste político contínuo que enfraqueceu o governo federal, segundo Nunes (2019), tendo em vista que seu adversário de disputa do segundo turno se recusou a acatar a vitória com tranquilidade. Aglutinou forças conservadoras que contribuíram para a efetivação do *impeachment*. O afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff ocorreu em abril de 2016, e a aprovação do *impeachment* em agosto do mesmo ano, sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal. No entanto, a manobra foi considerada golpe ou autogolpe, conforme Cervi (2017), já que foi um golpe dentro do próprio governo, que estava fraco politicamente em função de crises econômicas.

Biroli e Miguel (2017) criticam a postura da imprensa durante todo o período final do mandato de Dilma. As manifestações contra o *impeachment* eram minimizadas, enquanto as contrárias à presidenta eram convocadas pelos meios de comunicação como expressão autêntica de cidadania. A imprensa, como analisa Nunes (2019), forneceu as condições apropriadas para o processo de legitimação do *impeachment* em 2016. O autor reforça que Aécio Neves, Eduardo Cunha (na época presidente da Câmara dos Deputados) e o vice-presidente de Dilma, Michel Temer, foram os três grandes operadores responsáveis pela usurpação do Poder Executivo.

Houve, portanto, uma espécie de naturalização do golpe, mascarado pela pretensa imparcialidade da imprensa, especialmente da chamada grande mídia, perceptível em enquadramentos jornalísticos, falta de contextualizações, abordagens

---

<sup>134</sup> Mais tarde, em 2019, os bastidores da operação foram revelados pela #VazaJato, série de reportagens produzida pelo *The Intercept Brasil*, que trouxe a público conversas entre o ex-juiz Sergio Moro, o procurador federal Deltan Dallagnol, representantes do Supremo Tribunal Federal, integrantes da Polícia Federal e agentes do Ministério Público. O jornalista Glenn Greenwald co-fundador do portal *The Intercept Brasil* enfrentou diversas críticas sobre ter divulgado os diálogos obtidos a partir de hackers que invadiram os celulares das autoridades. Em janeiro de 2020 o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Greenwald pelos crimes de associação criminosa e interceptação telefônica. A Fenaj emitiu nota de repúdio alertando para o perigo das restrições à liberdade de imprensa, principalmente quando elas partem de autoridades constituídas. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/nota-oficial-denuncia-do-mpf-contr-glenn-greenwald-e-mais-um-ataque-a-liberdade-de-imprensa/>>. Acesso: 2 fev. 2020.

superficiais, direcionamentos editoriais e exclusão de pautas de valor jornalístico (NUNES, 2019).

Melo (2016) chama a atenção para a violência de gênero sofrida pela presidenta Dilma em todo processo de impedimento. Biroli e Miguel (2017) avaliam que a misoginia contra Dilma Rousseff agia, principalmente, para colocar em xeque a competência de mulheres em atuação na esfera pública, e promovia a circulação de estereótipos de gênero com conteúdo sexual violento. O que, inclusive, circulava por grande parcela da mídia hegemônica sem uma discussão crítica ou aprofundada.

Após o *impeachment*, o vice-presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro (MDB)) assume a presidência e é denunciado por um suposto esquema de corrupção, sendo acusado de liderar uma organização criminosa. Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo de Michel Temer foi revogar a independência da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)<sup>135</sup>. Ainda sobre o machismo presente na cobertura, destacamos a reportagem da revista *Veja* que elogiava a esposa do vice-presidente, 43 anos mais nova que Temer, com o bordão “Bela, recatada e do lar”, o que expõe o quão complexo e conservador é o ambiente político-midiático brasileiro. Apesar do colunista Ricardo Noblat, do jornal *O Globo* noticiar, em maio de 2017, que o presidente Michel Temer renunciaria o cargo, Temer encerra o mandato em dezembro de 2018.

Ainda durante o governo Temer, ocorre a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018, condenado por corrupção passiva no episódio do triplex do Guarujá, em que ficaram evidentes o descumprimento do processo constitucional democrático<sup>136</sup>. Nunes (2019) avalia a espetacularização promovida pelas ações jurídicas da Lava Jato – algumas intencionalmente planejadas para atingir o campo político. Assim, “a Lava Jato é um instrumento de derrubada de governo e abriu a avenida para um governo fascista” (MORETZSOHN, 2019, p. 179). Como Lula estava preso, sua candidatura à presidência pelo PT, em 2018, deu lugar à chapa

---

<sup>135</sup> A EBC foi criada em 2007 e encarregada de unificar e gerir as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>>. Acesso: 2 fev. 2020.

<sup>136</sup> Nunes (2019) ressalta que Moro operou, desde o princípio, com a premissa de que Lula era culpado, sem atentar às provas apresentadas pela defesa. Por conta disso, vários juristas e pesquisadores consideram que o então magistrado agiu sem a devida isonomia pública, enfatizando que o julgamento foi realizado a partir de uma presunção com verniz de legalidade. Além disso, houve a prisão após condenação em segunda instância, o que, em novembro de 2019 foi revogado pelo Supremo Tribunal Federal, que condicionou o início do cumprimento da pena somente após o trânsito em julgado, conforme prevê o texto constitucional. Lula foi solto em novembro de 2019.



composta por Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (Partido Comunista do Brasil (PCdoB)).

Ainda que exposto de forma sintetizada, esse pano de fundo culminou com a eleição do presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, em outubro de 2018<sup>137</sup> (eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), atualmente sem partido<sup>138</sup>), pouco mais de um mês depois de ter sofrido um atentado enquanto era candidato. Moro, por sua vez, assume o cargo de ministro da Justiça do governo Bolsonaro<sup>139</sup>. Em 2019, Michel Temer é preso preventivamente duas vezes, mas em janeiro de 2020 a ação por lavagem de dinheiro contra o ex-presidente fica suspensa até o STJ decidir sobre conexão de ações<sup>140</sup>. A imprensa noticiou de forma contida as prisões de Michel Temer, enquanto a prisão de Lula foi tratada como espetáculo midiático. Tardamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o instrumento jurídico adotado por Moro como ilegal, apontou falhas e criticou a “espetacularização”<sup>141</sup> (NUNES, 2019). Lula sai da prisão no final de 2019.

A eleição de Bolsonaro, da mesma forma, é marcada pela falta de senso crítico da mídia (MORETZSOHN, 2019), conforme aprofundaremos nos próximos capítulos. O cenário exposto evidencia que o monopólio midiático, especialmente na área do rádio e da televisão, em que há grande vinculação com o poder político<sup>142</sup>, tem influenciado os rumos da democracia no país. A edição de 2018 do relatório *Freedom in the World 2018* registrava que o candidato populista de direita conquistou a presidência do Brasil após um período pré-eleitoral duvidoso que contou com campanhas de desinformação e violência política. “A retórica de Bolsonaro estava imersa em desdém por princípios democráticos e promessas agressivas de acabar com a corrupção e os crimes violentos, que ressoavam com um eleitorado

---

<sup>137</sup> Observamos que, apesar de Bolsonaro ter sido eleito com 57.797.847 votos, o equivalente a 55,1% dos votos válidos, na prática, ele recebeu o apoio de 39,2% de todo o eleitorado nacional, já que 42,4 milhões de brasileiros, quase um terço (29%) de todo o eleitorado nacional, integrou o grupo de votos nulos, brancos e abstenções. Haddad, que recebeu 47.040.906 votos, ficou com 44,9% dos votos válidos, o que representa 32% dos eleitores do país, conforme dados do TSE.

<sup>138</sup> Em abril de 2020 o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores não havia conseguido validar as assinaturas necessárias para fundar o partido Aliança Pelo Brasil a tempo de disputar as eleições municipais.

<sup>139</sup> Moro pediu demissão do Ministério da Justiça em 24 de abril de 2020. Alegou intervenção de Bolsonaro na Polícia Federal, fato que veio à tona após a divulgação da gravação da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020.

<sup>140</sup> Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Acao-contra-Temer-por-lavagem-de-dinheiro-fica-suspensa-ate-STJ-decidir-sobre-conexao-de-acoas.aspx>>.

<sup>141</sup> Grifo do autor.

<sup>142</sup> O tema será revisitado e contextualizado no Capítulo 2.

profundamente frustrado” (FREEDOM HOUSE, 2018, online). Por isso Singer (2001) defende que devem ser discutidas medidas para dispersar a propriedade local e nacional dos meios de comunicação, que carece de legislação eficaz.

Portanto, tendo em vista a recente história da nossa imprensa, sempre atravessada por todos esses conflitos brevemente elencados, ponderamos que pensar o jornalismo como pedra angular da democracia só é possível em tese, já que a mídia está atravessada de “contradições entre o que se promete e o que de fato se cumpre, entre *ideais nobres e interesses mesquinhos*<sup>143</sup>” (MORETZSOHN, 2019, p. 178-179). Brum (2019) atribui esse momento vivido no país ao que ela chama de crise da palavra, ou seja, uma democracia esvaziada, sem povo, que não produz justiça nem memória sobre toda a tirania vivida em seu passado recente.

Assim, mídia e política podem ser entendidas como campos relativamente independentes, na medida em que retêm sua própria lógica, mas sobrepostos, já que interferem, em larga escala, uma na outra (MIGUEL, 2014). O jornalismo atua, portanto, no espaço da democracia e da representação. Tal papel é ainda mais pertinente no cenário de enfraquecimento das democracias, conforme destacamos anteriormente.

Além disso, Miguel (2014) ressalta que as desigualdades sociais afetam profundamente o funcionamento democrático e, assim, a representação política. Segundo o autor, há um ciclo de realimentação, em que os prejudicados pelos padrões de desigualdade têm maior dificuldade de se fazer representar (nos espaços formais e informais de deliberação) e, “a o mesmo tempo, sua ausência nos processos decisórios contribui para a reprodução desses padrões” (MIGUEL, 2014, p. 301).

Por isso, as simbioses e ambivalências entre cidadania, democracia e direitos humanos são tão profundas. Essa dinâmica é impactada pela mídia que tem sua responsabilidade aumentada em um país tão desigual, como o Brasil. A partir desse contexto nota-se a vinculação entre cidadania, democracia, desigualdade e exclusão. Tais conflitos serão abordados na próxima seção.

---

<sup>143</sup> Grifos da autora.

### 1.2.2 Desigualdade, exclusão e subcidadania

Os temas tratados até aqui nos permitem estabelecer uma primeira conexão da cidadania com um dos pontos mais delicados: a pobreza. A pobreza restringe o acesso à cidadania, especialmente na sociedade brasileira, onde os direitos proclamados não se traduzem em parâmetros igualitários de ação. A situação de pobreza na sociedade brasileira, que representa cerca de um quarto da população conforme dados do IBGE<sup>144</sup>, não deixa de ser enigmática nessa sociedade que passou por mudanças de regime, teve a experiência de conflitos diversos, de mobilizações e reivindicações populares (TELLES, 2013).

Por ser um fenômeno multidimensional, a pobreza é medida e definida de diversas formas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) adota o conceito desenvolvido pelo economista indiano Amartya Sen<sup>145</sup>, que abrange a falta de acesso a liberdades e direitos, contexto que impossibilita a satisfação de necessidades básicas e o pleno exercício da cidadania. Portanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação<sup>146</sup>.

No entanto, pobreza e desigualdade não são sinônimas, embora estejam interligadas. A desigualdade diz respeito às diferenças que se estabelecem entre grupos de uma determinada sociedade em decorrência de sua estrutura política, social e econômica. A medida adotada para aferir a desigualdade é o Índice de Gini, que estabelece uma relação entre a renda total de uma sociedade e as frações da população que se apropriam dela.

Outro indicador é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). A pobreza multidimensional, como o próprio nome sugere, usa como múltiplas dimensões para avaliar a pobreza, diferente daquela calculada apenas pela renda. No IPM, os indicadores são saúde, educação e o padrão de vida da população. Aqueles que sofrem privações em pelo menos um desses três indicadores se enquadram na categoria de multidimensionalmente pobre.

---

<sup>144</sup> Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso: 2 dez. 2019.

<sup>145</sup> O economista indiano Amartya Sen foi ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998.

<sup>146</sup> O IDH foi criado pelo economista indiano Amartya Sen, juntamente com o economista paquistanês Mahbub ul Haq.

Devido às implicações históricas da prática de racismo, sexismo, exploração de classe, xenofobia e homofobia, o feminismo negro e interseccional<sup>147</sup> ajusta o foco para o inter cruzamento das instâncias de desigualdade – gênero, raça e classe – como modo político de promover justiça social (COLLINS, 2017). Santos (1997) também toca na questão. Explica que, por um lado, a desigualdade é causada pela herança escravagista; por outro, a exclusão transparece a partir do extermínio dos povos indígenas<sup>148</sup> especialmente no Brasil, onde fatores históricos e o uso do poder para controle social na forma de necropolítica (MBEMBE, 2018)<sup>149</sup> influenciam até hoje as lutas por equidade.

Os camponeses, os povos indígenas e os imigrantes estrangeiros foram os grupos sociais mais diretamente atingidos pela homogeneização cultural, que descaracteriza suas diferenças, já que nenhuma das políticas colocadas em prática tentou eliminar a exclusão, mas fizeram apenas sua gestão controlada. Por isso, o pesquisador português enfatiza que os grupos sociais atingidos foram transferidos do sistema de exclusão para o sistema de desigualdade. Foi também o caso dos imigrantes e das mulheres. “A crise hoje reconhecida destes princípios acarreta a relativa irrelevância da cidadania que, em qualquer caso, já aponta, na sua versão liberal, para uma integração de baixa intensidade, formal e abstrata” (SANTOS, 1997, p. 23).

Conforme já apontamos, a escravidão, uma instituição social violenta, deixou chagas imensuráveis no país. Os indígenas também foram submetidos ao regime. Maestri (1994) complementa que as heranças escravistas no Brasil são múltiplas e

---

<sup>147</sup> Sobre a emergência do termo interseccionalidade, atribui-se à intelectual feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw no artigo *Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, publicado na *Stanford Law Review*, em 1991 (COLLINS, 2017). Segundo Akotirene (2019), fazendo jus ao pensamento da antropóloga e militante brasileira Lélia Gonzalez, a tradição feminista negra estadunidense nos deu a matriz interseccional. A fase é marcada pela publicação da obra *Mulheres, Raça e Classe*, escrita pela filósofa norte-americana Angela Davis, em 1981. Do mesmo ano, a obra *E eu não sou uma mulher?* o primeiro livro da também filósofa estadunidense bell hooks (que adota a grafia de seu pseudônimo em letras minúsculas para demarcar a homenagem à avó), ajusta a metodologia interseccional articulando impactos sexistas na experiência das mulheres negras.

<sup>148</sup> Os povos indígenas sempre foram expostos a uma situação de vulnerabilidade desde a colonização do Brasil, um dos países que mais abrigam tais populações. São quase 900 mil indígenas de 255 diferentes povos, com mais de 150 línguas e dialetos (KRENAK, 2019) estão distribuídas em 723 terras indígenas que somam 14% do território nacional, cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, área em permanente disputa com setores do agronegócio e mineração. Com dados do Quadro Geral dos Povos, elaborado pelo Instituto Socioambiental. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro\\_Geral\\_dos\\_Povos](https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos)>. Acesso: 17 maio 2020.

<sup>149</sup> O filósofo camaronês Achille Mbembe discute que, por meio da necropolítica, poderosos definem quem pode viver e quem deve morrer. Salientamos que a pandemia do novo coronavírus infelizmente demonstrou essa face perversa da política em diversas partes do globo.

profundas. “As principais são o racismo, o desprezo pelo trabalho manual, o desprezo aos direitos dos cidadãos das camadas populares” (MAESTRI, 1994, p. 2). Para o autor, todos os trabalhadores e assalariados brasileiros, de todas as origens étnicas são descendentes sociológicos dos escravos. Portanto, somos frutos do estupro da mulher africana, como nos lembra Nascimento (1978), assim como as mulheres indígenas também sofreram tais violações. “Inúmeros aspectos do nosso passado são ignorados ou incompreensíveis devido ao grande desconhecimento, no Brasil, da história Africana” (MAESTRI, 1994, p. 3).

A pouca atenção que se dá a esses aspectos é outra aterradora herança desse longo período que se materializou em formas criminosas, violentas e de extremas de desigualdade, como foi a escravatura, tal como a imigração hoje, subsidiária dos dois sistemas de iniquidade que, por sua vez, tem no racismo parte integrante do sistema de desigualdade contemporânea, o racismo estrutural. “A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (ALMEIDA, 2019, p. 52). Almeida alerta para a convivência, que mantém essa estrutura. Enquanto as pessoas se mantiverem em silêncio sobre essa forma de opressão, serão ética e politicamente responsáveis pela manutenção do racismo<sup>150</sup>.

Santos (1997) evidencia três mecanismos presentes nas sociedades: transferência do sistema de exclusão para o sistema de desigualdade<sup>151</sup>; divisão do trabalho social de exclusão entre o espaço público e o espaço privado; diferenciação entre diferentes formas de exclusão segundo a perigosidade e a conseqüente estigmatização e demonização. O pensador português argumenta que a chave para minimizar tais discrepâncias está na articulação entre políticas sociais de igualdade e de identidade. “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1997, p. 61). Dado o espaço-tempo global, é preciso articular diferentes

---

<sup>150</sup> Concordamos com Quijano (2000) para quem raça é uma construção social da modernidade como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Ainda sobre a questão racial, Lélia Gonzalez (1988) defendia uma América Ladina, portanto uma amefricanidade brasileira a partir da diáspora africana. Ver: GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.

<sup>151</sup> Para Boaventura de Sousa Santos o sistema de exclusão está assentado no que considera pensamento abissal, ou seja, em linhas globais baseadas nos esquemas: norte-sul, civilizado-selvagem, colonizador-colonizado, um sistema polarizado de distinções, que abre abismos visíveis e invisíveis e são produtos de relações de poder desiguais. Ao criticar o eurocentrismo, sugere que tais pensamentos sejam suplantados a partir de epistemologias do sul (SANTOS, 2010).

formas democráticas, também diversificadas culturalmente, capazes de desarmar a colonialidade do poder<sup>152</sup> (QUIJANO, 2000) que ainda perdura nas sociedades contemporâneas.

Diante do aniquilamento político da ideia de cidadania, evidente nos grupos sociais que ocupam os escalões inferiores do sistema da desigualdade e de exclusão, Jessé Souza (2018) apresenta a ideia de subcidadania, ou seja, o não-cidadão. É subcidadão aquele que está abaixo da cidadania: a “ralé estrutural brasileira”<sup>153</sup> subjugada pela dinâmica do capitalismo (SOUZA, 2018).

O sociólogo brasileiro considera que a subcidadania é um fenômeno de massa, restrito apenas às sociedades periféricas. Conforme essa perspectiva, no Brasil prevalece a ideia de desigualdade social naturalizada que conduz à exclusão, aceita como natural, de uma grande parte da população. Souza (2018) considera a subcidadania como singularidade brasileira e chama atenção para o conflito de classes específico da periferia.

Sua argumentação está centrada no que chama de *habitus*<sup>154</sup> precário, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais. Também se utiliza dos termos *habitus* primário e *habitus* secundário. O *habitus* primário seria a noção de dignidade, de cidadania. O *habitus* secundário está acima do *habitus* primário e pressupõe o reconhecimento e o respeito da sociedade. Seria então esse indivíduo a celebridade midiática, aquele que exerce apropriação seletiva de bens e recursos escassos e constitui contextos cristalizados e tendencialmente permanentes de desigualdade.

Souza (2018) se propõe a repensar a hierarquia valorativa que, segundo o autor se traveste de universal e neutra, o que ocasiona a produção de desigualdade social que tende a se naturalizar tanto no centro quanto na periferia do sistema. O

---

<sup>152</sup> A partir da ideia de colonialidade do poder, pensadores dos estudos decoloniais têm expandido suas reflexões a outras dimensões e campos de articulação do poder, como é o caso da colonialidade do saber (LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000); do ser (MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: 2007, p. 127-67); da natureza (ALIMONDA, Héctor (org.). **La naturaliza colonizada.** *Ecología política y minería em América Latina*); e do gênero (LUGONES, María. **Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial.** In: MIGNOLO, Walter (org.). *Género y descolonialidad.* Buenos Aires: Del Signo, 2008, p. 13-54).

<sup>153</sup> Grifo do autor.

<sup>154</sup> A discussão teórica de Souza se dá a partir de Pierre Bourdieu e Charles Taylor.

subcidadão<sup>155</sup>, a partir desse prisma, ainda não alcançou o direito de gozar de reconhecimento social com tudo o que essa expressão envolve, desde participação política, econômica, índice de produtividade e utilidade no grupo social em que está inserido.

Respaldados nessa ideia, Cirino e Tuzzo (2016) pensam a subcidadania a partir da cidadania midiática, que pode ser traduzida como uma cidadania atribuída não pelas condições jurídicas ou legislativas, mas por fatores ideológicos e simbólicos por meio do que os autores chamam de indústria midiática. É então que propõem quatro categorias ou designações: subcidadão, cidadão, célebre-cidadão e supracidadão<sup>156</sup>.

O subcidadão – conforme já exposto, é aquele que não tem acesso, participação, tampouco recursos financeiros. O cidadão - seja devido à informação ou recursos financeiros, possui poder suficiente para conseguir acesso e participação, consumir e ser considerado de bom desempenho. Em pesquisa anterior, Tuzzo (2014) denota que o cidadão é aquele que está na sociedade de forma economicamente privilegiada e pode pagar pela cidadania, comprando saúde, educação, segurança, lazer, por exemplo. “Assim, cidadania tem a ver com o privado e a busca da cidadania tem a ver com o que é público. Cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre” (TUZZO, 2014, p.177).

Cirino e Tuzzo (2016) propõem, também, o termo célebre-cidadão - misto de celebridade com cidadão, geralmente atribuído a pessoas que eram cidadãos ou subcidadãos e ultrapassaram os limites tornando-se referência em alguma área esportiva, artística, cultural ou honrosa a partir das exposições midiáticas. Por fim, definem o supracidadão – aquele que está acima da lei, faz o sistema trabalhar para si próprio, não sendo sujeito ao mesmo tipo de justiça que todos os outros indivíduos da sociedade. “A grande revolta do sub é ver o supra transgredindo o sistema para benefício próprio, enquanto os sub são massacrados pelo sistema, seja pela

---

<sup>155</sup> Questiona: “o que é ser gente”? A resposta a essa questão é, na verdade, o tema central de seu livro *Subcidadania brasileira* - para entender o país além do jeitinho brasileiro. Para responder, parte de duas questões: a) a reconstrução da hierarquia contingente e historicamente construída que serve de base à legitimação da desigualdade nos contextos central e periférico nas condições modernas; b) a explicação do seu modo específico de ancoramento institucional nas condições da modernização periférica (SOUZA, 2018).

<sup>156</sup> Salientamos a adoção de linguagem sexista ao privilegiar a cidadania conjugada ao sujeito masculino. No entanto, a grafia será preservada tal como foi proposta pelos autores.

burocracia ou pelo seu regime voltado à punição, ao invés da educação” (CIRINO; TUZZO, 2016, p. 60).

Além de refletir sobre a subcidadania, Souza (2006) chama a atenção para a invisibilização da desigualdade brasileira a partir da questão dos privilégios, justificados como qualidades inatas dos indivíduos e não como socialmente determinados a partir de construções sócio-históricas específicas. Segundo o autor, essa ideologia esconde o modo como as diferenças entre as pessoas são fortemente influenciadas por fatores como origem e herança familiar. Os privilégios também estão relacionados às ideias de igualdade formal e à ideologia meritocrática que naturalizam condições desiguais. Aderimos à perspectiva de Souza (2006) na crítica de que sociedades como a brasileira convivem com níveis de desigualdade social justificada pela ideologia de “mérito” de cada pessoa como determinante para sua posição na sociedade. Desse ideário deriva a equivocada expressão “cidadão de bem” como forma de categorizar hierarquicamente as pessoas.

Por isso, além de lutar pelos direitos de igualdade e equidade para as diferenças na construção de uma cidadania que privilegie os direitos humanos de todas e todos, sem exclusão, é preciso repensar o papel da mídia, especialmente do jornalismo em tempos de transformações frente à responsabilidade de mediar a cidadania como agente democrático, conforme discutido até aqui. O próximo capítulo se dedica a refletir sobre o processo de mutação jornalística e seus desafios, a partir de seus princípios e valores narrativos permeados pela contemporaneidade.



**Parte Dois**  
**– Contextos –**

## 2 DESAFIOS DO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

*“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;  
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.  
E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.  
Esperança é se levantar, esperar é ir atrás,  
esperança é construir, esperar é não desistir!  
Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se  
com outros para fazer de outro modo...”.*

Paulo Freire

A construção da ideia de cidadania e de direitos humanos ao longo da História abriu espaço para a necessidade de circulação de informações sobre o tecido social e determinou a profissionalização do jornalismo, especialmente como meio democrático de possibilitar o acesso ao debate público. Imbricada em séculos de transformações, conforme evidenciamos no Capítulo 1, a ideia de jornalismo flexionada às exigências da controvérsia para o exercício dos cidadãos e das cidadãs traz em si a perspectiva da pluralidade, da diversidade e da equidade.

Do mesmo modo que essas grandes construções sociais – a cidadania, os direitos humanos e a democracia – o jornalismo tem passado por inúmeras transformações. Desde os fenômenos considerados pré-jornalísticos até a contemporaneidade, o jornalismo assumiu-se como fórum de debates do interesse público quando passou a atuar como mediador ao promover a circulação de relatos e narrativas e organizá-las no espaço-tempo (MOTTA, 2013). Passou, assim, a colaborar com a transformação do espaço público.

Além disso, ao oferecer a oportunidade para o contraditório, ou nas palavras de Karam (2014), tornar-se “espaço de controvérsia qualificada” (p. 202), configurou-se em um importante serviço, o que agudiza sua presença social, visto que é também um produto, conforme destacou Medina (1988).

Neste breve recorte, já destacado no capítulo anterior, não se pode desconsiderar que nas fases pré-jornalísticas até o final da Idade Média já havia, de algum modo, trocas de informações entre as sociedades (SOUZA, 2008)<sup>157</sup>.

---

<sup>157</sup> Sousa (2008) considera fenômenos pré-jornalísticos alguns textos da antiguidade greco-romana pois identifica influências deles nos discursos sobre o jornalismo moderno. A fase é compreendida desde a Grécia Antiga até os séculos XV e XVI.

Entretanto, considera-se que o jornalismo, e especialmente o jornalismo informativo como é conhecido atualmente, é impulsionado pelo sistema capitalista, de acordo com Sousa (2008), quando a informação passa a ser considerada, mais nitidamente, um direito dos cidadãos. Tal situação cria contraditória ambivalência, segundo Genro Filho (2012), já discutida no Capítulo 1, que condiciona o jornalismo como produto do capitalismo – com os constrangimentos contidos na condição de empresa jornalística que visa lucros e é regida por uma linha editorial (política, ideológica, comercial e cultural) (MOTTA, 2013; TRAQUINA, 2012).

No século XX, um vertiginoso progresso impactou o ramo jornalístico, entre os fatos mais relevantes está a multipolarização, a globalização e a mídia eletrônica (rádio, TV e internet). É nesse cenário que surgem novos desafios ao jornalismo. Torna-se cada vez mais segmentado e competitivo (SOUSA, 2008). É também nesse ambiente que o jornalismo se reafirma como agente promotor das liberdades (individual e de expressão) e dotado de grande capacidade para manter a sociedade vigilante de seus atos, conforme ressalta o autor.

Se no capítulo anterior procuramos demonstrar – a partir de um embasamento histórico-crítico que, assim como a cidadania, os direitos humanos e a democracia, o jornalismo desenvolveu-se em fases distintas, mas complementares. Procuramos, a partir de agora, situar como a contemporaneidade tem conformado a prática jornalística. Multifacetado, o momento vivido pelo jornalismo requer hibridismo analítico, esforço que empreenderemos nesta seção ao recuperar contribuições de diversas áreas do conhecimento para pensar o jornalismo contemporâneo.

A fase mais atual, segundo Marcondes Filho (2002), tem início a partir de 1960 e vai até os dias de hoje. É o quarto momento do jornalismo, conforme sua classificação. O autor destaca a fase como de profundas mudanças na tecnologia, com o surgimento da internet e, com isso, a necessidade dos jornalistas de assumirem múltiplas funções. Agora o profissional deve dominar as técnicas de produção de conteúdo para todas as plataformas (impresso, televisão, rádio, internet).

Charron e Bonville (2016) descrevem quatro tipologias históricas das práticas jornalísticas<sup>158</sup>. O jornalismo de transmissão surge no século XVII com o objetivo de transmitir informações das fontes diretamente ao seu público. O jornalismo de opinião se coloca a serviço das lutas políticas, no início do século XIX. No fim do século XIX

---

<sup>158</sup> Estabelecidos ao longo da história do jornalismo na América do Norte, a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn e do método weberiano do tipo ideal (CHARRON; BONVILLE, 2016).

emerge o jornalismo de informação, instaurando a coleta atualizada de notícias. Já o jornalismo de comunicação é a versão mais recente, fruto das décadas de 1970 e 1980, sua marca é a diversificação e a subordinação às preferências do público. Somem-se as transformações de ordem técnica, às transmutações do contexto social, com suas crises e processos desinformativos que se avolumaram no início do século XXI. Por isso, Seibt (2019) formula a ideia de jornalismo de verificação como um tipo ideal para estudar a prática de *fact-checking* (checagem de fatos) no Brasil na perspectiva das mudanças estruturais do jornalismo.

Ainda que sejam múltiplas as suas formas de atuação e inúmeras as transformações pelas quais o jornalismo tem sido atravessado, seus profissionais são permeados por valores, seu *ethos* profissional compartilhado, especialmente sua performance de narrador do cotidiano (MEDINA, 2006; MOTTA, 2013), envolto na hierarquia de poderes de que faz a mediação, conforme será destacado a seguir.

## 2.1 JORNALISTAS: UMA COMUNIDADE DE NARRADORES

Os profissionais imbuídos da prática jornalística formam uma comunidade interpretativa transnacional pois desenvolveram uma cultura profissional, uma vez que conquistaram uma competência específica, como já mencionou Traquina (2013). Por isso, têm uma maneira de ver e de expressar o mundo, guiados por esta cultura de *tribo*. Em seus estudos, que envolveram análises pelos pontos de vista econômico e ideológico, Traquina (2013) sustenta a natural possibilidade de homogeneização do pensar e do agir dos integrantes dessa categoria.

Concordamos que se trata de uma competência profissional específica, com modos particulares de agir, falar e ver, que se traduzem em uma cultura profissional. “Os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com horas de fechamento e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo” (TRAQUINA, 2013, p. 42).

Para o pesquisador, jornalistas falam o *jornalês*, uma linguagem ampla a fim de abarcar um público heterogêneo. Também destaca que jornalistas observam o mundo

a partir de valores-notícia<sup>159</sup>, ou seja, critérios que auxiliam na seleção e na organização do tempo e do espaço noticioso.

Motta (2013) por sua vez, destaca que jornalistas – e especialmente repórteres – negociam a configuração da narrativa com o veículo e com as fontes a partir de sua posição e *ethos* profissional. “Todo jornalista é possuído de forte *ethos* e age em função dele: o desejo de contar uma boa estória (uma estória coerente, equilibrada, verídica)” (MOTTA, 2013, p. 229). Afinal, é preciso sempre ter em conta que a prática jornalística é constantemente constrangida pelas interdependências econômicas, políticas, socioculturais, entre outras<sup>160</sup>.

Imbuídos da exigência profissional e do desejo de configurar a narrativa, jornalistas negociam com os outros poderes a todo tempo. Motta defende que, do ponto de vista da configuração da estória jornalística, o valor-narrativa é o valor maior, do qual decorrem os outros valores subordinados, como os valores-notícia. Preliminarmente, Motta destaca que o valor-narrativa, desejo de ordenar uma estória coerente, atraente e verídica rege, portanto, a ação de repórteres, desde a apuração até a redação do texto jornalístico. Para o Motta (2013), mais que valores-notícias, o valor-narrativa funciona

como uma moldura cognitiva para enquadrar rápida e didaticamente a confusa e difusa realidade. O que rege a apuração e a redação do texto jornalístico é esse modelo dramático. Embora pouco estudado e citado na literatura da teoria do jornalismo, este é um valor superior aos demais valores-notícia. O desejo de qualquer repórter ou editor é, primeiro, compor uma boa narrativa, configurar uma estória dramática forte, coerente, completa,

<sup>159</sup> Diversos autores tratam dos critérios de noticiabilidade. Em síntese, destacamos os valores-notícia atualidade (novidade), importância, proximidade, interesse, negativismo, imprevisibilidade, coletividade, intensidade, ineditismo e repercussão. Silva (2005) fez o levantamento de vários valores-notícia e organizou um elenco simplificado. A autora propõe uma sistematização dos critérios de noticiabilidade, baseando-se em três instâncias: 1) critérios de noticiabilidade na origem do fato (seleção primária dos fatos/valores-notícia), com abordagem sobre atributos como conflito, curiosidade, tragédia, proximidade; 2) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos, centrados na seleção hierárquica dos fatos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até cultura profissional e relação jornalista-fonte e jornalista-receptor; e 3) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos, sobre fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público, entre outros (SILVA, 2005).

<sup>160</sup> Traquina (2012) examina as diversas teorias inscritas no cotidiano profissional que transparecem tais constrangimentos e que aqui serão apresentadas brevemente: a Teoria do Espelho, em que a ideologia da objetividade está intrinsecamente relacionada; a Teoria da Ação Pessoal; que leva em consideração apenas o aspecto microssociológico ao nível do indivíduo, sem levar em conta a organização; a Teoria Organizacional, em que estão relacionados o prazer da atividade, as sanções, as aspirações, entre outros; a Teoria da Ação Política, uma versão macroeconômica que leva em consideração a existência de acordos, o papel dominante dos donos dos meios de comunicação e os interesses destes e das elites; a Teoria Estruturalista, que leva em conta a organização burocrática dos meios noticiosos e os valores-notícia; e a Teoria Interacionista, que também denota o papel dos promotores de notícia, os jornalistas e os consumidores durante todo o processo.

verídica. Os demais valores (atualidade, novidade, notoriedade, impacto, etc.) decorrem do valor-narrativa, um valor englobante mais forte e mais abrangente. A ausência deste valor na maior parte dos manuais de jornalismo decorre da negativa dos jornalistas em aceitar que eles contam histórias, insistindo ainda ingenuamente que eles apenas ‘reproduzem a realidade como um espelho’ (MOTTA, 2013, p. 229).

Nós, assim como o autor, aderimos à perspectiva de que o jornalismo é a narrativa do presente, contada a partir de diversos ângulos e por inúmeros narradores. Entendemos que a narrativa articula e permite às pessoas se moverem no espaço temporal. Partilhamos do pressuposto de que a necessidade para contar ou ouvir histórias provém do imperativo humano de organizar a experiência e torná-la pública (RICOEUR, 1994), já que os seres humanos constroem seu presente projetando-se continuamente em relação ao passado ou ao futuro, graças à capacidade humana de produzir sentidos.

Motta (2010) lembra que é a partir da narrativa que compreendemos a maioria das coisas do mundo. O jornalismo, portanto, constrói cotidianamente um tipo de narração, a narrativa jornalística, que se nutre das vivências para construir, mesmo que em mosaico, distintas leituras sobre o mundo, especialmente sobre a existência na atualidade, esse *continuum* sempre móvel de fatos e acontecimentos sequenciais e ininterruptos.

*A atualidade não é puro momento efêmero. Dura. É presente histórico, de duração variável, contextualizável sincronicamente com o que está acontecendo em outros lugares, e diacronicamente com passados e futuros diferentes, de curta, média ou longa duração. Precisamente porque dura, a atualidade convoca o relato: precisa ser narrada para ser conhecida* (BORRAT, 2006, p. 280)<sup>161</sup>.

O jornalismo utiliza-se da narrativa para relatar a realidade. E “narrativa, sabe-se, é todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.11). De acordo com Culler (1999) a narrativa é permeada de sentidos compartilháveis, por isso, sempre visa a transformação. O autor destaca que as narrativas expõem o sucesso, a corrupção do mundo, “sem fracasso em satisfazer

---

<sup>161</sup> Destaques do autor. Em tradução livre do original: “*La actualidad no es puro instante efímero. Dura. Es presente histórico, de variable duración, contextualizable sincrónicamente con lo que está ocurriendo en otros lugares, y diacrónicamente con pasados y futuros diversos, de corta, media o larga duración. Precisamente porque dura, la actualidad convoca al relato: necesita ser narrada para ser conocida.*”

nossas mais nobres aspirações” (CULLER, 1999, p. 93). A narrativa está embasada na experiência, gera empatia, aproxima, aconselha.

Para Medina (2003) a narrativa acrescentou sentidos mais sutis à arte de tecer o presente. A partir da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana se organiza diante da existência. “Sem essa produção cultural – a narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida” (MEDINA, 2003, p. 47-48). As narrativas midiáticas são, desse modo, formas de experimentação da realidade social. Silverstone (2002) sustenta que as pessoas precisam da mídia para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança. “Para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades das experiências” (SILVERSTONE, 2002, p. 12).

Tais experiências mediadas pela narrativa jornalística têm como pano de fundo o trabalho intelectual pois, para além do domínio das técnicas jornalísticas, essa talvez seja uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais, conforme Traquina (2012). Medina (1982) evidencia que o exercício profissional estabelece pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e até faixas etárias. Portanto, a profissão de jornalista se estrutura em *saber, saber fazer, saber ser*<sup>162</sup>.

Ijuim (2009) também trata do compromisso social de jornalistas, influenciado pelo educador Paulo Freire. Salienta que a questão da responsabilidade social parece ser algo consagrado no meio jornalístico possivelmente graças ao papel histórico da imprensa como tribuna para debates e instrumento de conquistas expressivas para a sociedade. No entanto, incita que “aquilo que está consagrado, e possa parecer mesmo óbvio, a rigor não é tão óbvio. E merece reflexão contínua” (IJUIM, 2009, p. 34). Recorre ao texto *O Compromisso do profissional com a sociedade*<sup>163</sup>, escrito durante o exílio de Freire, para quem a primeira condição para se assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir.

Justamente devido a essa característica do compromisso dos jornalistas com a sociedade, entendemos os meios de comunicação como agentes educativos, já que

---

<sup>162</sup> Grifos da autora. O tema, como já destacado, foi tratado em outra obra mais recente da pesquisadora, que cita a tríplice tessitura da narrativa jornalística: técnica, ética e estética (MEDINA, 2006).

<sup>163</sup> FREIRE, Paulo. **O Compromisso do profissional com a sociedade**. In: Educação e mudança. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

fornece concepções de mundo. Ressalvadas as alterações das condicionantes sociais, econômicas, políticas, técnicas entre outras que afetam o jornalismo, seu propósito permanece informar, elucidar, instruir, orientar. Destacamos a função educativa da narrativa jornalística<sup>164</sup> a partir do entendimento do jornalismo como forma social de conhecimento (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1992).

Para Fontcuberta (2006), como já apontado, o jornalismo possui muitas obrigações para com seu público, entre elas, deve atentar para sua dimensão educativa ou orientativa. Para a pesquisadora, os meios de comunicação são atores fundamentais na sociedade do conhecimento já que adquiriram uma dimensão socializadora, portanto pedagógica, para a conceitualização do mundo. “Nos proporcionam muitos dos recursos simbólicos que utilizamos para dirigir nossas relações e para definir nossas identidades” (FONTCUBERTA, 2006, p. 26)<sup>165</sup>.

Meditich defende, igualmente a partir da concepção de jornalismo como forma de conhecimento, uma pedagogia do conteúdo, influenciado pelas ideias de Paulo Freire, para quem o homem é criador de seu próprio conhecimento a partir do diálogo, da pergunta e de uma pedagogia dialética. Em consonância com Fontcuberta, Meditsch (1992) destaca que o jornalismo precisa fornecer mais que informação, precisa oferecer sentidos. Hudec (1980) também destaca a função orientativa do jornalismo – que formula e difunde diferentes opiniões, fornece um panorama acerca dos múltiplos fenômenos, processos e tendências contemporâneos em toda a sua complexidade – e, ainda, propaga as leis que “determinam a função e o desenvolvimento da vida econômica, sociopolítica, intelectual e ideológica da sociedade, a partir de posições partidárias e de classe” (HUDEC, 1980, p. 37).

Dadas todas essas responsabilidades elencadas, há necessidade de estar sempre alerta em uma ocupação profissional de narradores que lidam, a todo momento com o interesse público<sup>166</sup>. Não à toa, o próprio Código de Ética traz a questão:

---

<sup>164</sup> É importante diferenciar que apesar de concordarmos com a pertinência do jornalismo cidadão e suas múltiplas formas e abordagens, entre elas do jornal escolar, da educomunicação, entre outros, enfatizamos a função educativa de toda narrativa jornalística.

<sup>165</sup> Do original: “*Nos proporcionan muchos de los recursos simbólicos que utilizamos para dirigir nuestras relaciones y definir nuestras identidades*”. (FONTCUBERTA, 2006, p. 26) – em tradução livre.

<sup>166</sup> Medina (1982) lembra que no fim de 1963, no 10º Congresso Nacional de Jornalistas ocorrido em Brasília, os profissionais brasileiros elaboraram uma declaração de princípios para encaminhar ao então presidente, João Goulart, reafirmando a importância do respeito às liberdades democráticas. O presidente, por sua vez, na mensagem lida por seu representante no evento, salientava que a imprensa contribuía para o desenvolvimento do Brasil. Também se referia que a responsabilidade dos jornalistas aumenta no mundo atribulado vivido naquele momento (MEDINA, 1982, p. 57).



Art. 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (FENAJ, 2007, p. 1).

Aqui, evidencia-se a tensão entre liberdade de imprensa e liberdade de expressão que, permanentemente, acompanha o trabalho dos jornalistas. Apesar das peculiaridades ao longo de seu desenvolvimento, fatores como a economia e a política sempre exerceram influência na produção das narrativas jornalísticas, o que implica, também, uma subordinação da liberdade de expressão de repórteres à liberdade de imprensa, visto que o ideal de liberdade de imprensa é limitado pela contradição imposta pelos negócios e pelos ideais políticos (GENRO FILHO, 2012).

Logo, um dos maiores desafios dos jornalistas – especialmente de repórteres, profissionais responsáveis por configurar o ângulo narrativo – é flexionar sua liberdade de expressão à liberdade editorial da empresa jornalística. Por isso vale uma breve discussão sobre a diferença entre ambas as liberdades<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> Embora haja diversos entendimentos sobre liberdade, que pode originar-se desde a filosofia até a psicologia, por exemplo, Lima (2015) enfatiza duas amplas noções de liberdade, a partir da sociologia e do direito: uma na tradição liberal e outra na tradição republicana. Na concepção liberal prevalece o caráter privado da liberdade, desvinculada da política. Sua versão mais conhecida reduz a liberdade à ausência de interferência externa na ação do indivíduo, a chamada liberdade negativa. A liberdade liberal tem sua matriz no liberalismo da Inglaterra (a partir do século XVII) como reação conservadora à Revolução Francesa e se consolida no século XIX com a ideia de mercado livre, ou seja, a liberdade privada de produzir. As duas noções divergem radicalmente sobre o papel do Estado em relação à liberdade, pois do ponto de vista republicano prevalece a ideia de liberdade associada ao livre-arbítrio, ao autogoverno e à participação na vida pública. A partir dessa vertente, o poder arbitrário de dominação é incompatível com a liberdade cidadã (LIMA, 2015). Cabe adiantar que para a análise das entrevistas coletadas nesta pesquisa, prevalece outra compreensão de liberdade, aquela defendida por Paulo Freire, para quem tal perspectiva só tem sentido como liberdade partilhada, ou seja, Freire está preocupado com uma liberdade humanizadora e emancipatória. Em complementaridade com a ideia de libertação ao autoritarismo e ao poder, o educador enfatiza uma postura de liberdade em diálogo com as pessoas, como princípio educativo e ético-político. Partilhamos desta perspectiva ao levar em conta a possibilidade transformadora da liberdade, especialmente quando tida como fraternidade de convivência e elevação da consciência, a fim de gerar autonomia. Tal ponto de vista será discutido no Capítulo 4.

O termo liberdade de expressão geralmente aparece relacionado à liberdade de imprensa, o que gera uma grande confusão. Serrano (2013) resume a divergência explicando que se trata, respectivamente, sobre o “direito de informar e de ser informado” (2013, p. 71). Lima (2015), no entanto, situa a liberdade de expressão em dois grandes paradigmas: na tradição liberal o Estado deve abster-se de qualquer interferência em relação à liberdade de expressão dos cidadãos, já na tradição republicana a liberdade de expressão é entendida como liberdade de deliberação em nome do interesse público, portanto, cabe ao Estado garantir ao cidadão o exercício pleno da liberdade de expressão.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, já mencionava, em 1789, o direito à livre comunicação das ideias e opiniões. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791, escrita por Olympe de Gouges, também destacava, no Artigo X, que nenhuma pessoa deveria ser molestada por suas opiniões e enfatizava que, embora a mulher pudesse subir ao cadafalso<sup>168</sup>; “ela deve igualmente ter o direito de subir à tribuna, contanto que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei” (GOUGES, 1791, p. 3). O Artigo XI também tratava do tema e estabelecia que a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões constitui um dos mais preciosos direitos da mulher<sup>169</sup>.

Séculos mais tarde, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Constituição Brasileira, de 1988, tratam da liberdade individual de manifestação do pensamento (Inciso 4 do Artigo 5º da Constituição Federal) e da plena liberdade de informação jornalística (Parágrafo primeiro do Artigo 220 da Constituição Federal). Entretanto, Lima (2015) salienta que a única ocasião em que a expressão liberdade de imprensa aparece na Constituição Federal é com relação às medidas que podem ser tomadas pelo Presidente da República no caso de estado de sítio<sup>170</sup>.

Assim, a liberdade de expressão se refere à pessoa, é um imperativo da condição humana pela liberdade de pensar por si próprio. Ela possibilita ter assegurado o direito a autonomia de consciência (MARTINS NETO, 2008). A liberdade de imprensa, por sua vez, aparece como uma condição para a liberdade

---

<sup>168</sup> Força ou palanque de execução pública.

<sup>169</sup> No Artigo XI, Olympe de Gouges complementou que “esta liberdade garante a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode, portanto, dizer livremente: ‘eu sou a mãe de um filho que lhe pertence’, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei” (GOUGES, 1791, p. 3).

<sup>170</sup> Lima (2015) enfatiza que o termo integra o Inciso 3º do Artigo 139 e não é citado no capítulo que trata da comunicação social.

individual ou, ainda, como uma liberdade da sociedade equacionada com os meios de comunicação (LIMA, 2015). O autor lembra que a liberdade de expressão nasce com o indivíduo, ou deveria nascer – basta lembrar que ainda hoje, há países monárquicos e autoritários – enquanto a liberdade de imprensa implica na disponibilidade de produção e circulação de conteúdos informativos e da existência de um público.

Marques de Melo (2012) lembra que a prática jornalística adquire densidade no século XIX, quando vigora a liberdade de imprensa, o que interfere na formação das correntes de opinião pública. Serrano (2013) complementa ao denotar que a liberdade de imprensa é, na verdade, o direito do empresariado de operar em um determinado setor, assim, não representa um direito da cidadania, de forma geral. A liberdade de imprensa é aqui entendida como liberdade de narrar o que as empresas jornalísticas consideram adequado conforme suas linhas editoriais.

Como destacou Genro Filho (2012), quando a imprensa se transforma em empresa capitalista sua relação direta com liberdade de expressão individual é afetada. A empresa jornalística passa a deter o monopólio do capital simbólico e funciona a partir da lógica do poder (LIMA, 2015). Portanto, o vínculo entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa na democracia passa pela crença liberal de que o livre debate conduzirá à formação de uma opinião pública independente. Contudo, Serrano (2013) avalia que sob o manto da liberdade de imprensa, o poder midiático, muitas vezes, ficou impune, apesar de manipulações<sup>171</sup>. Lima (2015) complementa que grupos hegemônicos<sup>172</sup> de mídia interdita o debate público amplo e integral. Conforme os autores, a liberdade de imprensa só encontra justificativa quando garante a universalidade da liberdade de expressão individual no debate público.

A Declaração de Princípios sobre a Liberdade Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 2000<sup>173</sup>, estabelece que a propriedade e o controle dos meios de comunicação devem estar sujeitos a leis anti-monopólio, “uma vez que conspiram contra a democracia ao restringirem a pluralidade e a diversidade que

---

<sup>171</sup> Serrano (2013) denuncia a intolerância de parte dos grupos de mídia contra governos progressistas latino-americanos que fundaram televisões públicas, concederam canais de TV e emissoras de rádio para os movimentos sociais e aprovaram leis que obrigam a garantir a veracidade dos conteúdos.

<sup>172</sup> É do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci a noção de hegemonia, aquela atrelada ao domínio cultural e à liderança das classes dominantes.

<sup>173</sup> Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/s.Convencao.Libertade.de.Expressao.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

asseguram o pleno exercício do direito dos cidadãos à informação”. Embora a Constituição Federal proíba a existência de monopólios ou oligopólios de meios de comunicação social, a imprensa brasileira consolidou-se a partir do modelo de conglomerados midiáticos – especialmente nos períodos ditatoriais que antecederam a redemocratização, conforme apontamos no Capítulo 1. Esses grupos de mídia reúnem concessões de rádio e TV, além de portais e veículos impressos configurando concentração midiática, característica do jornalismo exercido no país.

### **2.1.1 Concentração midiática, interdito à pluralidade narrativa**

Sem o funcionamento dos meios de comunicação dentro de uma estrutura policêntrica não há como falar em liberdade de imprensa garantidora de democracia (LIMA, 2015), já que a mídia independente e plural é sua condição indispensável. “Afim, se os conteúdos que circulam pelos meios de comunicação influenciam a formação da opinião pública, o que esperar se não há diversidade de informações e de pontos de vista?” (MEDIA, 2017, online). No entanto, o coronelismo eletrônico e a concentração da propriedade dos meios, herança de períodos anteriores à Nova República como já evidenciado no capítulo anterior, permanece vigente e foi confirmada pela pesquisa elaborada pelo Intervezes<sup>174</sup> em parceria com a Repórteres Sem Fronteiras<sup>175</sup> sobre os controladores da mídia no país.

O *Media Ownership Monitor* (MOM-Brasil) mapeou 50 veículos ou redes de comunicação no Brasil, em quatro segmentos: 11 redes de TV (aberta e por assinatura), 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa (jornais de circulação diária e revistas de circulação semanal) e 10 veículos online (portais de notícias). Esses veículos foram selecionados com base na audiência. Também foi considerada sua capacidade de agendamento, ou seja, seu potencial de influenciar a opinião pública. A diferença entre o número de veículos de cada tipo se deve a maior ou menor concentração de audiência e ao alcance geográfico em cada segmento.

---

<sup>174</sup> O Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Para o Intervezes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar.

<sup>175</sup> Fundada em 1985 em Montpellier (França) por quatro jornalistas, a associação tornou-se uma organização líder mundial na defesa e promoção da liberdade de informação.

O levantamento mostrou que, entre 50 veículos investigados, 26 pertencem a grupos econômicos de comunicação. Desse total, quatro principais grupos de mídia têm audiência nacional que ultrapassa 70% no caso da televisão aberta, meio de comunicação mais consumido no país (MEDIA, 2017).

O estudo produziu indicadores do risco ao pluralismo e à independência da mídia. Entre eles estão a concentração da audiência, a concentração da propriedade e a existência ou não de controles externos. Também analisou a transparência. O pluralismo é afetado quando não fica evidente para a audiência – e mesmo para os jornalistas – quem tem controle sobre cada veículo, que outros negócios possuem e que interesses podem guiar a produção das notícias.

No Brasil, o resultado indica alerta vermelho, pois o sistema de mídia brasileiro mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas (MEDIA, 2017)<sup>176</sup>. Embora proibido constitucionalmente, o Brasil possui um número representativo de políticos donos ou acionistas de meios de comunicação, conforme evidenciou o estudo. No Congresso Nacional, por exemplo, 32 deputados federais e 8 senadores da legislatura encerrada em 2018 são proprietários de emissoras, o que denota as relações pessoais entre jornalismo e poder, como apontado por Abdalla (2017).

Também chama a atenção a influência de setores comerciais das empresas de comunicação. Dos 26 grupos ou empresas de comunicação analisados, todos possuem mais de um tipo de veículo de mídia e 16 possuem também outros negócios no setor, como produção cinematográfica, edição de livros, agência de publicidade, programação de TV a cabo, entre outros. Além disso, 21 dos grupos ou seus acionistas desenvolvem atividades em outros setores econômicos, como financeiro, imobiliário, agropecuário, energia, transportes, infraestrutura, educação e saúde (MEDIA, 2017).

A presença da religião no sistema brasileiro de mídia é crescente desde os anos 1980, principalmente na radiodifusão. Dos 50 veículos pesquisados, nove são de propriedade de lideranças religiosas – todas cristãs, matriz religiosa dominante no Brasil. Empreitada de fé também é descobrir quem são os donos das rádios, redes de

---

<sup>176</sup> O Brasil também está em 105º lugar em uma lista de 180 países no Índice Global de Liberdade de Imprensa 2019, uma pesquisa realizada pela Repórteres Sem Fronteiras.

televisão, jornais e portais brasileiros. Essas informações não são publicadas de forma ativa e transparente pelas empresas.

Entre as iniciativas da sociedade civil para dar transparência à propriedade da mídia, destaca-se o projeto *Donos da Mídia*, divulgado em 2002, a partir de levantamento elaborado pelo jornalista Daniel Herz (1954-2006), com informações divulgadas pela internet<sup>177</sup>.

Cunha (2017) ressalta que a história do país criou um conjunto hegemônico de direita, regressivo, monopolístico e familiar. Portanto, gerou um sistema que despolitiza a política ao naturalizar as relações sociais injustas e perpetuar a desigualdade, ao criminalizar as camadas populares. A situação é ainda mais complexa ao tensionarmos o quão democrática é nossa jovem democracia.

A concentração hegemônica dos veículos jornalísticos é apontada por diversos pesquisadores como uma das influências para a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff de seu cargo em 2016 (CERVI, 2017), bem como pela cobertura descontextualizada da prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018 (MORETZSOHN, 2019; NUNES, 2019), conforme apresentamos no capítulo anterior. A visibilidade diferenciada nos meios de comunicação naturaliza a visão de mundo de alguns grupos e o exercício desigual de influência nas democracias (BIROLI; MIGUEL, 2017), sistema político que vem sofrendo abalos na contemporaneidade, como problematizamos no capítulo anterior. Some-se a isso o momento de intensas transformações vivido nas empresas jornalísticas, conforme será discutido a seguir.

## 2.2 MEDIAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO

Pensadores do jornalismo de ontem e de hoje concordam que a tarefa de narrar cotidianamente é árdua. Se levadas em conta apenas as dificuldades inerentes à profissão, dada sua responsabilidade social, os jogos de poder e a pressão do tempo, já constatamos que estamos diante de uma profissão complexa. No entanto, o século XXI tem feito emergir desafios cada vez maiores. Ainda que a característica de precarização acompanhe a prática jornalística desde sua profissionalização, o

---

<sup>177</sup> Em 2008, o projeto lançou um portal renovado onde reuniu dados de todas as licenciadas de radiodifusão (rádio e TV), mas deixou de ser atualizado e saiu do ar. Diversas outras pesquisas acadêmicas trataram do tema dos grupos e famílias proprietárias da mídia, algumas delas realizadas por conselheiros do MOM Brasil ou pelo próprio Intervozes.

jornalismo está em um processo de se tornar um tipo diferente de profissão no mundo todo, transformada cotidianamente, principalmente no decurso da história contemporânea. Acelerada por múltiplas mutações, a experiência vivida por jornalistas profissionais atualmente é muito mais precária, fragmentada e em rede (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

No Brasil, o quadro foi intensificado com a desregulamentação profissional determinada pelo Superior Tribunal Federal (STF) em junho de 2009, quando se deixou de lado a exigência do diploma de jornalista para exercer a profissão. No final de 2019, a Medida Provisória 905/19<sup>178</sup>, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (que altera a legislação trabalhista e visa, segundo o governo brasileiro ampliar a empregabilidade dos jovens) determinou o fim do registro para atuação como jornalista e outras onze profissões<sup>179</sup>. Para além dos desafios em solo nacional, os tempos líquidos (BAUMAN, 2007) têm provocado alterações no mundo do trabalho de modo geral. Muitas áreas têm sofrido impacto, especialmente da digitalização, inclusive o jornalismo em todo o globo.

A partir da experiência norte-americana Anderson, Bell e Shirky (2013) apontam que o atual estágio do jornalismo está em crise, pois as condições técnicas, os materiais e os métodos empregados na apuração e divulgação das informações até o fim do século XX não se aplicam hoje de maneira eficaz. Segundo o relatório *Jornalismo Pós- Industrial: Adaptação aos Novos Tempos*, elaborado no Tow Center for Digital Journalism, da Columbia Journalism School, a reestruturação do jornalismo pós-industrial, como denominam o atual período, é obrigatória.

Os estudiosos situam o período de conturbadas mudanças na profissão como movimentos tectônicos, o que pode ser estendido ao jornalismo brasileiro, graças às cinco grandes convicções de que partem os pesquisadores: 1) O jornalismo é essencial; 2) O bom jornalismo sempre foi subsidiado; 3) A internet acaba com o subsídio da publicidade; 4) A reestruturação se faz, portanto, obrigatória; 5) Há muitas oportunidades de fazer um bom trabalho de novas maneiras. “Se concluirmos que o

---

<sup>178</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2020.

<sup>179</sup> A MP permanecia em discussão até a finalização no primeiro semestre de 2020. No entanto, frisamos que o relator da Medida Provisória 905/2019, deputado Christino Aureo (PP-RJ), retirou do texto original, do Poder Executivo, o artigo 51, inciso VII, que extinguiu o registro prévio junto a atual Secretaria do Trabalho/Ministério da Economia como condição para o exercício da profissão de jornalista e mais 13 profissões regulamentadas. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relator-da-mp-905-exclui-artigo-que-acaba-com-registro-de-jornalista/>>.

jornalismo é essencial, e que não há solução para a crise, a única maneira de garantir a sobrevivência do jornalismo de que a sociedade precisa no cenário atual é explorar novas possibilidades” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 13).

De modo semelhante, Christofolletti (2019) alerta que a crescente queda de confiança na mídia e o questionamento sobre funções do jornalismo nas democracias atuais torna o cenário atual ameaçador. Portanto, é clichê dizer que crise é oportunidade<sup>180</sup>, já que manipular ideias e palavras não nos garante condições práticas para vencer desafios, contornar problemas e desfrutar de condições favoráveis, conforme sustenta o autor. Assim, ele lembra que a ideia de oportunidade em momentos de crise pode ser uma estratégia encorajadora, mas não podemos superdimensionar tal possibilidade.

Aderimos à argumentação de Christofolletti (2019) de que a crise do jornalismo é um fenômeno complexo, dinâmico, de difícil enfrentamento e sem solução única ou rápida. Do mesmo modo, almejamos observar esse momento de rupturas em suas diversas camadas, levando em conta seus aspectos financeiro, político, ético, de credibilidade, de governança e de gestão.

É consenso que, rapidamente, o paradigma digital forçou uma reorganização dos ambientes de trabalho jornalístico e a fragmentação das redações. Estas tendências, cada uma à sua maneira, direcionam para uma perspectiva de jornalista mais individual que institucional e para uma necessidade de reconceituar o campo (DEUZE; WITSCHGE, 2016), especialmente devido à ubiquidade das tecnologias midiáticas e à conseqüente emergência de uma sociedade redacional, capaz de produzir e transmitir seus próprios conteúdos pela teia digital.

Desde a virada do século – período que coincide com a fase de digitalização, principalmente no Brasil – tornou-se nítida a queda nas tiragens de jornais e revistas, a diminuição da audiência em canais de rádio e TV abertos ou por assinatura, e a pulverização da audiência, que passa a consumir entretenimento em tempo dilatado.

---

<sup>180</sup>Mundialmente conhecida, a história de que o caractere chinês para crise (*weiji*) – que significaria tanto perigo como oportunidade – é contestável. Tradutores mais exigentes têm questionado a simplicidade com que o tema é tratado, já que a aproximação linguística do termo chinês para idiomas ocidentais é feita de forma instrumental e apressada (CHRISTOFOLLETTI, 2019a). Segundo o dicionário *Xinhua Cidian* a palavra é composta pela justaposição dos caracteres *wei* e *ji*: “*período crucial em que um grave perigo ameaça a própria existência*”. Segundo o *New Practical Chinese-English Dictionary*, *weiji* significa “crise; situação de perigo; momento precário”. Portanto, é uma falácia que crise e oportunidade comporiam a mesma palavra, em chinês.



A *Conta dos Passaralhos*, um projeto do Volt Data Lab<sup>181</sup> sobre demissões de jornalistas nas redações do Brasil, dá um panorama assustador. Com base nos dados do projeto, mais de 2,3 mil jornalistas foram demitidos de redações brasileiras de 2012 a 2018. As demissões totais em empresas de mídia somavam mais de 7,8 mil jornalistas no mesmo período. Do total, as demissões em jornal representam 45%, seguida dos desligamentos em veículos de rádio e TV, que somam 25%; revista, 22%; e online, com 9,1%. O ano com o maior número de jornalistas demitidos foi 2015, 685 profissionais.

Nessa fase de achatamento das empresas jornalísticas, muitos conglomerados de mídia unificaram redações e atribuíram novas funções aos poucos jornalistas contratados. Além do empreendedorismo jornalístico, têm se tornado cada vez mais proeminentes as diversas formas de precarização do trabalho com longas jornadas e sem vínculo empregatício – como o jornalismo *freelancer*, o trabalho *home office*, também chamados de *pejotização*<sup>182</sup> nas relações de trabalho. Deuze e Witschge (2016) lembram que a forma em rede de empresa que aparece no trabalho em jornalismo e em outras áreas, já havia sido notada em pesquisas da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Do jornalismo artesanal ao jornalismo de mercado, realmente as empresas de comunicação estão reconfiguradas” (IJUIM, 2009, p. 40).

Atualmente, conforme o pesquisador, os modelos de administração se preocuparam com a otimização de recursos, o que acarretou numa virtual profissionalização das redações e as tornou mais enxutas. As novas tecnologias de informação – argumentos para a diminuição de quadros profissionais – são, por outro lado, aliadas na produção e divulgação do noticiário. Promoveram avanços na disseminação de informações e convergência de mídias.

Como decorrência, no entanto, pode-se averiguar que, quanto maior a agilidade e a eficiência desses “novos meios”, mais aumenta a pressão, o desejo pelo furo, a ansiedade por maior cobertura... maior concorrência... entre algumas outras consequências. Esse quadro, muito rapidamente esboçado, nos leva a inferir algo preocupante: redações menores, todos com menor tempo para produção em alta escala... menos tempo para pensar (IJUIM, 2009, p. 41).

---

<sup>181</sup> A agência de jornalismo independente Volt Data Lab acompanha a extinção efetiva dos empregos, disponível em: <<http://passaralhos.voltdata.info/>>. Os dados são da última atualização disponível, em 7 de agosto de 2018.

<sup>182</sup> Em referência ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Ao assumirem a pessoa jurídica, os jornalistas arcam sozinhos com as responsabilidades tributárias e trabalhistas pelos serviços prestados.

As condições de trabalho impõem uma certa forma de “fabricar” notícias’ conforme o fetiche do tempo real (MORETZSOHN, 2002, p. 74), que leva repórteres a agir e pensar automaticamente para economizar tempo e cumprir suas tarefas no prazo. Christofolletti (2019b) alerta que a falta de tempo muitas vezes resulta em erros que afetam a qualidade e a credibilidade jornalísticas e, por sua vez, têm implicações éticas graves.

O encolhimento e a digitalização das redações não são fatores isolados na dinâmica de fragmentação e superficialidade do relato. Os desafios do jornalismo são antigos. Medina (2006) lembra que parte dessa estrutura se estabeleceu ao longo do desenvolvimento da profissão. O jornalismo incorporou valores de racionalidade e eficiência que culminaram nos moldes de fabricação capitalista intensificados na atualidade. Esse pensamento se traduziu nas redações na forma de padronizações de procedimentos, na compartimentação temática da vida (como as editoriais, por exemplo) e na simplificação do humano. É a ideia do homem-máquina, uma concepção mecanicista que vê os seres humanos constituídos por partes, em que mente e corpo estão separados, ou seja, ignora a organicidade da vida<sup>183</sup> e nega as subjetividades (MEDINA, 2006; MORETZSOHN, 2002).

Tais paradigmas podem ser considerados simplificadores quando introduzidos no jornalismo, pois aderem ao método positivista<sup>184</sup> da ciência e ignoram o senso comum. Essa perspectiva é incapaz de conceber a conjugação da diversidade

---

<sup>183</sup> Tal visão de mundo teve como ponto forte as mudanças ocorridas no pensamento europeu dos séculos XVI e XVII. De acordo com Capra (1993) se priorizava uma concepção orgânica da vida, com a maioria das civilizações vivendo em comunidades pequenas. No entanto, essa perspectiva de universo mudou radicalmente e foi substituída pela ideia de um mundo como máquina, instaurando o paradigma mecanicista. O autor lembra que essa mudança foi ocasionada por pensamentos revolucionários na física e na astronomia, com realizações de expoentes como Bacon, Copérnico, Galileu e Newton. A descrição matemática da natureza (propriedades materiais como formas, quantidades e movimentos) foi a característica dominante da ciência nessa época e está presente nos critérios das teorias científicas da atualidade. Ainda que tenha trazido inúmeras contribuições para o desenvolvimento científico, esse pensamento colaborou para que outras propriedades como som, cor, sabor ou cheiro, fossem consideradas meramente projeções mentais subjetivas “que deveriam ser excluídas do domínio da ciência” (CAPRA, 1993, p. 51). Todas essas perspectivas marcaram a chamada Idade da Revolução Científica.

<sup>184</sup> René Descartes (1589-1610) exerceu grande influência neste sentido, já que defendeu que tudo deve ser fragmentado para que possa ser tratado isoladamente em profundidade. Medina (2008) lembra ainda que Auguste Comte (1798-1857) – que sistematizou o positivismo criado por Claude Henri de Rouvroy (1760-1825) – propôs que o estado positivo é um “regime definitivo da razão em que a observação é a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades reais” (COMTE apud MEDINA, 2008, p. 18). Percebe-se aí uma evidente separação entre sujeito e objeto, que pode ser vista em diversas áreas na atualidade: na biologia, na medicina e no jornalismo.

e da complexidade, conforme destaca Morin (2006), pois, ou unifica abstratamente ao anular a diversidade ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade. Tal pensamento simplificador também é observado por Santos (2009), como apontado no capítulo anterior, que pondera a necessidade de conciliar senso comum e conhecimento científico<sup>185</sup>.

Ao aderir aos métodos positivistas, da ciência e da produção industrial, as empresas jornalísticas informam de forma imediata – conforme estabelece o valor-notícia da atualidade – no entanto, muitas vezes de forma rasa e descontextualizada, principalmente perante o quadro brevemente discutido acima, quando a produção jornalística depende de pequenas equipes, com tempo exíguo para apuração. Com equipes menores, as empresas sacrificaram diversidade, experiência, prestígio e qualidade (CHRISTOFOLETTI, 2019a). Diante desse cenário, torna-se um desafio aos repórteres equilibrar a disciplina racional, inerente ao processo jornalístico, ao necessário exercício de intuição afetiva para que se consolide o ato relacional, isto é, a narrativa jornalística tecida a partir da presença de repórteres no cotidiano, a que Medina (2016) chama de ato presencial.

Figaro (2014) também trata do estrangulamento das rotinas produtivas e da precariedade dos vínculos empregatícios. À luz do compromisso profissional, ela corrobora de que esse torna-se o principal desafio: o profissional deve estar atento à diversidade de vozes na produção jornalística “sobretudo do cidadão comum” (FIGARO, 2014, p. 35).

Assim, a crise no jornalismo é uma questão mais complexa e não se soluciona apenas com manobras contábeis, estratégias comerciais, marketing e inovação. Um dos exemplos dessa complexidade citado por Christofolletti (2019) são os muros de pagamento (*paywall*)<sup>186</sup>. A estratégia financeira é controversa tendo-se em vista que o jornalismo se apresenta não só como produto, mas é também um serviço. A tática

---

<sup>185</sup> Para Santos (2009), o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador. “Apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico” (p. 88). O autor considera que a ciência moderna desprezou o senso comum e defende que o conhecimento científico deve dialogar com outros saberes, não se sobrepôr a eles.

<sup>186</sup> Além do muro de pagamento, Christofolletti (2019) cita o exemplo das alternativas para manutenção financeira: reportagens patrocinadas, assinaturas *premium*, campanhas de arrecadação, micropagamento, promoções, brindes e recompensas. Segundo o autor, nenhuma estratégia isolada se mostrou suficiente para substituir o sustento da publicidade, por isso, as saídas mais bem-sucedidas foram as que combinaram uma ou mais possibilidades.

fomenta o distanciamento do público e a busca por alternativas no consumo de informação e entretenimento.

Nessa toada, redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter têm grande vantagem, pois são agregadores e difusores de conteúdo espontâneo, criam a possibilidade de acesso às novidades sem, no entanto, se responsabilizar pela apuração e divulgação delas<sup>187</sup>. No mercado da internet, elas são consideradas atravessadores – as maiores são plataformas como Facebook e Google – que abocanham a maior parte do fluxo de capitais na área de publicidade. Apesar da maior parte do conteúdo do YouTube ser de diversão, a plataforma também afetou o jornalismo (CHRISTOFOLETTI, 2019a).

O relatório *A imprensa de plataforma: como o Vale do Silício redesenhou o jornalismo*, de Bell e Owen (2017), mostra que o jornalismo contemporâneo ficou nas mãos das gigantes de tecnologia<sup>188</sup>. Afinal, as plataformas já não exercem apenas o papel de canal de distribuição – mas determinam o que o público vê, quem é remunerado por essa audiência e até que formato e gênero de jornalismo emplacam. A maior parte do que é produzido pelo jornalismo é disponibilizado nas plataformas de terceiros, mesmo sem a garantia de retorno. A publicação deixou de ser a principal atividade de algumas organizações jornalísticas (BELL; OWEN, 2017). Dessa forma, a imprensa de plataforma se viabiliza por negócios privados e distribui informação a partir de sistemas técnicos obscuros, segundo Christofolletti (2019a), que se movem por interesses, geralmente, mercantis e privados. Entretanto, o autor lembra que entretenimento, diversão e jornalismo têm suas próprias naturezas, geram e alimentam interesses diferentes, assim, assumem importâncias distintas na vida das pessoas.

Por isso, o pesquisador chama a atenção para a financeirização do setor. Impulsionado pelos grandes conglomerados transnacionais, o plano estabelece altas metas para o negócio jornalístico o que causa riscos à empresa de mídia, aos trabalhadores jornalistas e à própria informação, ao priorizar lucros e resultados. O processo que privilegia o financeiro em detrimento do acesso à informação ocasiona desvio de função de repórteres e editores que “tornam-se menos preparados para

---

<sup>187</sup> O tema será retomado ao tratar da desinformação, na subseção seguinte.

<sup>188</sup> Uma visão aprofundada pode ser encontrada na obra *Capitalismo de plataforma*, em que Srnicek (2016) trata das lógicas de extração de valor nas plataformas e sugere uma coletivização das plataformas. Ver: SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity. John Wiley & Sons, 2016.

desenvolver capacidades críticas ao narrar questões financeiras” (CHRISTOFOLETTI, 2019a, p. 74), quando dados negativos de empresas tendem a ser omitidos. Nessa lógica empresarial, os profissionais ficam mais vulneráveis às pressões e suscetíveis à censura e à autocensura.

Consoante a esse panorama, Mick e Tavares (2017) sustentam a hipótese de que o jornalismo contemporâneo atravessa uma crise em sua governança, derivada do esgarçamento das relações sociais entre as empresas jornalísticas e seus públicos (audiências, fontes, *stakeholders*, anunciantes, assinantes). A análise dos autores se dá a partir de quatro dimensões: editorial, de gestão, da sustentabilidade, e da circulação e engajamento. Afinal, o público passa a ser uma questão-chave para o jornalismo (CHARRON; DE BONVILLE, 2016).

O breve panorama aqui apresentado e tendo em conta as forças econômicas e mercadológicas a que o jornalismo está condicionado, explicita que, mais uma vez a profissão está sob pressão. Para que o jornalismo se adapte nessas circunstâncias, os profissionais da área foram obrigados a atender a novas demandas do contexto digital, apesar das dificuldades financeiras. Foram criados, então, novos formatos de jornalismo na internet, como o jornalismo transmídia e *longform*, que trouxeram consigo os *newsgames*, a realidade virtual, a realidade aumentada, o jornalismo de dados, entre outros. Tecnologias fáceis de usar (aplicativos *open source* e *hardwares* interligados com câmera, microfone, teclado) resultaram em um jornalismo convergente a partir da “cultura da convergência”, de Jenkins (2009), quando culturas de produção e consumo confluem em novos processos criativos, exemplificados no jornalismo por tendências de design mais centradas no usuário, interatividade da audiência e reportagens com a participação dos cidadãos (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Além da multitarefa precarizar o trabalho de jornalistas (ADGHIRNI, 2017), impulsionada pela exigência multimídia, força o desenvolvimento de habilidades específicas, o que gera sobrecarga. Também fomenta uma nova autoconcepção sobre a profissão, a partir de perspectivas comprometidas com os valores do jornalismo.

Precisamos, hoje e num futuro próximo, de um exército de profissionais que se dedique em tempo integral a relatar fatos que alguém, em algum lugar, não deseja ver divulgados, e que não se limite apenas a tornar disponível a informação (mercadoria pela qual somos hoje inundados), mas que contextualize a informação de modo que chegue ao público e nele repercuta. (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p.41)

Embora o jornalismo não seja uma exceção à tendência de individualização do trabalho, as alternativas que se apresentam, conforme Deuze e Witschge (2016), encontram-se mais no nível individual e pessoal dos jornalistas com sua responsabilidade social, do que propriamente com os arranjos organizacionais da profissão, o que indica um compromisso profissional para além das empresas.

### 2.2.1 Ignorados, incrédulos e desinformados

Conforme discutido até aqui, democracia, jornalismo e outras instituições sociais têm sofrido abalo de confiança neste início de século. O relatório 2019 *Reuters Digital News*<sup>189</sup> demonstrou que a credibilidade na mídia caiu dois pontos, de 44% para 42%. No entanto, quando questionados sobre informações obtidas por meio de mecanismos de busca, como Google, ou por redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, a confiança cai para 33%. Chama a atenção o fato de o público priorizar os serviços pagos de vídeo online (47 %) e de música online (15%) sobre as notícias online pagas (7%).

Especialmente sobre o caso brasileiro, o levantamento mais recente do Datafolha sobre o *Grau de confiança nas instituições*<sup>190</sup> realizado em 2019, demonstra que apenas 21% da população confia muito na imprensa (foi a única instituição a registrar alta relevante no grau de desconfiança: 30%. Em abril de 2019, 26% não confiavam). As redes sociais foram consideradas muito confiáveis somente por 9%. As outras instituições elencadas, em ordem de confiabilidade são: Forças Armadas (42% da população confia muito), seguida da Presidência da República (28%), do Poder Judiciário (considerando juízes e desembargadores, 24%), Ministério Público (23%), grandes empresas nacionais (22%) Supremo Tribunal Federal (17%) e Congresso Nacional (7%).

---

<sup>189</sup> A oitava edição do relatório anual demonstrou o que influenciam os hábitos de 75 mil consumidores de notícias online em 38 países, abrangendo a Europa, as Américas, Ásia e África. Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

<sup>190</sup> Foram realizadas 2086 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 130 municípios, de 4 a 5 de julho de 2019. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0f1c6f228717d59ce49fdci.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Na mesma época, o Índice de Confiança Social (ICS)<sup>191</sup>, medido pelo Ibope Inteligência, evidenciou o Corpo de Bombeiros no topo do ranking (pelo 11º ano seguido), com 88 pontos. Já a Polícia Federal, presente no ICS desde 2016, ocupa a segunda colocação, com 72 pontos. Na sequência estão Igrejas (71 pontos), Forças Armadas (69), escolas públicas (66) e meios de comunicação (61). Por outro lado, o ICS 2019 mostra que a confiança nos partidos políticos é a menor de todas (27 pontos), ainda que tenha apresentado crescimento de 11 pontos na comparação com 2018, ocupa a última posição no ranking. O Congresso Nacional, com 34 pontos, está na penúltima colocação, seguido de Governo da cidade onde mora (44 pontos), Sindicatos e Sistema Público de Saúde (ambos com 45 pontos).

A queda de credibilidade nas instituições ocorre no momento em que o jornalismo não ocupa mais o papel exclusivo de mediador, como constata Roxo (2016). Ao contrário, o panorama situa-se em um ambiente digital que dilui o polo emissor. Essa democratização de acesso, aclamada no início da chamada era digital, acabou, no entanto, dando voz a uma legião de imbecis, nas palavras de Umberto Eco. A declaração do intelectual italiano provocou um choque, especialmente porque foi dita durante seu discurso de recebimento do título de *doutor honoris causa* pela Universidade de Turim, em 2015<sup>192</sup>.

Inevitavelmente, segundo Moretzsohn (2017), a constatação de Eco (2015) gerou indignação em grupos distintos, tanto nos entusiastas da internet quanto nos críticos em relação à tecnologia. Ambos viram na fala do italiano uma manifestação de arrogância, ainda que ele tenha dito o óbvio. A horizontalização do discurso proporcionada pelas plataformas encobriu relações de poder e instaurou um ambiente de insegurança informativa. Portanto, se por um lado houve democratização, por outro, o compromisso com a apuração e verificação das informações foi abalado, abrindo espaço para que informações falsas ou incompletas se tornassem virais (KAKUTANI, 2018), possibilitando, assim, amplo espaço para a hiperinformação e a alienação (MORETZSOHN, 2017). Tais fenômenos colaboram com a desinformação,

---

<sup>191</sup> Realizado desde 2009, o Índice de Confiança Social (ICS) é medido em uma escala que vai de 0 a 100, sendo 100 o índice máximo de confiança. A pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 15 de julho, com 2.002 pessoas a partir de 16 anos, em 144 municípios do país. Disponível em: <<https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/brasileiro-esta-mais-confiante-nas-instituicoes/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

<sup>192</sup> O vídeo está hospedado na página do *Huffington Post*. Umberto Eco: "Internet? Ha dato diritto di parola agli imbecilli: prima parlavano solo al bar e subito venivano messi a tacere". 16 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agliimbecilli\\_n\\_7559082.html](http://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agliimbecilli_n_7559082.html)>. Acesso em: 23. jan. 2020.

processo pelo qual conceitos distorcidos, fatos fora de seu contexto ou notícias falsas são sistematicamente difundidos, gerando a percepção de que são informações confiáveis.

Centrada na recente experiência norte-americana sobre o deliberado uso da mentira pelo presidente Donald Trump, Kakutani – crítica literária do *The New York Times*<sup>193</sup> – procura explicar como as transformações culturais contribuíram para chegarmos a essa situação que ela denomina de “morte da verdade”<sup>194</sup>. Kakutani (2018) elucida que o termo “declínio da verdade” entrou para o léxico da era da pós-verdade<sup>195</sup>, que inclui também expressões agora corriqueiras como “*fake news*”<sup>196</sup> e “fatos alternativos”. Em inglês, “*post-truth*” é um adjetivo que “qualifica um ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública” (BUCCI, 2019, p. 11).

Kakutani chama a atenção para o caso de que, infelizmente, não há somente notícias falsas, também existe a ciência falsa (produzida por negacionistas das mudanças climáticas e ativistas do movimento antivacina), a história falsa (promovida por revisionistas do Holocausto e supremacistas brancos), os perfis falsos de norte-americanos no Facebook (criados por *trolls* russos) e os seguidores e “*likes*”<sup>197</sup> falsos nas redes sociais (gerados por *bots*).

Espantosamente atual, a obra *O príncipe* de Maquiavel – publicada no século XVI – já advertia sobre a conduta dos governantes. Sob a égide da ética, comentava vícios intrínsecos ao comportamento dos que atuam no jogo político, denunciando especialmente a falácia e a manipulação. “(...) Necessário, entretanto, é disfarçar muito bem essa qualidade e ser bom simulador e dissimulador” (MACHIARELLI, 2010, p. 99-100).

Seguindo a receita do principado à risca, Trump, o 45º presidente dos Estados Unidos, fez 2.140 alegações falsas ou enganosas no seu primeiro ano de governo –

---

<sup>193</sup> Kakutani foi vencedora do Prêmio Pulitzer e atua no TNYT por quase quatro décadas.

<sup>194</sup> Entendemos que a questão da verdade é antiga e complexa, por isso, uma lacuna no estudo de Kakutani está na necessidade de maior problematização sobre a dificuldade de alcançar a verdade, tendo em vista os múltiplos ângulos.

<sup>195</sup> O termo “pós-verdade” foi declarado “a palavra do ano” pelo Dicionário Oxford, em 2016.

<sup>196</sup> A expressão “*fake news*”, em inglês, costuma ser traduzida como “notícia falsa” ou “notícias falsas”. O adjetivo “falso”, em português, não implica esse dolo, essa intenção maliciosa. O sentido do adjetivo “*fake*”, em inglês, envolve intenção do agente de enganar o interlocutor, o público ou o destinatário. Desse modo, a expressão “notícias falsas” é fraca para traduzir o sentido da expressão “*fake news*”. A tradução sugerida pelo professor Carlos Eduardo Lins da Silva, é “notícias fraudulentas” (BUCCI, 2018).

<sup>197</sup> Grifo da autora.



uma média de 5,9 por dia, conforme contagem do *The Washington Post*<sup>198</sup>. Kakutani alerta (2018, p. 19): “Não temos como controlar se os agentes públicos mentem para nós. Mas temos como controlar se eles devem responder por essas mentiras”. A indicação pode ser estendida ao Brasil, onde o presidente Bolsonaro, em pouco mais de dez meses de mandato, deu 400 declarações falsas ou distorcidas, uma média de 1,4 por dia<sup>199</sup>.

Desse modo, o professor Eugênio Bucci, reforça o argumento de Kakutani. “Confiar à política o papel de estabelecer a verdade dos fatos é flertar com o autoritarismo, ou mesmo com o totalitarismo” (BUCCI, 2018, p. 25). Exatamente sobre o esfacelamento da verdade frente à dignidade humana, Hannah Arendt (1988) defende que a verdade factual é facilmente reconhecível por todos. Como os fatos e os acontecimentos – que são sempre engendrados pelos homens conjuntamente – constituem a própria textura do domínio político, é, naturalmente, a “verdade de facto” (ARENDR, 1988) que nos interessa.

Séculos se passaram e à conduta já conhecida, somaram-se novas estratégias com intuito específico de desinformar. Não à toa, a desinformação politicamente motivada e com fins lucrativos é atribuída como um dos fatores na decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia e na eleição de Donald Trump como presidente dos EUA. Pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology constataram que as notícias falsas possuem 70% de maior probabilidade de serem compartilhadas que as notícias verdadeiras<sup>200</sup>. O fenômeno é tão intrincado, dotado de uma estranha infraestrutura (GRAY; BOUNEGRU; VENTURINI, 2020), profundamente enraizada no funcionamento de muitos aspectos da vida coletiva, que promove o entrelaçamento entre o que era considerado inquietante ao habitual ou banal.

Conhecida como *debunking*, a prática de desmentir informações enganosas e boatos virais tem sido tarefa de iniciativas jornalísticas que se dedicam à checagem

---

<sup>198</sup> O cálculo do *The Washington Post* está disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/wp/2018/01/20/president-trump-made-2140-false-or-misleading-claims-in-his-first-year/>>. Acesso em: 23 jan 2020.

<sup>199</sup> De um total de 702 falas do presidente analisadas por Aos Fatos, 57% tinham informações enganosas ou imprecisões e 43% eram verdadeiras (302). Conforme o levantamento da agência de checagem, Bolsonaro errou mais durante entrevistas do que em transmissões ao vivo ou em publicações nas redes sociais. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/desde-a-posse-bolsonaro-deu-400-declaracoes-falsas-ou-distorcidas/>>. Acesso em: 23 jan 2020.

<sup>200</sup> Pesquisa divulgada na revista *Science*, sob o título *Fake news spreads faster than true news on Twitter—thanks to people, not bots*. (LANGIN, 2018).

de fatos – ou, do inglês, *fact-checking* – que verifica declarações de pessoas públicas oficiais, consulta bancos de dados<sup>201</sup> e especialistas, e publica uma conclusão com uma classificação de veracidade (MANTZARLIS, 2018). A constante evolução desses projetos tem sido impulsionada pela expansão de redes e novas parcerias de mídia que se concentram em manter figuras públicas e organizações responsáveis pelo que dizem (STENCEL, LUTHER, 2019)<sup>202</sup>. Estão, portanto, encarregados da já consolidada prática jornalística da verificação, apontada pelos autores norte-americanos Kovach e Rosenstiel (2004). Os autores destacam que dados falsos ou preconceituosos no discurso público prejudicam o debate social, já que cidadãos precisam de narrativas confiáveis sobre fatos. É papel do jornalismo construir a veracidade a partir de relatos contínuos.

Portanto, a proliferação dos ecossistemas de desinformação e a opacidade dos algoritmos tem revelado facetas perversas das plataformas de distribuição (CHRISTOFOLETTI, 2019a), principalmente quando se observa a ação dos *bots* com perfis falsos presentes em mídias sociais. O estudo *Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil*, da Fundação Getúlio Vargas, mostra como robôs são capazes de distribuir, em escala industrial, mensagens pré-programadas. A pesquisa mapeou 5.932 contas automatizadas no debate sobre as eleições e os presidenciais, em 2018, que geraram 19.826 publicações, entre tuítes e retuítes. Destas publicações, cerca de 30% (5.790) eram duplicatas. Os candidatos mais mencionados foram Bolsonaro (na época, no PSL) e Lula (PT), com 7,5 mil e 6,1 mil menções (RUEDIGER, 2018).

O cenário sinteticamente problematizado, em que o fluxo informativo se tornou vasto, velozmente dinâmico e efêmero – fase que encerra o Parêntese de Gutenberg<sup>203</sup>, conforme Costa (2014) – é apenas uma parte daquilo que conseguimos visualizar do volumoso *iceberg* de comunicação informativa da atualidade.

---

<sup>201</sup> Para a empreitada de checagem os profissionais contam com ferramentas do jornalismo de dados, especialidade que se aproxima do jornalismo investigativo por buscar respostas para fenômenos sociais a partir da correlação de bancos de dados, apuração documental e entrevistas com uma grande gama de fontes. Faz-se uso, por exemplo da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei da Transparência.

<sup>202</sup> O número de projetos ativos de checagem de fatos em todo o mundo continua crescendo e, em 2019, chegou a 226 iniciativas, conforme levantamento do Duke Reporters' Lab, instituto de pesquisa situado em Durham, Carolina do Norte, que contabiliza projetos de fact-checking em 73 países. Desse total, 50 projetos estão nos EUA e a maioria é focada localmente (STENCEL, LUTHER, 2019).

<sup>203</sup> De acordo com Costa (2014) na teoria do Parêntese de Gutenberg, todo o período após a invenção da imprensa - atribuído a Gutenberg, mas originário de várias transformações - os 575 anos entre os séculos XV e XXI foi apenas uma pausa, uma interrupção no fluxo normal da comunicação humana. Essa teoria é de autoria do professor dinamarquês Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca. Para ele, a web nos faz regressar a um estado pré-Gutenberg, "definido pelas tradições orais: informações em fluxos e efêmeras" (COSTA, 2014, p. 84).

Acrescentamos a esse panorama desinformativo, os erros da imprensa, o sensacionalismo, a exploração da miséria humana, a simplificação, o reducionismo, o viés corporativista, já discutidos anteriormente, entre tantos agravantes e outros atenuantes denotativos de que a prática jornalística emprega, ao mesmo tempo, técnicas de informação e de desinformação (SERVA, 2001).

Além do ecossistema de desinformação, outro problema enfrentado pela mídia brasileira são os desertos de notícias. A terceira edição do Atlas da Notícia<sup>204</sup> mostra ampliação desses desertos, ou seja, municípios onde não há veículos jornalísticos. Cerca de 37,4 milhões de brasileiras e brasileiros (equivalente a 17,9% da população) vivem em locais sem veículos. Outra parte significativa da população 27,5 milhões (13,2%) mora em “quase desertos”, com até dois veículos jornalísticos. Essa carência vai contra a ideia de democratização da mídia. Somada à concentração midiática, conforme discutido anteriormente, isola comunidades e afeta a difusão de informação local.

Em todos os casos mencionados, o fortalecimento do jornalismo é primordial, ainda que precise se reinventar para atender suas demandas. Ao mesmo tempo em que novas tecnologias ameaçam os modelos de negócio tradicionais, oferecem elementos para o fortalecimento da atividade. O aspecto mais animador do atual cenário jornalístico é poder explorar novas formas de colaboração, novas ferramentas de análise e fontes de dados e novas maneiras de comunicar o que é de interesse do público (ANDERSON; BELL e SHIRKY, 2013; CHRISTOFOLETTI, 2019a; DEUZE; WITSCHGE, 2016). São condições para a emergência de um jornalismo mais colaborativo, alternativo e independente.

### **2.2.2 Jornalismo alternativo na internet: ressonâncias**

Se a indústria jornalística está em crise, ou mesmo morta (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), o jornalismo segue vivo em muitos lugares. O advento da internet

---

<sup>204</sup> A mais recente edição do Atlas da Notícia, um projeto do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo – em parceria institucional com a Abraji, Intercom, o Volt Dat Lab e 22 escolas de jornalismo do país, com o apoio do Facebook Journalism Project, conta com informações apuradas até 30 de novembro de 2019 por pesquisadores e voluntários em todas as regiões brasileiras.

permitiu o surgimento de um novo ecossistema jornalístico no cenário socioeconômico, marcadamente acelerado na contemporaneidade.

Trata-se de outra fase de transformações nas instituições sociais, principalmente nas jornalísticas. “Jornalistas oriundos de grandes grupos de comunicação partiram para experiências em coletivos de jornalistas. É também um novo arranjo econômico alternativo apropriado por jornalistas em contrapor-se aos grandes meios de comunicação hegemônicos” (NONATO, 2015, p. 52). É o que apontam também Ramos e Spinelli (2015). Segundo as autoras, muitos jornalistas empreendedores vieram da grande mídia em busca de um jornalismo sem fins lucrativos e apartidário “e por algum motivo, demissão, falta de identidade com o veículo, motivação para empreender em seu próprio negócio, saíram de seus empregos e tentam consolidar projetos independentes” (RAMOS; SPINELLI, 2015, p. 116).

A *Agência Pública*<sup>205</sup> agrupou tais iniciativas no *Mapa do Jornalismo Independente*<sup>206</sup>, lançado em março de 2016. Trata-se de um levantamento que reúne informações sobre mais de cem iniciativas de mídia de todo o Brasil, consideradas pela agência como alternativas e empreendedoras.

A ideia é ambiciosa, mas cada vez mais necessária neste momento de ruptura e renascimento que o jornalismo vive: mapear as iniciativas independentes no Brasil. Neste “mapa” interativo, selecionamos aquelas que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016, online).

A própria agência adverte a ambição da tarefa de listar iniciativas emergentes contemporaneamente. Afinal, graças às mudanças estruturais nas economias das empresas jornalísticas e ao crescimento no número de profissionais formados em Jornalismo (MICK; LIMA, 2013), a virada do milênio tem mostrado abundantes iniciativas jornalísticas que se autointitulam “independentes” ou “alternativas” (ASSIS *et al.*, 2017). Os próprios rótulos não são novos e, conforme os pesquisadores, percebe-se que a onda atual tem características próprias que contribuem para a rediscussão de conceitos como autonomia, independência financeira e editorial.

---

<sup>205</sup> Disponível em: <<http://apublica.org/>>.

<sup>206</sup> Inicialmente o mapa apresentou cerca de 70 iniciativas elencadas pela equipe da Agência Pública. Interativo, o público passou a colaborar na inclusão de outras iniciativas. Disponível em: <[http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#\\_/](http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_/)>. Acesso em: 21 dez. 2019.

Para os referidos autores, esse novo arranjo possibilita tensionar a categoria da independência em um cenário pós-industrial, onde o ativismo contraria valores históricos do jornalismo. Assis *et al.* (2017) notam, também, que a fragilidade financeira da maior parte dessas iniciativas as leva a buscar soluções de sustentabilidade que não garantem plenitude de autonomia, embora contem com maior liberdade editorial.

Denotam, desse modo, que independência, liberdade e autonomia não se definem de forma isolada, mas na tensão com seus opostos. Um meio pode ser considerado independente apenas se o observarmos em seu contexto, por exemplo, se depende menos do Estado do que de seus anunciantes ou se demonstra mais autonomia editorial. “Os próximos anos poderão nos responder se tais saídas financeiras são as mais formidáveis para esses meios, e se sua consolidação tornará mais nítido um modelo alternativo de mídia” (ASSIS *et al.*, 2017, p. 17).

Ao tratar da comunicação como popular, alternativa ou comunitária, Peruzzo (2009) identifica a imprensa alternativa, uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos “de caráter autônomo e, por natureza, não alinhados aos padrões dos meios de comunicação convencionais, governos e demais setores que representam as classes dominantes” (PERUZZO, 2009, p. 140-141). Dentro dessa categorização apresenta o jornalismo alternativo a partir de cinco subdivisões: popular alternativo, alternativo colaborativo, alternativo autônomo, político-partidário e sindical. Para a autora, o que importa nesse tipo de mídia é o processo, as práticas sociais e o significado que tem para a comunidade.

Ainda que haja necessidade de rediscutir sobre a denominação mais adequada desse tipo de mídia, preferimos adotar o termo jornalismo alternativo<sup>207</sup>, já que esse tipo de mídia tem se mostrado em sua maioria contra-hegemônica<sup>208</sup>, pois contrapõe o modelo jornalístico até então vigente.

---

<sup>207</sup> Salientamos, no entanto, que a mídia alternativa digital difere das experiências citadas no capítulo 1, que serviram de principal referência à imprensa alternativa no país no processo de redemocratização. Conforme Kucinski (apud FIGARO; NONATO, 2016), aquelas eram publicações que fizeram oposição à ditadura civil-militar nos anos 1960 e 1970, na maioria jornais que se destacavam por bancar uma linha editorial de resistência ao regime. A atual forma de apresentação da mídia alternativa na internet é multifacetada, pode abranger múltiplas mídias, formatos e gêneros.

<sup>208</sup> Conforme Downing (2002) noções de contra-hegemonia e contra-hegemônico tornaram-se bastante comuns entre os escritores influenciados pelo pensamento de Gramsci “embora ele próprio nunca tenha usado esses termos -, como forma de categorizar as tentativas de contestar as estruturas ideológicas dominantes e suplantá-las com uma visão radical alternativa” (DOWNING, 2002, p. 48).

O *Mapa do Jornalismo Independente* organizado pela *Agência Pública* visa, entre outros, valorizar iniciativas jornalísticas contemporâneas e entender como funcionam e como se sustentam. Tais iniciativas unem equipes multidisciplinares formadas por jornalistas, designers, programadores, administradores entre outros e configuram, na maioria, projetos de cobertura hiperlocal<sup>209</sup> e vinculados a causas específicas.

Do ponto de vista financeiro, as iniciativas possuem, na maioria, estratégias de manutenção financeira baseadas no *crowdfunding*, também conhecido como financiamento coletivo. Segundo Milani e Riffel (2015), o *crowdfunding* compreende uma estratégia de captação de recursos para projetos que aliam o desenvolvimento tecnológico da internet com práticas relacionadas à cultura participativa. Os grandes diferenciais dessa estratégia são o engajamento do público e a visibilidade que os projetos ganham. Enquanto processo colaborativo no ambiente virtual, o financiamento coletivo tem como mecanismo facilitador a internet, que por sua vez permite conectar milhares de pessoas e mobilizá-las com uma determinada causa. Nonato (2015) destaca:

Esses exemplos de arranjos econômicos não são novos. São modelos inspirados no cooperativismo e no jornalismo alternativo, que foram adaptados à sociedade em rede e (re)apropriados pelos jornalistas. Mas servem para demonstrar o quanto é fértil a busca por alternativas nesse momento, de surgimento de novos meios e, ao mesmo tempo, de crise na profissão (NONATO, 2015, p. 55).

Ainda que não garanta a segurança financeira de tais iniciativas, o financiamento coletivo possibilita a oferta de conteúdos alternativos. Aliado a eles algumas iniciativas adotam o *crowdsourcing*. Na concepção de Howe<sup>210</sup> (apud MILANI; RIFFEL, 2015) essa prática consiste em um conjunto de contribuições voluntárias (trabalho) ou de baixo custo de diversos indivíduos e grupos, predominantemente conectados por meio da internet, a fim de compartilhar conhecimento, talento, tempo e recursos, para resolver problemas ou criar novos conteúdos, em funções anteriormente designadas a especialistas. Configura-se, então o que Costa (2014) considera a *superdistribuição*, referindo-se ao fim do

---

<sup>209</sup> O jornalismo hiperlocal se configura quando os esforços de cobertura se dão em uma determinada comunidade, seja ela geográfica ou não, e o veículo assume uma posição de relevância dentro desse território (BALDESSAR; DELLAGNELLO, 2013).

<sup>210</sup> Em: HOWE, Jeff. **O poder das multidões**: por que a força da coletividade está remodelando o futuro dos negócios. Tradução de Alessandra Mussi Araujo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

monopólio dos veículos tradicionais de comunicação na produção e na distribuição de conteúdo.

A esse novo modelo econômico e jurídico Cagé (2016) dá o nome de “sociedade de mídia sem fins lucrativos”. A professora assistente de Economia no Institut d'Études Politiques de Paris sugere converter a exclusividade da propriedade da mídia em pluralidade – ou seja, que as empresas jornalísticas deixem de ser exclusivamente de caráter privado monopolista, e passem a existir como empresas dirigidas por uma multiplicidade de agentes que as financie coletivamente, a fim de promover a sua gestão democrática.

Silva (2017) pondera, no entanto, que muitas das iniciativas jornalísticas alternativas, geridas de forma mais democrática e sem fins lucrativos, tiveram a operação encerrada em pouco tempo. Ainda assim, graças à estrutura aberta e descentralizada da internet, muitas dessas iniciativas transformaram a dinâmica informativa, já que se apropriaram do caráter fluido da era digital, mostrando-se catalizadoras de criatividade, inovação, colaboracionismo e diversidade (CHRISTOFOLETTI, 2019a), de forma a se tornarem referências para o modelo convencional, mesmo que sem atingir a posição dominante no campo. Ocupam, portanto, um espaço híbrido, marcando seu posicionamento ativista, como será discutido a seguir.

### **2.2.2.1 Mídia ativista**

Além da característica alternativa tratada na seção anterior, grande parte do jornalismo contemporâneo que emerge da rede traz consigo um ativismo evidente. Para pensar esse modo de produção jornalística recorreremos à mídia radical de Downing (2002) para quem a preferência pelo uso do termo “radical” se dá pela necessidade de compreender que, em certa medida, tudo é uma alternativa a outra coisa. Assim, a ideia de mídia radical é uma alternativa mais atuante da audiência expressa nas culturas populares.

Essas mídias (alternativas e radicais) fazem explodir os bloqueios oficiais à expressão pública e dão ressonância às vozes discordantes, minoritárias, subjugadas e portadoras de impulso de mudança. Sem negar aqui a importância das formas hegemônicas de mídia (e de seus efeitos políticos), pode-se afirmar que, quando vinculadas a movimentos sociais autênticos, as mídias radicais colocam em evidência o imenso potencial estético, cognitivo,

comunicativo e mobilizador dos meios massivos de expressão (DOWNING, 2002, p.10).

A mídia radical propõe o debate, a crítica e a ação a seu público. Por isso muitas vezes os ativistas desse tipo de mídia sofrem repressão. Embora a mídia radical esteja fortemente atrelada aos movimentos sociais, não significa que seja somente a eles circunscrita. Ela pode ser praticada por vários espectros sociais, inclusive Downing (2002) destaca que muitas expressões de mídia radical de tipo fundamentalistas, fascistas, misóginas, homofóbicas, racistas ou xenófobas, representam grupos que podem estar à margem socialmente.

Apesar dessas exceções, Downing defende que a mídia radical é a viga mestra da comunicação democrática uma vez que tem muito mais poder de transformação que a mídia convencional apesar da escassez de recursos<sup>211</sup>. Mais especificamente sobre o campo jornalístico, Buitoni e Lopes (2018) ressaltam que o jornalismo ativista trabalha com informação e opinião, visando mudanças de consciência e de atitude.

A mídia ativista, apesar de contrariar padrões do jornalismo convencional, atende ao que Serrano (2013) defende como direito de circulação da diversidade e da pluralidade de ideias. Iniciativas emergentes demonstram, desse modo, serem opções para o jornalismo fora do conceito de empresa jornalística tradicional, como é o caso da chamada grande mídia (conglomerados midiáticos e grandes veículos de comunicação). Além disso, tais empreendimentos jornalísticos reforçam os princípios investigativos da profissão “ao informar sobre questões ligadas aos direitos dos cidadãos e tentar fortalecer a democracia na sociedade” (RAMOS; SPINELLI, p. 114, 2015).

O ativismo midiático provoca uma quebra do monopólio narrativo (MIGUEL, 2020) e, nessa mesma perspectiva, o midialivrismo<sup>212</sup> busca democratizar e radicalizar as possibilidades comunicacionais<sup>213</sup>. Basta reparar na diversidade de temas abordados pelos veículos jornalísticos alternativos mapeados pela Agência Pública. Muitos dão espaço à liberdade de expressão de grupos em vulnerabilidade social como é o caso de *Agência de Notícias das Favelas*, *Alma Preta*, *Amazônia Real*

---

<sup>211</sup> Chris Atton (2002) questiona se é possível considerar a mídia alternativa e radical como um campo autônomo. Para mais detalhes: ATTON, Chris. **Alternative Media**. London: Sage, 2002.

<sup>212</sup> Sobre midialivrismo, consultar: MALINI, Fábio; Antoun, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

<sup>213</sup> Ainda sobre o tema, ver: BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.



e *Nós, Mulheres da Periferia* (MARTINESCO; MONTIPÓ, 2018), para citar apenas alguns exemplos, o que confere pluralidade temática ao conjunto de mídias alternativas contemporâneas. Além disso, tais veículos jornalísticos têm maior potencial de focar suas abordagens em temas relacionados à cidadania (GIANNINI; MONTIPÓ, 2017).

O tempo presente mostra-se com possibilidades ao mesmo tempo em que se circunscreve necessária a indagação sobre o papel social do jornalismo frente aos direitos. Os recortes apresentados neste capítulo não esgotam a discussão sobre os temas. De todo modo, dada a dinâmica complexa dos fenômenos envolvidos, nosso esforço é pensá-los sempre em relação com o jornalismo, ou seja, a partir dos entrecruzamentos, silenciamentos, rupturas, e também a partir de suas instâncias de poder, como a seguir.

### 2.3 PODER SIMBÓLICO E LUGAR DE FALA: EMPATIA E ALTERIDADE

As reflexões trazidas até aqui indicam que a mídia influencia o pensamento social (THOMPSON, 2015), portanto, o jornalismo é uma das formas sociais de exercício e ressignificação do poder. Embora bastante problematizada, a expressão quarto poder<sup>214</sup> é, ainda hoje, indistintamente usada para se referir ao poder da mídia (ADGHIRNI, 2017), mesmo com as transformações discutidas, que entre outros aspectos, tornaram os polos emissores de informações fluidos, descentralizados e múltiplos na contemporaneidade. Ainda assim, os jornalistas são agentes de poder na construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2001) já que seus relatos traduzem sentidos imediatos do mundo (BOURDIEU, 2009).

Trata-se do poder cultural ou simbólico, conforme Thompson (2015), aquele que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção de sentidos das formas simbólicas. O autor adota o termo poder simbólico para se referir à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e de influenciar as ações dos outros<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> Adghirni (2017) nos lembra que o termo quarto poder teria sido inventado pelo historiador Macaulay ao se referir à Galeria de Imprensa no Parlamento e não especificamente ao *The Times*, de Londres, que se considerava o “quarto poder”, ou a imprensa como um todo. Conforme a autora, o conceito medieval de um estado ou “poder”, quebrado pela Revolução Francesa de 1789, sobreviveu na Grã-Bretanha no Parlamento. Assim, a expressão foi usada pelo jornalista F. Knight Hunt como título de livro sobre a imprensa, escrito em 1850. Rizzotto (2017), por sua vez, destaca que as experiências de resistência e crítica midiática têm sido chamadas de quinto poder.

<sup>215</sup> Thompson (2015) distingue quatro tipos principais de poder: econômico, político, coercivo e simbólico. O autor destaca que estas distinções são de caráter essencialmente analítico.

Thompson (2015) foi influenciado por Bourdieu (2009) que considera o poder simbólico como força invisível, que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber o que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2009, p.7-8).

Meditich (2012b, p. 21) também destaca o poder que permeia a prática jornalística. “Informação é poder, pois não se pode exercer a cidadania de maneira eficaz sem informação confiável para embasar nossa intervenção social, política e econômica”. Aderente a esta perspectiva, ao tratar da narrativa, Motta (2013) a considera uma composição que revela correlações de poder e disputas pela cocriação e interpretação do *sentido público*<sup>216</sup> de seu processo. Afinal, o poder não está presente apenas em situações de dominação, mas também nas correlações de forças que se transformam e invertem (FOUCAULT, 1993).

Portanto, a hierarquia de poder situa o lugar de fala de cada agente nessa instância narrativa. Discutir lugar de fala<sup>217</sup> é refletir sobre os lugares sociais dos grupos (RIBEIRO, 2019a). Por isso, é necessário compreender posições sociais e capitais simbólicos implicados, já que configuram lugares sociais a partir de poder e controle.

Ao trazer a ideia para o campo da comunicação, Amaral (2005) exemplifica que a partir de lugares de fala, jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos às falas de fontes e leitores. Compreendemos, desse modo, que jornalistas e veículos possuem lugares de fala por vezes distintos. Assim, discutir sobre lugar de fala nos possibilita entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe visões de mundo e experiências, portanto, também conforma percepções e consciências. Trata-se de um sistema que invisibiliza narrativas.

Ribeiro (2019a) – que traz a reflexão a partir do feminismo negro<sup>218</sup> – alerta que não se trata de experiências individuais necessariamente, mas das condições

---

<sup>216</sup> Grifo do autor.

<sup>217</sup> Segundo Ribeiro (2019a) não há uma epistemologia determinada sobre o termo, mas acredita-se que surge a partir das discussões sobre o ponto de vista feminista, nos estudos sobre diversidade, na teoria racial crítica, e no pensamento decolonial, ou seja, na perspectiva pós-colonial latino-americana.

<sup>218</sup> O feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo entre 1960 e 1980, com a fundação da organização *National Black Feminist* nos Estados Unidos, em 1973 (RIBEIRO, 2018). Vale lembrar que o movimento feminista, diverso e multifacetado, teve impulso no século XIX, apesar de as mulheres denunciarem desigualdades e violências há séculos. A sociologia identifica três ondas principais do movimento, enquanto algumas feministas saúdam a quarta onda, vivida nesta segunda década do século XXI (MCCANN *et al.*, 2019). Na primeira onda, as reivindicações eram voltadas para assuntos como o direito ao voto e à vida pública. “Em 1917, Nísia

sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Tal discussão situa-se no âmbito de debate sobre estruturas de poder, não necessariamente sobre representação<sup>219</sup>. Frisamos que todas as pessoas têm lugar de fala consoante com o espaço social que cada uma ocupa.

No jornalismo, onde há predominância de uma cultura elitista, ou nas palavras de Genro Filho (2012), burguesa, é relevante analisar os múltiplos lugares sociais de repórteres – foco desta pesquisa conforme será detalhado no próximo capítulo – visto que o jornalismo brasileiro está inserido no ambiente de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), cujo mito da democracia racial<sup>220</sup> ainda prevalece (GONZALEZ, 2000). Outra forma de poder simbólico que permeia a prática jornalística é o viés androcêntrico<sup>221</sup>.

A mitologia em torno do jornalista, por exemplo, obedece à mesma norma masculinista: o furador – aquele que persegue o furo, o caçador, o herói, o defensor da democracia. A disputa, a competitividade, a proatividade, a autoridade-autoritária e a dominação são valores envoltos nesta mística. Tais valores incidem nas relações de poder e na hierarquia das redações, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos convencionados como masculinos, o que em grande medida favorece os homens, mas não exclui as mulheres reconhecidas por reunirem tais atributos em suas características (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2019, p. 208).

---

Floresta, que ao lado de Bertha Luz é considerada pioneira no feminismo brasileiro, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido” (RIBEIRO, 2018, p. 45). A segunda onda teve início nos anos 1970, momento de crise da democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, contra a violência sexual, também lutou contra a ditadura militar. Segundo Ribeiro, o primeiro grupo que se tem notícia foi formado em 1972, sobretudo por professoras universitárias. Em 1975 formou-se o Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano surge o jornal *Brasil Mulher*, editado primeiramente no Paraná e depois transferido para a capital paulista e que circulou até 1980. Na terceira onda, que teve início em 1990, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, com foco na micropolítica. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim da década de 1970, lutando para que as mulheres negras tivessem seu espaço de sujeitos políticos respeitados. A quarta onda coincide com a chamada primavera feminista, impulsionada pelo ativismo digital. Dentre as contribuições, está a pulverização do debate do tema o que repercutiu, por outro lado, na transformação do feminismo como produto por algumas esferas de poder (MCCANN *et al.*, 2019).

<sup>219</sup> De acordo com Ribeiro (2019a), há uma grande confusão, ao se discutir sobre lugar de fala, uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo, o que é totalmente equivocado.

<sup>220</sup> A antropóloga e ativista brasileira Lélia Gonzalez ressalta: “Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial” (GONZALEZ, 2000, p. 223).

<sup>221</sup> Androcentrismo se refere à forma como as experiências masculinas são consideradas como universais, desconsiderando e invisibilizando as experiências vividas pelas mulheres. O termo androcentrismo é atribuído pelo sociólogo americano Lester F. Ward, que teria o usado em 1903. Esse paradigma está intimamente ligado ao termo patriarcado que, conforme Oliveira (2004), ainda que não haja um entendimento uníssono na teoria feminista sobre patriarcalismo, há consenso quanto à influência da razão androcêntrica sobre a ciência.

Reforçamos aqui a discussão trazida por Medina (2006; 2008) sobre a racionalidade jornalística, enfatizada no início do capítulo, e destacamos que foi construída a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (VEIGA DA SILVA, 2014; 2019) também chamado de lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo (VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2019), cuja expansão se dá graças ao sistema-mundo capitalista, conforme já alertado por Santos (1997) no primeiro capítulo.

Assim, além do racismo e do machismo, a exploração das classes também evidencia as relações de poder. Bourdieu (2009) nos faz lembrar que o campo da produção simbólica é também o da luta de classes. Portanto, são diversas as instâncias em disputa no tecido social. Biroli e Miguel (2015), destacam que a análise conjunta sobre classe, gênero e raça tem se intensificado no debate teórico das últimas décadas. Isso se dá devido à interseccionalidade, evidenciada no Capítulo 1, como forma de condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão<sup>222</sup>.

Desse modo, acatamos o posicionamento de Motta (2013) ao evidenciar que narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. O autor considera que a comunicação narrativa – enquanto relação entre os interlocutores, justamente o que ocorre entre repórteres – pressupõe empatia, ou seja, um universo compartilhado, uma cultura comum. Aliada ao princípio de imaginar-se no lugar do outro, a empatia apoia-se na proximidade, na similaridade e na familiaridade<sup>223</sup> (WAAL, 2010). Ribeiro (2019b) considera que a empatia é uma construção intelectual, ética e política.

Corroboramos desse entendimento, especialmente nesses tempos de atrofia afetiva, como denunciou o psicanalista colombiano Luiz Carlos Restrepo ao explicar: o que nos caracteriza como humanos é a capacidade de emocionar-se, “de reconstruir o mundo e o conhecimento a partir dos laços afetivos que nos impactam” (RESTREPO, 1998, p. 18). Portanto, nossa subjetividade de abrir-se ao outro,

---

<sup>222</sup> Ao pensar o debate de raça, classe e gênero de modo indissociável as feministas negras estão afirmando que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra porque a mesma estrutura seria reforçada (RIBEIRO, 2018).

<sup>223</sup> Wall (2010) explica que a solidariedade se difere da empatia pelo fato de ser proativa. Entende empatia enquanto processo pelo qual nos damos conta da situação de outra pessoa. Já a solidariedade reflete nossa preocupação com o outro e um desejo de fazer com que a sua situação melhore.

característica muitas vezes negada pelo jornalismo, fenômeno acentuado na corrida rotina jornalística pós-industrial. Trata-se de estabelecer o desafiador signo da relação, a dialogia dos afetos, a cumplicidade com o outro (MEDINA, 2006; 2016) ainda mais urgente nesse momento.

Motta (2013) nos lembra que quem narra evoca eventos que tenha vivido ou presenciado diretamente, promovendo, a partir da narrativa, também uma atitude de alteridade. Ao jornalista, portanto, cabe a tarefa de permitir-se ser, estar e sentir o mundo, para poder então reportá-lo. É confrontar-se, conforme Lévinas (1993) com o desejo do outro, o sentido que nós vivemos na mais banal experiência social. Todos esses movimentos de empatia e alteridade, necessários e complexos, consistem como sugere Touraine (1998) em reconhecer o outro em sua universalidade, bem como em sua singularidade, um exercício ético.

### **2.3.1 Consciência ética de jornalistas**

Procuramos demonstrar que poder simbólico e lugar de fala são instâncias intercambiadas de empatia e alteridade, que se configuram na consciência ética de repórteres. Aderimos à concepção de Veiga da Silva e Marocco (2019) de que a dimensão ética não é estanque, mas movimento e processo dialético que, a partir da reflexividade permanente sobre a prática, nos permite exercitar a empatia e a alteridade.

No entanto, tais instâncias são permeadas por práticas ideológicas, já que integram os jogos de poder, conforme destacamos anteriormente. Bourdieu (2009) nos lembra de que as ideologias servem interesses particulares que se apresentam como interesses universais da cultura dominante, portanto, são sistemas que organizam visões de mundo.

Ao discutir ideologia e processo de seleção de notícias, Motta (2002) oferece uma síntese bastante apropriada para pensarmos a consciência ética de jornalistas permeada de disputas ideológicas, já que esses profissionais se encontram de forma subordinada às hierarquias de poder, como o da empresa jornalística, por exemplo:

No interior do modo de produção capitalista, compreendendo as relações materiais e simbólicas, as classes confrontam-se umas com as outras - sendo classes, como já se disse, grandes grupos de pessoas que se diferenciam pelo lugar que ocupam num modo de produção historicamente determinado, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e assim,

também, pelo modo e pela proporção com que participam na distribuição da riqueza social disponível (MOTTA, 2002, p. 142).

Salientamos que esses profissionais – que lidam a cada dia com o relato do cotidiano – também detém relativo poder. O poder narrativo, por exemplo, é determinante para sua empreitada profissional<sup>224</sup>. Julgamos importante demarcar, contudo, que o lugar social não determina uma consciência – discursiva, acrescenta Ribeiro (2019a) – sobre esse lugar. Nem sempre, tais profissionais têm consciência das conformações a que estão submetidas e submetidos. Trata-se da ilusão da consciência de si, perspectiva revisitada pelo narratólogo francês Paul Ricoeur<sup>225</sup> (1978) a partir de, Marx, Nietzsche e Freud, para quem a categoria fundamental da consciência é a relação oculto-mostrado ou simulado-mostrado. Por vias diferentes, os três pensadores fizeram coincidir “seus métodos ‘conscientes’ de decifração com o trabalho ‘inconsciente’ da cifragem que eles atribuíam à vontade de poder, ao ser social, ao psiquismo inconsciente” (RICOEUR, 1978, p. 129).

A partir destes marcos teóricos, Ricoeur (1990) situa a construção do estado consciente na experiência humana e conclui que “nossa consciência é determinada por um devir histórico real” (1990, p. 114). Entendimento semelhante tem Russell (1956)<sup>226</sup> ao afirmar que a consciência ética de cada ser humano é resultado do que as circunstâncias fizeram de nós.

Desse modo, para a destruição do poder simbólico de imposição que, como vimos, está radicado no desconhecimento, é preciso haver “a *tomada de consciência do arbitrário*” (BOURDIEU, 2009, p. 135). Nos aproximamos, então, das ideias de Paulo Freire – adepto da pedagogia crítica e conhecido por seus estudos sobre autonomia e opressão – para quem a tomada de consciência ainda não é conscientização, já que depende do desenvolvimento crítico da tomada de consciência<sup>227</sup>.

---

<sup>224</sup> Retomaremos o tema nos próximos capítulos.

<sup>225</sup> Para tal entendimento, Ricoeur dialoga com diferentes interpretações do fenômeno humano (filosofia analítica, crítica das ideologias de correntes neo-marxista, linguística, psicanálise e semiologia).

<sup>226</sup> Russel baseia-se na obra do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883 - 1955). Para detalhes, conferir: ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano Ltda., 1963.

<sup>227</sup> Scocuglia (2019) ressalta que Freire pensa a conscientização inicialmente como um produto psicopedagógico (FREIRE, 2019c). Mais tarde, o educador brasileiro progride para o entendimento da contribuição educacional para a busca da consciência de classe sob a inspiração de preceitos marxistas (FREIRE, 2019b).

A conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade. “A conscientização não pode existir fora da ‘*práxis*’<sup>228</sup>, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (FREIRE, 1980, p. 26-27).

Ao tratar da *práxis*, relacionamos a consciência jornalística ao *doxa*, a opinião consensual ou senso comum de um campo, conforme Bourdieu: “ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos” (BOURDIEU, 1983, p. 91).

A partir desta breve discussão – da qual colaboram pensadores de várias áreas, chegamos à seguinte perspectiva: jornalistas, que trabalham sob a hierarquização de múltiplos poderes e forças ideológicas, têm sua consciência ética conformada a partir de suas experiências e da prática reflexiva a que estão dispostos a exercitar continuamente. Portanto, suas visões de mundo – e, assim, suas capacidades de alteridade e suas relações empáticas, logo, suas subjetividades e intersubjetividades – são permeadas também pelo grau de conscientização sobre a opressão a que estão sujeitos, já que “estar imersos na realidade opressiva impede-lhes uma percepção clara de si mesmos enquanto oprimidos” (FREIRE, 1980, p. 58). Freire (2019a) também nos ajuda a pensar, neste ponto da reflexão, que a consciência ética está condicionada à autonomia, já que não podemos nos assumir como sujeitos de procura, históricos e transformadores, sem nos assumirmos como sujeitos éticos. “Significa reconhecer que somos seres *condicionados*, mas não *determinados*” (FREIRE, 2019b, p. 20).

Desse modo, ainda que envoltos em tramas de poderes, repórteres têm, como pressuposto, a autonomia de palavra e de pensamento. Em uma profissão em que a partilha da palavra é decisiva para o conhecimento e o desenvolvimento social, encerramos essa seção sobre os desafios profissionais do jornalismo recuperando uma das ideias com que abrimos este capítulo. Se o jornalismo, produzido por uma comunidade de múltiplos narradores, tem, entre outros, um grande papel educativo socialmente – em especial quando tratamos dos temas cidadania e direitos humanos na perspectiva democrática – a autonomia, o senso crítico e a ética desses profissionais são imprescindíveis para a autonomia coletiva.

---

<sup>228</sup> Grifo do autor.

Partindo das reflexões de Freire (1980; 2019a; 2019c), temos que a consciência crítica é a condição indissociável para o empoderamento – neologismo e tradução de *empowerment*, do inglês<sup>229</sup>. Ao tratarmos de empoderamento, sobretudo nos dias de hoje, estamos de acordo com Berth (2019), nos vemos diante de um termo complexo, muito desconhecido e incompreendido, o que se deve, em grande parte, ao debate acrítico sobre o tema<sup>230</sup>.

Segundo Berth (2019) diversas literaturas apontam o educador brasileiro Paulo Freire - premiado mundialmente e mais vezes citado no exterior - como um dos precursores da teoria da conscientização de grupos oprimidos, que inspirou a teoria do empoderamento. Para Freire, a partir do empoderamento buscamos a própria liberdade da dominação, “um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta” (FREIRE; SHOR, 2000, p. 30).

Portanto, ao focarmos nossa análise nos processos jornalísticos a partir da narrativa *sobre* e *de* repórteres nos filiamos à concepção de que, embora o jornalismo seja mediador de saberes e sentidos no tecido social, não é possível empoderar alguém, tendo em vista que os subalternizados podem empoderar a si próprios, processo que se inicia com a consciência crítica da realidade, aliada a uma prática transformadora (FREIRE, 1980; 2019b), o que vale também para a consciência ética de repórteres diante dos constrangimentos profissionais. “Empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dá pela simbiose do processo individual com o coletivo” (BERTH, 2019, p. 153). A responsabilidade de *ser repórter*, aquela que pode promover a prática emancipatória a partir da comunicação social (MEDINA, 2006), só pode ser exercida a partir do signo da relação, ou seja, a partir da inter-relação.

---

<sup>229</sup> Há autores que creditam a criação desse neologismo à Paulo freire. Durante os quinze anos de exílio (1964-1979), Freire teve contato com diversas realidades e culturas em inúmeros países. Entre 1969 e 1970 trabalhou como professor convidado da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachussets, nos Estados Unidos, onde deu aulas sobre seu trabalho prático e teórico. O termo em inglês pode ser visto em seu livro *Medo e ousadia* (FREIRE; SHOR, 2000). Destacamos que sua pedagogia crítica – assentada na teoria da conscientização que começa a formular na década de 1960 – é base para a autonomia e para o empoderamento das classes oprimidas. Seus estudos avolumaram-se, ganharam densidade e passaram a ser disseminados pelo mundo todo.

<sup>230</sup> À luz do feminismo negro, Joice Berth explica que o ajuste acrítico do termo na contemporaneidade se deve à sua apropriação neoliberal, que prioriza a perspectiva de empoderamento restrita ao crescimento econômico, ainda que este esteja permeado de um desenvolvimentismo excludente. Berth (2019) cita a pesquisadora indiana Srilatha Batliwala para quem o conceito de empoderamento feminino teria surgido a partir de críticas e debates gerados pelo movimento das mulheres durante a década de 1980, quando as feministas se viram descontentes com modelos de intervenções de desenvolvimento.



Todas estas concepções teóricas são importantes para empreendemos o desafio de ouvir jornalistas na tentativa de compreender a *cidadania em construção*<sup>231</sup> de que trata Manzini-Covre (1995), presente no cotidiano. “A cidadania desenvolvida em nossos dias extravasa o conceito clássico dos direitos, de regras abstratas da democracia, ela vai além da cidadania atada ao Estado” (MANZINI-COVRE, 1995, p. 17). Segundo a autora, está nos bairros, nas organizações formais e informais, e em tantos outros espaços. A cidadania em construção depende da ação de sujeitos implicados em suas pluralidades. Tais sentidos estão, portanto, nas redações, nos coletivos de jornalistas, na imprensa alternativa ou na mídia convencional, que esta pesquisa visa compreender. É aí que delineamos a necessidade de apresentar os procedimentos metodológicos, detalhados a seguir.

---

<sup>231</sup> Grifo da autora.

**Parte Três**  
**– Lentas –**

### 3 DELINEAMENTOS

*Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

João Cabral de Melo Neto

O objeto das Ciências Sociais é histórico (MINAYO, 2016a). A partir desse entendimento, a presente pesquisa é situada social e historicamente já que aborda fenômenos fluidos como cidadania, direitos humanos, democracia e jornalismo, temas interrelacionados na trama do tecido social. Também como ponto de partida, têm-se que a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características das questões sociais, especialmente durante crises, rupturas ou transformações, como é o caso contemporâneo dos temas aqui analisados.

Há, portanto, a necessidade de demarcar o nível de consciência histórica deste objeto de estudo. Tal interpretação situa-se em um ponto histórico específico, ou seja, nos últimos anos da virada da segunda década do terceiro milênio, momento em que se questionam, em todo o globo, conquistas sociais como os direitos humanos e a cidadania, e se enfraquecem sistemas políticos como a democracia representativa, e instituições, como as jornalísticas. Todas essas questões de intensificam, especialmente a partir dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos ocorridos recentemente no Brasil, conforme apontamos nos capítulos anteriores.

Frente ao panorama delineado aderimos ao paradigma da pesquisa social, aquela que trabalha com foco nas pessoas e suas realizações e compreende tais grupos como atores sociais em relação e em perspectivas (MINAYO, 2016b). A ênfase dada a uma visão mais holística do processo de pesquisa social incluiu a revisão de um problema desta natureza, sua teorização, a coleta de dados, sua análise e apresentação dos resultados (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015).

Adotamos uma postura híbrida de pesquisa, justamente no entendimento de hibridismo de García Canclini (2000), por entendermos que a prática jornalística é intercambiável socialmente. Essa ideia de pluralidade na pesquisa qualitativa é relevante tanto no plano metodológico quanto no epistemológico – especialmente nesta que aborda temas e práticas em constante mutação. A complementaridade e a integração dos métodos tornaram-se necessárias para facilitar a compreensão dos fenômenos sociais caracterizados por sua complexidade, mudança e indeterminação (GROULX, 2015).

Situada no bojo da pesquisa social, esta investigação é constituída a partir da relação de intersubjetividades. Para tanto, combinamos a compreensão de intersubjetividade enquanto interação social e reciprocidade – encontro de subjetividades e partilha com o outro (MEDINA, 1982; 2000; 2003; 2006; 2008) – e de intersubjetividade como comunhão entre o subjetivo e o objetivo<sup>232</sup> (BUCCI, 2000; IJUIM; SUIJKERBUIJK; SCHIMIDT, 2008).

Adotamos o método qualitativo para alcançar propósitos de compreender e interpretar fenômenos humanos e sociais. A pesquisa qualitativa é adequada para abarcar experiências e práticas das pessoas, suas percepções – inclusive – de tópicos delicados (TERRY; BRAUN, 2019), como é o caso estudado, já que se manifestam nas visões e na *práxis* das pessoas participantes. Outra característica da pesquisa qualitativa, valorizada na escolha dessa perspectiva, é de que, de acordo com Bauer, Gaskell e Allum (2015) trata-se de uma abordagem intrinsecamente crítica e potencialmente emancipatória.

Têm-se que cientistas culturais – que operam a compreensão de fenômenos conformados temporal, social e culturalmente – precisam aprender a falar a língua que interpretam de um ponto histórico específico. Para isso, necessitam levar em

---

<sup>232</sup> Ainda que com aproximações, Isabelle Melo trata do tema com outra abordagem. Conferir: MELO, Isabelle Anchieta de. **A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade**. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior - BOCC, 2007.

consideração ir além da interpretação nas ciências críticas (HABERMAS, 2014), integrá-las à investigação empírico-analítica<sup>233</sup>.

Desse modo, dentre as possibilidades metodológicas, privilegamos a adoção da entrevista de pesquisa, devido à sua flexibilidade, adaptabilidade e abertura no processo de levantamento de dados. A entrevista qualitativa apresenta inúmeras vantagens aos pesquisadores, uma vez que oferece aos sujeitos pesquisados a oportunidade de expressar-se no contexto de seus próprios sistemas de percepções e sentidos (PFEIFFER; RIEK, 2015), conforme será detalhado a seguir.

### 3.1 A ENTREVISTA QUALITATIVA COMO MÉTODO

A entrevista pode ser entendida, em sentido amplo, como comunicação verbal e, de forma restrita, como coleta de informações sobre determinado tema científico (MINAYO, 2016b). É uma opção metodológica privilegiada de comunicação, especialmente para compreender fenômenos sociais. A entrevista pressupõe uma abordagem de pesquisa social empírica e compreensiva e, por isso, é largamente adotada no trabalho de campo das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais, como em história, sociologia, antropologia e psicologia, áreas que entendem a entrevista como possibilidade para descoberta de códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações (MINAYO, 2016a).

Portanto, o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida de respondentes, conforme Gaskell (2015) é o ponto de entrada para cientistas sociais que buscam analisar as narrativas de atores em termos mais abstratos.

A entrevista, enquanto procedimento metodológico de pesquisa, fornece os dados para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre atores sociais e suas situações. “O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2015, p. 65).

A entrevista é, acima de tudo, uma conversa entre dois ou mais interlocutores realizada por iniciativa de pesquisadores. Nesta pesquisa, o foco está centrado nas

---

<sup>233</sup> No entanto, é importante frisar que somos defensores da possibilidade de pensar criticamente e de modo complexo em todas as ciências, ou seja, contestamos a ideia de que seja adequada a existência de um abismo epistemológico entre as ciências humanas e as ciências naturais.

percepções e, portanto, vivências de repórteres. Isso nos levou a hibridizar possibilidades metodológicas complementares. Assim, foi considerada entrevista semiestruturada, pois combinou perguntas sobre temas pré-definidos em que as pessoas entrevistadas puderam discorrer sobre os temas em questão. Também priorizou a perspectiva da profundidade, já que as questões abordadas buscaram aprofundar as reflexões dos participantes (MINAYO, 2016b).

Gaskell (2015) destaca que o sistema social mínimo implicado na representação é uma tríade dialógica: duas pessoas que estão preocupadas com um objeto em relação a um projeto. Esse triângulo de mediação é a unidade básica de comunicação para a elaboração de sentido. Sentido não é uma tarefa individual ou privada, mas é sempre influenciado pelo outro, concreto ou imaginado.

Tendo isto em mente, consideremos a profundidade da entrevista. Ela é uma conversação um a um, uma interação díade. Mas ela difere de conversações comuns sob diversos aspectos. Ela demora mais que uma hora e se dá entre duas pessoas que não se conheciam antes. Existe aqui um papel relacional incomum (GASKELL, 2015, p. 74).

Nas entrevistas individuais em profundidade, conforme adotadas nesse estudo, as perguntas foram um convite às entrevistadas e aos entrevistados responderem com suas próprias palavras e com tempo para refletirem. Conforme já apontado, toda pesquisa com entrevistas é um processo social, um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (a entrevistada) para outro (a entrevistadora, por exemplo). “Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de idéias (sic) e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (GASKELL, 2015, p. 73). De acordo com o autor, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados estão envolvidos na produção de conhecimento, ainda que de modos distintos.

Por isso, outra adoção foi – em alguns momentos da entrevista – privilegiar o conteúdo narrativo, de modo a reconhecer a dimensão não-cronológica dos acontecimentos, expressa pelo sentido daquilo que é narrado pelas entrevistadas e entrevistados (JOVCHELOVTICH; BAUER, 2015). A principal característica da entrevista narrativa adotada nesta pesquisa foi a de reconstrução de história de vida e contexto sócio-histórico para se compreender o lugar de fala das entrevistadas e entrevistados. Afinal, histórias pessoais expressam dinâmicas pertinentes para a

compreensão do objeto estudado, no caso, os sentidos de cidadania e direitos humanos percebidos por repórteres, já que são construídos a partir de suas vivências, ao longo de suas vidas.

Conforme ponderou Gaskell (2015) é fascinante ouvir a narrativa em construção: detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender as próprias pessoas entrevistadas. O autor destaca que talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos. Todos os pontos levantados fazem da entrevista dirigida adequada para que pesquisadores possam colher informações sobre fenômenos e sujeitos que detenham essas informações e possam emití-las (CHIZZOTTI, 2005), como é o caso de repórteres, profissionais acostumados com a prática da entrevista.

### **3.1.1 Entrevista dirigida a entrevistadores**

Entrevistar segue sendo a base do ofício jornalístico mesmo com todas as transformações na área profissional ao longo dos tempos. É por meio da informação obtida a partir da escuta que se constroem as narrativas do cotidiano. O ato de entrevistar consolida, portanto, o processo informativo. Os conteúdos jornalísticos estarão sempre ancorados em citações obtidas por meio de entrevistas.

São as entrevistas as responsáveis por imprimir o caráter de referencialidade e de contextualização aos relatos jornalísticos. A entrevista jornalística supõe, conforme Marocco (2011), uma dupla sujeição de entrevistadas e entrevistados, que aderem e se submetem à lógica do interrogatório ou da confissão; e de entrevistadores, investidos da autoridade de quem busca compreender o cotidiano. Segundo Medina (2000) a entrevista deve ser dialógica, um microfone para as vozes sufocadas. Para a pesquisadora, a entrevista vista apenas enquanto técnica (nas relações entrevistado e entrevistador) não atinge os limites possíveis da interrelação ou do diálogo. “Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o *diálogo*” (MEDINA, 2000, p. 5).

A autora ressalta que enquanto insistirmos na competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível, especialmente em uma sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão. Medina pondera

que desenvolver a técnica da entrevista nas suas virtudes dialógicas não é idealismo. Ela acredita que no cotidiano da humanidade há espaço para tais trocas.

O papel de jornalista pode ser analisado, portanto, de muitos ângulos – pelo viés sociológico, político, econômico ou da psicologia social – como apontado por Medina (1982). No entanto, ela defende se considerar o ponto de vista dos que se constroem dentro do fenômeno jornalístico a partir da *práxis* e da reflexão. O operário da informação, raras vezes é ouvido:

Passa despercebido, sob várias alegações, a mais nítida delas, um certo preconceito da “elite intelectual”<sup>234</sup> quanto às suas limitações do ponto de vista teórico. Com isso, as reflexões críticas e teorizações sobre seu papel carecem sempre de informações vivas, de situações reais e de compreensão do que se passa, efetivamente, no processo de trabalho do jornalista em seu dia-a-dia (MEDINA, 1982, p. 21).

A provocação de Medina (1982), feita antes da virada do século, continua pertinente mesmo com o crescimento da pesquisa em comunicação, que surge no Brasil em 1960 e se consolida a partir dos anos 1970, quando aparecem os primeiros cursos de pós-graduação na área (MOTTA, 2005).

De lá para cá houve o aumento na oferta de cursos e no número de estudantes na área de Comunicação e Informação<sup>235</sup>, que em 2016 deixou de se chamar Ciências Sociais Aplicadas I<sup>236</sup>. Com isso, cresceu também o volume de pesquisas no campo do jornalismo na América Latina que têm se utilizado das metodologias qualitativas como forma de operacionalizar investigações empíricas.

No entanto, interrogar jornalistas por meio de entrevistas de pesquisa guarda suas especificidades. Com o crescimento dos programas de pós-graduação no campo da comunicação, a realização de entrevistas nas pesquisas sobre jornalismo tem sido uma prática recorrente (BROUSTAU *et al.*, 2012; PEREIRA; NAVES, 2013) conforme já apontado, visto que os estudos da área têm sido ancorados em abordagens qualitativas.

A proliferação do uso da entrevista nas pesquisas se dá, em grande parte, da transposição da técnica a partir da prática jornalística por pesquisadores oriundos do

---

<sup>234</sup> Grifo da autora.

<sup>235</sup> Desta área fazem parte os programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Jornalismo.

<sup>236</sup> Com informações da Capes. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8474-expansao-da-pos-graduacao-no-brasil-e-destaque-para-coordenadores-de-area>>. Acesso em: 23 nov. 2017.



setor e abre margem para que se debata o emprego dessa metodologia. Outra particularidade associada à mobilização das entrevistas com jornalistas é a de que esses sujeitos são vistos como especialistas da palavra, como salienta Broustau *et al.* (2012).

Com conhecimento refinado das práticas de entrevistas, repórteres ficam inquietos com as modalidades de restituição da fala e, em alguns casos, negociam os direitos de revisão dos resultados da pesquisa. Isso ocorre porque as pessoas entrevistadas sabem que suas histórias sociais, suas trajetórias e discursos constituem uma interação simbólica, uma situação em que se negociam pontos de vista, sentimentos, motivações e interpretações (PEREIRA; NAVES, 2013). “A utilização das falas dos jornalistas se tornou progressivamente um material a partir do qual os pesquisadores conduzem suas análises e tentam compreender as representações, normas, mutações, intenções e processos em curso” (BROUSTAU *et al.*, 2012, p. 16).

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, quebra isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação (MEDINA, 2000). Em um momento especialmente delicado para os jornalistas – tendo em vista as transformações por que passam a profissão nos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos, entre outros – como apontado nesse breve percurso, torna-se ainda mais necessário ouvi-los. Concordamos com Marocco (2016):

A escuta, em longas entrevistas, daqueles e daquelas que fazem do ouvir mecanismo de apuração para a posterior escrita jornalística serve a uma atitude reflexiva - de ambos os sujeitos interagentes na pesquisa - acerca dos elementos que regulam o saber jornalístico, das práticas, da experiência, do pertencimento a uma época (MAROCCO, 2016, p. 12).

Portanto, ao saírem da entrevista, essas pessoas se modificaram. Segundo Medina (2000) alguma coisa aconteceu que as perturbou, elucidou determinada autocompreensão ou compreensão do mundo.

### 3.1.2 Seleção de entrevistadas e entrevistados: *ethos* de repórter

Do mesmo modo que a entrevista dialógica na prática jornalística, a entrevista de pesquisa busca a compreensão dos mundos de vida da pessoa entrevistada. Assim, a construção do *corpus* busca garantir a eficiência na seleção do material para caracterizar o todo (BAUER; AARTS, 2015). Barthes (1964, p. 104) estabelece que o *corpus* é “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar”.

Nas Ciências Sociais, convencionou-se conceber o *corpus* como um sistema que cresce, ou seja, é delineado a partir das etapas de seleção, análise e nova seleção, já que precisa responder às necessidades de relevância, homogeneidade e sincronicidade (BARTHES, 1964).

No critério de relevância, definimos que as entrevistas seriam realizadas com repórteres, grupo que medeia o relato social sobre os temas de cidadania e direitos humanos. Essa categoria profissional, estabelecida dentro do grande grupo formado por jornalistas, é responsável pela escuta (MEDINA, 2000, 2006), pelo movimento de conexão com as pessoas entrevistadas no dia a dia do jornalismo.

Já o caráter homogêneo foi estabelecido ao buscar repórteres atuantes em meios jornalísticos online. Ainda que tenha sido critério de seleção, muitos jornalistas que atuam em portais são originários de outras plataformas, dado o dinamismo profissional. Nossa opção pela mídia digital se deu porque é a que mais representa o que o jornalismo está se tornando na contemporaneidade (DEUZE; WITSCHGE, 2016). Focamos neste grupo da categoria profissional, tendo em mente que os materiais de um *corpus* devem ser tão homogêneos quanto possível.

Sobre a sincronicidade, optamos por combinar tais necessidades. “Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos” (BAUER; AARTS, 2015, p. 56). Segundo os autores, o sincronismo está relacionado ao intervalo de tempo dentro do qual um *corpus* de materiais relevantes e homogêneos é selecionado. Assim, as entrevistas foram realizadas de junho de 2018 a janeiro de 2020, período em que os temas cidadania, direitos humanos e democracia – bem como o próprio jornalismo – estiveram em debate na agenda pública.

Têm-se como princípio, deste modo, que essa pesquisa é situada neste espaço-temporal, o que a estabelece como um recorte, uma janela de onde se podem

espreitar o fenômeno vivo, em ebulição, dos sentidos de cidadania e direitos humanos manifestados por repórteres.

A partir destas concepções, buscamos delimitar quem são os sujeitos de pesquisa a partir de estudos anteriores. Conforme a literatura científica, trata-se dos dados sociais, aqueles que contextualizam os fenômenos a serem observados. A obra mais recente que traça o *Perfil do jornalista brasileiro* foi organizada por Jacques Mick e Samuel Lima, a partir do estudo realizado em 2012. A publicação, de 2013, trouxe características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico.

Mick e Lima (2013) salientam que todos os pesquisadores que tentam conhecer as características do conjunto de jornalistas que atuam no Brasil esbarram no obstáculo da ausência de dados confiáveis. No estudo, estimou-se que o total de jornalistas registrados entre 1980 e 2010 foi de 145 mil (MICK; LIMA, 2013, p. 29).

A enquete realizada com 2.731 profissionais, entre setembro e novembro de 2012, apresenta os resultados quantitativos cujos dados apontam para uma categoria profissional predominantemente feminina, jovem e branca: 63,7% são mulheres; 59% tem até 30 anos e 72,2% são brancos<sup>237</sup>.

Sobre a ocupação, a atuação como repórter abrangia grande parte dos profissionais (84,3%) dos que atuavam em meios de comunicação. De cada dez jornalistas, um era professor, quatro trabalhavam predominantemente fora da mídia e cinco trabalhavam principalmente em mídia. Em relação aos jornalistas que atuam fora da mídia, eram contratados principalmente como assessores de imprensa ou de comunicação (MICK; LIMA, 2013).

Portanto, concordamos com Karam (2019) que repórteres compõem a figura central do *ethos* jornalístico, já que materializam a principal função de jornalista, presente também no imaginário social. Além de traduzir a realidade, repórteres devem confrontar as diferentes perspectivas, selecionar fatos e versões que permitam às pessoas orientarem-se diante dela (LAGE, 2012). Vale lembrar que o termo *journaliste* teria surgido no século XVIII e se limitava a divulgar fatos sem explicá-los (PALMER<sup>238</sup>, 1994 apud ADGHIRNI, 2017). Já o termo repórter apareceu mais tarde na imprensa

---

<sup>237</sup> Os resultados consolidados da pesquisa sobre trajetórias profissionais jornalistas no Brasil, atualmente conduzida por um grupo de investigadores da UFSC e da UEPG, que complementa o estudo de 2012 ainda não foram publicados em sua totalidade.

<sup>238</sup> Para mais detalhes, conferir: PALMER Michael. Les héritiers de Théophraste. In: LACAN, Jean-François; PALMER Michael; RUELLAN, Denis. **Les journalistes**: stars, scribes et scribouillards. Paris: Syros, 1994.

americana e inglesa em meados do século XIX (ADGHIRNI, 2017). Na literatura brasileira, a figura de repórter é aquela cuja preocupação central – em seu trabalho de apuração, redação e edição – é aprofundar temáticas e compreender acontecimentos e processo. É quem ‘está presente’, servindo de ponte (e, portanto, diminuindo a distância) entre público e acontecimento (SODRÉ; FERRARI, 1986).

Como já destacamos, Medina (1982) evidencia que o exercício profissional se estrutura em *saber, saber fazer, saber ser*<sup>239</sup>. Defende que a função de reportagem estabelece proximidade entre grupos, classes, faixas etárias, entre outros. Essas pontes são estabelecidas pela entrevista. Assim, a reportagem é entendida como processo – e também como gênero jornalístico privilegiado – já que o *status* profissional a elegeu como lugar por excelência da narrativa jornalística (SODRÉ; FERRARI, 1986).

Como a pesquisa social está condicionada ao contexto em que é desenvolvida, além de focalizarmos as entrevistas no profissional repórter – como aquele que melhor representa a profissão de jornalista – também buscamos relacionar, na seleção, outras características profissionais como a feminização e a juvenilização. A profissão se feminizou e se tornou mais jovem: a maioria das mulheres em atividade está na faixa dos 30 anos (MICK; LIMA, 2013). A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é uma prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas políticos-editoriais, assim como a salários mais baixos na escala profissional (PEREIRA; MOURA; ADGHIRNI; 2017).

A pesquisa de trajetórias de jornalistas desenvolvida por um grupo de docentes e discentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) aponta que, apesar de serem a maioria da profissão, mulheres têm piores condições de trabalho: acumulam mais atividades do que os homens em seus empregos, e ganham menos executando as mesmas funções<sup>240</sup> (KIKUTI; ROCHA, 2018). Sobre a mesma pesquisa, Lima (2018) salienta um incontestável fenômeno de adoecimento coletivo presente entre os profissionais (homens e mulheres - com mais gravidade sobre a saúde das mulheres)

---

<sup>239</sup> Grifos da autora. Conforme já destacamos, o tema também foi tratado em outra obra mais recente da pesquisadora, que cita a tríplice tessitura da narrativa jornalística (MEDINA, 2006).

<sup>240</sup> A pesquisa foi coordenada pelos professores Jacques Mick e Samuel Mick do curso de Jornalismo da UFSC e pelos professores Felipe Pontes e Paula Melani Rocha da UEPG e realizada por meio de *websurvey* realizada entre 16 de novembro a 14 de dezembro de 2017 com perguntas dirigidas aos mesmos 4.200 respondentes que participaram da pesquisa em 2012 e resultou em 1.233 respostas válidas.

que atuam hoje no jornalismo brasileiro. Sabe-se, a partir deste cenário, que a profissão é exercida no Brasil com diversas especificidades e desafios.

Esse cenário, sinteticamente esboçado, conforma o espaço social das pessoas entrevistadas. É pano de fundo dos temas aqui discutidos. A partir deste contexto, buscamos, portanto, trazer um panorama qualitativo. O primeiro passo foi mapear veículos online a partir de sua abrangência e audiência, tendo como base a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM)<sup>241</sup> e o Atlas da Notícia<sup>242</sup>. Para abranger as cinco regiões geográficas do país, foram selecionadas mídias online convencionais e alternativas sediadas em capitais brasileiras. Para seleção das mídias alternativas, a consulta contou com o Mapa do Jornalismo Independente (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Ao acessarmos os portais, buscamos o expediente para localizar a equipe de redação e reportagem. Quando não disponível, prestamos atenção nos nomes que assinavam as reportagens. A partir do mosaico de possibilidades, foram levadas em conta questões de gênero, faixa etária e diversidade ético-racial para a seleção dos profissionais que compunham a equipe de reportagem de cada veículo. O principal interesse, nesse caso, foi de apresentar pluralidade de pessoas em seu mundo vivencial (BAUER; AARTS, 2015), já que suas opiniões, sentimentos, identidades, ideologias, cosmovisões, hábitos e práticas conformam distintas percepções sobre cidadania e direitos humanos, objeto desta tese.

Os contatos iniciais com repórteres foram realizados por telefone, e-mail e, em alguns casos, pessoalmente, tendo como base o acervo digital de informações disponíveis no ambiente virtual: desde a página online dos veículos, em que consta o endereço de e-mail de cada jornalista da redação, até, em outros casos, foram consultados perfis profissionais e currículos virtuais, divulgados em redes sociais como LinkedIn<sup>243</sup> e Facebook<sup>244</sup>, usados como complemento para confirmar o nome e a função de reportagem.

---

<sup>241</sup> As edições consultadas são de 2015 e 2016, as mais recentes disponíveis na época do desenho de pesquisa, realizado entre 2017 e 2018. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa>>.

<sup>242</sup> O Atlas da Notícia é iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor, em parceria com Volt Data Lab para mapear veículos produtores de notícias – especialmente de jornalismo local – no território brasileiro. Foram identificados veículos que publicam, mesmo que só esparsamente, notícias de interesse público e com periodicidade diária, semanal ou quinzenal. A primeira edição do Atlas da Notícia foi publicada em novembro de 2017, com um recorte sobre jornais impressos e veículos online de notícias. Disponível em: <<http://www.atlas.jor.br>>.

<sup>243</sup> LinkedIn é uma rede social profissional lançada em maio de 2003. Disponível em: <<https://br.linkedin.com>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

<sup>244</sup> Atualmente, a maior rede social virtual do mundo, lançada em fevereiro de 2004. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

A maioria das pessoas convidadas a participar da pesquisa aceitou prontamente, foi solícita e interessada em dividir suas trajetórias conosco. Tivemos apenas quatro recusas e uma desistência. No entanto, após o primeiro contato, o agendamento da entrevista precisou ser submetido ao escasso horário disponível dos participantes. Tivemos casos em que a entrevista foi reagendada cinco vezes.

Como o foco foi de conhecer sentidos de cidadania e direitos humanos de repórteres que atuam na cobertura cotidiana – e não apenas aqueles dedicados especialmente a estes temas, decidimos por não restringir editorias. Assim, bastava que o profissional atuasse na função de repórter. Tal decisão foi tomada para que não houvesse distorção. Afinal, repórteres que se dedicam à cobertura exclusiva de assuntos vinculados ao objeto desta pesquisa poderiam ter maior compreensão sobre direitos humanos e cidadania devido à dedicação ao relato sobre tais questões e, com isso, viciar os resultados da consulta.

Outra preocupação foi com a saturação, conforme Bauer e Aarts (2015) visto que há um número limitado de versões da realidade. Gaskell (2015) lembra que, embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências são, em alguma medida, resultado de processos sociais. Assim, representações de um interesse comum e de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas. Além disso, a variedade representacional é limitada no tempo e no espaço social (BAUER; AARTS, 2015).

Por isso, há um limite máximo no número de entrevistas necessárias. Para cada pesquisador esse limite é algo entre 15 a 25 entrevistas individuais, conforme Gaskell (2015). Isso porque em certo ponto da coleta de dados não aparecem mais surpresas. “Neste ponto, da saturação do sentido, o pesquisador pode deixar seu tópico guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar” (GASKELL, 2015, p. 71).

Essa pesquisa compreende 15<sup>245</sup> entrevistas realizadas com repórteres. Nos dedicamos à escuta de profissionais atuantes na mídia tradicional e alternativa, sem restringir também aqueles que atuam na modalidade *home office*, prática cada vez mais crescente em tempos de fragmentação dos vínculos empregatícios e de

---

<sup>245</sup> Ainda que tenham sido realizadas 18 entrevistas ao longo do processo, a presente pesquisa compreende 15 entrevistas em sua versão final. Isso porque as duas entrevistas iniciais foram pré-testes do roteiro e uma delas foi excluída após a decisão de privilegiar apenas repórteres, tendo em vista que a entrevistada era editora.

individualização do trabalho (DEUZE; WITSCHGE, 2016). Ouvimos desde recém-formados a profissionais com quatro décadas de atuação a fim de estabelecer os sentidos que circulam na categoria.

Por acreditarmos que a interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados é essencial na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2016b), privilegiamos a realização das entrevistas presencialmente. As doze entrevistas concretizadas de forma presencial foram realizadas em capitais brasileiras, em espaços como redações, cafés, auditórios, salas de reuniões, decks ou mesmo nas casas de repórteres, com duração de uma a duas horas e meia. Três entrevistas foram realizadas por chamada em vídeo, uma estratégia crescente no mundo todo. Sobre entrevistas face a face virtuais, Hanna e Mwale (2019) a destacam como meio alternativo quando é necessário superar limitações, como transpor distâncias ou adequar-se ao horário concorrido, como foi o caso dos profissionais da imprensa. Ainda assim, os repórteres participantes nessa modalidade se dispuseram a aproveitar bem o tempo de narração, sendo que a entrevista mais longa que compõe essa pesquisa foi realizada por videoconferência.

A abrangência foi geograficamente representativa, com as cinco regiões brasileiras alcançadas. Ainda que centralizada na figura de repórteres enquanto função profissional, procuramos abranger, dentro dessa categoria, pluralidade e diversidade (GASKELL, 2015): de gênero, tempo de experiência na profissão, tipo de veículo (convencional ou alterativo) e editorias.

Os quadros a seguir demonstram os perfis das pessoas entrevistadas.

Quadro 1 – Repórteres com até 30 anos de idade

Nome	Gênero	Idade	Categoria	Região
Antonietta	Feminino	24	Alternativa	Região Sul
Luiz	Masculino	25	Convencional	Região Norte
Audálio	Masculino	28	Freelancer	Região Sudeste
Afonso	Masculino	29	Convencional	Região Nordeste

Fonte: A autora (2020)

A esse grupo pertencem jornalistas recém-formados. Essa parcela cresce expressivamente graças ao aumento no número de cursos de Jornalismo no Brasil. Abaixo representamos o grupo composto por jornalistas até 40 anos de idade.

Quadro 2 – Repórteres com até 40 anos de idade

<b>Nome</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Categoria</b>	<b>Região</b>
Gisela	Feminino	31	Convencional	Região Nordeste
Clarice	Feminino	31	Convencional	Região Sudeste
João Paulo	Masculino	32	Convencional	Região Nordeste
Eugênia	Feminino	34	Alternativa	Região Norte
Sonia	Feminino	35	Convencional	Região Sul
Cecília	Feminino	36	Convencional	Região Centro-Oeste

Fonte: A autora (2020)

Esse foi o maior grupo de pessoas entrevistadas. Vale lembrar que as pesquisas de perfil sociodemográfico da área demonstram que a parcela de jornalistas com até dez anos de experiência na profissão é a mais representativa, especialmente devido à característica da juvenilização, uma das marcas do jornalismo praticado na atualidade (MICK, LIMA, 2013). Também nos preocupamos em ouvir profissionais com mais tempo de atuação. O Quadro 3 evidencia as pessoas consultadas com até 50 anos de idade.

Quadro 3 – Repórteres com até 50 anos de idade

<b>Nome</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Categoria</b>	<b>Região</b>
Patrícia	Feminino	45	Convencional	Região Nordeste
Vladimir	Masculino	45	Convencional	Região Sul
Joel	Masculino	46	Convencional	Região Sul

Fonte: A autora (2020)

A partir dos vinte anos de experiência em reportagem, grande parte de repórteres passam a trabalhar como editores. Nossa preocupação foi ouvir somente repórteres (ou repórteres especiais) nesse grupo, como também foi o caso do grupo apresentado abaixo, com 50 anos de idade ou mais.



Quadro 4 – Repórteres com 50 anos de idade ou mais

Nome	Gênero	Idade	Categoria	Região
Carmen	Feminino	50	Convencional	Região Sudeste
Alberto	Masculino	61	Convencional	Região Centro-Oeste

Fonte: A autora (2020)

Todas as pessoas entrevistadas selecionadas eram completamente desconhecidas da entrevistadora até a realização do primeiro contato, na tentativa de afastar vieses que pudessem comprometer a dinâmica da pesquisa, apesar de haver certa arbitrariedade inerente ao processo de seleção (BAUER; AARTs, 2015).

Alguns pesquisadores, como Medina (1982), já apontavam há mais de três décadas, a necessidade de ouvir os jornalistas para que se possa refletir e conhecer a realidade da profissão, permeada de responsabilidade social. Fundamentada neste propósito, buscamos compreender suas percepções e experiências, das quais emergem sentidos.

### 3.1.3 Percepções, experiências e sentidos

Empregada na prática jornalística e, crescentemente na pesquisa em jornalismo, a entrevista pode ser compreendida – a partir de suas possibilidades dialógicas – como método potencial para compreender as transformações pelas quais a profissão de jornalista é atravessada. Assim, a ideia de percepção remete à compreensão, aos sentidos alcançados pelos sujeitos.

Como comunidade interpretativa, o grupo profissional formado por jornalistas guarda especificidades, entre elas os constrangimentos sociais a que estão expostos, o que pode fazer com que as pessoas entrevistadas adotem posições com respeito a alguma autoimagem específica, conforme indicou Gaskell (2015).

Ainda que esse seja um limitante para o emprego da entrevista na pesquisa qualitativa com jornalistas, as situações contemporâneas têm apontado para suas potencialidades com esse grupo. Afinal, quando a entrevista é realizada de modo profundo, a cosmovisão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe (MEDINA, 1982). Esse procedimento metodológico nos permitiu apreender as realidades desse grupo profissional atravessado por constantes mudanças.

Desse modo, perceber é conhecer por meio dos sentidos. O ato implica, como condição necessária, a proximidade no espaço e no tempo, bem como a possibilidade de se ter acesso direto ou imediato (PENNA, 1968). Além disso, conforme Penna, o ato de perceber pode caracterizar-se pela limitação informativa. Percebe-se em função de uma perspectiva, e é a partir dela que se constitui uma forma de organização da consciência. A percepção é caracterizada por aquilo que se recorda e é assimilado em função de um contexto ou sistema de referência.

Salientamos, também, o sentido individual ou pessoal da percepção. “O que se procura destacar é o fato de que a percepção não se dá em abstrato, mas como processo que, efetivamente, é vivido por um preceptor” (PENNA, 1968, p. 39). Enquanto método de observação, a percepção é a porta de entrada do mundo “‘para dentro de nós’, uma passagem para compreender os fenômenos do mundo, sejam esses fenômenos físicos ou abstratos” (MOTTA, 2013, p. 125). Uma experiência sensível, vivida por nós por meio de nossa capacidade de dar-nos conta.

Essa concepção encontra lugar para pensar a entrevista enquanto narrativa da vida de repórteres, ou seja, aquilo que percebem como direitos humanos e cidadania teve espaço em suas vivências, em suas narrativas de vida. Assim, tais compreensões não se descolam da atividade profissional e da vida das pessoas entrevistadas, de seu *ser repórter* (MEDINA, 1982), ao contrário, são também suas vivências.

A entrevista contou com um roteiro de tópicos-guia (GASKELL, 2015) para o aprofundamento de questões-chave para a realização do estudo. Portanto, ao pensar conteúdo e estrutura do roteiro da entrevista, consideramos *o que* e *como* perguntar (TERRY; BRAUN, 2019)<sup>246</sup>. Mais do que dar ênfase às perguntas, minha postura de repórter-pesquisadora buscou dar atenção à escuta, de modo semelhante ao que Marocco evidencia sobre Eliane Brum. No percurso da repórter gaúcha – a mais premiada do país – o ato de perguntar foi dando lugar à potência da escuta. “Intuitivamente, na prática da reportagem, ela foi descobrindo que era assim que descobria alguma coisa nova, a partir da experiência do outro” (MAROCCO, 2016, p. 63), foi então que passou a se considerar uma “escutadeira” do cotidiano. Nos filiamos a essa perspectiva metodológica, defendida por Veiga da Silva e Marocco (2019).

---

<sup>246</sup> Grifo dos autores.

Dada a abrangência e a inter-relação entre jornalismo, cidadania, direitos humanos e democracia, o tópico-guia também foi orientado pela *tematização*, conforme sugere Motta (2013). Assim, o roteiro<sup>247</sup> levou em consideração:

- a) Compreensão sobre o papel do jornalismo na contemporaneidade
- b) Percepção sobre cidadania e direitos humanos
- c) Relação entre jornalismo, cidadania e direitos humanos
- d) Conexão com democracia
- e) Distinção dos sentidos dos direitos sociais, civis e políticos
- f) Proposição de pautas e afinidades temáticas na *práxis*
- g) Exercício para se colocar no lugar do outro
- h) Fatores de interferência e limites editoriais
- i) Influência da formação universitária
- j) Limites para o exercício de cidadania e direitos humanos no Brasil
- k) Trajetória de vida: como relata sua cidadania
- l) Contexto social atual

Embora as questões-tema tenham sido definidas antes do início do levantamento, Terry e Braun (2019) observam que as perguntas evoluem e se refinam durante o processo de pesquisa qualitativa, dada sua natureza dinâmica. Gaskell (2015) também valoriza a flexibilidade do roteiro, a partir do entendimento da pesquisa como processo circular e reflexivo. Adotamos a postura de escuta ativa, sem interrupções à fala das pessoas entrevistadas. Nossa preocupação foi com um fluxo de perguntas adequado, aderente à lógica interna da proposta de pesquisa. Deste modo, o roteiro não foi seguido rigidamente, mas serviu como guia para aprofundamento dos principais elementos, sendo também a ordem das perguntas alterada conforme o decorrer específico de cada entrevista (HANNA; MWALE, 2019).

A preocupação de fundo foi a de compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos expressos em suas práticas, de modo a analisar as formas pelas quais repórteres constroem suas experiências e seu mundo social. O esforço foi de possibilitar espaço de florescimento do que Minayo (2016b) considera dados subjetivos, aqueles que somente são conhecidos a partir da partilha de vida por meio das entrevistas. Constituem, assim, uma representação da realidade: ideias (crenças,

---

<sup>247</sup> O roteiro de entrevistas também pode ser acessado no Apêndice A.

maneira de pensar, opiniões); sentimentos (maneiras de sentir); maneira de atuar (condutas); projeções para o futuro; e razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 2016b).

Práticas, saberes e intersubjetividades de repórteres revelam-se no sinuoso e fértil terreno da dialogia. O entendimento de Gaskell (2015) se aproxima da compreensão de entrevista dialógica de Medina (2000) para quem o entrevistador, seja na prática jornalística ou de pesquisa, deve investir na própria personalidade para saber atuar numa interrelação criadora. “Quando nós lidamos com sentidos e sentimentos sobre o mundo e sobre os acontecimentos, existem diferentes realidades possíveis, dependendo da situação e da natureza da interação” (GASKELL, 2015, p. 73-74).

Verón (1980) enfatiza que, apesar de não haver garantia de justaposição de sentidos que decorrem do processo comunicativo nas instâncias da produção e recepção, é a instância da produção a definidora de quais os sentidos são postos em circulação. “No funcionamento de uma sociedade, nada é estranho ao sentido: o sentido está, portanto, em toda parte” (VERÓN, 1980, p. 192). García Canclini (2009, p. 45), por sua vez, aponta: “qualquer prática social, no trabalho e no consumo, contém uma dimensão significativa que lhe dá sentido, que a constitui e constitui nossa interação na sociedade”. Assim, nos aliamos ao entendimento dos autores sobre o compartilhamento de sentidos a partir da experiência. Afinal, estudar narrativas é compreender o sentido da vida (MOTTA, 2012).

Conforme evidenciado anteriormente, a organização temporal humana se ancora nas tessituras narradas. O que é experienciado articula-se narrativamente. “O tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15). Portanto, como também já destacamos, o modo emergente de praticar o jornalismo profissional pede por novas maneiras de conceituar e pesquisar a experiência vivida por jornalistas (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Rincón (2006) destaca que jornalistas buscam encontrar a narrativa da existência, falar sobre a vida cotidiana e contar sobre a gente comum, ganhar relato, histórias, detalhes e experiências universais que fazem parte do mundo e da vida. Compreendemos que as narrativas de repórteres sobre si têm a mesma natureza dos relatos que narram cotidianamente: pode impactar ou surpreender, mostrar o

incompreensível, o imprevisto ou paradoxal da natureza humana (RINCÓN, 2006). Desse modo, a entrevista é uma partilha e uma negociação de realidades em que cuidados éticos precisam ser destacados.

### 3.1.4 Questões éticas da pesquisa

Para a realização da pesquisa, respeitamos a Resolução 510/2016<sup>248</sup> do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sobre pesquisas com seres humanos na área de Ciências Humanas e Sociais. Por isso adotamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>249</sup>, documento que tramitou e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)<sup>250</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina em 2018.

Por meio do TCLE, as pessoas entrevistadas foram alertadas sobre riscos e benefícios. Os benefícios são discutir e aprofundar os estudos sobre as relações entre jornalismo, cidadania e direitos humanos. Os riscos foram reduzidos, tais como sentir desconforto ou constrangimento caso algum tema sensível fosse abordado na entrevista. Para minimizar os riscos, garantimos que os dados não serão identificados de forma personalizada, o que também garante o sigilo e a privacidade das pessoas entrevistadas. O material, gravado em áudio e transcrito, foi armazenado em mídia física e digital<sup>251</sup>. Portanto, as informações obtidas são protegidas pela confidencialidade. Segundo Gil (2019), a confidencialidade ocorre quando o pesquisador tem a possibilidade de identificar a pessoa que forneceu as respostas, mas garante que suas informações permanecerão em sigilo.

---

<sup>248</sup> Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

<sup>249</sup> O modelo de TCLE aprovado pelo CEPSH-UFSC sob o número 2.837.142 pode ser consultado no Apêndice B.

<sup>250</sup> O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

<sup>251</sup> Armazenados em disco rígido (do inglês *hard disk* - HD) interno e externo, bem como em nuvem (conta gratuita no Google Drive), mediante senha pessoal. Os materiais em texto e áudio arquivados são particulares. Conforme os Termos de Serviço do Google Drive, o usuário controla quem pode acessar seus arquivos no Drive. O Google não compartilha arquivos nem dados com terceiros, exceto conforme descrito na Política de Privacidade, atualizada em 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://support.google.com/drive/answer/2450387?hl=pt-BR>>.

Para garantir a não-identificação de repórteres, escolhemos pseudônimos<sup>252</sup> baseados em nomes de jornalistas que fizeram história no país e atribuímos a cada pessoa entrevistada randomicamente. Fonseca (2008) destaca o paradoxo: a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais o que pode ser prejudicado com a necessidade de resguardar algumas informações. Para superar esse desafio, foram adotados cuidados especiais para garantir a confidencialidade na pesquisa, como a remoção de toda a informação que possibilite a identificação dos respondentes (GIL, 2019). Assim, na transcrição<sup>253</sup> das entrevistas, optamos por suprimir nomes de pessoas, de cidades, de empresas, vícios de linguagem e alguns dados de repórteres mencionados durante a pesquisa, como sugerem Dantas e Renault (2017).

Outra preocupação que tivemos foi com a recusa a uma visão essencialista das percepções e experiências de repórteres, especialmente sobre a ideia de que as essências das pessoas são impenetráveis ao contexto social (BRAUN; CLARKE; GRAY, 2019). Ao contrário, adotamos uma postura aliada à pedagogia crítica de Freire para quem, aderente a uma posição dialética, compreende as relações mundo-consciência-prática-teoria-leitura-do-mundo (FREIRE, 2019b).

### 3.2 ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

Nesta pesquisa a narrativa jornalística é compreendida como mediação social, permeada de sentidos (MOTTA 2013; MEDINA, 2003, 2006). Dada sua profundidade na experiência humana, aqui ela assume perspectiva teórico-metodológica. Concordamos com Motta (2012) para quem a análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as ações humanas, as relações sociais, compreender a humanidade e o mundo onde vivemos.

Os procedimentos metodológicos contam com recursos da análise crítica da narrativa, conforme Motta (2013), visto que repórteres abordaram suas percepções e histórias de vida, por isso, seus relatos foram compreendidos como narrativas, o que

---

<sup>252</sup> Afonso Henriques de Lima Barreto, Alberto Dines, Antonieta de Barros, Audálio Dantas, Carmen da Silva, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Eugênia Brandão, Gisela Ortrivano, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, Joel Silveira, Luiz Gama, Patrícia Galvão, Sonia Nassar, Vladimir Herzog tiveram seus primeiros nomes atribuídos às pessoas entrevistadas.

<sup>253</sup> Foram 20h32 minutos de gravação, um total de 327 páginas de transcrição, que estão disponíveis em arquivos PDF que podem ser acessados por meio de links disponíveis nos Apêndices C a Q.

nos ajuda a refletir sobre os sentidos da experiência humana e sobre as narrativas enquanto atos de fala (MOTTA, 2012).

O recurso de análise, nesta perspectiva, possibilita o estudo das relações humanas que produzem sentidos por meio de expressões narrativas. “A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores) em relatos” (2010, p. 143).

Motta (2010) lembra que as narrativas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de performances socioculturais. Por isso, o autor defende que a narratologia<sup>254</sup> pode ser usada como um procedimento analítico para compreender os mitos, as fábulas, os valores subjetivos, as ideologias, a cultura política de uma sociedade.

A análise deu atenção à *metanarrativas* ou, como explica Motta (2010; 2013), os significados de fundo moral ou fábula da história. Motta (2013) adverte que as narrativas só existem em contexto e para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, por isso não podem ser analisadas isoladamente. As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses de narradores (individuais ou institucionais) em uma relação direta com seus interlocutores, destinatários ou audiências. “Além do mais, as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira” (MOTTA, 2013, p. 121).

Outro ponto destacado pelo autor é de que as narrativas são relações argumentativas – atos de fala – que se estabelecem no contexto da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades, e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder.

Reforço aqui que a análise da narrativa que sugiro serve não apenas para observar a configuração de uma intriga e suas nuances, mas principalmente para compreender os valores canônicos de uma cultura em ação, para estudar a criação interlocutiva de significados, a construção e instituição simbólica da realidade (MOTTA, 2013, p. 123).

---

<sup>254</sup> Culler (1999) salienta que a narratologia é um ramo ativo da teoria literária e se apoia em teorias da estrutura narrativa: em noções de enredo, de diferentes tipos de narradores e de técnicas narrativas.

Por meio da análise crítica da narrativa, ponderamos sobre como as pessoas compreendem, representam e constituem argumentativamente o mundo a partir dos atos de fala narrativos intersubjetivos, conforme sugere Motta (2013)<sup>255</sup>.

Outras sugestões dadas pelo autor foram adotadas, como o uso de um diário de campo para anotar tudo o que nos ocorreu durante as leituras e releituras das transcrições, bem como elaborar arquivos estruturados, conforme os objetivos do estudo, para sistematizar as informações. Além disso, a fim de registrar consonâncias, assinalamos as palavras-chaves que respondem às questões da pesquisa, hibridizando com a proposta de análise temática a fim de identificar sentidos confluentes. A hibridação com a análise narrativa buscou privilegiar o relato de repórteres, unindo elementos de múltiplas histórias para construir uma narrativa abrangente (BRAUN; CLARKE; GRAY, 2019).

Desse modo, nosso esforço de análise buscou encontrar tanto o que é homogêneo quanto o que se diferencia dentro do mesmo meio social, embasada de uma atitude hermenêutica e dialética (GOMES, 2016). Nesse processo são fundamentais os confrontos entre dimensão subjetiva e posicionamento; os movimentos texto e subtexto, texto e contexto; a correlação entre falas e ações; a atenção à cognição e ao sentimento. Ao relatar continuamente, interlocutores criam argumentativamente narrativas e metanarrativas, por isso o enfoque nestas instâncias, como será discutido a seguir.

### **3.2.1 Foco no poder de voz, nas metanarrativas e nas interseccionalidades**

A narração de um fato, especialmente de um episódio que ocorreu consigo ou mesmo uma percepção sua, afeta o sujeito e desencadeia um sentimento nele. Segundo Motta, o relato afeta seus desejos e aspirações, que por sua vez suscita novos sentimentos, revelando processos catárticos que a análise precisa identificar. Portanto, concordamos com Motta (2013) que as metanarrativas têm sempre muito de epifânico: revelam transcendências.

O autor sugere, então, uma matriz para análise empírica do poder de voz. Motta entende que a narrativa jornalística é uma construção discursiva mediada

---

<sup>255</sup> Os elementos: enredo, personagens, tempo, espaço, ambiente e narrador, conforme Reuter (2002), ajudam a nortear a análise.



primeiro pelo meio de comunicação que a veicula: o jornal, a emissora ou o portal, cada qual com suas singularidades técnicas, seu *ethos*, seus interesses comerciais e ideológicos particulares. Tal concepção é relevante para esta pesquisa, que entende repórteres como mediadores da cidadania e dos direitos humanos, circunscritos nas empresas ou iniciativas jornalísticas que representam e imersos no tecido social.

Em segundo lugar, o corpo de profissionais jornalistas – neste caso repórteres – hierarquizam a apresentação dos fatos, enquadram e posicionam os protagonistas na estória de acordo com seus valores pessoais e interesses profissionais. Além desses interesses, o texto jornalístico está permeado de falas diretas ou indiretas das inúmeras personagens-testemunhas, que trazem seus próprios pontos de vista sobre os incidentes que presenciaram ou participaram. “Veículos, profissionais, indivíduos e grupos sociais estão assim em contínua ‘negociação’ política e simbólica” (MOTTA, 2013, p. 220).

Devido à pluralidade de intervenções, a narrativa jornalística resulta em um produto *plurivocal*<sup>256</sup> onde se manifestam vozes e interesses contraditórios que se sobrepõem em cada reportagem. “Uma contínua e invisível troca de poderes ocorre” (MOTTA, 2013, p. 220). Por isso, as estórias jornalísticas são *polissêmicas*<sup>257</sup>: cada notícia ou reportagem oferece uma multiplicidade de vozes e de interesses que abre uma multiplicidade de interpretações. São também *polifônicas*<sup>258</sup>: várias estórias se entrecruzam em uma única reportagem. Esse conteúdo revela pontos de vista e visões de mundo decorrentes de interesses e das sutis negociações ocorridas durante sua produção.

Parece evidente que o primeiro narrador é o veículo (o jornal, telejornal, revista, portal), que detém maior poder de voz e subordina o narrador-jornalista, que por sua vez, detém mais poder e subordina as personagens da estória reportada<sup>259</sup>. Ou seja, há uma nítida hierarquia ‘de fora para dentro’ do nível diegético, enquanto na literatura essa relação depende mais do tipo de relato, gênero, etc. (MOTTA, 2013, p. 223).

<sup>256</sup> Destaques do autor (MOTTA, 2013), que adota o termo *plurivocal* a partir da obra de Ricoeur.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> Motta (2013) constrói essa matriz a partir da metáfora dos balões sucessivos do teórico literário francês Gerard Genette, em que um narrador *A*, ou narrador primário (fora da estória e, portanto extradiegético), emite um balão, ou relato primário, dentro do qual se encontra outro narrador *B* (intradiegético, ou dentro da estória), que por sua vez emite um balão secundário dentro do anterior, um relato meta-diegético, dentro do qual se encontra uma personagem que, ao narrar, emite um terceiro balão, e se transforma em um narrador *C* (terciário, também intradieético). O terceiro narrador é também personagem da estória e pode se desdobrar em outros *n* narradores mencionados pelo narrador *C*. Para mais detalhes: GENETTE, Gerard. **Nuevo discurso del relato**. Madrid: Cátedra, 1998.

Nosso interesse, assim como o autor, foi compreender até que ponto o primeiro narrador subordina o segundo, e este, o terceiro. O repórter – mediador do processo narrativo – é o centro de nosso interesse. Portanto, a discussão privilegiou o seguinte movimento analítico:

- a) Como repórteres compreendem a interação entre jornalismo, cidadania, direitos humanos e democracia
- b) Como tais percepções estão relacionadas à *práxis*
- c) Quais sentidos emergem de sua experiência-narrativa

Além de privilegiar as metanarrativas, a partir de uma perspectiva holística (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015) e permeada de hibridismo (GARCÍA CANCLINI, 2000) conciliamos o arcabouço analítico à contribuição da interseccionalidade, já que esta pode servir como uma ferramenta teórica e metodológica para estudar a vivência humana conectada às experiências (COLLINS, 2017).

Essa também é a perspectiva defendida por Biroli e Miguel (2015). Segundo os pesquisadores, qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisa incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os três eixos: gênero, raça e classe.

Portanto, a partir dos relatos de repórteres sobre cidadania e direitos humanos – e contextualmente sobre jornalismo e democracia – focalizamos a matriz interseccional a fim de identificar o entrelaçamento complexo dos padrões de dominação independentes que incidem sobre suas vivências, que se configuram no *ser repórter* (MEDINA, 1982). Concordamos que uma interpretação aprofundada do mundo social e de projetos emancipatórios, como é o caso da *práxis* jornalística, precisa incorporar simultaneamente os três eixos.

É possível trabalhar com a hipótese de que, para as pessoas que as sofrem, as convergências e interseccionalidades não sejam veladas. Estruturando de forma central as experiências vividas, certamente impactam a maneira como essas pessoas veem o mundo que as cerca e seu lugar nelas. Há obstáculos, porém, para transformar tal percepção em reflexão teórica e em programa político, uma vez que o que a caracteriza é uma posição de múltipla subalternidade (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 51).

A interseccionalidade<sup>260</sup> é uma forma de entender e analisar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2019), especialmente quando tratamos de estruturas sociais desiguais vinculadas à organização de poder centralizado, como é o caso brasileiro. Assim, nossa perspectiva adere à epistemologia feminista negra como teoria social crítica para pensar como raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, capacidade física, nação, religião e faixa etária se traduzem em profundas divisões sociais. Ao colocarmos em pauta as questões a partir do ponto de vista interseccional nos aproximamos também do debate epistemológico da decolonialidade<sup>261</sup>, que privilegia o enfoque às subjetividades subalternizadas e excluídas (MATOS, 2018).

A partir destas lentes, a entrevista dialógica nos possibilita compreender as narrativas de repórteres a partir dos cinco sentidos implicados na profissão de jornalista, estatuto preconizado por Kapuscinski (2003): estar, ver, ouvir, compartilhar e pensar.

Por isso, outra perspectiva que matiza nossa análise é noção de tomada de consciência, oriunda da hermenêutica ricoeuriana. Nosso movimento analítico sobre a conscientização de repórteres ocorre mediante a decifração do sentido oculto nos sentidos aparentes, a partir de sua narrativa profissional e de vida. Essa compreensão está em consonância às reflexões de Freire (1980, 2019b, 2019c) sobre a tomada de consciência e a consciência crítica. A partir da consciência crítica, a percepção da realidade poderia assumir novos sentidos e, devido às novas percepções, seria possível criar a disposição para transformar tais realidades, ainda que se estivesse no lugar de oprimido (FREIRE, 2019b).

Portanto, só poderemos interpretar os sentidos de cidadania e direitos humanos por meio do processo de dissolução das ilusões da consciência, esforço que

---

<sup>260</sup>Em contraposição a essa perspectiva teórico-metodológica, ao pensar a dinâmica da consubstancialidade, a socióloga francesa Danièle Kergoat critica a ideia de interseccionalidade que, de acordo com Kergoat, foca em gênero-raça, invisibilizando a dimensão classe social. Para mais detalhes, consultar: KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, São Paulo, 2010, p. 93-103.

<sup>261</sup> Adotamos os termos decolonialidade ou decolonial para se referir à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao dismantelamento de seus principais dispositivos (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE *et al.*, 2012). Embora não haja consenso quanto ao uso das terminologias decolonial ou descolonial, oriundas das ideias de pós-colonialidade, a socióloga Catherine Walsh, conhecida como pedagoga da decolonialidade, considera que a supressão do “s” não significa um anglicismo, mas uma distinção no “des” castelhano, pois não se pretende apenas desarmar ou desfazer o colonial. Segundo Walsh (2009) a intenção, ao contrário, é provocar posturas e atitudes de transgredir, intervir, (in)surgir e incidir. O decolonial denota, assim, um caminho de luta contínua para construções alternativas e de ocupação de lugares.

empreendemos a partir da matriz da interseccionalidade. Por isso, aderimos também ao entendimento de Medina (2003) de que repórteres, em sua tarefa de narrar, precisam identificar os sentidos dos fenômenos, o que somente é possível a partir de uma postura intersubjetiva. A partir das ideias de Vygotsky<sup>262</sup>, Ijuim (2005) considera que para o relato das ações humanas – a compreensão dos sentidos de fenômenos – é preciso intercambiar observação/percepção e reflexão desses fenômenos. O esquema é assim apresentado:

Figura 1 – Atributos para a prática jornalística



Fonte: Ijuim (2005)

A partir deste quadro, incorporamos a concepção de que o compromisso de reportar envolve a observação e a reflexão de mundo. Somente percebendo, compreendendo o mundo social, é possível expressá-lo. “É justamente o alargamento da visão de mundo que propicia a superação de preconceitos e generalizações apressadas, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de identificar, reconhecer e respeitar o outro” (IJUIM, 2005, p. 43), o que é profundamente relevante para que se possa apreender os sentidos de cidadania e direitos humanos na prática jornalística.

### 3.2.2 Panorama contextual: uma lupa sobre a contemporaneidade

Conforme já discutido, nossa pesquisa é situada no espaço-tempo (MINAYO, 2016a) dos fenômenos sociais que são objetos desta análise. Para que a pesquisa social se dê em seu contexto, revisitamos dados sociais sobre jornalismo, cidadania,

<sup>262</sup> Para a elaboração desse esquema Ijuim (2005) está embasado nas contribuições do psicólogo bielorrusso Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), para quem o desenvolvimento humano se dá a partir do processo social, o que mais tarde ficaria conhecido como socioconstrutivismo. Para mais detalhes, conferir: VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

direitos humanos e democracia, alguns já apresentados nos capítulos anteriores. O que norteia nosso pano de fundo analítico é o caráter provisório, dinâmico e específico dos temas em questão, especialmente quando vistos sob o prisma da contemporaneidade líquida (BAUMAN, 2007).

Por isso, julgamos necessário situar, neste delineamento metodológico, que cidadania, direitos humanos e democracia – a partir de seus avanços, retrocessos e progressos – deixaram para trás, em grande medida, a comunidade e as tradições que as tornaram possíveis ao longo dos séculos, produzindo um efeito de individualismo, egoísmo e indiferença acentuado nos dias de hoje (DUNKER, 2019), o que tem impactado diretamente as narrativas do jornalismo e, portanto, o *ethos* e as experiências de seus narradores, aqui explicitada na categoria de repórteres. Dissociar esse intrincado contexto de nossa análise levaria a uma visão turva da realidade que se apresenta nestas duas primeiras décadas do século XXI, por isso ajustamos nossas lentes à compreensão de fenômenos sociais complexos que são caros à nossa pesquisa, como é o caso de: *a) desigualdades acentuadas; b) jornalismo sob ataque; e c) cidadania, direitos humanos e democracia em disputa.*

#### *a) desigualdades acentuadas*

A desigualdade (TELLES, 2013) em suas múltiplas vertentes – classe, gênero, raça, etnia, condição física, entre outras – localizada na base de manutenção do poder (BOURDIEU, 2009), é uma das principais marcas do Brasil, o que atalha a concretização da cidadania e dos direitos humanos, comprimindo grande parcela da população ao espaço de subcidadania (SOUZA, 2018; CIRINO; TUZZO, 2016). Afinal, o Brasil integra o grupo de cinco nações mais desiguais, entre os desenvolvidos ou em desenvolvimento, segundo a ONU (2018)<sup>263</sup>.

O rendimento médio do 1% mais rico da população brasileira é 33,8 vezes o rendimento dos 50% mais pobres, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada no segundo semestre de 2019. De acordo com a pesquisa, o Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*,

---

<sup>263</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-mais-desiguais-diz-estudo-de-centro-da-onu/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

que varia de zero (igualdade) até um (desigualdade máxima), foi estimado em 0,545 em 2018<sup>264</sup>.

No entanto, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) adota o critério do Banco Mundial para identificar a linha da pobreza em países em desenvolvimento como Brasil – rendimento diário inferior a US\$ 5,5 por habitante. A edição da SIS de 2019<sup>265</sup> demonstra que um quarto da população brasileira, ou 52,5 milhões de pessoas, ainda vive com menos de R\$ 420 per capita por mês. O índice caiu de 26,5%, em 2017, para 25,3% em 2018, porém, o percentual está longe do alcançado em 2014, o melhor ano da série, que registrou 22,8%.

O relatório indica, também, que a extrema pobreza atingiu 13,5 milhões de pessoas e chegou ao maior nível em sete anos, na série histórica do IBGE<sup>266</sup>. Esse grupo vem crescendo desde 2015, invertendo a curva descendente da miséria dos anos anteriores. De 2014 para cá 4,5 milhões de pessoas caíram para a extrema pobreza, ou seja, aquelas que sobrevivem com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia. A miséria atinge principalmente estados do Norte e Nordeste do Brasil, em especial a população preta e parda, sem instrução ou com formação fundamental incompleta.

Para se ter uma ideia da disparidade, o teto salarial constitucional de servidores públicos é de R\$ 33.763,00. Entretanto, no final de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>267</sup> exigiu transparência sobre os salários de juízes, que passaram a ser questionados por excederem o teto. Ambiguidades de um país em que a luta por direitos começou tardia.

Outros índices revelam cidadanias desiguais em solo brasileiro. Segundo o levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Humano e Desigualdade - *Global 2019 Human Development Report* - o percentual de desigualdade de renda no Brasil (41,9%) é a segunda maior concentração de renda

---

<sup>264</sup> Entre 2012 e 2015 houve uma tendência de redução do Índice de Gini (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando a 0,545 em 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em: 18 out. 2019.

<sup>265</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso: 2 dez. 2019.

<sup>266</sup> A alta do desemprego, os programas sociais mais enxutos e a falta de reajuste de subvenções como o Bolsa Família aumentam o fosso dos mais pobres. O indicador de pobreza do Bolsa Família, por exemplo, é de 89 reais, abaixo do parâmetro de 145 reais utilizado pelo Banco Mundial (SIS, 2019).

<sup>267</sup> Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85369-corregedor-propoe-controle-automatizado-do-salario-de-juiz>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

do mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, representado pela nota 0.761 (considerada alto pela ONU) cai para 0.574 no indicador social. O Brasil ocupa a posição 79, (PNUD, 2019)<sup>268</sup>.

Em outras áreas, os indicadores também revelam a falta de garantias cidadãs para grande parte da população. No país, 3,8% da população se encontra em situação de pobreza multidimensional, conforme dados de 2019<sup>269</sup>.

A desigualdade e a exclusão têm sido apresentadas na contemporaneidade como incidentes das sociedades. Essa perspectiva é defendida por Boaventura de Sousa Santos. Perante esses problemas sociais, destaca Santos (1997), a única política social legítima é a que define os meios para minimizá-las. Para o pensador lusitano, a contradição entre os princípios de emancipação (que continuaram a apontar para a igualdade e a integração social) e os princípios da regulação (que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão), foi produzida pelo próprio desenvolvimento capitalista.

Para o autor, o racismo e o sexismo, para citar apenas alguns dos resultados desses processos – foram construídos socialmente enquanto formas de hierarquização social no âmbito das sociedades nacionais metropolitanas e se fundiram aos princípios da desigualdade e da exclusão. É o que mostra o relatório sobre disparidade de gênero – também conhecido como Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)<sup>270</sup> – o Brasil caiu cinco colocações e recuou para a 95ª posição em 2018.

---

<sup>268</sup> Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

<sup>269</sup> Ainda que esta pesquisa tenha sido concluída antes da pandemia do novo coronavírus, julgamos importante denotar as fragilidades e desigualdades acentuadas durante essa crise sanitária global. Por se tratar de uma doença respiratória, a redução na circulação de pessoas teve impacto na geração e no consumo de bens e serviços, especialmente naqueles considerados não-essenciais, dando margem ao tensionamento do setor econômico. Enfatizamos que esse setor já estava em crise antes da situação pandêmica em vários países, como no Brasil, especialmente graças ao avanço da perspectiva capitalista neoliberal, conforme apontamos nas seções anteriores. Segundo o relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (Desa), divulgado em abril, à medida que a pandemia se agravava, afetava desproporcionalmente milhões de trabalhadores com salários mais baixos nos setores de serviços. O grupo de pessoas que trabalha informalmente foi triplamente penalizado o que evidencia as antigas desigualdades brasileiras. A essa grande parcela pertencem pessoas que, muitas vezes carecem de proteção trabalhista e atuam em estreita proximidade física com o público, como também é o caso de jornalistas. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-april-2020-briefing-no-136/>. Acesso: 1 maio 2020.

<sup>270</sup> O índice é publicado desde 2006 e traz resultados de 149 países sobre o progresso em igualdade de gênero, obtido em quatro dimensões temáticas: oportunidade econômica, empoderamento político, nível educacional e saúde e sobrevivência.

Se nossa lupa mirar, de forma cruzada, em desigualdades de renda, étnico-raciais e de gênero no país, o alerta soa em volume máximo. De acordo com o informativo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*<sup>271</sup>, divulgado em 2019 pelo IBGE, ainda que negros representem 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho, esse grupo representa 75,2% da parcela da população com os menores ganhos. Ao considerar o gênero na análise, as mulheres pretas ou pardas recebem, em média, apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos. Já os homens negros ganham 56,1% dos rendimentos de um homem branco.

#### *b) jornalismo sob ataque*

A situação amplia a relevância do trabalho de repórteres ao mediar esse espaço desigual de disputas de narrativas. Assim, é preciso lembrar que o jornalismo – enquanto instituição vinculada à defesa da democracia e dos direitos – está sob pressão em escala global. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre corrupção e direitos humanos (realizado a partir da Resolução 1/18, emitida pela Comissão em março de 2018)<sup>272</sup> pede aos governos do continente americano que protejam os jornalistas e a liberdade de expressão, diante da onda de corrupção que assola a região nos últimos anos.

O documento aborda o impacto da corrupção na liberdade de imprensa, especificamente em relação à liberdade de expressão, acesso à informação, proteção de fontes jornalísticas e de comunicação, e diversidade e pluralidade dos meios de comunicação. Além de evidenciar assassinatos de jornalistas, o relatório também destaca que os crimes de difamação, injúria, calúnia e desacato são os mais amplamente usados por quem processa jornalistas pelas suas investigações.

Especificamente no Brasil, ataques contra a veículos de comunicação e jornalistas aumentaram 54% em 2019, em relação ao ano anterior, de acordo com os dados gerais do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa 2019, divulgado pela Fenaj em janeiro de 2020. De acordo com a entidade, foram registradas 208 ocorrências em 2019, contra o registro de 135 no ano anterior. Em um ano de governo, o presidente Jair Bolsonaro, sozinho, foi o responsável por 121

---

<sup>271</sup>Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em: 8 dez 2019.

<sup>272</sup> Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2019/346.asp>>. Acesso em: 22 jan. 2020.



ataques à imprensa (dos 208 casos, 58,17% do total). Foram 114 ofensivas genéricas e generalizadas, além de sete casos de agressões diretas a jornalistas, totalizando 121 ocorrências<sup>273</sup>, cerca de uma declaração a cada três dias, de acordo com monitoramento da Fenaj<sup>274</sup>.

Os casos mais recentes direcionados a profissionais da imprensa ocorreram no início de 2020 quando a misoginia de Jair Bolsonaro<sup>275</sup> atingiu repórteres mulheres.

A jornalista brasileira Thays Oyama<sup>276</sup>, autora do livro *Tormenta*, que aborda o primeiro ano de mandato do atual governo foi atacada em janeiro. Em declaração racista e xenófoba, Bolsonaro desqualificou o trabalho da repórter, que é descendente de japoneses, chamando-a de “japonesa” e dizendo que não sabe o que ela está fazendo no Brasil.

Em fevereiro, Bolsonaro questionou a atuação da jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, na apuração sobre o disparo em massa de mensagens nas eleições de 2018, fazendo insinuações sexuais à postura da profissional<sup>277</sup>. A reportagem assinada por Mello, publicada durante o segundo turno das eleições de 2018, denunciava que empresários bancaram a compra de distribuição de mensagens em massa pelo Whatsapp contra o PT, de modo a beneficiar o então candidato. O caso, tratado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) intitulada *CPMI Fake News*, está sendo discutido no Senado Federal<sup>278</sup>.

---

<sup>273</sup> A maioria dos ataques do presidente Jair Bolsonaro foi feita em divulgações oficiais da Presidência da República (discursos e entrevistas do presidente, transcritos no site do Palácio do Planalto) ou no Twitter oficial de Bolsonaro. Foram 116 casos, já denunciados pela Fenaj em divulgação específica. A esses, somaram-se outros cinco casos de agressões feitas em entrevistas/conversas com jornalistas que não foram reproduzidas no site do Palácio do Planalto. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

<sup>274</sup> O levantamento produzido pela Fenaj começou a ser divulgado às vésperas do Dia Internacional pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, lembrado em 2 de novembro.

<sup>275</sup> Desde 2019 Eliane Brum chama Bolsonaro de “antipresidente”. Segundo Brum (2019) Bolsonaro tornou-se antipresidente, aquele que boicota seu próprio programa e enfraquece seu próprio ministério, e isso é um fato inédito no país.

<sup>276</sup> É jornalista e escritora. Foi editora e redatora-chefe da revista *Veja*, com passagens na TV Globo (sucursal de Brasília), nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e nas revistas *Marie Claire* e *República*, entre outros veículos.

<sup>277</sup> A declaração de Bolsonaro foi feita na saída do Palácio do Alvorada e cita Hans River do Nascimento, ex-funcionário da empresa de marketing digital Yacows que, de acordo com a reportagem de Mello, teria participado do esquema de disparo de mensagens por meio da rede social durante as eleições.

<sup>278</sup> A *CPMI Fake News* tem prazo para encerrar em abril de 2020 e trata da utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018 e de ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, entre outros. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

O caso da repórter Patrícia Campos Mello ocupou a terceira posição no índice do mês de março de 2020 da *One Free Press Coalition*<sup>279</sup>, organização internacional que reúne veículos como *The Washington Post*, *Agencia EFE* e *Deutsche Welle*. A lista, classificada em ordem de urgência, aponta os dez casos mais graves de ataques realizados contra jornalistas em todo o mundo, como forma de direcionar a atenção para esses episódios.

Além disso, durante o feriado de Carnaval, a jornalista Vera Magalhães, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, denunciou que o presidente havia repassado por WhatsApp um vídeo que convocava a militância para uma manifestação nacional contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, a ser realizada em 15 de março<sup>280</sup>. Depois da publicação, a jornalista sofreu uma série de calúnias, feitas por anônimos, grupos organizados e parlamentares e foi vítima da exposição de informações sobre seus filhos<sup>281</sup>. Apesar de afrontar a Constituição Federal ao atacar a democracia, Bolsonaro publicou, em seu perfil no Twitter, que possui algumas dezenas de amigos no WhatsApp, “onde trocamos mensagens de cunho pessoal. Qualquer ilação fora desse contexto são tentativas rasteiras de tumultuar a República”<sup>282</sup>.

Os últimos dois casos foram tratados em uma nota de repúdio emitida pela Fenaj<sup>283</sup>, destacando que são inadmissíveis as contínuas e sistemáticas agressões aos profissionais da imprensa, dirigidas por Bolsonaro, seus filhos, ministros e parlamentares. A nota da federação reiterou que o ambiente democrático vem sendo corrompido no país e os ataques a jornalistas e à imprensa são mais uma expressão do avanço de ideias e práticas totalitárias<sup>284</sup>.

<sup>279</sup> Com as liberdades dos jornalistas sob ataque em todo o mundo, a Coalizão One Free Press foi concebida durante uma reunião do Conselho Internacional de Mídia no Fórum Econômico Mundial. Disponível em: <<https://www.onefreepresscoalition.com/>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>280</sup> A notícia foi publicada na noite de terça-feira de Carnaval, dia 25 de fevereiro. Disponível em: <[https://brpolitico.com.br/noticias/bolsonaro-manda-video-convocando-para-ato-anti-congresso/?mc\\_cid=dc558d52db&mc\\_eid=46ee9c3e7b](https://brpolitico.com.br/noticias/bolsonaro-manda-video-convocando-para-ato-anti-congresso/?mc_cid=dc558d52db&mc_eid=46ee9c3e7b)>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>281</sup> No Twitter a hashtag #VeraFakeNews esteve entre as mais citadas, em um sinal de ataque coordenado com impulsionamento feito por robôs, conforme nota da Fenaj.

<sup>282</sup> Disponível em: <[https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor).

<sup>283</sup> A nota da Fenaj destaca ainda, que a admiração de Jair Bolsonaro pelo período autoritário é antigo, apesar de a “ditadura militar que sufocou liberdades, censurou a imprensa, torturou e matou, inclusive jornalistas como Vladimir Herzog, assassinado brutal e covardemente em aparato da repressão militar, em 1975”. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/fenaj-denuncia-agressoes-a-vera-magalhaes-e-escalada-autoritaria-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>284</sup> Os ataques ao jornalismo foram intensificados durante a crise sanitária, momento em que a sustentação econômica das empresas jornalística, que já era frágil, sofreu o duro golpe de fechamento de veículos, cortes de jornada e de salários de jornalistas durante pandemia. O período intensificou a circulação de informações e, com isso, o negacionismo científico também foi acentuado. A Unesco cunhou o termo desinfodemia para descrever o problema da desinformação durante a pandemia do

*c) cidadania, direitos humanos e democracia em disputa*

Os ataques a jornalistas e as tentativas de descrédibilização da imprensa ocorrem no país onde a democracia é considerada falha pelo *Democracy Index 2019*<sup>285</sup>; onde o *status* da Liberdade de Imprensa é “parcialmente livre”, conforme o *Freedom in the World 2019*<sup>286</sup>; e onde imperam o coronelismo eletrônico e a concentração da propriedade dos meios, segundo o MOM-Brasil (MEDIA, 2017), como já discutido anteriormente.

A defesa dos direitos de cidadania deveria ser a diretriz dominante de todas as publicações jornalísticas, mas tal fato não acontece (KOSHIYAMA, 2018). Isso é demonstrado na pesquisa *Mídia e Direitos Humanos*<sup>287</sup> realizada em 2004 - a mais recente a tratar do tema no Brasil. Realizada<sup>288</sup> pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), com o apoio da Unesco e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), já extinta<sup>289</sup>. O principal objetivo do estudo – realizado com a contribuição de um grupo de especialistas – foi investigar como a imprensa cobre os diferentes aspectos da agenda dos direitos humanos.

Uma das constatações foi de que a expressão cidadania geralmente não aparece vinculada aos direitos humanos. Apenas 22,2% dos textos analisados trazem explicitamente a expressão ou sinônimos muito próximos. Outro dado foi de que 62% dos materiais que claramente incluem a expressão direitos humanos o fazem de modo geral, sem abordar direitos específicos.

---

novo coronavírus. Para mais detalhes: <<https://en.unesco.org/covid19/disinfodemic>>. Acesso: 17 maio 2020.

<sup>285</sup> O relatório *Democracy Index*, organizado pela Unidade de Inteligência da revista *The Economist* é divulgado anualmente. A revista *The Economist* é uma publicação inglesa, de 1843, editada em sua sede na cidade de Londres, no Reino Unido. Disponível em: <<https://www.in.gr/wp-content/uploads/2020/01/Democracy-Index-2019.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2020.

<sup>286</sup> Organização fundada em 1941 com o intuito de promover a expansão de direitos políticos e liberdades civis a nível global. Publica anualmente o relatório *Freedom in the World*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

<sup>287</sup> Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/midia-e-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

<sup>288</sup> O levantamento sobre a cobertura da mídia impressa brasileira na área dos direitos humanos analisou 1.315 textos, (matérias, artigos, editoriais, colunas e entrevistas) veiculados por 57 diários de todas as unidades da federação ao longo de 2004. Para obter os textos que integraram a investigação, usou-se a metodologia do mês composto (seleção amostral). Sorteiam-se 31 dias entre os 365 do ano para que todos os meses e dias da semana estejam representados de modo proporcional.

<sup>289</sup> A pasta responsável pelo tema direitos humanos no governo Bolsonaro é o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), comandado por Damara Alves. Para mais detalhes: <<https://www.mdh.gov.br/>>.

Parte considerável do material avaliado centra no tema violência (25%), e 0,3% dos textos jornalísticos mencionam a expressão “direitos humanos de bandidos”, 80% dos textos jornalísticos que fazem interface com os direitos humanos não vão além de uma simples contextualização do assunto focalizado. A abrangência e o nível de abordagem do assunto chamam a atenção: factual 21,8%, contextual simples 57,1%, contextual explicativo 6,3%, avaliativo 11,3% e propositivo 3,5%. A investigação revela que 17,5% dos textos jornalísticos pesquisados abordam os direitos de primeira geração e 7,4%, os direitos de segunda geração. Desenvolvimento, Meio-Ambiente, Democracia, questões bioéticas – os chamados direitos de terceira e quarta gerações – são ainda menos tratados. Embora o aprofundamento histórico seja relevante para a contextualização do debate, apenas 2,1% dos textos jornalísticos avaliados avançam nessa direção.

O direito à liberdade de expressão é, individualmente, o mais mencionado pela imprensa brasileira (6,9%), já os direitos políticos são pouco discutidos (0,6%). As discussões centradas na democracia somam 2,3%; 1% dos textos analisados citam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em quase metade dos textos jornalísticos analisados a discussão dispensada aos direitos humanos e à cidadania se dá de maneira absolutamente acidental (11,3%) ou genérica (34,9%).

A pesquisa também mostra que 33,6% do material analisado menciona grupos em vulnerabilidade – negros, indígenas, população carcerária, pessoas com deficiência, dentre outros – como principal público-alvo de ações na área dos direitos humanos. Desse total, 5,8% das citações estão relacionadas às mulheres. A pobreza, a fome, a miséria e a exclusão social são os temas principais de apenas 2% dos textos analisados pela pesquisa Mídia e Direitos Humanos. Outro debate importante que praticamente está fora de pauta é o que diz respeito à igualdade/desigualdade. Questões mais delicadas da agenda da diversidade são quase ausentes da cobertura, como a menção às expressões “racismo” (0,5%), “intolerância” (0,2%) e “xenofobia” (0,2%).

Entendemos que esse cenário explica, de algum modo, porque grande parte da população mundial acredita que algumas pessoas tiram vantagem injusta sobre direitos humanos (74%), conforme a *Human Rights in 2018 - Global Advisor*<sup>290</sup>. A

---

<sup>290</sup> A pesquisa foi feita a partir de levantamento online em 28 países, incluindo o Brasil, com 23,2 mil entrevistados, entre os dias 25 de maio e 8 de junho de 2018, pelo Instituto Ipsos, terceira maior empresa de pesquisa do mundo. Disponível em:

pesquisa *Pulso Brasil* (2018)<sup>291</sup> sobre o mesmo tema teve resultado semelhante. Na opinião de dois em cada três brasileiros, os direitos humanos defendem mais os criminosos que suas vítimas<sup>292</sup>. Embora 63% se digam genericamente "a favor" dos direitos humanos, 21% se manifestam contrariamente à mera existência deles. A pesquisa revela um desconhecimento sobre a real aplicação dos direitos humanos no país. Enquanto 94% dos respondentes afirmaram já terem ouvido falar sobre eles, 50% admitem que gostariam de conhecer melhor a questão.

Portanto, a perspectiva dos “direitos de bandidos” ou da esquerda que os defende ainda é muito presente nos círculos de discussão. Tal visão é tributária de um legado histórico do autoritarismo e da violência sobre os presos políticos (VIVARTA; CANELA, 2006) e se dá, também, ao fato de não aparecer significativamente na cobertura (CARLONI; BARROS, 2014), o que amplia a necessidade de uma abordagem adequada da mídia e justifica nossa investigação.

Tal panorama é agravado quando analisamos alguns relatórios que tratam do tema. A Anistia Internacional – organização que defende os direitos humanos em todo o mundo – divulga, anualmente, um relatório sobre violações. Publicado em fevereiro de 2020<sup>293</sup>, o levantamento sobre o período anterior destaca que o ano de 2019 foi marcado por retrocessos para os direitos humanos no Brasil, principalmente influenciado pelo discurso contrário aos direitos humanos adotado pelas autoridades brasileiras.

Conforme o documento, esse discurso se concretizou em violações contra os direitos dos povos indígenas, contra os defensores e as defensoras de direitos humanos, contra as organizações da sociedade civil e na área de segurança pública. Entre outros destaques, o relatório lista a crise ambiental e de direitos humanos na Amazônia, o agravamento da violência policial, a impunidade para os envolvidos no assassinato da defensora de direitos humanos Marielle Franco<sup>294</sup>, as violências contra

---

<<https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-07/human-rights-in-2018-ipsos-global-advisor.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>291</sup> A edição 157 da pesquisa *Pulso Brasil* entrevistou presencialmente 1,2 mil pessoas em 72 municípios nas cinco regiões brasileiras. As entrevistas foram feitas entre os dias 1º e 15 de abril de 2018 pelo Instituto Ipsos.

<sup>292</sup> Sobre a pergunta (que teve resposta espontânea, quando o entrevistador não dá alternativas pré-estabelecidas), 21% dos entrevistados disseram que os direitos humanos significam "igualdade de direitos" ou de tratamento para ricos e pobres, brancos e negros, etc. Logo atrás, para 20%, o conceito se refere a direitos de criminosos ou bandidos.

<sup>293</sup> Disponível em: <<https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/>>.

<sup>294</sup> Marielle Franco foi vereadora da câmara do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), assassinada em 14 de março de 2018 no carro onde estava, quando 13 tiros atingiram o

ativistas e as tentativas de flexibilizar o acesso a armas para a população. O próprio presidente da república é responsável por agressões e ataques a ativistas de direitos humanos e, inclusive a jornalistas, como já demonstramos.

---

veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Mulher negra, foi presidente da Comissão da Mulher da Câmara. Era socióloga com mestrado em Administração Pública. O caso ainda permanece sob investigação. Embora PMs e ex-PMs envolvidos no assassinato estejam presos, os mandantes do crime ainda não foram punidos. Mais informações em: <<https://www.mariellefranco.com.br/>>.

**Parte Quatro**  
**– Sentidos –**

#### 4 ENCONTROS COM A PRÁXIS JORNALÍSTICA

*“Dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo”.*

Paulo Freire

Compreendemos o jornalismo como processo social inerente à cidadania e aos direitos humanos, tendo em vista a dinâmica da profissão na sociedade, o espaço dado às diversas perspectivas e as disputas narrativas, conforme destacamos nos capítulos anteriores. Nosso quadro teórico-epistemológico nos permite sintetizar que a prática jornalística se ocupa da narração dos fatos sociais de diferentes grupos, o que influencia na construção e na garantia de direitos.

Ao focar na apreensão sobre sentidos de cidadania e direitos humanos entre repórteres, nossa pesquisa se insere na análise sobre o papel do jornalismo na contemporaneidade. Por isso, as entrevistas individuais em profundidade dão grande contribuição a esse propósito. Entendemos como imprescindível, nesta empreitada, a escuta atenta ao que dizem profissionais da área. Indagamos repórteres, neste tempo social específico, com um convite para que as entrevistas fossem uma pausa na dinâmica atribulada de uma redação, para que naquele instante da entrevista tivessem tempo para refletir sobre sua *práxis* (GENRO FILHO, 2012; FREIRE, 2019c).

Sabemos que se trata de um recorte. Suas ideias, sentimentos, modos de atuação e projetos futuros são uma representação da realidade, consciente ou inconsciente (MINAYO, 2016b), um esforço de lançar luz às atitudes e comportamentos destes profissionais, marcados pelos fatores que incidem sobre o final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI.

Hibridizamos a entrevista em profundidade com aspectos da entrevista narrativa a fim de privilegiar o relato de experiências de repórteres (JOVCHELOVTICH; BAUER, 2015). Compreendemos que o mundo social de jornalistas – atravessado por inúmeras transformações, como discutimos no Capítulo 2 – diz também sobre suas construções enquanto sujeitos em uma profissão cada vez mais jovem, dinâmica e permeada pelas questões de gênero, classe e raça, tendo em vista a mudança no perfil de jornalistas, como mostram as pesquisas consultadas (MICK; LIMA, 2013; VEIGA DA SILVA, 2014; 2019; ADGHIRNI, 2017).

Nossa primeira indagação foi: *O que é o jornalismo para você?* A partir desse questionamento abriu-se toda uma chave de encadeamentos sobre os temas aqui



colocados, já que a profissão de jornalista tem como pressuposto lidar, constantemente com a cidadania, os direitos humanos e a democracia, como procuramos elucidar nos Capítulos 1 e 2.

Diante da questão *O que é o jornalismo?* pudemos nos aproximar do multifacetado espectro de opiniões, visões de mundo, crenças, valores e motivações em relação a contextos sociais específicos dos assuntos em questão, possibilitado pela entrevista dialógica sugerida por Gaskell (2015). Partindo dos atos de fala, como sugere Motta (2013), é possível recuperar as atualizações culturais ou ideológicas processadas a partir das *estórias* de repórteres.

Vladimir<sup>295</sup>, que tem mais de 20 anos de experiência como repórter, explica que jornalismo é fundamentalmente prestação de serviço para sociedade, no sentido de proporcionar que as pessoas compreendam melhor o mundo onde vivem, como ele funciona e quais direitos e deveres elas têm. “Uma das maneiras de fazer isso é fiscalizar o poder público, além de cobrir o que há de mais factual do dia a dia” (informação verbal)<sup>296</sup>. Para ele, que atua nas editorias Cidades e Cotidiano, pessoas com mais informação podem tomar decisões melhor embasadas.

Gisela<sup>297</sup>, repórter de Geral<sup>298</sup>, também considera o jornalismo uma atividade de fundamental importância, que consegue mediar informações e discursos:

Quando eu falo de mediação, essa possibilidade de dispor e disponibilizar informações, a ponto de gerar comunicação, fazer com que as pessoas saibam de determinados fatos, acontecimentos e aí possam, enfim, refletir, conversar sobre isso, interagir sobre isso. E de visibilizar realidades, a possibilidade mediar coisas que a gente não está vendo, não tem como acompanhar localmente, presencialmente, e a gente fica sabendo, por que é uma demanda, uma necessidade de informação, uma demanda que a gente tem de comunicar (informação verbal)<sup>299</sup>.

João Paulo<sup>300</sup> define o jornalismo como uma tarefa que julga essencial para as sociedades. Para ele, que cobre Cultura, é como se a comunidade estivesse falando sobre si mesma. O jornalista seria essa pessoa que se capacita – por meio de técnicas – para falar, noticiar, entrevistar, apurar, juntar e passar informação. “O

---

<sup>295</sup> Pseudônimo.

<sup>296</sup> Entrevista concedida à autora na recepção da redação em que o repórter atua, em 15 de janeiro de 2019.

<sup>297</sup> Pseudônimo.

<sup>298</sup> Departamento, equipe ou editoria jornalística dedicada à cobertura de assuntos diversificados presentes no cotidiano das cidades.

<sup>299</sup> Entrevista concedida à autora no saguão de um café, em 30 de junho de 2018.

<sup>300</sup> Pseudônimo.

jornalismo é uma maneira de se passar informações da sociedade, uma maneira da sociedade se ver. [...] É a própria sociedade espelhando a si mesma” (informação verbal)<sup>301</sup>. Todavia, é uma tentativa, visto que a metáfora do espelho, já discutida nas teorias do jornalismo (TRAQUINA, 2012), evidenciou que esse espelho tem múltiplos reflexos, justamente porque a imagem da realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMANN, 2001) a partir de inúmeros agentes.

Antonietta<sup>302</sup>, por sua vez, está atenta a essa pluralidade e entende o jornalismo com um grande papel social, no sentido de levar a informação e de formar opinião. “De trazer olhares plurais, outros pontos de vista” (informação verbal)<sup>303</sup>. Ela, que é recém-formada e atua em um coletivo de jornalistas, ressalta que – diferente da mídia hegemônica – seu ambiente de trabalho busca pautas que muitas vezes não são consideradas pela grande mídia. Pondera que o jornalismo tem grande responsabilidade no imaginário e na formação de pensamento crítico. “Eu acho que o pensamento crítico é uma das formas de transformação social, é uma esfera da transformação social. O jornalismo comprometido consegue minimamente fazer isso” (informação verbal).

Com quase 30 anos de carreira, Carmen<sup>304</sup>, que cobre Cidades com foco em Economia e Política, considerou a pergunta complexa. “Neste momento o jornalismo é mais do que fundamental. Ele está sob ataque, mas eu acho que ele está sob ataque justamente pelo papel que ele exerce, de fiscalização” (informação verbal)<sup>305</sup>. Assim como Antonietta, Carmen também avalia que o jornalismo é importantíssimo, do ponto de vista sociológico, para a formação de uma sociedade e para a defesa da democracia, tal como evidenciaram Karam (2004) e Christofolletti (2019a).

Cecília<sup>306</sup> cobre Segurança Pública e vê o jornalismo como uma arte. “De você mostrar para população o que vem sendo feito ao seu redor, ajudá-los a enxergar o que não é verdade e o que vem sendo feito e não sendo feito” (informação verbal)<sup>307</sup>. Segundo ela, trata-se de um papel muito difícil porque o jornalista precisa enxergar os dois lados de uma situação. Ela ilustra seu entendimento a partir de um exemplo,

---

<sup>301</sup> Entrevista concedida à autora em uma lanchonete, em 9 de fevereiro de 2019.

<sup>302</sup> Pseudônimo.

<sup>303</sup> Entrevista concedida à autora em um café, em 14 de janeiro de 2019.

<sup>304</sup> Pseudônimo.

<sup>305</sup> Entrevista concedida à autora por videoconferência, em 16 de janeiro de 2020.

<sup>306</sup> Pseudônimo.

<sup>307</sup> Entrevista concedida à autora por videoconferência, em 24 de dezembro de 2019.

baseado em sua rotina de repórter. Um *office boy* foi atropelado e arrastado por agentes da secretaria de trânsito por uma grande distância:

O caso do motociclista me revoltou muito, porque ele é um menino carente que arrumou uma forma de trabalhar. Ele estava juntando dinheiro para poder tirar a habilitação, não extingue o fato de ele estar irregular, de ele estar sem habilitação pilotando uma moto, que poderia acontecer um acidente, mas por outro lado, nós temos uma médica aqui que atropelou um verdureiro que estava atravessando a rua. Ela bebeu. Ela fugiu para o condomínio dela de rico, entrou lá. Não ficou nem dois dias presa, a secretaria não arrastou ela, não bateu no carro dela e arrastou (informação verbal).

Por isso Cecília considera a apuração essencial, pois é ela que dará os detalhes dos fatos para que as pessoas possam tirar conclusões, ou mesmo se revoltar, como foi seu caso diante da situação da médica alcoolizada: “Ela matou o verdureiro, aí como desculpa ela disse que achou que era um cachorro” (informação verbal).

Clarice<sup>308</sup>, do mesmo modo, ressalta que jornalismo é uma função social, uma profissão que precisa ser exercida com inteligência, coragem e honestidade. Para ela, que se dedica ao jornalismo de dados para todas as editorias do veículo em que atua, essas três características são as mais importantes, mas inclui na lista também o fato de não ter o direito de ser ingênua e de ser imprescindível saber algumas noções básicas de direitos, de estatística e de justiça social:

É uma profissão que permite conhecer uma amplitude da sociedade muito grande. No mesmo dia você pode estar cobrindo uma pauta e conhece muito da realidade triste e difícil das pessoas mais humildes. Nesse mesmo dia você vai fazer a cobertura e vai numa reunião no hotel, você vê de perto as figuras de poder, as figuras de muita riqueza, etc... Então você também é uma pessoa que tem que ter até uma espiritualidade equilibrada para assistir tudo isso e conceber que a realidade do mundo seja essa (informação verbal)<sup>309</sup>.

Patrícia<sup>310</sup> diz que jornalismo é usar a expertise profissional para repercutir no ambiente em que atua. “Você vai fazer isso sendo a interface entre aquele local, aquela situação e o que você entrega para os seus leitores, telespectadores seja como for” (informação verbal)<sup>311</sup>. Ela, que se dedica também a projetos e reportagens especiais, vê o jornalismo como se ela fosse os olhos do que está pesquisando naquele momento. “Eu vou ser a ponte” (informação verbal). Desse modo, Patrícia

---

<sup>308</sup> Pseudônimo.

<sup>309</sup> Entrevista concedida à autora em um auditório, em 30 de junho de 2019.

<sup>310</sup> Pseudônimo.

<sup>311</sup> Entrevista concedida à autora no saguão de um café, em 30 de junho de 2018.

ênfatiza que é também um exercício de olhar, tal como sugere Medina (1982; 2006; 2016), já que o interesse de jornalistas deve recair, na opinião dela, sobre questões que precisam ser transformadas, principalmente porque não estão sendo olhadas:

Essa necessidade de o jornalismo existir, é principalmente para interferir, se preocupar, investigar, com o que ninguém está fazendo ou com o que não está sendo feito suficientemente e por isso persiste. Como geralmente as populações mais invisíveis são justamente as mais excluídas, esse sempre foi meu foco de atuação, então ele meio que, muda de questão de gênero, infância, corrupção, seja como for, fome, pobreza, cidadania. São locais que têm pouca luz, ou que a luz existe, mas não está sendo suficiente para transformar aquela realidade, então vai ser sempre o meu ponto de interesse (informação verbal).

Luiz<sup>312</sup> cobre a editoria de Cidades e não concorda com o axioma jornalístico de dar voz. Ele acredita que é papel do jornalismo visibilizar, ou seja, o jornalista deve ser um instrumento de visibilidade. “A gente tem esse poder e a gente precisa aproveitá-lo, de uma forma ética, responsável, democrática, seguindo os valores dos direitos humanos e olhar para o lugar onde vive a partir disso” (informação verbal)<sup>313</sup>. Afirma que não se pode perder de vista aqueles que têm os direitos violados, por isso acrescenta que o jornalismo é também questionamento e atenção redobrada com as fontes oficiais. Explica seu posicionamento sobre dar voz:

Essas pessoas têm vozes, elas produzem sobre sua região, elas falam sobre... elas publicam, elas discutem, elas se articulam, elas se organizam, elas estão organizadas. Elas são pessoas que vivem à margem de rios, por exemplo, contra multinacionais, podem ser eliminadas do processo a qualquer momento e elas estão organizadas para isso, para combater isso. Então elas têm vozes. O nosso papel não é dar voz para elas, é ouvi-las e trazê-las para o nosso ambiente, para o nosso contexto, para nossos jornais, para os nossos debates, para nossos eventos. Eu falando [do ponto de vista] de quem mora numa capital. Então é isso, acho que visibilizar é o nosso papel enquanto jornalista (informação verbal).

Eugênia<sup>314</sup> cobre Meio Ambiente, Ciência e Conflitos na mídia alternativa e considera o jornalismo um sacerdócio, uma maneira de viver. “Tem determinadas coisas que a gente não pode esperar, porque o mundo depende disso” (informação verbal)<sup>315</sup>. Na opinião dela, se o jornalista fecha os olhos, pode ser que alguma

---

<sup>312</sup> Pseudônimo.

<sup>313</sup> Entrevista concedida à autora em um café, em 29 de junho de 2019.

<sup>314</sup> Pseudônimo.

<sup>315</sup> Entrevista concedida à autora por videoconferência, em 23 de dezembro de 2019.

injustiça aconteça. “A gente tem que ficar sempre vigilante. A gente não pode se dar o luxo e descansar” (informação verbal).

Sonia<sup>316</sup>, que se dedica à editoria de Esportes, acredita que o jornalismo se pauta pela isenção, porque cada profissional vem com uma carga de conhecimento, de expectativa, enfim, de vários sentidos da vida de cada jornalista. Sugere que é preciso abrir mão de todos esses conceitos e focar na notícia. “Parece fácil, mas para mim por toda minha experiência, eu acredito que não seja” (informação verbal)<sup>317</sup>. Ela observa muitos profissionais trazerem consigo toda uma concepção junto com sua prática jornalística, por isso defende que a melhor forma possível é ter postura isenta e conseguir impactar de alguma forma. Ao refletir um pouco sobre isso, ela considera esses dois movimentos complexos e até contraditórios. “Lógico, eu tenho isenção sobre os fatos, mas tento passar um pouco da emoção” (informação verbal).

Reflexão semelhante tem Audálio<sup>318</sup>, que cobre Cidades em um veículo especializado e trabalha na modalidade *home office*. Para ele, jornalistas devem conseguir atingir duas perspectivas principais:

Uma é você conseguir mediar, levar informações do que acontece, informar a população, tentando buscar aquela imparcialidade que a gente sabe que é impossível por completo, mas tendo ela como meta. A gente tenta buscar essa imparcialidade para tentar levar para as pessoas as informações com diferentes posições, com diferentes pontos de vistas, da maneira como a gente acha que seria mais próximo à realidade. Eu acho que isso é um ponto. Um outro ponto é o nosso papel como jornalista, o papel do jornalismo como parte fundamental do processo de democracia, no sentido de você questionar, de você mostrar o que está escondido, de você publicar o que os outros não querem que você publique, de você levar para a população, mostrar para a população o que está acontecendo nos bastidores, nas entrelinhas, nos locais onde as pessoas não conseguem chegar e ver por conta própria. Então eu acho que é um mecanismo fundamental dentro desse processo (informação verbal)<sup>319</sup>.

Audálio acredita que essas duas características profissionais, embora diferentes, acabam se encaixando, se entrelaçando. Enfatiza o papel de denúncia, de investigação, como um pilar jornalístico, mas que muitas vezes é mais reconhecido a partir da fama e do *glamour* de alguns profissionais, quando isso também pode ser realizado por jornalistas anônimos, mesmo em pequenos veículos.

---

<sup>316</sup> Pseudônimo.

<sup>317</sup> Entrevista concedida à autora na sala de reuniões da redação em que a repórter atua, em 20 de dezembro de 2019.

<sup>318</sup> Pseudônimo.

<sup>319</sup> Entrevista concedida à autora em um café, em 30 de junho de 2019.

Fazem nas suas cidades, em seus municípios, em seus bairros, comunidades, Estados, à medida que você questiona um portal de transparência da prefeitura, a forma como eles estão utilizando os recursos, coisas que aquela comunidade ou aquela cidade precisa saber, precisa mudar, você está fazendo um desses dois principais papéis do jornalismo também (informação verbal).

Salientamos que as pessoas entrevistadas trazem a isenção e a imparcialidade como ideais da profissão – pontos de acaloradas discussões na prática e na teoria do jornalismo. Sobre o tema, Motta (2013) adverte que a narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Ao narrar, profissionais conjugam informações objetivas e matizes subjetivas. Como destacam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 67), em se tratando de argumentação e envolvimento, “ser imparcial não é ser objetivo”. Portanto, trata-se de um processo de mediação de informações em que os narradores assumem uma posição diante do objeto observado, conforme aprofundaremos adiante.

Afonso<sup>320</sup> cobre Geral e distingue sua concepção de jornalismo na teoria e na prática, principalmente antes e depois de ser jornalista. Explica que quando sonhou com o curso, imaginava que poderia contribuir para a mudança social de alguma maneira:

Sinto que a gente pode fazer isso, porém, a gente não consegue fazer isso na prática devido às questões empresariais. Isso frustra muito, não só a mim, como eu percebo em muita conversa com colegas. Isso é algo que já ouve recorrentemente de que: “Eu prestei vestibular para jornalismo, sonhei em ser jornalista para dar uma contribuição, mas quando você está na prática de fato, tem que apagar uma matéria aqui por conta disso, mudar outra coisa, enfim, os interesses externos”. Isso então define a diferença para mim, o que é o jornalismo. O fato de não poder executar a profissão plenamente (informação verbal)<sup>321</sup>.

Para ele, o jornalismo deve, prioritariamente, informar, especialmente nesses tempos de desinformação. Afonso, que atua em um conglomerado midiático, vê o momento de intensas transformações a que o jornalismo está submetido como pano de fundo de sua percepção<sup>322</sup>. As contradições apontadas por Afonso são destacadas por Moretzsohn (2019). O objetivo do repórter – seu sonho como jornalista – permeia

---

<sup>320</sup> Pseudônimo.

<sup>321</sup> Entrevista concedida à autora na recepção de um hotel, em 8 de fevereiro de 2019.

<sup>322</sup> Os constrangimentos e as transformações a que jornalistas são submetidos aparecem, de alguma forma nas falas de todas as pessoas entrevistadas. Os temas serão retomados posteriormente nas seções 4.2 e 4.3.

o que a pesquisadora chama de *nobres ideais*, no entanto, o pano de fundo apresentado pelo profissional configura os *interesses mesquinhos*<sup>323</sup> das empresas jornalísticas a que os repórteres estão submetidos.

Joel<sup>324</sup>, repórter de Cidades com mais de 20 anos de experiência, também considera essa contradição e a mudança de paradigma.

O jornalismo sofreu uma transformação. Eu tenho dito isso. Sofreu uma transformação nos últimos anos. A gente antes trabalhava no jornalismo com isenção, sempre colocando a isenção em primeiro lugar. Hoje em dia sem isenção também. Ela foi meio abandonada pelos veículos tradicionais de comunicação, sabe, que para sobreviver no mercado tiveram que priorizar os interesses comerciais (informação verbal)<sup>325</sup>.

Joel e Afonso relacionam a interferência ao papel do jornalismo devido à proximidade dos veículos com os poderes econômicos e políticos, sobretudo nos grandes grupos de comunicação, como é o caso do ambiente em que trabalham, fato que Singer (2001) e Herrmann (2016) apontaram ao denunciar o coronelismo eletrônico nas concessões de rádio e TV no Brasil. Esse coronelismo contemporâneo está presente em alguns conglomerados midiáticos (que congregam vários tipos de mídia em um mesmo grupo de comunicação) como demonstrou a pesquisa sobre a democratização da mídia brasileira (MEDIA, 2017).

Além dessa influência, Joel também aponta a mudança no público, já que o jornalismo deve reportar os fatos que interessam à maioria das pessoas. “Os acontecimentos diários, que antigamente chamavam muita atenção da população, hoje já não chamam mais tanta atenção” (informação verbal). Ele exemplifica que muitos fatos são conhecidos e divulgados pelo próprio público a partir de seus *gadgets*, o que modifica o interesse público.

Já para Alberto<sup>326</sup>, que atua há quase 40 anos como repórter de Política, o jornalismo está se profissionalizando mais. “A gente tem um cuidado maior na apuração, no sentido da precisão” (informação verbal)<sup>327</sup>. Ele explica que isso se dá ao fato de, no passado, o jornalismo dar grande espaço à opinião do repórter. “Hoje ele é mais objetivo, mesmo uma matéria longa tudo que está ali é informação, é

---

<sup>323</sup> Grifos da autora.

<sup>324</sup> Pseudônimo.

<sup>325</sup> Entrevista concedida à autora no deck da redação em que o repórter atua, em 16 de agosto de 2019.

<sup>326</sup> Pseudônimo.

<sup>327</sup> Entrevista concedida à autora no apartamento que o repórter ocupava, em 29 de junho de 2019.

resultado de uma apuração rigorosa, não é? Em todos os veículos, na TV, no impresso, no online” (informação verbal).

Por outro lado, João Paulo lembra do papel educacional do jornalismo, de informar cidadãos, tornar as informações acessíveis. “Eu, no meu fazer jornalístico, tento ser um pouco didático em esclarecer algumas coisas, quando eu me deparo com matérias que envolvem leis, eu tento destrinchar a lei para a pessoa entender” (informação verbal). Segundo ele, a partir de informações contextualizadas, a população pode cobrar.

É interessante notar que as percepções de repórteres são complementares em alguns pontos e, em outros, totalmente opostas. Além da consonância de *informar a sociedade* como *papel social* central da tarefa de jornalistas, analisamos que os profissionais consideram o jornalismo um *instrumento de visibilidade fundamental*. Nesta mesma perspectiva, aparecem a *vigilância*, o *exercício do olhar para fiscalizar o poder público* ou para a *transformação social*.

Observamos que, como instrumento de visibilidade o jornalismo deve focalizar nos invisibilizados, ou seja, adotar um ângulo e estratégias para *interferir na realidade*. Esse *compromisso* é conflitante com a perspectiva de *isenção* ou de *imparcialidade*, ainda que estejam relacionadas à *objetividade* e à *precisão*.

Portanto, há aqueles repórteres que reconhecem suas subjetividades e delas impulsionam seu *fazer jornalístico*, enquanto alguns evidenciam a tentativa de distanciamento para relatar a *realidade* social. Nesse aspecto, retomamos o exposto no Capítulo 2 sobre a objetividade positivista, que prevê o apagamento subjetivo (MEDINA, 2006). Por outro lado, o pensamento complexo (MORIN, 2006) ao qual nos filiamos, opõe-se à simplificação e destaca a inseparabilidade entre objetivo-subjetivo a partir de uma perspectiva integralista de observação, o que inclui o incerto, o ambíguo, o contraditório.

Ao pensar a objetividade na comunhão com a subjetividade, aderimos às reflexões de Medina (1982; 2003; 2008; 2016); Veiga da Silva (2014; 2019); Moraes (2019); Abramo (2006); Genro Filho (2012), Ijuim (2005) e Karam (2004) sobre a objetividade no jornalismo. Compreendemos que a subjetividade colabora com a *práxis* de um jornalismo mais integral e se situa em critérios também objetivos, como elenca Moraes: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante; na necessidade de entender como essas questões se traduzem nas



peessoas; na busca por desnudar representações previamente dadas e; “finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular” (MORAES, 2019, p. 417).

Para Abramo (2006), o jornalismo não deve ser imparcial, isento ou neutro diante dos fatos da realidade, isso porque “as informações, obviamente, não são puramente objetivas, sequer imparciais ou neutras” (GENRO FILHO, 2012, p. 153). Abramo defende que o jornalismo deve ser objetivo, já que objetividade é uma categoria gnoseológica e epistemológica, mais que deontológica ou ontológica. “A objetividade tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito observador e o objeto observável (a realidade externa ao sujeito ou externalizada por ele), no momento do conhecimento” (ABRAMO, 2006, online). Nesse aspecto, o autor julga ser fundamental assinalar que os meios de comunicação podem trazer opiniões – o que é, inclusive, recomendado nos espaços a elas dedicados – o problema está na inversão da opinião pela informação, ou seja, na opinião transvestida de informação com finalidade de manipular<sup>328</sup>. A possibilidade de manipulação, por sua vez, decorre da relação entre o objetivo e o subjetivo, que está na essência da informação jornalística (GENRO FILHO, 2012).

Assim, ao mencionarem a imparcialidade e a isenção como pressupostos da responsabilidade jornalística, talvez os repórteres tenham em mente o receio da manipulação. Genro Filho adverte que “os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico-social, não são puramente objetivos” (2012, p. 45). Isso porque não se trata apenas de um fato – descolado de sua totalidade – mas de um *fenômeno*, uma *pluralidade de fatos*, como explica o autor. A subjetividade é, portanto, um pressuposto necessário, do mesmo modo que a objetividade.

Para situar a escolha jornalística entre o relevante e o dispensável socialmente, repórteres operam a objetividade como algo construído subjetivamente (KARAM, 2004). Desse modo, o compromisso social de jornalistas se dá, justamente, tendo o relato objetivo como preocupação, quando “o aprimoramento dos sentidos e a elevação da sensibilidade do sujeito, ao contrário, permitem-lhe também a elevação de sua capacidade intuitiva, o que contribui com suas habilidades para observar e se expressar” (IJUIM, 2005, p. 39). A prática jornalística, enquanto narrativa cotidiana – como a consideramos – pressupõe o movimento orgânico do *ser repórter* em sua

---

<sup>328</sup> Conforme Abramo (2006), essa inversão configura um padrão de manipulação. Assume, assim, caráter abusivo ao substituir a realidade.

intersubjetividade diante do mundo que narra a partir de seu olhar atento e objetivo sobre os fatos sociais.

Tendo feito essas considerações iniciais apresentamos, de forma visual, os sentidos de jornalismo evidenciados pelos repórteres.

Figura 2 – Sentidos de jornalismo



Fonte: A autora (2020)

A partir das entrevistas, nossa tarefa foi de tecer as *intrigas* (RICOEUR, 1990), ou seja, revelar os sentidos dos atos de fala (MOTTA, 2013). Notamos que as diversas nuances sobre o que pode ser a prática jornalística se dão em uma profissão conhecida por se constituir em uma tribo que fala o *jornalês* (TRAQUINA, 2013). Assim, ainda que o grupo de profissionais atenda à função de jornalista, podemos dizer, inicialmente, que a variabilidade de responsabilidades, linhas editoriais, tipos de veículos e grupos de mídia, colaboram no multifacetado entendimento sobre a profissão.

É consenso a relação do *jornalismo* com a *sociedade*, ainda que os direitos, a cidadania e a democracia apareçam timidamente na abertura de nossa conversa com as pessoas entrevistadas. A relação do jornalismo com esses temas se acentua quando os provocamos a tratar, especificamente dessas temáticas, como destacaremos a seguir.

Salientamos que, no decorrer das entrevistas, a experiência pessoal e profissional de repórteres também se mostra determinante para a conformação de sua postura diante da atribuição do jornalismo. Pouco a pouco, vão sendo relevadas suas subjetividades, suas narrativas e metanarrativas.

#### 4.1 TECENDO A TRAMA: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Ainda que as respostas sobre jornalismo contemplassem o imbricamento latente com a responsabilidade profissional de informar a sociedade, ao questionarmos os repórteres sobre cidadania percebemos um permanente incômodo. Grande parte das pessoas entrevistadas demonstrou dificuldade de tornar mais nítidos os sentidos que envolvem o ato de ser cidadã ou cidadão. Para repórteres, que lidam com a concretude da rotina, o cotidiano das pessoas, a aproximação com o tema de forma mais palpável se insinuava evidente. Porém, frente a frente, nos deparamos com uma densa névoa que se colocava diante de nós.

Um silêncio desconcertante tomava conta dos locais onde realizamos entrevistas: redações, cafés ou as próprias casas de repórteres deram espaço a pausas reflexivas. “*Cidadania? Eu não sei*”, cheguei a ouvir. Muitos, inclusive, comentaram sobre esse desconforto ao final da entrevista – quando oferecemos a possibilidade de acrescentarem algo que não foi abordado – discussão que apresentaremos mais detalhadamente na seção 4.5.2, embora alguns repórteres já tenham comentado sobre esse embaraço durante a resposta à questão.

Motta lembra que todo relato narrativo é um permanente jogo entre os efeitos de real e efeitos de sentido exacerbados pela linguagem. “As narrativas realistas utilizam uma linguagem referencial para vincular sempre os fatos ao mundo físico, mas cria incessantemente efeitos catárticos” (MOTTA, 2013, p. 196). Para algumas pessoas a resposta soava mais automatizada, mas ainda assim mostrava-se provocativa, como foi o caso de Alberto, do alto de suas quatro décadas lidando com o tema cotidianamente:

A cidadania? Eu acho que a cidadania é isso: é você proporcionar, não só de uma forma paternalista, mas formar as pessoas para que elas possam viver dignamente, para que elas possam ter uma condição de vida confortável, possam ter acesso à educação, ter saúde, segurança pública. Eu acho que a cidadania é tudo isso, na verdade, não é? (informação verbal).

Apesar de haver um resquício de dúvida ao final, Alberto complementou dizendo que cidadania é o que condiciona a pessoa ter acesso a esses e outros direitos, como respeito à orientação sexual. “Também no respeito à mulher, eu acho que nisso tem havido uma evolução” (informação verbal). Ele segue enumerando que a garantia da cidadania está relacionada a posturas como acabar com o machismo, a homofobia, a intolerância religiosa, o racismo, o preconceito étnico-racial “como se fosse alguém inferior. Se eles têm dificuldade, têm porque não tiveram condições de crescer, porque não tinham recursos” (informação verbal).

Clarice disparou: “Cidadania é a relação que o cidadão tem com a sociedade e o Estado como um todo” (informação verbal). Ela considera que a imprensa é um dos suportes para que essa relação possa existir. “Outros suportes fortes são as leis e algumas regras não escritas que são a tolerância ao outro, a solidariedade entre conterrâneos e coisas que não estão escritas em lugar nenhum, mas que dependem da tal da fé pública, da confiança mínima no cidadão” (informação verbal).

Vladimir destaca que cidadania é a condição de todo cidadão compreender o seu lugar na sociedade como um agente.

Então um cidadão pleno é alguém que tem consciência de seus direitos, mas também dos seus deveres para que a sociedade funcione minimamente bem. Porque às vezes a gente também percebe que o jornalismo tem uma função não só de cobrar o poder público, mas também de apontar para o cidadão o que é responsabilidade dele. Para que a gente consiga viver em sociedade democrática, mais facilmente (informação verbal).

Eugênia diz que cidadania é ter acesso pleno e total a todos os seus direitos, tudo aquilo que está previsto na Constituição. “Você poder comer, você poder morar, você poder viver com dignidade, você ter saúde, você ter educação” (informação verbal), sem isso seríamos animais selvagens, segundo ela.

Antonieta entende que ser cidadã não é somente deter direitos, mas também dar retorno social. Exemplifica com sua experiência de estudante de universidade pública, sobre a difusão de como acessar esse direito. “Eu tenho dever de levar essas informações para outros lugares, para outras pessoas” (informação verbal).

Luiz conta que seu entendimento vem desde a escola, quando aprendemos sobre direitos e deveres. Entretanto, comenta que a noção de cidadania é mutável, se transforma com o tempo a partir das experiências, por isso tem alto grau de abstração.

A percepção de Luiz é ressonante à ideia de *cidadania em construção*<sup>329</sup>, de Manzini-Covre (1995), quando as intersubjetividades se consolidam na ação social coletiva. “A gente tem direito à liberdade, igualdade e diversos outros. Cidadania é ter esses direitos atendidos de alguma forma, primeiramente compreendidos, depois concedidos e quando não forem atendidos, cobrados” (informação verbal).

Patrícia indica que cidadania é o pleno exercício de seu direito de ser. Traz seu entendimento para o palpável dos temas que permeiam sua atuação de repórter:

Se você pensa que tem um garoto na favela que pode ser um presidente da República e ele não vai ser, por que uma bala perdida vai encontrá-lo, quando ele estiver indo para escola, porque um esgoto aberto vai trazer uma doença e ele não vai ser curado, porque ele não vai ter acesso ao hospital, porque o direito à infância dele, a imaginação vai ser violentamente interrompida por um assédio. Você entende? Quer dizer, ausência. Esse ser que vai desenvolver suas potencialidades, que isso só é dado a uma parcela da população. Por isso que cotas é essencial, qualquer política de correção dessa impossibilidade de ser, ela precisa ser defendida, entende? (informação verbal).

Diante disso, exemplifica, a partir da reportagem que havia visto na TV, sobre uma milícia que adulterou bebidas e estava forçando os comerciantes a comprar as bebidas adulteradas. “Quer dizer, você não tem o direito à sua honestidade [...] a gente tem no Brasil, territórios plenos, onde essa cidadania não pode ser exercida. Ou seja, você não tem o direito de ser honesto” (informação verbal).

O posicionamento de Patrícia encontra eco no entendimento da colega. Segundo Sonia, cidadania é o direito da pessoa poder viver em sociedade sem repreensão, “sem medo de ser quem ela é [...] é o direito que as pessoas têm de exercerem a sua vivência, sua essência” (informação verbal). Por isso valoriza a construção dessa relação pelo respeito e pela convivência, a partir de regras, leis e normas. “Mas nada adianta ter essas questões burocráticas, se a pessoa não entender qual é o seu papel na sociedade” (informação verbal).

Carmen destaca que cidadania é um objetivo a ser perseguido porque “todos os cidadãos são iguais, mas uns são mais cidadãos do que outros” (informação verbal). A ironia de Carmen indica que isso ocorre a partir do acesso a determinadas informações e a determinados serviços. “Então no exercício da cidadania, o cidadão se confunde com o bem material” (informação verbal). Para ela, o conceito de cidadania da Constituição é uma coisa, está escrito, mas o exercício da cidadania, o

---

<sup>329</sup> Grifo da autora.

acesso à educação, à saúde, à informação é acessível apenas para quem tem dinheiro.

Cecília tem um ponto de vista semelhante. “Eu acho tão complexo o que é cidadania [...] hoje no Brasil eu analiso que a cidadania existe para quem tem dinheiro” (informação verbal). Para dar concretude ao conceito, ela conta que a polícia fechou uma festa *rave*, cheia de filhos de endinheirados, mas o comandante foi ameaçado.

Tais concepções de subcidadania (SOUZA, 2018) elencadas pelos entrevistados e entrevistadas evidenciam o *desejo de cidadania*<sup>330</sup> como uma *expressão de falta*<sup>331</sup>, conforme já apontaram Cirino e Tuzzo (2016). Também está presente a ideia de que a cidadania pode ser comprada<sup>332</sup>, é privada, disponível e acessível para quem pode pagar por ela, como advertiu Tuzzo (2014).

Para referir-se à cidadania, Afonso explica que vai misturar um pouco com direitos humanos. “Não sei se de fato é, mas acho que a primeira coisa: todo mundo tem que ter acesso aos direitos básicos e isso é imprescindível para mim, moradia, saúde, educação e alimentação. E aí renda, que abrange isso tudo” (informação verbal). Quando as pessoas não têm acesso a esses direitos básicos, segundo ele, não são vistas como cidadãs, são esquecidas.

Todo mundo deveria ser considerado, porque de fato é cidadão, independente das posses que tenha, das coisas que tenha. Porém, é obrigação que essas pessoas tenham acesso ao mínimo, e aí voltando novamente para o jornalismo, o nosso papel é mostrar que existem essas pessoas que não têm esse acesso, tratar delas e reforçar o que elas passam, o que elas não têm e o que elas recebem das pessoas que têm. Então vejo que o Brasil, apesar de eu ter 29 anos, mas o pouco que eu já vi, é um país altamente preconceituoso, elitista e que não considera as pessoas pobres e pessoas que passam fome como cidadãos. [...] Isso vem se agravando com o processo eleitoral e vem cada vez se tornando o que era tido como uma exceção, está se tornando regra com assinatura do governo. A questão dos indígenas, a questão das pessoas sem terras, sem teto, que são cidadãos tanto quanto a gente, obviamente. Isso é uma frase até constrangedora de dizer, porque não tem nem porque pensar que não são. Então a cidadania para mim é isso, é entender que todos são iguais, legalmente falando, que é claro que todo mundo tem sua particularidade, mas que todo mundo tem direito a ter todas as coisas iguais. [...] É dever da cidadania tentar lutar por essas pessoas, com as ferramentas que você tem. A minha profissionalmente, é o jornalismo (informação verbal).

---

<sup>330</sup> Grifo dos autores.

<sup>331</sup> *Idem*.

<sup>332</sup> Registramos que esse raciocínio está atrelado à equivocada ideia de “cidadão de bem” discutida anteriormente. Aqui a expressão pode ser transposta por “cidadão de bens”.

Audálio também relaciona a cidadania à possibilidade de cada pessoa poder fazer aquilo que quer fazer, respeitando o sistema democrático, onde consiga se expressar, respeitando os direitos humanos, a liberdade do próximo.

Patrícia faz uma síntese precisa: “Eu diria que talvez a cidadania é o pleno exercício desses direitos humanos” (informação verbal). Embora outros repórteres tenham feito a vinculação entre cidadania e direitos humanos, Patrícia é a entrevistada que trata dessa inter-relação de modo mais contundente. Ela repete: “É como se fosse assim: um não existe sem o outro” (informação verbal).

João Paulo confessa que nunca pensou sobre isso e nem refletiu muito sobre a questão.

Então acho que eu tenho um conceito bem senso comum mesmo disso, de que cidadania é um conjunto de aspectos, conjunto de deveres e direitos de indivíduos de uma sociedade. Muda de sociedade para sociedade, direitos e deveres de convivência. Eu acho que o indivíduo tem que estar ciente disso, então eu acho que a cidadania é estar ciente disso e atender a isso (informação verbal).

De modo geral, João Paulo comenta que direitos e deveres têm a finalidade de tornar viável a convivência, respeitando as diferenças de cada indivíduo. Enumera alguns direitos, como à informação, à cultura, à alimentação, à educação, à saúde e o dever de manter tais direitos para que sejam cobrados, existam e funcionem.

Ao ser questionado, Joel pede um tempo para pensar um pouco e não falar bobagem:

Eu reclamo dos meus entrevistados que às vezes não tem opinião crítica, e estou eu aqui com dificuldade... Cidadania é ser cidadão, não é? É ter o direito de ir e vir, de estudar, de curtir a cidade, de cobrar as coisas dos políticos. Votar, tem várias situações...Mas eu acho que é mais a questão de se sentir uma pessoa ativa nas questões da sociedade, sabe? (informação verbal).

Foi então que convidamos as pessoas entrevistadas a tratar, especificamente sobre direitos humanos. Patrícia, novamente, é enfática. Explica que não consegue enxergar alguma coerência quando as pessoas falam que direitos humanos são defender bandidos. Ela, que é repórter especial e atua em um projeto jornalístico sobre feminicídio, conta que é comum ouvir: “‘Se o cara estupra ele vai ser estuprado’. Mas você não está entendendo que você vai estar cometendo o mesmo erro?” (informação verbal). A repórter adiciona à reflexão que os direitos humanos são um contraponto para o Estado. “Porque, mesmo aquele bandido mais cruel, ele não pode ser violado

institucionalmente no direito dele. Ele não pode, porque aí vira selvageria” (informação verbal). Complementa:

Eu não tenho a menor dúvida que existem pessoas abomináveis. No nível de psicopatia, de maldade mesmo, de insensibilidade pelo outro. Por exemplo, teve uma coisa que foi uma das primeiras abordagens, que me incomoda muito, é essa coisa do monstro. Eu desconstruo demais isso. Não, principalmente no machismo, não são monstros...Você desumaniza ele. Você entende? “Ele só fez isso... porque ele não é humano”. Não é verdade! Nas questões de gênero mais ainda, porque o cara que mata, é o mesmo cara que é ótimo no trabalho, que é seu *brother*. Ou a gente nunca viu isso ao nosso redor... Não, eu nunca tive por perto ninguém que matou, mas eu já vi homens, que exerciam o poder de uma forma muito cruel sobre suas mulheres. Até porque o feminicídio é o extremo disso. Não está desconectado. Você um dia acorda e vai matar alguém. Você carrega dentro de você, em maior ou menor grau, elementos que vão te levar àquilo, entende? Então é claro, que a brutalidade de você estuprar, arrancar a calcinha, não sei o quê, é claro que é estranho para a gente. Eu entendo, mas a gente tem que combater isso (informação verbal).

Sonia também observa o radicalismo daqueles que declaram que os direitos humanos servem só para proteger quem infringe leis. Ela não concorda com esse posicionamento: “Eu acho muito importante os direitos humanos para assegurar a vida dessas pessoas, por que as pessoas chegaram até aí, talvez na cadeia [...] porque elas talvez não tiveram direito a ser um cidadão com seus direitos plenos” (informação verbal). Para ela, essa plenitude engloba ter direito à educação, à saúde, à moradia. “Para mim, direitos humanos devem proteger todas as pessoas, inclusive aquelas que estão à margem da sociedade que as pessoas acreditam que não sejam, de fato, cidadãs” (informação verbal).

De modo semelhante, Cecília conta que quase não vê direitos humanos respeitados onde vive e atua como repórter. Ela personifica os direitos humanos ao grupo que tenta preservar a cidadania das pessoas encarceradas, as Comissões de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entende que presídios deveriam reeducar, reinserir a pessoa que cometeu delito à sociedade. “Se bem que se for falar de sociedade, hoje ela não está muito bem. Mas os presídios eles não funcionam para isso, porque lá não tem, de fato, nenhum pingão de cidadania” (informação verbal).

O posicionamento das repórteres é um contraponto interessante à pesquisa divulgada em 2019 – abordada como dado contextual no Capítulo 3 – sobre a deturpação do tema que povoa o imaginário coletivo. Vladimir comenta sobre esse fenômeno:



Parece que é uma bola de neve a desinformação sobre o que são direitos humanos. Hoje se tornou consenso, eu acho que dominante na sociedade brasileira, de que é garantia só para bandidos ou criminosos. A gente sabe que não é isso. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos são direitos que são básicos, direito à educação, à saúde, à proteção da infância (informação verbal).

Clarice também registra o movimento anti-direitos humanos que vem crescendo no Brasil e no mundo. Sobre a erupção dessa visão equivocada, no caso brasileiro, ela relaciona diversos fatores, como a situação má resolvida da colonização e os crimes cometidos na ditadura civil-militar, em que os temas ficaram enraizados e latentes. “Ao tentar se fazer esse acerto de contas com o passado, muitas feridas se abriram. Algumas coisas que estavam presas dentro do armário saíram com uma força inédita, e encontraram uma sociedade já com a memória enfraquecida” (informação verbal). A repórter ressalta que tais violações não foram criminalizadas de forma imediata, principalmente as cometidas pelo autoritarismo ditatorial, que são as mais recentes.

O Brasil perdeu a oportunidade de fazer, porque a classe política, muito diversa, estava preocupada, justamente, ao meu ver, em restabelecer a institucionalidade democrática no Brasil e essa era uma prioridade. Ela pecou, aliás, talvez naquele momento não teria força política para tal, com medo de retrocesso imediato. Queria fazer questão de manter a institucionalidade recentemente adquirida. Tinha medo de perder mais uma constituição e, por causa disso, perder essa oportunidade imediata de fazer um projeto econômico de país e um projeto de direitos humanos, um projeto civilizatório de país. Perdeu essas duas janelas importantes que são as duas pernas que estão fazendo falta hoje. Acredito que a falta dessas duas pernas hoje está pesando no fraquejamento da primeira perna institucional, que hoje a gente vê que é a perda da qualidade institucional e democrática no Brasil de três anos para cá (informação verbal).

Vladimir também considera que houve falha de comunicação, de divulgação e de conscientização sobre o que, de fato, são os direitos humanos.

É um conceito que, aparentemente não conseguiu se difundir na nossa sociedade a ponto de que fosse um conceito claro e tivesse imune a essas outras significações. Havia um discurso já, de muito tempo, desde, logo depois da redemocratização, mas é no discurso mais restrito. Há um nicho na nossa sociedade de que direitos humanos era proteger bandido e o que a gente vê é que talvez uma certa frustração da sociedade brasileira com a manutenção da violência, e com a impunidade que a gente sabe que também existe no Brasil. Esse discurso, acho que começou a ganhar corpo. [...] Foi se avolumando e conquistando uma expressão maior na sociedade, nessa combinação da dificuldade de se fazer entender exatamente o que são direitos humanos (informação verbal).

Vladimir complementa, entendendo os direitos humanos como um conjunto de que toda pessoa faz jus, que envolve direitos à serviços, condições básicas de vida, respeito à sua integridade física, à liberdade de expressão, às condições mínimas de qualidade de vida, como saúde, educação, respeito às identidades de gênero e às diferenças de credos e etnias.

Alberto também remete sua análise sobre o tema direitos humanos à época da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), quando atuou como repórter. O foco nesse período ilumina as ações por justiça às prisões ilegais, tortura, desaparecimentos, exílios forçados e censura (que preocupavam a maior parte dos movimentos sociais e políticos que contestavam as ações do governo ditatorial, segundo Vivarta e Canela (2006)), quando essas emblemáticas iniciativas passaram a ser equivocadamente denominadas como “defesa dos direitos de bandidos”.

Alberto lembra, então, que os direitos humanos surgiram das circunstâncias de respeito à individualidade, à liberdade de expressão, ao direito de associação, ao atendimento ao idoso, à criança, ao direito de votar, ao direito a ter direitos. “Tudo é direitos humanos. Hoje a coisa está muito, muito junto. A Declaração dos Direitos Humanos era mais específica [...] então eu acho que hoje o entendimento é mais amplo” (informação verbal).

Clarice traz uma concepção mais formal: “Os direitos humanos são uma lista de itens de cidadania que os países, em dado momento da história do ocidente, do século XX, falaram: ‘não dá para repetir o que aconteceu aí’” (informação verbal). Foi, então, que buscou-se criar uma baliza mínima e os países assinaram essa série de itens chamados direitos humanos, como aponta Clarice, inclusos nos direitos dos cidadãos. “Não sou muito versada nesses dois grupos de direitos, ambos foram assinados nessa convenção internacional” (informação verbal). Clarice aborda os direitos sociais e coletivos e os direitos individuais, que integram as quatro gerações de direitos, abordada no Capítulo 1<sup>333</sup>.

Antonieta também denota o respeito às individualidades. “Independente de qualquer coisa, eu acho que as pessoas não entenderam ainda que você precisa respeitar o outro” (informação verbal).

---

<sup>333</sup> Conforme discutimos na seção 1.1.3 as quatro gerações de direitos são: Primeira geração: Direitos civis e políticos. Segunda geração: direitos econômicos, sociais e culturais. Terceira geração: direitos de solidariedade internacional (desenvolvimento, meio-ambiente e questões bioéticas). Quarta geração: democracia e pluralismo (RADDATZ, 2012; VIVARTA; CANELA, 2006).

Ao abordar o tema, Carmen admite que teme o risco de retrocesso. Sua impressão era de que estávamos vivendo um movimento contínuo de respeito aos direitos humanos, preservação da vida, de abertura. Diz ela, de repente:

Pá, arrebentou! Pessoas que estavam reprimidas nas redes sociais... Pessoas que tinham vergonha de demonstrar alguma opinião, até porque elas estavam na contramão das leis. [...] De repente elas perceberam que não estavam sozinhas e isso foi legitimado no voto. As pessoas estão mais à vontade, então tem uma agressividade maior na rua... Desrespeito maior à vida. [...] Isso está explícito em números, não é uma opinião (informação verbal).

Carmen se refere aos crimes de ódio oriundos do confronto entre visões identitárias de que tratamos anteriormente (ABRANCHES, 2019; SANTOS, 2001; 2009), e que representam uma nova forma de polarização. Como bem aponta Carmen, o fenômeno deixa a imaterialidade das redes e vai para a concretude das ruas o que possibilita – assustadora e contraditoriamente – uma nova composição de *ágora pública* para deslegitimar a cidadania e os direitos.

Tendo sido ambiente de fortalecimento das lutas sociais, a configuração desse novo espaço público é individualista, egoísta e indiferente, como alertou Dunker (2019). A análise de Dunker sobre o pano de fundo nos ajuda a compreender o relato de Carmen. Segundo o psicanalista, o aumento da percepção social de igualdade, de acesso de novos sujeitos à expressão política e de reconhecimento institucional de excluídos possibilitou que alguns grupos remetessem suas decepções e infortúnios ao “outro”, entendido como excepcionalidade ilegítima. Vale lembrar que Souza (2018) também tensiona esse fato social ao pensar as subcidadanias. Para Dunker (2019), é daí que surge o ódio contra aqueles que teriam “roubado”<sup>334</sup> uma parte dos direitos do grupo que os contestam.

Além de mencionarem a conflituosa articulação entre cidadania e subcidadania, direitos e anti-direitos que aparecem no mundo social, os repórteres também comentaram sobre a indissociabilidade entre cidadania e direitos humanos. Alguns demarcaram essa preocupação espontaneamente, conforme demonstramos até aqui, outros foram convidados a falar sobre essa estreita ligação.

Talvez por isso, ao abordar o tema direitos humanos, Afonso diz que vai fundir novamente aos direitos já elencados quando abordou cidadania, pois não consegue conceber que o ser humano não tenha acesso às quatro instâncias mínimas listadas

---

<sup>334</sup> Grifos do autor.

por ele: saúde, alimentação, educação e moradia. “Seriam pessoas indigentes, não tem cabimento isso, é algo que é impensável” (informação verbal). Segundo o repórter, a má distribuição de renda diz muito sobre esse contexto. Então uma “distribuição de renda mais igualitária diminuiria esse problema e traria um pouco de dignidade, acho que a palavra é essa, a esses humanos que não estão tendo seus direitos, fazendo um paralelo com a palavra” (informação verbal).

Alberto também não diferencia. “São nomenclaturas...O que é cidadania? É o direito de você como cidadão. E direitos humanos? É você como humano” (informação verbal). Inclusive, durante a entrevista conversamos sobre a cidadania dentro da perspectiva do Estado-nação, conforme sugerem Botelho e Schwarcz (2012), ou seja, cidadãos dentro de um espaço sociogeográfico, onde detêm direitos e deveres específicos (PINSKY; PINSKY, 2008).

Também comentamos sobre os direitos humanos como condição para a construção de uma cidadania global, ou seja, assegurados internacionalmente. “É uma questão conceitual, um pouco complicado de botar limites. Até onde vai um, até onde vai o outro” (informação verbal), indagou Alberto. Nesse prisma, ressaltamos que os direitos humanos devem ser observados como o conjunto articulado e interdependente dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, fundados no princípio de internacionalização, de acordo com Mondaini (2009).

Antonieta, da mesma forma, entende que não existe cidadania sem direitos humanos. “Cidadania é um lugar que não tem tanto espaço como os direitos humanos. Eu acho que os direitos humanos têm uma proporção maior, embora a gente não entenda exatamente o que são direitos humanos... e nem cidadania” (informação verbal). Cecília segue a mesma linha de raciocínio: “Eu acredito que os direitos humanos atuem para garantir a cidadania do indivíduo. Aqueles direitos primordiais, primários” (informação verbal).

Eugênia conta que cidadania e direitos humanos caminham juntos. “Nunca tinha parado para pensar. Para mim são como se fossem sinônimos” (informação verbal). De acordo com João Paulo, é como se os direitos humanos estivessem embutidos na cidadania, mas faz uma distinção: “Quando eu falo de cidadania, envolve direitos e deveres. Direitos humanos eu vejo só como nossos direitos, não vejo pelos deveres” (informação verbal).

Para Vladimir, são conceitos muito próximos. O repórter enfatiza que para ser um cidadão pleno é preciso haver a garantia de direitos. “Sem isso não dá para

chamar uma pessoa de cidadã com todas as letras” (informação verbal). Salienta que essa garantia depende da prestação de serviços públicos de qualidade.

Da mesma forma, Luiz destaca a inseparabilidade desses dois campos, mas comenta que a atenção aos direitos humanos envolve maior sensibilidade “porque a gente tem direito de ser igual, mas somos muito diferentes” (informação verbal). Assim, acredita que para a garantia dos direitos humanos é preciso compreender essas particularidades e especificidades do que é diferente e do que pode ser uma violação.

Sonia pondera que a garantia da cidadania e dos direitos humanos, indissociáveis, trata de uma questão ainda mais complexa: não basta estarem apenas no papel. Menciona, desse modo, a dicotomia entre leis e garantias de que tratou Mondaini (2009). Ao situarem a necessidade de concretização da cidadania e da democracia para além de tratados e ideias (SCHWARCZ; STARLING, 2015), muitos repórteres incluem o jornalismo como elemento primordial. Consideram a narrativa jornalística um elemento de cobrança e manutenção de estruturas que garantem esses direitos, como trataremos adiante.

Para a análise, nos centramos entre o desejado e o concreto, o manifesto e o latente, o texto e o contexto (GOMES, 2016). Assim, insurgem as metanarrativas sobre cidadania e direitos humanos.

Da mesma forma que o jornalismo é interrelacionado à sociedade, os sentidos de cidadania e direitos humanos que emergem dos relatos de repórteres também se ancoram nesse *lugar social*.

A seguir, a apresentação visual de nossa análise a partir das entrevistas.

Figura 3 – Sentidos de cidadania e direitos humanos



Fonte: A autora (2020)

Destacamos que os sentidos de *ausência* e de *respeito* demarcam o ideal de *cidadania plena*, uma preocupação bastante evidenciada pelas pessoas entrevistadas. Elias de Oliveira (2006) observa que a ideia de *cidadania plena* traz em si a cidadania como privilégio além da igualdade, sentido que também se manifesta nas percepções de repórteres como aprofundaremos adiante. Além disso, emergem sentidos sobre *direitos humanos* como *dignidade*, *diversidade* e *pluralidade* no sistema democrático. Na impossibilidade de sua plenitude, inserem o jornalismo como força potencial para alcançá-la, relação que procuramos aprofundar.

#### 4.1.1 Os temas no ideal jornalístico

Conforme foi apresentado até aqui, mesmo que nem sempre explícitos ou de modo consciente, cidadania e direitos humanos aparecem intimamente conectados aos valores ideais da prática jornalística. Além de questionarmos o que são o jornalismo, a cidadania e os direitos humanos, isoladamente, também procuramos entender como os repórteres percebem essa vinculação. Antonieta é sintética: “O jornalismo é uma camada da cidadania” (informação verbal).

Gisela revela que quando pensa em cidadania, pensa em acesso e garantia de direitos. “O jornalismo, por vários meios, consegue viabilizar a cidadania ou, pelo menos, despertar para que as pessoas tenham conhecimento, que seria uma forma de acesso à cidadania” (informação verbal). Ainda que não cite o Código de Ética profissional, ela faz referência ao Artigo 6º do documento ao evidenciar a obrigação jornalística de promoção dos direitos de grupos vulneráveis, como mulheres, população LGBTQIA+<sup>335</sup>, crianças, adolescentes. “Está muito no campo de você conseguir fazer com que essas representações repercutam de uma forma massiva” (informação verbal) ao produzir material jornalístico que dê conta de visibilizar as violências sofridas por essa parcela de pessoas.

João Paulo também faz a vinculação da cidadania ao jornalismo, já que o cidadão é uma pessoa que precisa estar informada, assim como Vladimir, para quem o jornalismo deve apontar problemas de prestação de serviços básicos, que comprometem o exercício da cidadania:

Se reconhecer como cidadão, como pessoa que tem direito de cobrar os governantes, exigir serviços de qualidade, não só do poder público, mas das próprias instituições privadas, que muitas vezes são tratados como consumidores apenas e não como cidadãos [...]. Às vezes a gente foca só no poder público, mas também de orientar e esclarecer qual a relação das pessoas com os serviços privados, que estão cada vez mais frequentes, mais presentes. Então, para exercer essa cidadania, acho que é fundamental também estar bem informado e ter informações corretas sobre a realidade (informação verbal).

Tal constatação encontra ressonância em Carmen, para quem o exercício da cidadania se confunde com seu papel profissional. “Isso fica redobrado quando você é jornalista, porque você sendo jornalista, pode prejudicar uma pessoa. Você pode arruinar a vida de uma pessoa, você pode expor uma pessoa” (informação verbal).

Para Clarice, é preciso criar mecanismos para nutrir os profissionais da imprensa com uma cultura de transparência, cidadania e os valores da Constituição de 1988. Vê que o contexto macrossocial, da educação por exemplo, colabora na tarefa de tornar a relação entre cidadania, direitos e jornalismo mais estreita, especialmente à luz dos preceitos éticos. “Você sempre vai encontrar jornalistas

---

<sup>335</sup> A sigla LGBTQIA+ vem de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agêner e + (Mais) e tem sido adotada internacionalmente. A sigla busca abarcar as diversas possibilidades de orientação sexual. Será apresentada desta forma por nós desde que não esteja na fala dos entrevistados de modo abreviado: LGBT.

brasileiros digladiando sobre essas questões e isso é sinal de que a nossa imprensa está em um processo de amadurecimento” (informação verbal).

Por isso Alberto considera que a questão de relacionar cidadania e direitos humanos de forma consciente à prática jornalística depende menos da formação profissional e muito mais do histórico de vida, das vivências do repórter, independente da editoria em que atua.

Ao reconhecer nunca ter refletido sobre o assunto, Eugênia diz que cidadania e direitos humanos aparecem caminhando juntos na pauta do veículo em que atua. “É de maneira tácita, implícita. É, subentendida, entendeu? A gente vai exercitando, vai praticando. Eu acho que é isso” (informação verbal).

Carmen atribui a perda de espaço de cobertura dos temas de forma mais aprofundada ao enxugamento das equipes. “A gente tem que suar a camisa para fazer tudo. Para fazer essa cobertura que é ampla, são muitos temas... O que a gente tem que colocar é o obrigatório, é o que está acontecendo” (informação verbal).

Luiz concorda, referindo-se à exaustiva rotina de uma redação em tempos de convergência:

O trabalho vai se tornando cada vez mais automático. Falando de internet, por exemplo, ele vai se tornando um trabalho mecânico. É difícil às vezes a gente se pegar saindo do automático, sabe. Então a gente não para para pensar realmente nisso durante o dia a dia, se aparece em assuntos, aparecem em momentos, porque cidadania não é só dar uma matéria de serviço explicando onde vai ter emissão de documento. Esse assunto pode aparecer de muitas formas (informação verbal).

Joel revela: “Daqui a pouco eu estou fazendo as matérias que tem a ver com cidadania, mas nem percebo. O negócio é tão automático. [...] No exercício do dia a dia a gente não tem muito tempo para pensar nisso, sabe?” (informação verbal). Também atribui o fato à política editorial que prioriza a audiência. “As pessoas não dão mais tanta importância para isso [...] ninguém vai ler e se interessar” (informação verbal).

Eugênia, ao contrário, defende que jornalistas precisam ter sensibilidade para perceber a violação de direitos e relatar:

É um indígena que não pode viver na terra dele. É um ribeirinho que está sendo afetado por uma construção de uma usina hidrelétrica. A prioridade é a obra. Não a vida do ribeirinho, não a vida do indígena. Isso é uma violação dos direitos humanos, uma violação em todos os sentidos. É uma violência. E como jornalista a gente não pode fechar os olhos. [...] A gente não tem poder, na verdade, para impedir que esse tipo de coisa aconteça. O nosso



poder é a palavra, não é? É a gente poder falar e se fazer ouvir. É como se a gente virasse porta-voz dessas pessoas (informação verbal).

Vladimir concorda que esse deve ser o foco da cobertura, especialmente por que direitos humanos são um dos temas mais corrompidos nos últimos tempos. “Justamente por essa deturpação do conceito original de direitos humanos, o jornalismo tem uma missão de garantir isso e enfrentar, muitas vezes, uma resistência forte por parte dos próprios leitores” (informação verbal). Ele explica que uma grande fatia do público realmente não compreende e se revolta quando um conteúdo jornalístico aborda a questão.

Patrícia também analisa que os direitos humanos estão completamente distorcidos na atualidade. Por isso defende que é preciso explicitar o tema, ainda que esteja intrínseco ao trabalho jornalístico. “Isso é prestação de serviço, o princípio de direitos humanos é o direito à cidadania” (informação verbal).

Além disso, Gisela levanta o ponto de que há temas incompreendidos e estigmatizados dentro das próprias redações, apesar de serem espaços de informação. Afirma que a pauta dos direitos humanos é um campo de disputa com as chefias. São abordagens que, segundo ela, precisam passar por um convencimento para que ganhem destaque. Há, inclusive, uma negociação do tipo barganha, uma espécie de compensação, com assuntos que são mais refratários. A situação é vivenciada também por Afonso. Ele frisa ser obrigação do jornalismo reforçar o combate aos ataques aos direitos humanos e os ataques à cidadania.

Antonieta acredita que o jornalismo se perdeu um pouco nesse caminho. “Porque a informação não chega para todo mundo ou se chega ela não chega da mesma forma para todo mundo” (informação verbal). Sonia concorda que o jornalismo deve atuar no entendimento do papel social de cada agente da cidadania. Reconhece que nem sempre isso é problematizado na prática jornalística, principalmente no jornalismo factual. Exemplifica:

Se a gente está falando de um jogador que foi contratado isso tem uma questão de cidadania, sim. Está sendo contratado por um clube aqui, ele é de outro lugar, então ele vai trazer a família dele e a família dele vai ter o direito de morar aqui em [Cidade]. Ele vai ser um morador daqui, vai conviver com as pessoas daqui. [...] Por isso que eu digo, é indiretamente. A gente não vai detalhar tudo isso na matéria, mas sim, sempre que a gente está falando de qualquer pessoa, eu acho que está intrínseco que tem cidadania. (informação verbal).

Antonieta complementa que o jornalismo tem uma relação com os direitos humanos em todos os momentos, desde a pauta de cultura até a pauta sobre genocídio. Ainda que essa relação nem sempre seja aparente, os repórteres manifestam o *doxa* (BOURDIEU, 1983), ou seja, os pressupostos tacitamente aceitos de uma profissão que lida com a cidadania cotidianamente. Para além do manifestado, os repórteres reverberam a dinâmica do mostrado-escondido, conforme pressupõe a hermenêutica ricoeuriana da qual bebemos a partir de nossos delineamentos metodológicos, como o fazem Medina (2003) e Motta (2013).

Portanto, avaliamos que no decorrer das entrevistas, nosso diálogo foi se acentuando de modo que o domínio do sentido foi sendo revelado na própria descoberta da *consciência de si* que, de acordo com Ricoeur (1978), é como os sentidos se apresentam gradativamente.

Ao atentarmos sobre a esfera dos direitos na difusão da informação, tocamos em outro elemento essencial, o exercício democrático, tema que trataremos a seguir.

#### **4.1.2 A democracia, por sujeitos democráticos**

A circulação de informações no tecido social é o ponto de partida da experiência democrática. Por sua vez, entendemos a democracia, enquanto experimentação social, como atmosfera para o desenvolvimento e para a proteção da cidadania e dos direitos humanos. A teoria democrática insinua, portanto, uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia (TRAQUINA, 2012). Além do exercício de problematizarmos, junto aos repórteres, os temas cidadania e direitos humanos, indagamos também sobre democracia, tendo em vista ela ser integradora do contexto de exercício de direitos.

Nesse ponto, as percepções de repórteres refletiram o momento atual, conforme discutimos no Capítulo 1. São nítidas as preocupações de nossos entrevistados e entrevistadas quanto ao esfacelamento da experiência democrática na contemporaneidade, justamente porque os episódios de manobras no sistema democrático tornaram-se evidentes com o autogolpe (CERVI, 2016) que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Todos os sucessivos desdobramentos acabaram por colocar no centro do poder – pelos próprios mecanismos democráticos – um representante político que usufrui da democracia apenas enquanto sistema, sem dela assegurar a experiência democrática de garantia

de dignidade, como os ataques e demais comportamentos do atual presidente demonstram.

Justamente por experimentarem esse tempo histórico, em carne e osso, a imersão no tema democracia remeteu a diferentes prismas. Muitos apontaram entendimentos distintos do ponto de vista conceitual e material, como foi o caso de Afonso:

Voltando lá para o termo, a democracia é o governo do povo. Mas aqui no Brasil, de fato, nunca tivemos isso, até porque tivemos uma ditadura muito grande. A democracia tem a minha idade, é do final da década de 80. Mas na teoria, começa com eleger seus representantes, mas que esses representantes representem os anseios da população, uma população que seja a governante. Eles estão lá apenas para organizar, não daria para duzentas e poucas milhões de pessoas estarem decidindo. Então, seja um colegiado das decisões da população. Não é isso que acontece, não. Eu não preciso nem me alongar sobre isso, porque é fato. [...] Claro que o meu anseio pode ser diferente do seu, principalmente num país de população como o Brasil, gigante. São muitos países dentro de um país (informação verbal).

Afonso menciona o perigo do fenômeno conhecido como “efeito de manada”, quando a população, por desconhecimento ou outros fatores, elege representantes que não condizem com seus desejos. “Enquanto não tivermos educação para saber o que, de fato, uma democracia representa, a gente não vai ter uma democracia” (informação verbal).

Vladimir denota que, muitas vezes, se tem um conceito equivocado de que democracia é poder votar, quando é muito mais que simplesmente eleições. Ele explica que um sistema democrático pressupõe que as pessoas possam ter seus direitos respeitados, possam se expressar e façam prevalecer seus pontos de vista, especialmente grupos vulneráveis.

Para João Paulo, há democracia enquanto conceito, o substantivo, e democracia enquanto sistema, o sistema democrático. Ele procura separar o direito de todos se manifestarem, das decisões tomadas pela maioria. Para Audálio, democracia está ligada à liberdade, aos direitos e às condições de igualdade, independentemente da sua orientação, da sua cor, da sua localização. “Então acho que democracia tem a ver com isso, de ter direitos iguais para comunidades e pessoas diferentes” (informação verbal). Também acrescenta que no sistema democrático as pessoas devem ter liberdade para agir e falar o que pensam.

Carmen considera a democracia uma utopia “porque é muito difícil. A democracia tem que ser perseguida porque [...] está sendo atropelada, inclusive nesse

século” (informação verbal). A dificuldade, segundo ela, está na universalidade desse direito no Brasil, onde há grande distância para que seja atingido. Patrícia é aderente a esse posicionamento: “A política é o caminho da democracia e do pleno direito. Claro, uma política mil vezes melhor do que a nossa” (informação verbal).

As falas de repórteres se aproximam de nossa discussão anterior, quando mencionamos as contradições da democracia, ou seja, como o lugar do poder que está vazio e que, por isso, está sempre em disputa (LIMONGI, 2019; LEFORT, 1987).

Alguns repórteres situaram a responsabilidade jornalística inerente à construção do processo democrático. Muitos consideram que a democracia não pode existir sem o jornalismo, como é o caso de Afonso. “Para que tenha a democracia é importante que a imprensa seja livre que faça o seu trabalho, denuncie” (informação verbal). Por não haver democracia plena no país, pelos fatores elencados por ele anteriormente, sugere usar aspas ao se referir à democracia. “Não consigo conceber uma democracia onde as pessoas não têm o direito de saber o que se passa nos corredores de uma casa legislativa, por exemplo” (informação verbal).

Alberto avalia: “não existe jornalismo na ditadura e não existe um regime democrático sem imprensa” (informação verbal). Julga necessário que a mídia fiscalize o governo. “Estou fazendo agora no [governo] Bolsonaro, fiz no governo Temer, Dilma, Lula, Fernando Henrique, Collor, Itamar. Desde Sarney eu faço isso” (informação verbal). Segundo o repórter, é obrigação do jornalista ter uma visão crítica em relação aos governantes.

Vladimir também considera que sem imprensa não há democracia, já que é preciso ter acesso a informações corretas que permitam criar uma visão de mundo baseada na realidade concreta:

Embora a gente saiba que muitas vezes está sujeito a interpretações, diferentes visões, mas um jornalismo profissional livre ele tem muito mais condições de fazer uma leitura mais correta da realidade, do que uma imprensa ligada à determinado partido, à um determinado governo, atrelado a qualquer outro tipo de interesse. [...] Então para ter uma democracia tudo está relacionado com uma imprensa livre (informação verbal).

Clarice observa a relação umbilical entre o jornalismo e a democracia como um grande termômetro social. “Uma democracia com jornalismo fraco é uma democracia frágil também” (informação verbal). E acrescenta: “Se você quer saber

quando um país está degradingolando, veja a maneira como o governo trata os jornalistas daquele país” (informação verbal).

Carmen avalia que jornalistas precisam estar sempre vigilantes, opinião compartilhada por Eugênia. “O jornalismo é um dos pilares da democracia. Eu acho que nós somos um dos agentes, os vigilantes” (informação verbal). Ela também analisa que, normalmente, nos locais onde a democracia está mais ameaçada, jornalistas são os primeiros profissionais a serem perseguidos.

Sobre a relação entre a prática jornalística e o sistema democrático, o jornalismo seria como um sistema dentro de outro sistema na opinião de João Paulo:

Para se conhecer e para acompanhar as coisas para cobrar também, o jornalismo seria o sistema dentro desse sistema maior [...] a sociedade civil organizada. Quando eu falo do cidadão, ele é um indivíduo ciente dos deveres e direitos. Quando ele não é ciente ele desconhece, ele não tem como cobrar. Mas quando ele é ciente, cria nele a vontade de cobrar, o impulso de cobrar, o dever de cobrar. Exigir de todos os indivíduos, do próprio vizinho, dos próprios familiares que as coisas caminham dentro de um modo bacana para todo mundo (informação verbal).

Audálio também analisa a necessidade desse conjunto social. “Não consigo falar de jornalismo sem falar de democracia, não consigo falar de democracia sem falar de cidadania. São coisas bem interligadas e os conceitos até se misturam” (informação verbal). Para ele, há uma linha tênue que os separa.

Ao hibridizarem democracia, direitos humanos e cidadania, manifestam a ambivalência da expansão da democracia como perda de privilégios, para alguns, e como conquista de novos direitos, para outros (DUNKER, 2019).

Ponderamos que ao pensarem sobre as igualdades e diversidades em disputa no jogo democrático, repórteres entrevistados situam-se numa tentativa de suspensão, por isso, seus olhares partem de dentro desta experiência, já que não é possível fazer o descolamento de si mesmos enquanto sujeitos democráticos (TOURAINÉ, 1998). Ainda que prevaleça uma percepção funcionalista do jornalismo frente ao seu papel social (GENRO FILHO, 2012), ou seja, o jornalismo enquanto função, os repórteres manifestam-se como guardiões dos cidadãos (TRAQUINA, 2012), o que implica um movimento de articulação de suas subjetividades para atingirem esse compromisso profissional.

Da mesma forma, ao comentarem sobre a inter-relação entre democracia e jornalismo, apontam as dificuldades de colocá-los na concretude social. Aproximam-se, portanto, da ideia de que “jornalismo e democracia são imperfeitos e limitados,

mas ainda não inventamos sistemas alternativos que os substituam a contento” (CHRISTOFOLETTI, 2019a, p. 95).

Na próxima seção apresentaremos exemplos dados pelas pessoas entrevistadas sobre como flexionam suas percepções sobre cidadania, direitos humanos e democracia no cotidiano profissional.

## 4.2 O COTIDIANO DA REPORTAGEM

A lógica do poder atravessa a empresa jornalística para a manutenção de seu capital simbólico (LIMA, 2015). Como constituinte das vozes narrativas que circulam e são tensionadas por esse poder simbólico, os repórteres não têm autonomia exclusiva. Ao considerar o poder de voz, Motta (2013) já explicitou que o nível “externo”<sup>336</sup>, aquele ocupado pela empresa, é o principal. A partir dele se constituem as outras vozes, todas a ele sucessivamente submetidas.

A fim de compreender como as percepções sobre os temas aparecem na rotina profissional de repórteres entrevistados, questionamos como as abordagens sobre os objetos de nossa pesquisa são viabilizadas na *práxis*. Buscamos saber, por exemplo, quais são os temas que costumam cobrir, quais têm mais afinidade e as barreiras enfrentadas. Reconhecemos que as narrativas jornalísticas são polifônicas. Conforme observa Motta (2013) várias estórias se entretecem nas reportagens “revelando inúmeros pontos de vista e visões de mundo decorrentes dos diversos interesses que nela interferem e das sutis negociações que têm curso em sua produção” (MOTTA, 2013, p. 222).

Protegidos pelo anonimato, percebemos que os repórteres ficavam bastante confortáveis ao apresentar seu cotidiano, comentar sobre as dificuldades e realizações sobre as distintas pautas que abarcam suas rotinas. As narrativas de repórteres transparecem suas percepções de que a mídia influencia o pensamento social (THOMPSON, 2015) já que traduz os sentidos imediatos do mundo (BOURDIEU, 2009).

Talvez pela natureza de sua função como repórter de dados, Clarice nos conta que tem encontrado espaço para propor pautas sobre questões sociais. O entrave está na execução:

---

<sup>336</sup> Grifo do autor.

Não é difícil convencer o veículo a dar espaço para um tipo de cobertura assim. O grande gargalo desse tipo de enfoque é que ele requer, ele exige muito do jornalista, em termos de tempo, recurso, é um esforço editorial grande para o veículo. Então é um tipo de pauta que é difícil para o veículo manter uma capa por semana baseado no enfoque geográfico, porque há uma limitação de recurso humano e recurso financeiro. [...] Você tem que planejar a sua semana editorial, para que você possa sacrificar o tempo de um repórter para tirá-lo da pauta geral, para que ele tenha dedicação a esse tipo de pauta que vai dar mais trabalho (informação verbal).

Como ela dá suporte a todas as editorias, nem sempre assina as reportagens sozinha. É um trabalho coletivo. Comenta, porém, que quando sai pelas ruas procura observar questões cotidianas com atenção. Para que sua observação possa se configurar em uma proposta de pauta, ela toma distância temporal do fenômeno social, faz exaustiva apuração para que então possa fazer uma abordagem analítica. Dá exemplos:

Essa reportagem sobre roubo de celular a gente propôs o planejamento durante um mês e publicamos. Teve uma recente também sobre drogas. A gente analisou uma base de dados de todas as prisões, desde 2002 até 2017 e saiu bastante completa. A gente poderia fazer até mais suítes, mas agora precisamos fazer outro cronograma, para conseguir fazer as suítes dela (informação verbal).

Eugênia lembrou da reportagem que produziu sobre um menino que vivia em uma comunidade extrativista e foi infectado por raiva. Desde então ele vive na UTI de um hospital, distante da família, que não tem condições de comprar equipamentos para uma UTI domiciliar e pagar por atenção médica. “O governo acha isso tudo muito caro. Acha por bem manter o menino internado, para sempre lá. Enquanto os pais vivem nesta condição de penúria, aqui na cidade” (informação verbal). Para Eugênia, é importante revelar que o valor gasto pelo governador, em um mês de diárias, seria suficiente para instalar a UTI na casa deles. Ela está acompanhando o caso e pretende publicar desdobramentos.

Já Gisela, busca emplacar pautas que tenham uma visão mais progressista. “A coisa da desinformação, ela também chama, por outro lado, uma responsabilidade dos jornais se atentarem para isso hoje” (informação verbal) já que, segundo ela, o público mais exigente quer receber informações mais consistentes no que diz respeito às questões de cidadania.

Intolerância religiosa e preconceito de gênero permeiam a lembrança de João Paulo sobre a repercussão de uma pauta cultural. Ele foi o único repórter a presenciar e divulgar a performance de um artista. Por conta dessa exibição, o artista foi

ameaçado de morte e teve que sair do país. João Paulo acompanhou todos os desdobramentos e fez novas entrevistas com o personagem. Explicou que procurou ter cuidado ao abordar a questão. Não perguntou ao artista, por exemplo, se ele feriu dogmas religiosos. Ao invés disso, procurou dar espaço para o próprio entrevistado manifestar sua concepção artística diante dos questionamentos que se originaram a partir da performance. “Ele tinha que falar do trabalho dele, a quem tinha ruído. [...] Se eu dei, se eu noticiei o fato, agora vou dar um microfone para ele: ‘Fale sobre seu trabalho’” (informação verbal).

Quando pedimos para Luiz dar exemplos de reportagens que produziu, ele registra a cobertura sobre diversas comunidades ribeirinhas que tiveram a água – e seus corpos – contaminados com efluentes de uma grande empresa. Na suíte sobre um ano do caso, havia a informação de que vários dutos clandestinos foram encontrados. Sentiu a necessidade de falar com a população *in loco*. “Eu não tive estrutura para ir no meu horário de trabalho. A minha ida lá não foi paga pela empresa, por exemplo. Eu fui lá por conta própria” (informação verbal). Precisava transpor a distância imposta, alguns minutos de travessia de barco, para ouvi-los.

Lá que eu tive contato para saber que eles não sabiam o que tem dentro do corpo deles. Relatos assim, de crianças que nascem com deformações, crianças que nascem mortas, pessoas morrendo de câncer. A liderança que eu acompanho lá, ela é presidente de uma associação que envolve as comunidades e ela não tira do WhatsApp dela a foto de luto, porque ela sempre está. Sempre algum conhecido dela morre, muitos familiares dela já morreram de câncer. Esses casos de crianças ocorreram também na família dela. Ela sempre me manda materiais. Então a importância do jornalista chegar perto dessas lideranças... É muito importante, porque em todo esse processo de cobertura desses casos, elas são ouvidas através de pesquisadores. A voz delas está nos pesquisadores, nos procuradores, nos órgãos que acompanham. Elas não estão na TV, elas não estão nos jornais, elas não estão sendo ouvidas pelos jornalistas. Poucos conseguem fazer esse trabalho, mas a gente tem profissionais muito bons que fazem esse trabalho lá (informação verbal).

O relato de Luiz revela sua percepção de que estava muito distante da realidade que reportava. Seu exercício foi de promover o ato presencial, a escuta atenta, de que nos fala Medina (2016).

Sonia – que atua nas plataformas online e impressa do veículo em que trabalha – também busca brechas para produzir reportagens mais aprofundadas. Evidencia um especial para o Dia Internacional da Mulher em que escreveu o perfil de algumas mulheres envolvidas com futebol, torcedoras, dirigentes, comentaristas, e



uma árbitra. Também destaca um material sobre a Copa do Mundo de Futebol Feminino:

Pela primeira vez na história da [Nome do veículo], teve uma capa com o futebol feminino e foi uma capa assinada por mim. Eu fiquei com muito orgulho. [...] Lembrando que era um jornal, além de sempre valorizar o futebol do Estado, era um jornal bem machista. As meninas seminuas na capa. Então, foi uma barreira incrível que a gente rompeu de alguns anos atrás (informação verbal).

Sonia observa que são reportagens que têm grande retorno das mulheres leitoras, pelas redes sociais, que valorizam a abordagem, porém, também recebe comentários machistas, principalmente de torcedores homens. Por outro lado, são materiais com baixa visualização, ainda que sejam resultado de dois meses de pesquisas intensas. Desabafa que, embora essas sejam as reportagens que mais se sente realizada em produzir, os conteúdos *hard news* do tipo “Jogador que chegou...” (informação verbal) são aquelas que, apesar de serem escritas em cinco minutos, têm grande audiência.

A conversa com Sonia ocorreu exatamente na sua volta das férias. Em seu retorno, se deparou com uma grande mudança editorial. O veículo em que atua passou a dividir a redação com os repórteres de outro veículo do grupo. Houve cortes e ela tinha acabado de mudar de mesa de trabalho, em outro andar no prédio. Da sala de reuniões onde conversamos, me mostrou onde ficava a antiga redação. Conta que seu ex-editor sempre incentivava a fazer materiais como os que mencionou, independente de dar audiência ou não.

Eu respeito muito ele por isso, porque hoje no jornalismo tem uma briga muito grande por audiência, por *views*, por clique. Tem empresa que só se mantém com isso e o meu chefe ele falava: “Não, Sonia, faz. Faz, porque a gente tem que ter nosso papel. É nossa obrigação de fazer isso assim”. Eu acho que tem tudo a ver com o verdadeiro valor do jornalismo. Pensar nessas coisas, dar bons exemplos, fazer matérias que sejam aquilo que a gente acredita. [...] A gente quer que a sociedade tenha respeito e igualdade para o futebol feminino, para as mulheres nos espaços [considerados] masculinos, para as mulheres que gostam de futebol ou enfim, para várias coisas (informação verbal).

Vladimir, que na maior parte da carreira foi repórter da editoria Geral, cobriu muito Educação e Saúde. Hoje, se dedica à reportagem sobre temas da Cidade. Na redação em que atua, é estimulado a apresentar sugestões de pauta. Vê sua atuação intimamente relacionada à promoção de direitos humanos e cidadania.

Fiz uma série sobre violência nas escolas, por exemplo, e de como a escola tinha deixado de ser um universo meio à parte da nossa sociedade, tinha passado a reproduzir a violência também dentro dela. [...] Eu fiz uma matéria grande há um tempo atrás sobre a dificuldade de acesso à saúde, que somente nos municípios do interior do Estado que fazia uma migração de área muito grande de pacientes, às vezes viajavam, viajam ainda 300, 400, 500 quilômetros para conseguir atendimento aqui em [Cidade] [...]. Foi um tema que a gente cobriu bastante, durante muito tempo. Mas principalmente matérias assim, nessas áreas, de educação, saúde, matérias sobre o desempenho, avaliações institucionais, na área educacional também, cobri muito, como a gente ainda está muito abaixo do desempenho mínimo aceitável, em termos de educação (informação verbal).

Com vasta experiência na cobertura política e econômica, Carmen lembra de reportagens sobre cartel envolvendo políticos e outra sobre o assédio de uma liderança religiosa. “Sou muito de viver o momento. Então meu momento é essa matéria que eu estou pensando agora que vai sair” (informação verbal). É que um pouco antes de conceder a entrevista, mesmo em casa, ela pesquisava leis relacionadas ao tema da pauta em que estava trabalhando. Carmen acredita que tem a questão de afinidade também, mas o cuidado deve ser permanente.

Cita o exemplo de uma cobertura que fez em uma comunidade. Depois da publicação, recebeu uma ligação da sua entrevistada, que estava com medo da milícia. Considera que foi um alerta para que sempre proteja suas fontes, dando anonimato em casos como esse.

Alberto, que já tem livros publicados, lembra de uma pauta inacreditável que produziu: a história de meninos, com aproximadamente oito anos de idade, que trabalhavam em situação insalubre. A tarefa foi dada pelo prefeito da cidade. “Ele achava que estava dando emprego para os meninos, dando ganho para os meninos” (informação verbal). Além do trabalho infantil e das condições inadequadas, os meninos relataram, em depoimento ao Ministério Público, que no dia do pagamento pelo serviço eram submetidos à exploração sexual de forma coletiva, por funcionários da prefeitura. O fato ocorreu em 1992, ou seja, após a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Explica que, ao longo de sua carreira, sempre procurou focar em denúncias de corrupção, de privilégios e de abuso de poder.

Eu acho que o maior problema da corrupção é que você tira o dinheiro de quem precisa. Quando você desvia uma obra do hospital, você no mínimo impede que seja construído outro hospital, ou que seja construído um hospital melhor. Então a corrupção é um ralo que onde o prejudicado não

é o governo. O governo é um ente etéreo, abstrato, não existe o Estado, o Estado somos nós (informação verbal).

Avalia que sempre procurou fazer uma imersão no Brasil. Diz ter viajado pelos 26 estados e o Distrito Federal fazendo reportagem. Como já passou por demissões e atuou também como *freelancer*, teve possibilidade de desenvolver pautas mais aprofundadas. Nesse período, fez uma longa pesquisa com base nos dados da Controladoria-Geral da União (CGU) e mapeou em quais regiões havia mais problemas. “E aí o que eu fiz? Eu peguei meu carro e fiquei um mês andando pelo Nordeste, mas eu fui em lugares que eu sabia onde era mais trágico” (informação verbal). Rodou oito mil quilômetros, onde registrou mortes de crianças. “Em alguns lugares fazia um ano, seis meses, em outros fazia três anos, quatro anos. Foi difícil, muito difícil” (informação verbal). O material foi publicado no site de dois ex-colegas. “Eu vendi para eles. Eles pagaram as despesas da viagem que eu fiz. Eu ganhei o prêmio [Nome] com essa matéria” (informação verbal).

Em outra reportagem, sobre infraestrutura, rodou mais de doze mil quilômetros. Explica que as reportagens aprofundadas são o que mais gosta de produzir. “Hoje eu não consigo fazer na [nome do veículo]. Tem que ter uma produção mais sistemática, mais em cima de assuntos do momento” (informação verbal).

Antonieta, recém-formada que hoje atua na cobertura de Cultura em veículo alternativo, conta que uma reportagem marcante foi sobre um projeto de alfabetização de jovens e adultos em um “bairro bem pobre aqui de [Cidade], em que a maioria da população é negra. O projeto acontecia numa ocupação, e a ocupação estava sofrendo com uma ameaça de despejo” (informação verbal). Ela conta que muitas pessoas tinham vergonha de dar entrevistas. “Muitas o marido não deixava, muitos tinham que trabalhar, tinham que cuidar das crianças” (informação verbal). Entrevistou uma aluna que era bem assídua:

Eu perguntei por que que ela estava frequentando o curso e ela disse que queria abrir uma lojinha. Ela precisava saber quanto que eram as coisas, precisava saber escrever o nome do que ela estava vendendo, e as aulas eram baseadas nisso, era na realidade delas, uma receita de bolo ou o que ela iria vender na loja dela, então foi um projeto bem legal (informação verbal).

A reportagem foi publicada no portal da universidade. “Eu enumerei entre os 17 objetivos da ONU, quantos aquele projeto atingia direta ou indiretamente. Foi a matéria mais bonita, eu acho, que eu fiz” (informação verbal). Sobre o veículo em que

atua, destacou a abordagem sobre o carnaval, basicamente feito pela comunidade negra. “Então pautas negras me interessam, eu consigo colocar essas pautas naquele espaço, e é uma coisa que anteriormente não tinha sido discutida. Que é colocar direitos humanos na pauta do [Nome do veículo]” (informação verbal). Antonieta também comentou sobre uma pauta de violência obstétrica. “Eu sofri muito. Escrever aquela matéria foi muito difícil para mim” (informação verbal).

Outro tema difícil é apontado por Patrícia. Ela integra uma equipe de quase 30 repórteres que acompanham todos os assassinatos de mulheres ocorridas no Estado em que atuam. “A gente sabe o esforço que a gente faz para dizer *todas*. Então precisou de muito planejamento, de muita persistência. Por exemplo, convencimento, de levar para o chefe, e de dizer é possível, sim. Agora, claro, vai dar demanda” (informação verbal).

Afonso tem afinidade com a população LGBTQIA+. “Apesar de ser hétero, eu me identifico muito e é uma coisa que eu estou sempre batendo. Dia da Visibilidade Trans, foi agora dia 29 de janeiro, a gente fez pauta” (informação verbal). Lembra também de uma reportagem sobre um bebê com uma doença grave.

É que o grande desejo da mãe dela, que ainda não se concretizou, mas ela já está avançando, é um processo lento, que eu bati muito na época, era poder fazer uma UTI em casa. Porque desde que a criança nasceu, com 20 dias foi para o hospital. A criança vai fazer quatro anos e a mãe nunca leva a criança para casa. [...] Ela conseguiu muitas doações que ela precisava, o poder público voltou a olhar para ela, conseguiu um quarto só para criança no hospital. Ela está quase finalizando de conseguir essa UTI residencial. [...] Foi uma pauta que mexeu muito comigo, muito mesmo. Mudou muito minha concepção [...] E até hoje eu tenho contato com a mãe da criança, de vez em quando ela manda uma coisa assim para mim, da própria criança. Olha Afonso, ele hoje fez isso... Como se eu fosse uma pessoa da família, só me viu uma vez, isso mexeu muito comigo. Assim, um pouquinho, um pouquinho que eu consegui fazer já ajudou muito. Não eu, obviamente, outros jornalistas também fizeram e tal. Eu não tenho essa vaidade de dizer que fui eu, de forma alguma. Mas isso é uma coisa que conseguimos um pouquinho. O que, de fato, merecia. Ela não tem acesso pleno, era o que dava para fazer, sabe? Mas avançou (informação verbal).

Ele destaca que a denúncia é um dos pontos altos da prática jornalística. Cita o exemplo de indígenas assassinados devido à demarcação de terras. “O jornalista tem esse papel de mostrar, denunciar, cobrar, ficar em cima. [...] Não sei até quando, mas ainda tem esse papel de ficar em cima, de cobrar e colocar o dedo na ferida” (informação verbal).

Com grande experiência na cobertura de segurança pública, Cecília revela sua inclinação para abordagens sobre organização criminosa. Destaca que gosta de contar a história “por que eu acabei descobrindo que até o bandido tem o lado dele. Então, é um problema muito mais estrutural da sociedade em si, isso me leva a refletir mais” (informação verbal).

Joel destaca uma reportagem sobre pessoas em situação de rua. “Porque a prefeitura sempre manda muito *release* contando maravilhas. Até agora tudo que a gente deu é de fonte oficial. Vamos lá verificar se realmente essa é a verdade” (informação verbal). Detalhou como foi:

Eu fui uma noite lá. Aquela dificuldade toda. Não pode bater foto, os caras não gostam. Te olham enviesado. Tem a galera da droga, mas tem os caras gente boa. Tem aquele pessoal decadente que está naquela situação, nunca pensou que ia viver na vida. [...] Eu sabia. Falei para o meu chefe: “Vou fazer a matéria. Tranquilo, mas não vai dar audiência, não vai dar audiência”. [...] Dito e feito, eu fiz a matéria. Provou que era tudo aquilo que a prefeitura dizia mesmo, que ela estava fazendo um trabalho bacana, atendendo os moradores de rua em todos esses dias frios aí. Tá (sic), show de bola. Só que a matéria não tem audiência. Vai me dizer a matéria não teve audiência porque era ruim? Ela não era. Não tinha alguma coisa que eu pudesse fazer um sensacionalismo, para caçar clique, no caso. Não era esse o objetivo dela, começa por aí. A pessoa está mais atenta na internet a esse tipo de coisa (informação verbal).

O repórter se refere à estratégia chamada *clickbait* (ou caça-cliques, em português), encontrada com frequência em títulos e muito disseminada pelas redes sociais<sup>337</sup>. Joel também comenta que fez uma reportagem sobre um caso emblemático antigo, que voltou à tona. Essa deu muita audiência. Perguntei o motivo. Ele contou que foi um golpe financeiro que, na época, atingiu muitas pessoas. “Virou uma lenda na cidade. A grande verdade é que as pessoas querem ver a tragédia dos outros” (informação verbal). O repórter diz não se lembrar de coberturas envolvendo direitos humanos. “A não ser rebelião, presídios. Mas aí aquela: nós, do lado de fora da penitenciária... Não tem muito para fazer, que não seja dar o *hard news*, não, é? Que aconteceu *blá blá blá*, cinco ficaram feridos...” (informação verbal). Comentou que, recentemente, uma colega foi fazer reportagem sobre o sistema prisional:

Eu cheguei a botar em cheque a matéria dela. Cheguei e disse para o editor-chefe: “Tem certeza vale a pena gastar tempo, dinheiro, nessa matéria? Acha

---

<sup>337</sup> O objetivo, ao utilizar esse mecanismo, é aumentar os acessos ao conteúdo produzido e, assim, gerar mais receitas de publicidade. Segundo Zamith *et al.* (2019), essa prática conduz à desinformação, causa dúvidas sobre o conteúdo e induz em erro. Inclusive, pode estar associada à apuração apressada e edição sensacionalista.

que vai ter leitura?” Aí ele me respondeu: “É, eu sei que não é a matéria da audiência, mas é a matéria ligando à manutenção da figura do jornalismo”. Mostrar que o jornalismo que não faz só *hard news* e frivolidade. Então é necessário (informação verbal).

Joel, por sua vez, avalia que nunca teve oportunidade de produzir um material sobre o sistema carcerário de forma mais aprofundada. Também comenta sobre imigração e refugiados. “A gente nem abordou aqui. Mais sobre cidadania, questões ligadas à comunidade, de mostrar personagens, pessoas que venceram na vida que servem de exemplo para outros” (informação verbal).

Notamos nesse último exemplo, que a abordagem do repórter foca os célebres cidadãos, aquelas pessoas (cidadãs ou subcidadãs, de acordo com Souza, 2018) que se tornam referência. Ou seja, são transformadas em uma espécie de celebridade devido à sua exposição midiática na área esportiva, artística, cultural, segundo Cirino e Tuzzo (2016), geralmente com um apelo sensacionalista.

Assim, destacamos que os repórteres foram bastante reveladores em seus relatos. Ainda que seja um breve recorte sobre suas rotinas, pudemos elencar distintos modos de percepção sobre a relação entre cidadania e direitos humanos na *práxis* jornalística. Para Genro Filho (2012), a *práxis* expressa a síntese mais profunda da relação entre os seres humanos e o mundo “na medida em que capta tanto a diversidade como a unidade, de um ângulo ontologicamente superior, ou seja, do ângulo da apropriação crescente do mundo natural pela atividade e o pensamento humanos” (GENRO FILHO, 2012, p. 78). Portanto, as diversas visões na abordagem dos temas traduzem singularidades e ambientes a que os profissionais estão sujeitos.

Como sabemos que inúmeras forças condicionam a prática da reportagem (GENRO FILHO, 2012; TRAQUINA, 2013), nosso interesse foi, também, compreender quais assuntos estariam na pauta de repórteres caso não precisassem se preocupar com interferências, já que suas sugestões ajudariam a revelar seus níveis de consciência crítica sobre os temas, como apresentaremos a seguir.

#### **4.2.1 No limite da liberdade**

A prática jornalística resulta da intervenção de vários atores e vozes simultâneas que conformam uma narrativa híbrida, truncada e negociada, como sugere Ricoeur (1990) ao pensar sobre o eixo narrativo. Para Motta (2013) a narrativa

jornalística configura-se em um mosaico de citações e referências que se confrontam e se sobrepõem. “É fartamente intertextual porque nela se manifestam vozes que identificam a presença de vários narradores atuando simultaneamente na configuração das histórias narradas” (MOTTA, 2013, p. 220).

A partir dessa perspectiva, discutimos no Capítulo 3 sobre a liberdade de imprensa e a relação com a liberdade de expressão de repórteres (SERRANO, 2013), condicionada aos poderes empresariais e aos filtros que atravessam o trabalho jornalístico. Assim, nosso interesse foi desvelar, a partir das entrevistas, o que está presente no desejo de repórteres, mas que, por vezes, permanece oculto – não só de suas consciências, como vimos – contudo, mesmo conscientes, permanecem inviabilizados em suas práticas.

Audálio gostaria de produzir reportagens sobre os públicos atendidos pelas empresas da região onde atua. Apesar de o veículo ter uma linha editorial mais inclinada à economia, não tem conseguido. “Às vezes eu tento colocar uma coisa na pauta, mas meu editor corta, mas é isso, esse é o viés do veículo” (informação verbal).

Carmen explica que gostaria muito de propor uma reportagem específica, mas está cada vez mais difícil na rotina atribulada da sucursal em que atua, com poucos repórteres para dar conta da vasta cobertura. “Eu queria conseguir pautar mais matérias para a comunidade. Eu fiz uma matéria recentemente, do [Local] que teve que ser fechado porque foi arrombado várias vezes, uma escola de música” (informação verbal), mas gostaria de fazer abordagens mais aprofundadas.

Antonieta gostaria de sugerir uma pauta sobre o acesso à educação, desde a educação infantil até o ensino superior. Questionei como ela selecionaria as pessoas a serem entrevistadas:

Eu acho que minhas fontes seriam mulheres, porque quando eu fiz a matéria lá do projeto de educação, onde eu fiz muita pesquisa, eu vi que as mulheres tem menos acesso por questão de filhos, de trabalho, ou os maridos que não deixam, igual aconteceu lá. Eu acho que é muito absurdo os maridos não deixarem. E isso ainda existe. As minhas fontes seriam mulheres, minhas fontes seriam do serviço público, porque precisa ter essa resposta de acesso, de porque não está chegando o acesso. Acho que minhas fontes seriam também esses caminhos alternativos (informação verbal).

Perguntei se haveria alguma dificuldade para abordar essas pessoas. Antonieta considerou que as mulheres poderiam se recusar a falar por vergonha, e representantes do poder público não darem respostas.

Patrícia traz o tema aborto. “Veja, implica aí tantas coisas, implica o direito da mulher sobre o corpo dela. Implica, novamente, umas vão morrer e outras não. E só isso já tem que ir para discussão” (informação verbal). Complementa:

Vamos jogar luz aqui. Ok? O aborto é proibido. Proibido para quem? O jornalista precisa fazer essas perguntas. A quem serve essa proibição? Qual é o resultado dela? Se ela gera uma hipocrisia, uma desigualdade, ela precisa ser repensada. “Ah, mas você vai matar um bebê”. Existem questões maiores, elas são mais importantes na sociedade. O aborto ele tem uma implicação muito grave, primeiro porque ele pune. Os mais desfavorecidos, ele não deixa... Veja, ele é falsamente proibido no Brasil. A classe média faz aborto e não morre. Isso não te incomoda? Então é uma falsa proibição (informação verbal).

Graças aos seus mais de 20 anos de experiência e por conseguir participar de projetos especiais, Patrícia goza de maior espaço para propor temas como esse. Vladimir também é um repórter experiente e tem liberdade para propor pautas. “Não é nem a minha editoria, mas acho que hoje uma questão emergencial no Brasil é justamente essa questão carcerária, que precisa ser resolvida antes de qualquer coisa, antes da gente começar a falar em armar a população, esse tipo de coisa” (informação verbal). Ele explica que, desde que tenha um gancho, consegue fazer pautas mais elaboradas. Outro tema que está no seu radar é a educação pública:

A gente tem tanta dificuldade em implantar um sistema educacional público que seja mais eficiente. Porque a gente tinha um sistema público eficiente até há uns 50, 60 anos quando nem metade da população ia à escola. Quando a gente teve que integrar todo mundo e pessoas de outras camadas sociais passaram a ir à escola a gente ganhou pluralidade, mas perdeu qualidade. Até hoje o Brasil não conseguiu encontrar uma forma de atender muita gente com a mesma qualidade que teve quando era só uma elite que frequentava as escolas. As escolas de elite de cada município eram escolas públicas, pelo menos aqui no [Estado], cada município do interior tinha uma grande escola pública, e era lá que a elite estudava e era a escola de referência. Aqui em [Cidade], a gente tinha também o colégio [Nome do colégio] e quando se entendeu que precisava educar todo mundo e não só uma elite, o que é correto, já se perdeu um pouco de como manter a qualidade que a escola pública tinha. Então é outro ponto que poderia também ser mais explorado (informação verbal).

Luiz sugere acompanhar de forma mais contextual a violência contra jovens negros que aparece, quase semanalmente, na cobertura do portal onde atua. Por outro lado, se esse questionamento for levado às autoridades pode haver uma perda de confiança da polícia, que alimenta grande parte dos conteúdos do site. Inclusive, todos os materiais que envolvem a corporação são publicados somente após o retorno



da entidade, com um posicionamento oficial, mesmo que os outros veículos já tenham dado a notícia.

Então quando você questiona essa ação da polícia, ela para de te responder. A gente precisa dessas matérias pela audiência que elas dão. A gente tem que cobrir, então é difícil. A gente anda numa corda bamba, de quando a gente toca nesse assunto de cidadania, é a nossa responsabilidade, mas ela também traz riscos, sabe. Acho que lutar por ela minimamente ali, fazer ela aparecer no seu trabalho é também um risco, mas é uma responsabilidade (informação verbal).

Para vencer o desconforto de não conseguir lidar com alguns temas como gostaria, busca alternativas. Disse que a pauta dos ribeirinhos que sofreram contaminação virou tema de um documentário que foi seu Trabalho de Conclusão de Curso, já que estava concluindo o curso de Jornalismo na mesma época.

Afonso também tenta furar o bloqueio do conglomerado onde atua com projetos pessoais. No dia em que o entrevistei, fazia um mês que tinha iniciado a produção de vídeos para um canal que aborda o turismo de um ponto de vista mais crítico, além de manter um blog pessoal. Naquele final de semana estaria com indígenas. “Eu já fiz um material com os assentamentos, mas eu quero fazer com o pessoal do MST, [...] então estou estudando” (informação verbal). Ele ressalta que o jornalismo tem esse papel de trazer todo mundo à tona, mesmo que seja por meios alternativos.

Foi então que questionamos entrevistadas e entrevistados sobre quais são e como se dão os impedimentos para que os temas apareçam no debate público mediado pelo jornalismo.

#### **4.2.2 Filtros e condicionantes**

A prática jornalística é permeada de condicionantes, especialmente quando está inserida em uma mídia não-democrática, como é o caso no Brasil, já apontado no Capítulo 2. Nossa discussão observou que grande parte dos veículos brasileiros estão atrelados a interesses políticos, religiosos, comerciais, entre outros. Tal fato é evidente diante do coronelismo eletrônico nas concessões de rádio e TV e como foi atestado no MOM-Brasil - estudo que apresentou indicadores do risco ao pluralismo e à independência da mídia (MEDIA, 2017), cenário que influencia a abordagem de pautas relacionadas à cidadania e direitos humanos.

Para conseguir maior visibilidade e fazer prevalecer seus pontos de vista, os atores sociais envolvidos na disputa da narrativa jornalística desenvolvem um jogo de concessões e vantagens pelo poder de voz. “Uma contínua e invisível troca de poderes ocorre” (MOTTA, 2013, p. 223). Assim, nos interessamos em compreender a determinação e a subordinação de repórteres a partir de sutis negociações de forças, nem sempre explícitas.

Por isso, quando incluímos no nosso roteiro as questões sobre as sugestões de pautas de repórteres, nos preocupamos também em dar espaço para que explicassem porque muitas delas não são executadas. Foi então que ouvimos sobre os filtros, termo presente no jargão jornalístico, que agrega os fatores limitantes para o trabalho de repórteres, forças explícitas ou implícitas que influenciam e condicionam a tarefa de reportar. Kucinski<sup>338</sup> (apud FIGARO; NONATO, 2016) explica que os *filtros*<sup>339</sup> são provenientes, em sua mais densa camada, do poder econômico e da dominação ideológica. Genro Filho (2012), no entanto, critica “a teoria dos filtros”<sup>340</sup>, considerando-a uma visão ingênua e empirista da objetividade, adotada para dar vazão ao liberalismo na empresa jornalística.

Sobre o tema, Vladimir traz um panorama ilustrativo:

O filtro começa já na seleção das pautas que são feitas, ninguém faz só as pautas que quer. Passa por uma discussão, que é um filtro. Depois o enfoque da pauta. É outro filtro, e que vem formado por diálogo que tenha entre repórter, editor, às vezes mais de um editor. E tem o terceiro filtro que é a edição, como é que esse material vai ser embalado, e qual vai ser o título, qual vai ser o espaço para foto, que foto vai ser usada, e tudo isso interfere em como a matéria vai ser percebida pelo público. Então esses filtros existem. Às vezes a gente concorda inteiramente com eles, às vezes não concorda inteiramente. Às vezes a gente acha que tem razão, e continua achando que tem razão depois da matéria publicada. Às vezes entende que realmente não, que o filtro serviu para melhorar a matéria. Mas eu acho que o importante é haver muita discussão, realmente. Que ninguém tenha uma ideia que prevaleça sozinha. Seja sempre fruto do consenso possível. A gente nem sempre concorda com tudo. Eu nunca considerei que uma matéria minha tivesse sido completamente injustiçada, ou deturpada, ou tratada como um viés ideológico, não. Acho que são pequenas coisas assim, que fazem parte do dia a dia do jornalismo (informação verbal).

Audálio também observa influência neste aspecto. A partir de sua experiência em diversos portais ilustra que é um trabalho integrado entre redatores, subeditores e

---

<sup>338</sup> O assunto é tratado em: KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 533-551.

<sup>339</sup> Grifo do autor.

<sup>340</sup> Destaque do autor.

editores. Salieta o papel da edição, que muitas vezes recusa, corrige ou mesmo altera o conteúdo. “Matérias maiores passavam por ele [editor] antes de serem publicadas, então interfere nisso. Assim, se a pessoa que está fazendo [a edição] pode mudar o que vai ser apresentado, então não só o repórter influencia nesse processo” (informação verbal).

Cecília também teve embates com sua editora, especialmente sobre a abertura de suas reportagens, a estrutura do *lead*. Conta que foi persistente, tanto que hoje a interferência é menor. “Eu não gosto que tire muito a minha forma, o meu jeito de escrever, porque eu tenho um jeito de escrever... para não parecer que aquele material seja meu” (informação verbal).

Neste ponto, é interessante registrar que, ao propor uma matriz para análise empírica do poder de voz à qual nos filiamos, como apresentamos no Capítulo 3, Motta (2013) evidencia uma hierarquia de poderes. Nesta trama, que ele chama de jogos de poder e estratégias narrativas no jornalismo, as vozes sobrepostas na comunicação jornalística são: 1) o veículo (jornal, revista, rádio, telejornal ou jornal online); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores, etc.); 3) as personagens (pessoas entrevistadas, vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma contra outra).

Aderimos à sua reflexão de que, no decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma *negociação*<sup>341</sup> simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz (MOTTA, 2013). Todavia, os repórteres entrevistados demonstram um deslocamento maior de poder dos editores em proximidade ao poder do veículo, desequilibrando o jogo narrativo. Ainda que compartilhem da mesma profissão de jornalistas, os editores aderem ao discurso de poder da empresa e, a partir dele, delimitam a liberdade narrativa de repórteres, muitas vezes, provocando o não cumprimento do compromisso social da profissão.

Vladimir traz outros fatores limitantes ao trabalho, alguns que até considera necessários. “Não no sentido pejorativo, é bom que seja limitante, tenha um limite natural da responsabilidade até jurídica. É a justiça. A gente tem que prestar contas do que é publicado” (informação verbal). Por outro lado, atenta que várias decisões judiciais ocorridas em anos recentes configuram censura e são questionáveis. “Nesse

---

<sup>341</sup> Grifo do autor.

caso acho que é uma limitação, daí no sentido negativo, mesmo, do exercício jornalístico” (informação verbal).

Destaca que alguns entraves ocorrem devido ao acesso limitado às informações. Vladimir salienta que a Lei de Acesso à Informação (LAI)<sup>342</sup>, de 2011, que trata do acesso aos dados públicos, é um instrumento interessante.

Mas nem sempre funciona como deveria. Muitas vezes os pedidos são negados. Muitas vezes a gente também recebe um aviso que não é possível atender porque o dado não está disponível. Enfim, nem sempre a gente concorda com essas negativas, mas às vezes não tem o que fazer, ou simplesmente o dado não está disponível, por ter mudanças de metodologia que impedem comparações. A qualidade de um dado público no Brasil me parece também que ainda é algo que deixa a desejar, e limita também um pouquinho o trabalho do jornalista (informação verbal).

Outra barreira apontada se dá por razões financeiras<sup>343</sup>, já que fazer jornalismo de qualidade custa caro, conforme Vladimir enfatiza. “A gente sabe também que o jornalismo, de uma maneira geral, vive uma crise” (informação verbal).

João Paulo também avalia que condicionantes financeiras restringem o cumprimento do papel jornalístico, especialmente com a redução das equipes de trabalho. “O fato de você escolher uns temas distantes da sua aldeia é mais por questão financeira mesmo. Eu não gosto de acreditar que é uma opção editorial, não. É uma opção comercial que interfere na linha editorial” (informação verbal). Segundo o repórter, essa insuficiência afeta toda a cadeia de produção de notícia, como já apontou Christofolletti (2019a), para quem a priorização financeira dos veículos jornalísticos amplia as pressões a que os jornalistas estão suscetíveis.

Portanto, há diferentes condicionantes que variam a cada empresa jornalística, conforme indica Vladimir: “que, às vezes, pode também ter uma inclinação partidária, ou ideológica, que pode influenciar em como ela vê a realidade e define também qual é o seu tipo de cobertura” (informação verbal). O repórter avalia que todas essas questões influenciam o resultado do produto final: a narrativa jornalística.

Afonso revela que a execução de seu trabalho esbarra nos interesses econômicos e políticos dos donos da empresa.

---

<sup>342</sup> A Lei nº 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. A norma criou mecanismos de recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A partir dessa legislação as possibilidades e acesso são concedidas a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, sem necessidade de apresentarem a motivação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso: 10 jan. 2020.

<sup>343</sup> O tema será retomado na seção 4.3.2.

Determinada matéria que pode ser interessante para a população não sai simplesmente porque o denunciado é amigo ou parceiro comercial, ou algo do tipo. Então isso frustra muito, isso faz com que a prática jornalística no dia a dia não seja aquela que a gente pensou nos bancos da faculdade (informação verbal).

Perguntei a ele como lida com esse incômodo. Afonso expõe o pano de fundo:

Eu, particularmente, sou um cara um pouco chato nesse sentido. Eu escrevo, eu não mudo meu texto. Só que o editor muda. Aí, a partir do momento que muda, eu peço para tirar o meu nome. Eu não deixo de apurar, não deixo de perguntar, eu não deixo de escrever. Se vai sair ou não, não é culpa minha, eu faço a minha parte. Acredito que como editor eu teria maiores problemas, teria que me moldar mais, porque, de fato, é o que dá uma pincelada final, digamos assim. Enquanto repórter, eu enfrento, mesmo sabendo que vou ser derrotado, mas fico bem comigo mesmo, sabendo que eu fiz o meu papel. Só que quando você vê a sua matéria no ar, falando do online, você vê que mais uma vez foi derrotado e seu trabalho foi em vão (informação verbal).

Para seguir adiante, Afonso se agarra às possibilidades que conseguem passar pelos filtros. “Aí aonde vem para o papel do jornalista de, ‘à la ditadura’, tentar escrever nas entrelinhas. Então não é 100%, não é plenamente que ele consegue fazer esse papel a que se presta” (informação verbal). Por isso, sugere redobrar o cuidado e buscar atalhos. Não podemos deixar de notar que o ambiente das redações pode ser tão hostil a ponto de o repórter manifestar estratégias adotadas durante o período ditatorial (ABREU, 2005) para driblar os filtros contemporâneos (FIGARO; NONATO, 2015).

Como o portal onde Afonso atua faz parte de um conglomerado midiático, comenta sobre outros veículos que integram a mesma redação do grupo e influenciam seu trabalho.

Por vir de uma empresa afiliada da [Empresa], a TV é bem policialasca...O jornalismo, de fato, passa bem longe em grande parte da programação. Não posso generalizar. Por exemplo, o jornal da noite é um jornal, de fato... De fato não, porque nenhum jornal consegue ser de fato hoje em dia, mas no que pode ser, ele se presta ao serviço digno, vamos usar esse termo. Então a TV tem esse lado policialesco, esse lado de ataque direto aos direitos humanos. [...] Apesar de o trabalho que nós fazemos no portal ser completamente o oposto disso. [...] Já teve um outro momento, há uns cinco, seis anos, talvez mais, quando as pessoas que cuidavam do portal eram as mesmas que estavam ligadas à TV, então era corpo mesmo. Se ela ligava a tela só faltava sair sangue. Hoje não tem, só que ficou essa imagem. Então está ligada a uma empresa com essa imagem, o público é muito dessa imagem. [...] Majoritariamente, os comentários são nessa leva de ataque aos direitos humanos. A exceção é um comentário sensato, eu diria. Por exemplo, se a gente faz uma matéria de um homem trans, surgem comentários de radicalismo religioso: “Ah, isso não é coisa de Deus”, esse tipo de coisa (informação verbal).

Presenciou um fato que considerou absurdo: profissionais que estão em cargos de jornalista, repórter, apresentador ou âncora de rádio, sem formação superior, alguns sem formação no Ensino Médio, comemoraram a saída do ex-deputado federal Jean Wyllys<sup>344</sup> do Brasil. Explica que o jornal impresso do grupo virou praticamente uma assessoria de Bolsonaro, especialmente pelo que divulga nas capas. O portal tem, segundo ele, algumas pinceladas de bolsonarismo, mas com resistência da equipe.

Alberto, que atua em uma mídia conglomerada ligada a outra emissora de TV, também observa que a influência de fatores externos varia muito de veículo para veículo.

[Nome do veículo], por exemplo, ela é um veículo assumidamente de direita, mas não falam direita, falam conservador. Eles apoiaram o Bolsonaro. No ponto de vista de costumes são bastante conservadores, foram contra aquela decisão do Supremo da criminalização da homofobia, e uma série de outras questões. [...] Isso para mim nada influi, porque eu não mexo com isso, eu mexo com política, mas a questão do Bolsonaro, eles apoiaram praticamente diretamente. [...] Eu tenho liberdade, na campanha eu fiz várias matérias críticas em relação ao Bolsonaro, de desmandos dele, mordomias que ele tinha, que ele abusou. [...] De lá para cá depois da posse tenho feito várias matérias bastante críticas. Não mexem uma vírgula, eu tenho liberdade para escrever o que eu quero, desde que eu possa provar aquilo que eu estou escrevendo. Eu faço as coisas muito, muito precisas. Acho que se parte do jornalismo investigativo, tem que ser preciso, se você erra, está errando contra o presidente da República, não é brincadeira (informação verbal).

Joel também indica que os interesses políticos acabam atrapalhando a execução do trabalho. “Antigamente, os veículos tinham medo de tomar partido, não é? Tomava partido poderia perder audiência. Hoje em dia não tem mais medo de tomar partido, não”. Ele comenta que seu veículo – que também integra um conglomerado – não dá o mesmo espaço para as múltiplas vozes do cenário político:

A nossa empresa aqui, por exemplo, tomou partido pró-Bolsonaro. Você vai me dizer: “Você teve que escrever matéria pró-Bolsonaro?”. Não, não tive que escrever matéria pró-Bolsonaro. Mas em outros tempos, pode ser que a manifestação dos militantes do Bolsonaro nem saísse no jornal. Saiu. Eu acho que tinha que sair, porque um monte de gente estava se reunindo, mesmo. Era válido. Como tinha que sair a manifestação da esquerda, como saiu outro dia. Mas, se você for pegar as duas matérias, vai ver que tem diferença. Vai ver que uma é mais bacaninha que a outra, tá? Mas isso passa despercebido pelo público. Só quem percebe é quem faz a patrulha, ou quem tem um pouquinho de filtro (informação verbal).

<sup>344</sup> Jornalista, professor-pesquisador no Afro-Latin American Research Institute do Hutchins Center de Harvard University e escritor baiano, decidiu sair do Brasil devido às ameaças de morte que sofreu em 2018. Segundo Wyllys, a denúncia sobre a relação da família Bolsonaro com o assassinato de Marielle Franco também está entre os motivos de sua saída do país. Para mais detalhes, consultar: <<https://jeanwyllys.blogosfera.uol.com.br/>> e <[https://twitter.com/jeanwyllys\\_real?lang=pt](https://twitter.com/jeanwyllys_real?lang=pt)>.

Os repórteres tocam em questões político-ideológicas que incidem nas escolhas eleitorais. Ao focar a cobertura em um representante político há a criação de estereótipos no debate público, uma espécie de *fulanização*<sup>345</sup>, como observa Mesquita<sup>346</sup> (apud MOTTA, 2013). Ao pensar sobre a criação desse personagem em evidência, Motta (2013) observa que há a personificação da vida política e social, por um lado, e a proliferação de personagens jornalísticas, por outro.

Dessa forma, a tomada de posição do veículo por um polo político-ideológico não é dada ao público de forma explícita, mas recoberta de uma falsa imparcialidade. Portanto, há uma *fulanização* que amplia o foco para alguns personagens midiáticos, ocultando outros da esfera pública. Isso faz com que as pessoas, que recebem essas informações, ajam a partir de imagens mentais criadas a partir de realidades (LIPPMANN, 2010), ou seja, suas atitudes no tecido social não levam em conta a realidade que as cerca, o que Lippmann (2010) chama de controle da mídia sobre a opinião pública. Contraditoriamente, a mídia – que deveria ser mobilizadora das democracias – acaba por conformar a opinião pública em uma falsa experiência democrática.

Consciente de estar imersa nesse ambiente, Cecília diz não ter passado por restrições, embora reconheça que haverá momentos em que surgirão impedimentos. Para evitar esses constrangimentos, toma muito cuidado, especialmente ouvindo as partes implicadas no fato. “Acho que é uma linha muito tênue essas situações, porque isso depende muito da forma como você vai colocar, como você vai escrever aquilo. Eu nunca fui impedida de escrever um material” (informação verbal). Ela registra casos de interferência posterior à publicação:

Nós tivemos aqui um escândalo de grampos no governo passado, no governo PSDB. [...]. Eu fiz esse material era 10h30, 11 horas da noite, mas meu chefe não impediu que fosse publicado, apesar de ele ter de aturar todos eles ligando para ele enchendo o saco, ele manteve o material lá (informação verbal).

Luiz já passou por situações semelhantes, especialmente devido à vinculação das empresas jornalísticas com instâncias de poder. Ele conta que os veículos de

---

<sup>345</sup> Grifo do autor.

<sup>346</sup> MESQUITA, Mário. **A personagem jornalística**. Comunicação e Linguagens. Lisboa: Veja, 2002.

comunicação da região em que trabalha são muito ligados aos grupos políticos e empresariais.

Como é que você vai investir numa cobertura investigativa que envolve essas empresas que estão ligadas, quase diretamente, ao veículo em que você trabalha enquanto jornalista? Então esse que é o grande problema. Uma matéria dessa, que envolve uma grande empresa, ela envolve muito a orientação editorial, a gente precisa pensar título com muita calma, a gente só pode publicar com outro lado, o que eu enxergo como um ponto positivo, eu acho que é bom a gente publicar denúncia, mas sempre com o lado da empresa também. Mas, no veículo em que eu trabalho eu me sinto privilegiado, porque lá eu nunca tive uma pauta barrada. A gente sempre procurou trabalhar de alguma forma que coubesse no padrão editorial de lá. Então sempre foi publicado, nunca passei pela censura nesse tempinho que eu estou lá, até porque é um período muito curto. Mas essas pautas pesadas, a gente sempre deu, a gente conseguiu fazer (informação verbal).

Mesmo sem abordar o tema diretamente, as falas de repórteres desnudam um tema complexo no jornalismo: a autocensura, componente da rotina diária no mundo do trabalho de jornalistas (FIGARO; NONATO, 2016). A autocensura caracteriza violação à liberdade de expressão de repórteres.

As autoras denotam que a subordinação às regras de conduta da organização empresarial faz parte das relações contratuais de prestação de serviço. No caso da autocensura o não exercício da expressão de fala, de consciência e de poder criativo e intelectual de quem trabalha torna-se tácito, portanto, incluindo o silêncio como imposição contratual. Kucinski (apud FIGARO; NONATO, 2016) explica que a autocensura é uma modalidade de fraude intelectual e integra o *ethos* jornalístico na democracia pós-autoritária<sup>347</sup> brasileira.

Ainda que Luiz nunca tenha passado por uma situação em que sua pauta tenha sido proibida, ele lembra, constrangido, de momentos em que a autonomia e a liberdade jornalística estiveram barradas quando cederam aos interesses dos parceiros comerciais do portal. No exemplo citado, a reportagem tratava de um embargo judicial a uma grande empresa:

Meses após as denúncias, a gente deu o material explicando o porquê foi embargado. A gente deu o material muito enviesado pela [Empresa], contando o lado dela, quais seriam as implicações dessa paralisação, [...] Que os funcionários vão ficar sem trabalho... Os funcionários da empresa fizeram muitos protestos, a gente cobriu os protestos, e beleza, foi isso. Mas, e para as pessoas que vivem nesse lugar? A gente não ouviu. E eu já tinha

---

<sup>347</sup>Kucinski (apud FIGARO; NONATO, 2016) explica que a invenção da autocensura é uma particularidade de regimes autoritários. O pesquisador traz um dado preocupante: a autocensura jornalística é tão originalmente latino-americana que essa expressão não é usual dos léxicos de comunicação e jornalismo das democracias liberais.



contato com advogado dessas comunidades. Eu fiz [reportagem] só com eles, então nem precisava de posicionamento novo da [Empresa] nessa matéria. Era o mesmo assunto, mas com o lado deles (informação verbal).

Muitas das pessoas entrevistadas nesta pesquisa relatam que tiveram outros vínculos de trabalho recentemente – até porque a rotatividade tem sido uma característica da profissão. Eugênia integra esse grupo e tem lembranças de constrangimentos vividos em seu antigo trabalho, uma emissora de TV. Recorda de um episódio em que foi cobrir uma reintegração de posse onde viviam, aproximadamente, cinco mil pessoas que seriam expulsas pela prefeitura. “O dono, como era uma pessoa muito benevolente, ia ceder parte dessa área para que a prefeitura transformasse num parque. Com o perdão da palavra, o local fica lá na [palavrão] da cidade que ninguém vai para lá de jeito nenhum” (informação verbal). Eugênia conta que não tinha lógica alguma fazer um parque naquele local.

Aí, eu fui para essa reintegração de posse, fui fazer a matéria e tudo mais. Eu puxei pela situação de vulnerabilidade daquelas pessoas, que a maioria eram mulheres, tinham filhos, que tinham pessoas que moravam lá já tinha tanto tempo que tinham casa de alvenaria, entendeu? Que tinham pontos de energia elétrica ali naquele local. Tirei foto, fiz não sei o quê, e tal. E quando eu cheguei lá [na redação], que eu fui apresentar a matéria para o meu editor, aí ele disse que eu fiz a matéria do ponto de vista errado. Que não era assim. Que, na verdade, eu tinha que colocar que aqueles invasores ocuparam o local... já tinham construído, tinham feito ligações ilegais de luz, de água. Que eles tinham desmatado a área. Sabe? Uma visão completamente elitista da situação. Aí, tanto que eu não fiz mais a matéria. Ele disse: "Não, mas você tem que fazer!" Eu disse: "Não vou fazer!". Eu não fiz. E eu lembro que quando eu voltei lá, depois... Eu fui obrigada a voltar lá, porque em função das circunstâncias, não é? Eu trabalhava... Eu cheguei lá e vi pessoas morando no mato. Pessoas morando na floresta. E não tinham para onde ir, mesmo. Coloquei. Fiz uma outra matéria, mas de teimosa. Coloquei aquilo ali. Disse que tinham pessoas oriundas dessa desocupação morando em galpões abandonados, que tinham crianças, que tinham idosos, pessoas com deficiência física e mental. Completamente dependentes da família, morando naquela situação degradante. Fiz a matéria, a matéria nunca foi ao ar, o editor nunca deixou passar (informação verbal).

Outra vez, foi impedida de fazer uma cobertura. Ela acredita que seus chefes a barraram porque sabiam qual direcionamento ela iria dar.

Eu fiquei extremamente incomodada com isso. Na hora fiquei com raiva, sabe? Mas depois eu pensei assim: eles não me deixaram fazer porque eles sabiam que eu não ia fazer do jeito que eles queriam. Para mim é uma maneira errada. Então que bom, isso aí é um bom sinal. Sinal de que eu estou fazendo a coisa certa. Estou trabalhando da forma correta (informação verbal).

Sonia, que foi repórter *freelancer* de uma emissora de TV em um contrato temporário, também tem uma recordação semelhante. “A gente ia fazer uma denúncia contra a empresa que era patrocinadora da TV, aí isso aconteceu e foi bem grave, porque lá a situação é bem complicada. A população é bem pobre” (informação verbal).

A cobertura era sobre um alagamento que destruiu várias casas. Isso ocorreu, segundo ela, porque a empresa construiu um muro alto que impedia o escoamento da chuva. A água rebateu nas casas. “A gente gravou. Aí eu liguei para editora. Quando eu disse que aconteceu toda essa situação por conta da empresa que construiu o muro, ela falou: ‘Então deixa tudo aí, volta para a redação’” (informação verbal).

Sonia diz que isso foi muito chocante, porque viu as pessoas perderem tudo. A repórter lembra que entre os desabrigados, havia uma criança com deficiência, que precisava de oxigenoterapia. “A gente fez a matéria, só que não falou porquê teve uma enchente que destruiu a casas das pessoas” (informação verbal). Ela lembra de ter dado uma informação de serviço, um espaço para quem quisesse fazer doações, mas a reportagem ficou incompleta.

Eu me senti muito revoltada, de certa forma. Como eu sabia que eu não ia continuar na empresa por muito tempo, eu toquei adiante, mas eu fiquei bem incomodada. Não foi uma, nem duas vezes que eu saí de matérias chorando. Entrava no carro e chorava, porque é muito triste uma população muito pobre. Eles veem a gente com microfone e acham que a gente vai ajudá-los, assim de forma salvadora. [...] Muita gente me abordou: “Ai, moça, meu filho precisa de transporte para [Cidade], para fazer um tratamento e não tem. Por favor, me ajuda”. Eu saí anotando, anotando. “Eu vou passar para a TV”. Eu sabia que não ia adiante. Só ia umas [pautas] que, de repente, interessavam. Então isso era triste (informação verbal).

Nesses casos, não se trata de autocensura, mas de censura prévia explícita. Conforme Figaro e Nonato (2016) a censura é o processo de repressão da liberdade de expressão e de imprensa e está diretamente relacionada ao poder, seja ou não do Estado, e pode se apresentar de diversas formas, como nos casos relatados pelas repórteres.

Desse modo, vemos que a censura, a autocensura e o censor se apresentam contemporaneamente de variadas formas. “Adquirem traços específicos em diferentes níveis e instituições. Manifestam-se, sobretudo, como imposição econômica, cerceando temas, personalidades, expressões estético-artísticas” (FIGARO; NONATO, 2016, p. 75). Podemos considerar que, à luz da matriz para análise do

poder de voz (MOTTA, 2013), os editores passam a assumir a postura de censores nos casos relatados pelas repórteres.

Além das diversas formas de censura, há, também, o desrespeito à “Cláusula de consciência” garantida pelo Código de Ética dos Jornalistas no Capítulo IV, que trata das relações profissionais. “Artigo 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções” (FENAJ, 2007, p. 3). A partir desse mecanismo, proprietários não podem exigir que jornalistas defendam posições contrárias às suas consciências, bem como não podem demiti-los por se recusar a fazê-lo.

Ao relatarmos esses episódios, percebemos o sofrimento ético manifestado pelas pessoas entrevistadas. Segundo Lelo (2019), o sofrimento ético é uma experiência de assédio moral<sup>348</sup> persistente na história do jornalismo brasileiro. A partir de uma perspectiva clínica do trabalho, o autor ressalta que esse tipo de assédio afeta as trajetórias e a saúde mental de profissionais e influencia táticas empregadas pelos jornalistas para preservarem sua dignidade profissional. Dessa forma, é nítida a ausência de políticas de reconhecimento desse tipo de sofrimento nas redações (LELO, 2019).

Dentre as causas desses múltiplos assédios, podemos elencar as diversas transformações no mundo do jornalista brasileiro nas últimas duas décadas, conforme discutimos no Capítulo 2. Bulhões e Renault (2016) lembram que as mudanças nas relações de trabalho, a não-obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão, os enxugamentos das redações, o acúmulo de funções provocou uma piora nas condições de trabalho e reforçou a precarização da profissão.

Sonia explica que tem maior liberdade e autonomia no veículo em que trabalha atualmente, já que a linha editorial mudou, especialmente sobre uma postura mais respeitosa às mulheres, conforme ela destacou anteriormente. Ela credita a nova postura editorial à tentativa da empresa de acompanhar as mudanças da sociedade. Até a identidade visual está sendo readequada. A anterior, segundo ela “remetia muito àquele jornalismo marrom, aquele sangue, só pela logo<sup>349</sup>” (informação verbal).

---

<sup>348</sup> Para uma discussão detalhada, consultar: HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>349</sup> A entrevistada refere-se à logomarca.

Diante do preocupante cenário assinalado, fica evidente que a autonomia de jornalistas é abalada, dando mais espaço ao seu oposto, a heteronomia – sujeição do indivíduo à vontade de alguns ou de uma coletividade. É preciso destacar que, para Morin (2006), a heteronomia é uma possessão por forças ocultas externas, não somente pelas forças do inconsciente. Nossa pesquisa demonstra que a sujeição dos jornalistas ocorre exatamente nessa toada: além de nem sempre estarem conscientes de seu compromisso, muitas vezes estão condicionados às estruturas que os impedem de cumpri-lo.

Gisela considera que a mediação das distintas forças que incidem sobre a empresa jornalística é o grande desafio para jornalistas na contemporaneidade. Sintetiza:

Por mais que as empresas tentam acompanhar, acho que aí tem dois movimentos: as empresas tentam acompanhar, tentam essa abertura para entender como é que a sociedade também está se posicionando diante de tais fatos, e diante de tais conquistas, apelos e demandas. Tentam entender isso para repensar essa cobertura. Por mais que ela ideologicamente funcione de um jeito, ela não é engessada naquilo, ela fica tentando acompanhar. Aí por esse lado, essa geração que consegue discutir mais e está mais aberta a isso, está mais consciente sobre isso, consegue avançar. Mas ao mesmo tempo, as forças produtivas estão sendo cada vez mais complicadas, disputadas e mais restritas. O emprego formal ficando mais acochado. A submissão a determinadas coisas fica mais forte e é mais conflitante também. É mais difícil, se eu tenho mais consciência e minhas condições de produção são cada vez menores também, acocha muito mais (informação verbal).

Por isso, muitos jornalistas têm buscado alternativas. É o caso de Antonieta, que encontrou possibilidade de atuar no coletivo de mídia independente. “Foi o espaço que deu lugar para eu falar do que me interessa, que é cultura negra, mas também do que ela não é, e que não está na grande mídia” (informação verbal).

Eugênia também encontrou esse lugar na mídia alternativa que, para ela, busca ser múltipla. “Tem pessoas que acham que não, imagina se vocês vão falar com autoridades. A gente fala, sim. As autoridades é que se escondem da gente. A gente dá o lado de todo mundo. Não tem essa, não!” (informação verbal).

As falas de Antonieta e Eugênia, que atuam na mídia alternativa, demonstram o esforço dessas iniciativas em dar espaço à diversidade e à pluralidade de ideias, conforme sugeriu Serrano (2013). Entretanto, sejam atuantes em empresas jornalísticas convencionais ou coletivos, os jornalistas são cada vez mais ameaçados e atacados, conforme apresentaremos a seguir.

#### 4.2.2.1 Ameaças e ataques a jornalistas

Além das restrições, os ataques e ameaças ao trabalho jornalístico não poderiam ficar fora da pauta de entrevistas com repórteres. Destacamos, nos capítulos anteriores, que os ataques contra veículos de comunicação e jornalistas aumentaram 54% em 2019, conforme relatório da Fenaj. Os casos notificados são aqueles mais evidentes, em geral, cometidos por agentes do poder público, por isso, o número de casos deve ser ainda maior.

Ao ser questionado sobre o assunto, Audálio é enfático: “Perigo. Momento muito complicado de ataques. Mais do que um ou outro político falar, é o que ele fala representa” (informação verbal). Ele se refere à tentativa de interdição dos fatos sociais.

Luiz também aborda a questão. “O poder público entende que a mídia é necessária para ele, da mesma forma dificulta o trabalho quando ele é alvo, então quando ele é alvo o jornalista se torna alvo” (informação verbal). Afonso avalia que são tempos sombrios, principalmente para jornalistas que atuam no eixo Rio-São Paulo-Brasília “que estão no olho do furacão” (informação verbal).

Patrícia considera que a sociedade toda perde diante da postura de desrespeito generalizado à imprensa. “Porque aqui não somos todos iguais. Então eu acho que o momento do jornalismo, no sentido das transformações, não te dá o direito de atacar o bom jornalismo” (informação verbal). Ela destaca que tal deslegitimação ignora inúmeros profissionais que estão fazendo trabalhos excelentes. “Você pode expor problemas de jornalismo, você deve expor, e a internet fez muito bem isso [...] que bom que a internet está mostrando os mecanismos de controle” (informação verbal). Mas sugere responsabilidade para que a crítica não seja usada de forma a inviabilizar a fiscalização realizada pela imprensa.

Cecília percebe que, muitas vezes, o jornalista tem seus direitos e cidadania desrespeitados, principalmente quando o profissional produz conteúdos que desagradam poderosos. “Não vejo direitos dos jornalistas sendo preservados, porque a todo momento é um sendo atacado” (informação verbal). Conta os bastidores de uma notícia que publicou. Cerca de 300 crianças deveriam ter sido transportadas para um evento, onde receberiam presentes de natal, mas foram deixadas pelo poder público, aguardando a tarde toda. Alegaram que o ônibus quebrou, mas não ligaram

para a escola, que era pública. “A organização esqueceu as crianças que eram de seis a nove anos” (informação verbal). Após a publicação da notícia, a primeira dama do Estado mandou um recado para Cecília. “Ela se zangou, mandou dizer que já que eu gosto muito da minha profissão, eu deveria preservá-la” (informação verbal).

Eugênia vivencia um ambiente violento durante sua rotina.

É muito difícil trabalhar aqui na [Local]. A gente percebe isso porque as coisas estão cada vez mais difíceis e tão perigosas. Imagina, se está difícil para o ribeirinho, se está difícil para a pessoa que vive lá na comunidade. Eu estou cuidando de uma pauta na comunidade chamada [Nome]. Lá as pessoas estão se sentindo ameaçadas. Imagina eu, como jornalista, que não sou membro da comunidade, chego lá, para fazer uma reportagem, para investigar isso. Estou ameaçada e meia. Então se a situação já está ruim para quem mora lá, imagina para a gente (informação verbal).

A situação vivenciada por Eugênia é tratada por Downing (2002). Segundo ele, quando a mídia alternativa coloca temas complexos no debate, seus agentes são reprimidos, já que a tentativa é de silenciamento.

Menos visíveis, no entanto, são as manifestações ocorridas nas próprias páginas das empresas jornalísticas convencionais. Vladimir comenta sobre a revolta do público que ataca veículos e jornalistas nas redes sociais quando são abordados temas relacionados aos direitos humanos, ainda incompreendidos por grande parte da população. Para Carmen, a profissão se dissocia do exercício da cidadania nestes momentos. Ela prefere manter-se resignada, não se manifesta nas redes sociais, para manter-se livre de ataques.

Por isso, Luiz defende que jornalistas precisam pensar em sua própria segurança e privacidade. “Isso é um grande desafio para ser feito, a gente precisa se proteger” (informação verbal). Outra questão levantada por Luiz é sobre preservar a saúde, diante de uma rotina tão desgastante. “A gente não tem hora para trabalhar, eu acho até muito louco, porque a gente precisa cuidar muito da saúde mental para isso. Eu recebo coisas de crimes e violência o dia todo” (informação verbal).

O alerta de Luiz toca no fenômeno de adoecimento coletivo presente entre profissionais (LIMA, 2018; REIMBERG, 2015), mas ignorado pelas empresas, o que é agravado nesse momento de crise. Para Luiz, a classe de jornalistas é muito desarticulada, precisa se organizar. Destaca que alguns grupos de comunicação contam com jornalistas de vários veículos “e a gente fica lá, trocando informação, concorrência zero, mas ainda precisa de mais articulação, porque é uma classe tão

ameaçada. Eu vejo que é muito, muito frágil, atuar como jornalista atualmente” (informação verbal).

Afonso também avalia que a categoria é muito desunida. “Ou se une e passa a trabalhar em prol de uma causa maior, que é o jornalismo, ou... eu não vou dizer que vai acabar, porque acabar, não vai, mas muita gente vai ter que sair da profissão” (informação verbal).

Para Gisela, a desarticulação da classe profissional não está dissociada da consciência política, especialmente quando pensa nos jornalistas em relação à atividade sindical.

É muito difícil que a gente se organize, é muito difícil que as pessoas queiram participar por elas mesmas, então é um reflexo muito forte disso. É uma categoria que tem um pensamento mais crítico, que o dia a dia, a dinâmica progressista da profissão, requer que você seja um sujeito ativamente político, crítico e reflexivo. E quando a gente parte para a luta sindical é algo muito incipiente, muito distante. Eu acho um paralelo muito forte de como o resto interfere (informação verbal).

As entrevistas evidenciam que os jornalistas gostam muito do que fazem, apesar das inúmeras restrições. Conforme Reimberg (2015), é justamente essa realização profissional relacionada ao *ethos* um dos principais fatores que os impede de lutar por melhores condições de trabalho.

Medina (1982) aponta que esse fenômeno é agravado pela estratificação social de sociedades extremamente centralizadas como a brasileira, em que grupos de poder representam muralhas para o trabalho dos profissionais que lidam com informação. “O jornalista precisa cavar sua trincheira e avançar, gradativa e firmemente, expondo sua fragilidade individual em termos de saúde física e mental expondo-se ainda ao boicote, ao ridículo, aos maus tratos e preconceitos” (MEDINA, 1982, p. 23). Ainda que tenha sido escrito em outro momento histórico, o alerta da autora permanece atual. Medina (1982) considera que essa extenuante rotina fez com que os profissionais desenvolvessem anticorpos para operar nessa realidade adversa e assumirem seu papel social. Por isso, defende que regulamentar e impor a profissão socialmente é uma forma de comprovar a dignidade do seu trabalho e estabelecer o diálogo social.

Além das condicionantes que incidem diretamente no trabalho jornalístico, pedimos aos jornalistas que comentassem sobre contextos e estruturas macrossociais

que colaboram para o desrespeito aos direitos humanos e impactam sobre a garantia da cidadania, conforme será exposto a seguir.

#### **4.2.3 Estruturas e contextos macrossociais**

O trabalho de jornalistas, em todas as partes do globo, depende também dos ambientes em que estão inseridos. No caso brasileiro, não podemos deixar de considerar que esse ambiente é demarcado histórica e socialmente, como procuramos debater nos dois primeiros capítulos – desde a nossa incipiente construção democrática (ABDALLA, 2017; BERAS, 2013) à precária construção da nossa cidadania (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nossa herança é marcada pelo colonialismo – e pela colonialidade – persistente de uma escravidão abolida de forma inconclusa (CARVALHO, 2013) que origina um racismo estrutural (ALMEIDA, 2019; RIBEIRO, 2019b) e que se concretiza em desrespeito aos direitos humanos por meio de exclusões de raça, classe e gênero, entre outros (COLLINS; BILGE, 2019; BIROLI; MIGUEL, 2015).

Assim, questionamos os repórteres – que lidam com o dia a dia da construção social – a que se deve o distanciamento entre o que é assegurado formalmente e aquilo que é acessível à população brasileira.

Vladimir considera a questão bastante complexa. “Não sei nem se eu conseguiria dar uma resposta satisfatória a isso” (informação verbal). De todo modo, destacou que, historicamente, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade, segundo ele, vem desde o nosso nascimento como país até hoje. “Embora tenha sido amenizada, mas ainda tem um fosso, que divide ricos e pobres no Brasil” (informação verbal). O posicionamento de Vladimir é consonante ao que Santos (2010) considera pensamento abissal, ou seja, as linhas globais que intensificam a exclusão social, produto de relações de poder desiguais.

Igualmente, para Antonieta a desigualdade é um dos principais pontos que impossibilitam o exercício dos direitos humanos em sua totalidade. Avalia que as disparidades a que estão condicionados cidadãos e cidadãs, operam dentro de uma hierarquia: “A desigualdade tem a maior camada nesse sentido. Porque são muitos extremos sociais aqui no Brasil, de acesso à informação, de acesso à alimentos, de acesso à saúde, de acesso a tudo” (informação verbal).



Patrícia também relaciona a incompletude da cidadania brasileira à desigualdade social. Chama a atenção para as camadas sociais que não têm acesso aos serviços, que não têm representatividade e, por isso, são as mais vulneráveis. Inclusive, aponta que são estes os grupos sociais que mais morrem no país.

Eugênia ressalta que a cada dia que passa a situação está mais complicada, já que algumas populações estão mais ameaçadas e com seus direitos restritos. Ela considera que ainda está em vigência uma espécie de Tratado de Tordesilhas contemporâneo que estratifica o acesso desigual a serviços.

Cecília corrobora. De acordo com ela, a falta de investimento, de assistência e de apoio político estão por trás dessa estrutura que não garante cidadania.

Não vejo nenhum direito dos mais pobres sendo preservados. Não vejo direitos das mulheres sendo preservados. Esse ano em [Estado], foi um dos anos de maior feminicídio e violência contra a mulher. Não estou vendo os direitos das crianças também preservados, porque somente esse ano tivemos inúmeros casos de violência contra as crianças, que aliás, um dos mais representativos é o caso de violência contra a criança, tanto sexual quanto violência física mesmo. [...] E mais ainda, não vejo o direito dos negros sendo preservados. Afinal, o racismo não existe, é o que tentam informar ou é vitimismo. [...] Acho que nós estamos vivendo um caos mais evidente nos últimos três anos para cá. Esse ano ficou muito mais evidente, claro. É só a gente notar como que está a saúde pública no país (informação verbal).

Patrícia pondera que não é apenas a partir da ação de políticos que devemos mudar o país. “A gente sabe que isso não é verdade. Isso só dá espaço para aventureiros, salvadores, enfim loucos... Corruptos” (informação verbal). Por isso, Gisela aponta que é toda uma cultura política que está na base desse cenário.

A nossa cultura política, de fato, nos retroalimenta todo dia. A gente vem de uma construção de participação e de política que é muito elitizada, é muito hegemônica. Aí tudo mais que diz respeito ao cumprimento de deveres, a efetivação de direito, parece que passa por um campo que tem que ser legitimizada por essa elite política. A gente acabou sendo formada para não participar, para não ser ativo. Eu acho que isso fica repercutindo o tempo inteiro em relação ao acesso ao direito que a gente tem. A questão de direitos humanos está muito ainda nessa perspectiva de que é direito de minoria, de que você não é daquele grupo, não. Então se eu tenho uma cultura política que faz com que estimule o tempo inteiro para que eu não participe [...] é preciso reverter, é preciso repensar, desconstruir esse tipo de coisa que a gente aprendeu, seja nas instituições, seja no campo familiar, seja na socialização de experiência (informação verbal).

Patrícia avalia que esse é o grande gargalo. Está na formação da consciência de não-participação. “É muito forte e arraigado. Reverter é um desafio gigante mesmo” (informação verbal).

João Paulo tem opinião semelhante. Acredita que grande parte da população não tem ciência de seus direitos e deveres. “Não teve um ambiente de discussão sobre o que é democracia na escola, nada disso” (informação verbal). Cita seu exemplo pessoal: “Eu na minha escola todinha, não se discutiu isso, Constituição, direito e deveres e tal. Passou muito rápido sobre isso, um trabalho aqui, uma feira de ciência” (informação verbal). Ele acredita que vem daí o desconhecimento. Cidadãs e cidadãos não sabem como cobrar, não sabem o que exigir.

Tem que criar maneiras de a gente ser mais participativo. Ah, mas se a gente for mais participativo a gente vai ter mais trabalho na nossa vida e tal. A gente tende a acreditar que isso é mais trabalho, mas se a gente for educado desde o começo, isso não vai ser um trabalho, não vai ser um peso. É uma coisa natural, se informar e acompanhar as coisas, as decisões da sociedade, participar de tomada de decisões. Falta isso na base, na escola. Às vezes é discutido em casa, apesar que em casa também, eu tive um básico em discussão, mais do que na escola. Na escola você vê uma discussão teórica compartilhada com densidade (informação verbal).

Nessa mesma perspectiva, Vladimir analisa que apesar de haver um discurso favorável à redução de desigualdade e uma maior importância atribuída à saúde e educação, na prática, as pessoas não estão suficientemente conscientizadas sobre essas questões.

Embora as pessoas sempre manifestam desejo por uma educação de melhor qualidade, há um tempo atrás, acho que foi uma pesquisa publicada da [Nome da revista], dizia que 70% ou 80% dos pais estavam satisfeitos com a educação que os filhos recebiam na escola pública. Então, os brasileiros têm um discurso, mas acho que não tem um impacto prático muito grande. Na verdade, as pessoas estão minimamente acomodadas na situação que elas vivem (informação verbal).

Afonso acrescenta que o panorama é ainda mais complexo porque falta empatia e sobram preconceitos. “Sobra ódio, sobra elitismo, sobra desigualdade social. Isso é algo que já tinha no Brasil e que agora está institucionalizado. Hoje parece que é bonito você ser preconceituoso, você zombar do outro” (informação verbal).

Sonia também registra que o crescimento do discurso de ódio às diferenças influencia na promoção de direitos. Ela avalia que estávamos construindo um movimento de respeitar as pessoas, mas agora vivemos um retrocesso legitimado pelos representantes públicos. “O cidadão não está com seu direito pleno no Brasil,

não. Tem muitas coisas para serem feitas, mas as diferenças entre regiões são gritantes” (informação verbal).

A preocupação de Sonia toca em um grande ponto macrossocial. Apesar das lutas por democratização de direitos, entre eles o direito de se expressar – por muitas pessoas já alcançado, inclusive no ambiente virtual – essa conquista vem sendo usufruída de modo oposto, ou seja, é usada para atacar os direitos dos outros. Nesta perspectiva, Abranches (2019) reflete que a esperança da democracia está no pluralismo e na diversidade real.

Por essa razão, Koshiyama (2000) nos lembra que a cidadania é uma conquista cotidiana, já que o simples reconhecimento legal de direitos mostra-se insuficiente para que se tornem práticos. “A efetivação dos direitos depende da aceitação cultural das pessoas, necessita da ação política e contínua para mudar preconceitos e enfrentar interesses dominantes” (KOSHIYAMA, 2000, p. 11). A permanência dos direitos só acontece pela prática constante de pessoas interessadas e dos enfrentamentos concretizados. O jornalismo, como um dos agentes da estrutura social, também é impactado pelas macroestruturas. Uma delas é o ambiente digital, espaço que tensiona o compromisso profissional, como discutiremos na próxima seção.

#### 4.3 JORNALISMO NO PARADIGMA DIGITAL

Entendemos esse momento vivido pelos jornalistas como um limiar para o exercício profissional. Se, de um lado, a internet democratizou possibilidades de difusão de informações (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), por outro, trouxe a multitarefa e, com ela, a precarização do ambiente de trabalho (ADGHIRNI, 2017; DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Por isso, questionamos os profissionais sobre como o panorama digital incide sobre a tarefa de reportar cotidianamente. Como ouvimos repórteres com carreiras diversificadas – de recém-formados a veteranos – construímos um mosaico analítico que mostra a evolução do digital e como interferiu na prática.

Alberto – repórter com maior tempo de carreira entre os entrevistados – ressalta que o jornalismo factual passou a ser mais valorizado com a chegada da internet nas redações. “Sobra pouco espaço para análise, ou mesmo para uma reportagem mais interpretativa, que você se aprofunde mais” (informação verbal).

Gisela, embora atue como jornalista a menos de dez anos, também assinala a aceleração do tempo que repercute em falta de aprofundamento e um caráter mais descritivo do que analítico.

Esse novo panorama fez com que Alberto, que acompanhou a migração do jornal impresso para o digital, se recusasse a trabalhar apenas com pequenas notas. Fez isso ao discutir o contrato de trabalho no seu emprego atual. Hoje, consegue fazer reportagens mais investigativas que contam, inclusive, com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, dispositivo que causou uma revolução na comunicação, segundo ele, já que obrigou os órgãos a terem mais informações disponíveis, gerando maior transparência. Do mesmo modo que as ferramentas digitais possibilitam um jornalismo mais vigilante, analisa que a web impactou o modelo de financiamento dos veículos.

Os veículos estão cada vez minguando, os impressos estão fechando, os sites abrem com redações muito menores do que eram os jornalões antigos. O mercado diminuiu e muita gente indo para assessoria de imprensa. Hoje o número de assessores é muito maior que de repórter ou então vão para o meio acadêmico, porque é uma atividade interessante (informação verbal).

Ele, por exemplo, passou todo o ano de 2016 desempregado, fazendo só *freelas*. O exemplo de Alberto ilustra a situação evidenciada por Deuze e Witschge, (2016) de que a profissão de jornalista está cada vez mais precária e fragmentada. Desde então, Alberto passou por quatro veículos diferentes. “Já com mais experiência no online, mais adaptado, não é? Porque é muito diferente, a linguagem diferente, maneira de apresentar matéria, o título é diferente” (informação verbal).

Carmen, com cerca de 30 anos de carreira, viu as redações encolherem muito. Ela frisa que cumprir a missão do jornalismo é cada vez mais difícil com essa limitação material. Luiz tem enfrentado dificuldades nesse aspecto. Além da rotina puxada com equipes pequenas, tem muita rotatividade de repórteres. Quando se trata de materiais que exigem uma apuração mais detalhada, é preciso incluir isso no rito do dia. “Mas a gente não tem tempo para investigar, trabalha em cima de releases, ligações telefônicas e VTs da TV. A gente não tem pernas para investigar” (informação verbal).

Com a possibilidade de acesso aos portais 24 horas, a jornada de jornalistas também sofre impacto, já que precisam manter as páginas sempre atualizadas. Sonia conta que trabalha por escala. “Tem dia que eu trabalho pela manhã, tem dia que é à tarde ou à noite, muda bastante” (informação verbal). Conta que o grupo de WhatsApp da equipe de trabalho gera demandas até mesmo durante a madrugada. Nicoletti

(2019) alerta que a precarização laboral, em especial a rotina intensa e com alta carga de trabalho, interfere na qualidade da informação. Portanto, se essa condição de trabalho for incorporada aos novos arranjos, toda a cadeia informativa ficará comprometida.

Antonietta pondera que o jornalismo mudou muito. Entrou na universidade achando que sua tarefa seria contatar fontes e buscar pautas de forma mais aprofundada. “Quando eu entro no mercado de trabalho, as relações são feitas de forma online, telefone, é tudo muito rápido” (informação verbal). Avalia que isso é muito perigoso, porque essa mudança dá muita margem para o erro. Mesmo que seja feita uma errata, o erro já vai ter sido disseminado de forma muito veloz. “O jornalismo ainda não entendeu como lidar com esse imediatismo de informações” (informação verbal).

Joel lida com essa instantaneidade constantemente e sintetiza a aridez de sua rotina multitarefas:

A minha tarefa aqui, eu brinco que é quase como uma tarefa de gincana, porque eu tenho cinco horas para trabalhar. Eu chego agora às duas da tarde, descubro a minha pauta e às sete horas da tarde tem que estar pronto. Não tem mais aquela coisa de eu ir trabalhando a matéria durante a semana e falando com várias fontes *tal tal tal*. [...] O meu serviço particularmente, ele é meio sob pressão, sabe? [...] Uma coisa que é um fardo, mas eu brinco que é uma tarefa de gincana. E aí às vezes eu cobro um pouco dos assessores de imprensa que eu vou atrás e tal, que eu preciso entregar uma matéria no final do dia. Não tem muito planejamento, até gostaria que tivesse, mas eu sei que as condições não permitem justamente por um enxugamento da redação. Você tem que fazer mil coisas. Não tem mais só uma atribuição, de apurar a matéria e escrever. Tem que apurar e até escrever e publicar já tem que receber outro material, tem que publicar na internet, fazer um monte de coisa ao mesmo tempo. Tem que produzir para o impresso, que já ficou para trás aqui. A gente tem o impresso ainda, não sei porquê, mas a gente ainda tem (informação verbal).

Vladimir vê o enxugamento das redações como um risco permanente. Ele teme o enfraquecimento do jornalismo como mediador da vida real.

A realidade nas grandes redações brasileiras é de muitas demissões, controle de gastos. Então tem menos jornalistas que precisam cobrir a mesma quantidade de coisas, com menos tempo para apurações e menos recurso para viagens. É uma pressão constante e um risco constante também, a gente ficar com uma cobertura mais superficial, mais apurações feitas mais à distância, por telefone. Ou reduzir até o espectro das pautas que são feitas, as coisas que são mais próximas de onde a gente está, também não é bom (informação verbal).

A preocupação de Vladimir centra-se no que Adghirni (2016) chama de *jornalista sentado*, aquele que utiliza técnicas e ferramentas em que predomina a

cobertura via consulta online. Outra consequência do jornalismo digital, segundo Vladimir, é a cultura do clique, que tem relação com a audiência. Ele explica que, muitas vezes, reportagens que tratam de temas de interesse, especialmente sobre o foco de cidadania e direitos humanos, são menos lidas do que o horóscopo ou um conteúdo sobre *reality show* na TV. Isso é facilmente medido pelas métricas digitais. Por isso, considera que é uma luta interna dos jornalistas nas suas redações, tentar emplacar as pautas que consideram importantes, “mesmo que não rendam tantos cliques, e mesmo que desagradem uma parte do público leitor, que não se identifica com essas terminologias” (informação verbal).

Joel considera que o jornalismo caça-cliques prejudica a prestação de serviço à comunidade. Além disso, pondera que está cada vez mais difícil fazer com que as pessoas leiam.

Leem as manchetes, as duas primeiras frases, se não interessa já mudam, vão ler outra coisa. E a manchete, às vezes, já é o suficiente para elas se acharem donas da verdade, chegar no Facebook e discutir... “olha é assim, é assado que eu li”. Sendo que só leu a manchete. A manchete às vezes é enganadora, porque ela é caça-clique. As pessoas não estão preparadas para essas armadilhas que a gente coloca aí no digital, de filtro, não estão preparadas. [...] Acho que não é jornalismo, mas está inserido no meio de comunicação. Então vira jornalismo, não é? (informação verbal).

Joel se refere novamente ao *clickbait* e às técnicas de SEO, sigla em inglês para *Search Engine Optimization*. Ou seja, otimização para sites de busca, em português, mecanismos adotados no jornalismo online para aprimorar a posição do site em buscas na internet para que tenham mais visibilidade<sup>350</sup>. Também observa que o jornalismo na web tem tido um maior deslocamento para o entretenimento, principalmente na cobertura de celebridades.

A questão da segmentação e da especialização também foi apontada por Audálio. Ele está cursando especialização em jornalismo digital e diz que é recorrente a discussão sobre novos produtos e formatos, o crescimento do jornalismo hiperlocal e a questão do jornalismo de nicho nos veículos nativos digitais. “Eu continuo achando que há espaço para todos os tipos de publicações: rádios, publicações impressas, online também” (informação verbal).

Patrícia comenta que a interlocução social também faz parte desse novo cenário. No veículo em que atua, além da produção jornalística cotidiana, a equipe

---

<sup>350</sup> A prática colabora para que a audiência seja dimensionada e, com isso haja o direcionamento da publicidade. Portanto, trata-se de uma estratégia de rentabilidade.

vem procurando se aproximar da comunidade, até porque estão organizadas e ativas no tecido social. “Vamos botar isso no jornal? Vamos falar dos grupos? Tentar articular, tentar levar palestra, fazer uns focos de discussão” (informação verbal). No projeto sobre feminicídio, a equipe pretende chamar a sociedade para rodas de conversa. Ela considera que o modelo de produção jornalística convencional foi se exaurindo, por isso, as empresas têm buscado se readequar.

A mudança do jornalismo para o paradigma digital, com redações menores e cada vez mais atarefadas, pautadas no *hard news*, traz também a emergência de novos modos de produção jornalística, conforme já apontaram Nonato (2015) e Ramos e Spinelli (2015), como é o caso do jornalismo independente ou alternativo. Eugênia trata dessa questão. Ela considera que o novo panorama amplia a liberdade e cobra por mais responsabilidade também.

Antonieta concorda. Traz seu ponto de vista da mídia alternativa, onde tem tempo maior para preparar matéria, já que é um coletivo mais pautado no aprofundamento e não no imediatismo. “O que importa, eles sempre falam, é a qualidade do texto, o cuidado com sua fonte, e o cuidado que você tem com o objeto que está escrevendo” (informação verbal). Conta que sempre dá retornos para as pessoas entrevistadas. “Eu acho que esse retorno para a sua fonte é importante também, depois de já estar publicado. Ter essa preocupação com o *feedback*, eu acho que é legal, eu acho importante” (informação verbal).

Patrícia considera que novas iniciativas são essenciais. Vladimir também registra que tais empreendimentos jornalísticos trazem mais pluralidade. Contudo, em alguns casos, ele percebe que acaba se criando uma relação mais tensa entre alguns coletivos e algumas produções jornalísticas que são mais engajadas a um determinado movimento.

Tem que deixar claro que são vinculadas ou não à um determinado partido ou a outro tipo de movimento. Porque, da mesma forma que a imprensa é cobrada por uma certa falta de transparência, ou de defender determinados interesses, muitas vezes, também, nos meios de comunicação menores estão ligados a determinados interesses. Não vejo problema, desde que seja exposto. Quanto mais veículos de comunicação houver, seja de que tamanho forem, mas que seguirem todo aquele protocolo de checagem de informação, é melhor, mesmo que representem visões de mundo diferentes. Um grande veículo de comunicação representa, traz uma determinada visão de mundo embutida e é natural. Um veículo menor traz outra. Eu acho que o importante é que se complementem (informação verbal).

Para Afonso, a emergência dessas iniciativas configura como possibilidades para o jornalismo. “É uma alternativa boa, pelo menos as que eu sigo. Deixa bem claro que não existe esse negócio de imparcial” (informação verbal). Clarice acredita que elas trazem oxigênio para mídia convencional, que busca meios de consolidação no ambiente digital.

João Paulo também considera como positivo o surgimento desses novos meios.

Enquanto cidadão eu acho necessário e enquanto jornalista inevitável. O caminho é esse, não tem outro caminho. O número de veículos vai ser reduzido. [...] Se eu quero ser jornalista, então você vai ter que ter o seu veículo, não vai ter muita oferta de trabalho para trabalhar em veículo. Então é inevitável, as pessoas vão ser demitidas. Ou você abre seu veículo, ou você vai ter que mudar de área, de ofício (informação verbal).

Da mesma forma, Luiz vê que o trabalho jornalístico só pode ser feito de forma independente. “Mas imagina só, quem investiria num trabalho desse? Quem tem a grana para investir nisso? Então a dificuldade é essa” (informação verbal). Ainda que sejam organizações sem fins lucrativos, como sugere Cagé (2016), trata-se de um enorme desafio. Luiz destaca que os grandes veículos têm suas particularidades, por outro lado, uma comunicação mais popular é desafiadora. Acredita que a chave é equalizar essa responsabilidade.

Essa autonomia que o jornalista precisa ter, que é sugada pelas redações, é subutilizada. O repórter nunca é totalmente aproveitado, porque, na verdade, ele é explorado. Então essa autonomia é difícil de ser construída quando a gente vive num sistema em que mexendo<sup>351</sup> com o meio ambiente, mexendo com direitos humanos, a gente não tem a atenção e o investimento necessário para se investir no jornalismo. Reconheço, claro, que existem muitas propostas, existem muitos projetos, mas é bem difícil manter (informação verbal).

Os riscos apontados pelas pessoas entrevistadas incidem diretamente sobre o recorte do cotidiano, ou seja, as reportagens que abordam cidadania e direitos humanos são afetadas nessa dinâmica. Outro desafio para o jornalismo são as mediações a partir das redes sociais.

---

<sup>351</sup> O entrevistado refere-se à cobertura dos temas.



### 4.3.1 Interferências do ambiente online: redes sociais

A ampliação dos polos emissores de informação provocada pela digitalização da comunicação trouxe grande impacto ao jornalismo, que perdeu a centralidade dessa função na esfera pública (BUCCI, 2019). De modo geral, Eugênia evidencia que a era digital trouxe benefícios e desafios. “Como qualquer pessoa pode chegar lá e criar um blog, essa pessoa pode falar qualquer coisa, verdade ou mentira, sem medir as consequências” (informação verbal).

Vladimir aponta que o ambiente digital impulsionou iniciativas que dão pluralidade às discussões sociais, mas, ao mesmo tempo, ampliou propagação de informações falsas, colocadas em circulação por pessoas que não são profissionais do jornalismo, sem compromisso algum com a profissão. Isso faz, segundo ele, que jornalistas, em vez de proporem pautas e assuntos para debates, precisem trabalhar de forma reativa para averiguar informações falsas. “É ficar enxugando gelo. A gente está perdendo tempo e espaço de propor discussões, de ser mais proativo, de cobrar o que deve ser cobrado” (informação verbal).

Para ele, é complicado que profissionais precisem desmentir histórias absurdas, que nem deveriam ser compartilhadas. “Quanto mais fantasiosa é uma notícia, mais as pessoas tendem a acreditar nela e é mais difícil de a gente desmentir” (informação verbal).

Cecília avalia que as pessoas acabam usando o WhatsApp como fonte de informação mas, muitas vezes, dali saem várias mentiras que são complexas de serem desmistificadas. Conta o episódio que ocorreu com um material escrito por ela, que foi adulterado para gerar uma notícia falsa. Cecília teve que acionar o setor jurídico para registrar boletim de ocorrência e produzir materiais informando que aquele conteúdo era falso.

João Paulo também destaca esse fenômeno. Salaria que o público não busca os veículos jornalísticos como a primeira fonte de informação, mas as redes sociais. Ele vê esse como um problema para o jornalismo e para a sociedade. Contou que, recentemente, o veículo onde trabalha enviou um repórter para cobrir um fato que viralizou. Na verdade, o fato havia sido descontextualizado temporalmente, pois circulou como se fosse atual, apesar de ter ocorrido há alguns anos.

Clarice avalia que durante o período eleitoral de 2018 houve uma poluição muito grande do ecossistema de informação no Brasil, principalmente nas

comunicações pessoais, por meio das redes sociais. “Houve uma poluição muito grande, um chorume muito grande que nos atingiu e isso deu uma piorada no processo de nutrição informacional que as pessoas têm para poder tomar uma decisão importante” (informação verbal). Não à toa, Bucci (2019) ressalta que relatos fraudulentos e notícias enganosas se tornaram um fator de desagregação das sociedades democráticas desse início de século XXI.

Por outro lado, são por essas plataformas que os jornalistas têm contato com o público, como observa João Paulo. “As redes sociais são uma atmosfera em que a população está lá, então é aonde você sabe que vai encontrar as pessoas” (informação verbal). Patrícia considera o *like* do jornalismo na rede social extremamente perigoso. Por isso, faz um trabalho de resistência a *like*, curtidas, compartilhamentos e tudo que se prega. “Também tem uma pergunta que é: que *like* você quer? Isso é muito importante” (informação verbal).

Luiz traz um complemento. Conta que no portal em que atua, os comentários são bloqueados em conteúdos que abordam mortes, por exemplo. “Mas esse material é republicado para o Facebook e automaticamente para o Twitter, e lá a gente vê a reação do público a esses casos. É muito preocupante como o público enxerga a cobertura policial desses casos” (informação verbal).

Para Vladimir, a estratégia é mesmo remar contra a maré de intolerância e violência exacerbada que circula pelas redes sociais.

As pessoas ficam escondidas nas suas casas e partem para ofender mesmo, não estão dispostas a discutir muito, não é? Quando alguém dá um retorno negativo de uma matéria sua, apresenta um argumento ou aponta que você deixou de abordar um aspecto que era importante, eu sempre respondo. Agradeço quando eu realmente reconheço, isso é uma coisa bacana. Agora, a maior parte não tem argumento nenhum, é só agressividade. Acho que isso não deve ser um inibidor, mas também exige que o jornalista esteja preparado para isso, não é? É um desafio diário (informação verbal).

O fenômeno citado é global, e encontrou espaço nas redes sociais para crescer. Essas, deixam para trás a ideia de democratização emancipatória do debate político digital (ECO, 2015; MORETZSOHN, 2017) quando, ao contrário, passam a dar amplitude ao discurso de ódio e de difamação, seja por indivíduos raivosos ou por milícias digitais (ABRANCHES, 2019).

Esse agente digital que interfere na narrativa jornalística é chamado por Soster (2016) de quarto narrador<sup>352</sup>, ou seja, aquele que “emerge do diálogo entre os dispositivos que compõem o sistema midiático” (SOSTER, 2016, p. 191). O autor evidencia que a insurgência desse narrador virtual coloca os jornalistas em atenção para desnudar suas estratégias de voz. Ao comentarem os conteúdos jornalísticos digitais, por exemplo, o público almeja que seus posicionamentos também integrem a narrativa.

Tal dinâmica tem se mostrado complexa na prática profissional. Ao mesmo tempo em que o relato jornalístico tem como pressuposto fomentar o senso crítico da sociedade, precisa lidar com a falta de senso crítico, em especial sobre temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos. Quebrar esse ciclo depende de inúmeras nuances, por isso, para além dos diversos desafios já colocados, também questionamos como os repórteres avaliam o futuro da profissão, já que a falta de fomento financeiro pode inviabilizar a cobertura cotidiana e, com isso, o debate de assuntos de interesse público.

Ponderamos, no entanto, que o discurso jornalístico busca legitimação pelo interesse público. Gomes (2009) faz uma ressalva: “o jornalismo, como todas as instituições, possui um discurso cujo propósito é afirmar a sua legitimidade social” (GOMES, 2009, p. 67). O autor assinala que é preciso ultrapassar o nível de discurso para que a prática jornalística possa servir ao interesse público a fim de possibilitar que o bem comum seja decidido e administrado segundo o interesse geral da sociedade. Assim, servir ao interesse público é servir à cidadania. A preocupação de repórteres entrevistados se apresenta nessa direção.

#### **4.3.2 O futuro do jornalismo, por seus narradores**

Dadas as profundas transformações a que o jornalismo está submetido, se avoluma nossa inquietação: como o jornalismo vai continuar narrando o cotidiano a partir do contexto apresentado? Christofolletti (2019a) enumera que as repercussões desse momento ainda estão em curso “na indústria, consumo, processos de produção, práticas profissionais, linguagens, estéticas, formatos, organização e formas de interação” (2019a, p. 46). O tamanho da lista insinua quão desafiadora é a

---

<sup>352</sup> Soster (2016) reflete sobre o quarto narrador a partir da matriz do poder de voz dos três narradores proposta por Motta (2013), que apresentamos no Capítulo 3.

busca por respostas. Por isso indagamos nossos entrevistados e nossas entrevistadas sobre essa problemática.

Sabemos que o grande tremor das placas tectônicas foi causado pelo ambiente digital, que reuniu muitos atributos criativos e inovadores, segundo Christofolletti (2019a), ao mesmo tempo em que ampliou o ecossistema de desinformação. Apesar de o jornalismo ser essencial no mundo social, conforme Anderson, Bell e Shirky (2013), a internet também impactou as formas de financiamento, já que pulverizou a publicidade, conforme lembra Patrícia. Alberto salienta que o Facebook, por exemplo, abocanhou grande parte da verba publicitária que antes era direcionada a veículos jornalísticos, embora a plataforma não produza conteúdo.

Quem faz o Facebook são as pessoas que entram lá e ficam fofocando, criticando ou postando matérias que saem nos grandes jornais. Quem está ganhando dinheiro é o Facebook, que é um veículo, o Google não é nem um veículo de comunicação, o Google é um site de busca. As pessoas pagam para matéria ou negócio ficar mais para cima na página. Vai chegar um ponto que esses jornais todos vão falir, vai acabar tudo, e aí o que eles vão publicar no Facebook? O Facebook vai ter que fazer um jornal para produzir informação? Eu não sei o que vai acontecer. Talvez até já aconteceu. Tinha aquela rede, o Orkut que ficou um tempo, parecia que aquilo tinha chegado para ficar. E acabou. De repente o Facebook também se desgasta por um motivo ou outro e acaba. Mas aí surge outra coisa, porque a web é muito forte. Veja, surgiu o WhatsApp, Twitter, tem tanta coisa. Todos eles faturam mais que os jornais (informação verbal).

A monopolização do fluxo de comunicações digitais é apontada por Bucci (2019) como um dos problemas das redes sociais. Ainda que elas proporcionem intensa interação – o que pode ser interessante para o debate público – os moldes de concentração de propriedade e a exploração industrial do desejo humano são os grandes dilemas éticos por elas suscitados, além, é claro, de se apropriarem da esfera pública de forma privativa.

Diante desse cenário, Eugênia ressalta que jornalistas ainda terão de encontrar saídas para o financiamento de seus negócios na internet. “A gente precisa encontrar um modelo de negócios para o jornalismo atual que faça com que o jornalismo se pague. Como vai ser isso? A gente ainda vai bater muito a cabeça com isso” (informação verbal).

Vladimir também considera que o futuro da profissão depende muito de se encontrar um modelo de negócios que permita sustentar uma imprensa profissional, comercial, independente.

Não se achou a melhor forma ainda, assinaturas digitais, anúncios pela internet, cobrança por acesso, ou por parte dos acessos, mas acho que o futuro do jornalismo vai depender muito disso, que modelo vai conseguir se encontrar para ele ter sustentação econômica, porque a gente não pode se iludir. [...] Muitas vezes a gente também percebe que existe uma dificuldade de compreensão grande por parte de muitos leitores, que se irritam quando são encaminhados para um link e que exige inscrição ou assinatura para ter acesso à leitura, porque durante muito tempo se acostumaram a ler uma informação de graça na internet, acho que até hoje. Isso foi um erro. Deveria ter se optado por um tipo de cobrança desde o início, então vai depender muito disso. Confesso que não tenho muita clareza do que vai vir por aí, porque a gente está dependendo de que caminho econômico vai se encontrar. Só que eu sei que não se pode abrir mão desses pilares do trabalho jornalístico. [...] Buscar facilitar a comunicação das pessoas com o mundo em que elas vivem, a compreensão desse mundo, seja em que ambiente for, seja em que modelo econômico, seja em que for, rádio, digital, que mecanismo utilizar para divulgar as informações, mas o fundamental da profissão tem que se manter (informação verbal).

Diante desses enfrentamentos que se colocam para a manutenção do jornalismo, João Paulo pondera que os profissionais deverão buscar mais conhecimentos:

Quando o jornalista tiver uma preocupação empresarial, for atrás de se capacitar. A pessoa passa sua vida toda tendo preocupação com linguagem, conteúdo e tal, agora tem que ser o próprio negócio. Então ele vai ter que pensar como empresário. [...] Vai ter que aprender, e aí também passa por formação, ele saber que isso é inevitável, é essencial. Pode ser determinante aprender a compartilhar, ter sociedade, que aí ele pode se juntar com alguém que já entende isso, da parte empresarial, de negócio, para encontrar saídas comerciais (informação verbal).

Alberto teme que os veículos passem por um enfraquecimento por conta da dificuldade do financiamento e isso representa um problema para a democracia.

Não sei o que vai dar isso. Me preocupa muito, porque com uma imprensa fraca o governo deixa de ser vigiado, quem vai vigiar? O doutorzinho lá que fica no Facebook fazendo crítica, ele vai investigar o governo? Não vai, isso é um trabalho profissional, tem que saber fazer, tem técnica para isso, não é? Tem toda uma formação, tem que ter uma experiência. A imprensa pode fracassar se perder muita força por conta da dificuldade de financiamento (informação verbal).

Antonieta vê o panorama de forma desesperançosa, principalmente porque informação de qualidade não tem sido uma prioridade para as pessoas. “Elas querem informação e não importa a procedência. Eu acho que isso é muito perigoso” (informação verbal).

Afonso acredita que devido a esse panorama, muita gente vai ter que sair da profissão ou migrar para empresa, jornalismo institucional, comunicação interna. Ele

não pretende deixar de escrever, mas em breve vai se afastar das redações. “Vou tocar outros projetos, vou embora do país, porque aqui, infelizmente, não dá para ficar, com essas concepções todas que eu já fiz” (informação verbal). Joel também vê o futuro do jornalismo como sombrio.

Eu não me iludo mais com o jornalismo. Tem um papel importante na sociedade, mas a gente não é o maior de tudo. Entender que a gente só é uma parcelinha que torna a sociedade com maior poder de comunicação. Mostrar a realidade é importante. A gente não pode fechar os olhos ao que está acontecendo na rua. Mas a gente também não pode achar que a gente é o supprassumo da coisa sabe? Eu já achei que a gente fosse mais coisa... Aquela história do quarto poder. Eu já achei que a gente fosse mais isso. Mas com essa questão, principalmente da internet, que a gente está muito pulverizado, as pessoas estão deixando de acreditar um pouco no que a gente escreve, muito em função dessa mudança de posicionamento dos meios. Daqui a pouco você vai falar uma coisa lá, e eu quero saber se os caras são [simpáticos ao presidente] Bolsonaro, não vou acreditar neles. [...] Mas o cara que gosta do Bolsonaro vai acreditar piamente (informação verbal).

Joel diz estar insatisfeito com o jornalismo. Assim como Afonso, também está quase mudando de profissão. “Eu já fiz vestibular para [Curso], que eu quero trabalhar com gestão de esporte. Eu acredito que o esporte transforma, mais que o jornalismo” (informação verbal).

João Paulo, ao contrário, quando olha para o futuro, tem uma visão esperançosa. Acredita que lá na frente os gestores dos veículos de comunicação vão entender que não faz sentido cobrir o que não dá ênfase à aldeia. “Eu vou ter que focar na cobertura local e ele vai ver que isso gera impacto, opa! Ele vai perceber que voltou a ser relevante. Porque ele vai ver que não tem como competir” (informação verbal).

João Paulo defende o jornalismo hiperlocal. Na opinião dele, com a diminuição dos veículos, permanecerão apenas os mais estabelecidos, cada vez mais tendo grande alcance, por isso vê a possibilidade de investir na cobertura local. Baldessar e Dellagnello (2013) advertem que o foco em determinados locais nada mais é que a segmentação do veículo, conclamada como uma possível alternativa para o jornalismo em rede. Para que a mídia hiperlocalizada se insira na comunidade é preciso contar com o apoio dela, isto é, que haja aceitação e participação dos seus membros.

Sejam de focos hiperlocais ou amplos, os veículos de comunicação precisam chegar às pessoas. Para esse exercício de conexão, o jornalista precisa movimentar-se de modo empático e alcançar a pluralidade, já que sua mediação trata de inúmeros

acontecimentos e fenômenos, por vezes complexos e não habituais à experiência dos jornalistas. Assim, impõem-se o esforço de colocar-se no lugar das pessoas que vivenciam os fatos sociais, como problematizaremos a seguir.

#### 4.4 O ESFORÇO DE COLOCAR-SE NO LUGAR: ESCUTA EMPÁTICA E ALTERIDADE

Entendemos a narrativa jornalística como instância de poder simbólico (BOURDIEU, 2009) mediada pelas condicionantes que apresentamos no cotidiano da reportagem (seção 4.2). Essas estruturas de forças – por vezes invisíveis – situam o lugar de fala de cada repórter. Somente a partir desse movimento de deslocamento dos distintos lugares sociais (RIBEIRO, 2019a) ocupados por esses profissionais conseguimos apreender como o cotidiano da vida social é transformado em narrativas jornalísticas.

Assim, a escuta empática (MEDINA, 2000; 2016) e a alteridade (LÉVINAS; 1993; TOURAINE; 1998) são determinantes para essa ponte que se consolida na entrevista jornalística e constitui o elo narrativo (MOTTA, 2013).

Os repórteres demarcam o lugar do outro como algo difícil de ser alcançado. É o caso de Vladimir, que explica como busca esse movimento. Lembra da cobertura de um crime ambiental, em que as pessoas foram aviltadas em seu direito mais básico, o direito de viver:

Acho que seria um pouco presunçoso dizer que eu consegui me colocar no lugar daquelas pessoas, mas estando presente no local, e falando diretamente com essas pessoas atingidas nos locais onde elas vivem, é muito mais fácil para nós conseguirmos compreender melhor a realidade que elas tinham e o impacto que elas sofreram. Eu acho que esse contato direto de jornalista com as fontes, com as pessoas, é fundamental para a gente conseguir entender melhor a realidade dessas pessoas e conseguir também traduzir melhor isso para o público. Isso, sem dúvida, faz uma diferença gigantesca, até porque quando a gente vai ouvir o outro lado, daí o caso do empresário, tenta dar uma informação, tenta dourar a pílula, claro, ou dar uma informação que alivia um pouco a sua responsabilidade. Se você esteve lá, se conversou com as pessoas, viu com os próprios olhos o que está acontecendo, tem mais facilidade de contrapor de argumentar, e de eventualmente dizer que não é bem assim. Então tem essa vantagem também (informação verbal).

Por isso considera que a empatia não fará o repórter se colocar exatamente no lugar das pessoas entrevistadas, mas, ao menos, possibilitará compreender e

se solidarizar com a situação que aquela pessoa vive, portanto, ser solidária às dores universais, como sugere Medina (2008). Antonieta também reconhece que isso é muito difícil de ser atingido:

A gente entende de estruturas e com pensamentos que vão influenciar na hora da matéria. Então, por mais que você se dedique, você vai vir com as tuas vivências, vai escrever a partir das tuas vivências, a partir do teu olhar. Eu acho que tentar se colocar no lugar do outro é muito importante, até para que consiga passar para os outros as visões daquele outro mundo... Eu acho que é imprescindível o jornalista se colocar, tentar se colocar no lugar do outro (informação verbal).

Para esse exercício de tentar se colocar no lugar, Antonieta usa a palavra respeito. Recorda de uma reportagem sobre violência obstétrica que a colocou em confronto com essa busca. Nosso diálogo evidencia sua preocupação e o alerta dado por sua entrevistada:

*- Tratava de violência?*

- Muitas pessoas não identificam como violência. Por mais que eu não seja mãe ainda, eu busquei entender o que acontecia naquele momento em que as mulheres eram agredidas física e verbalmente. Eu tentei imaginar como foi. [...] Uma delas tinha me dito que já tinha dado uma entrevista sobre o que aconteceu e não houve empatia, e aí ela estava um pouco receosa para dar a entrevista.

*- E ela usou esse termo?*

- Aham, que não houve empatia e que ela estava um pouco receosa de conversar comigo sobre isso.

*- Que doloroso ouvir isso, não é?*

- Foi um trabalho muito tenso. Foi um trabalho de faculdade, uma grande reportagem. A gente fez um site inteiro só com informações e tal, e foi bem complicado. Mas eu acho que é isso, respeito e empatia, já é meio caminho para tentar se colocar no lugar do outro (informação verbal).

O posicionamento de Antonieta é aderente à concepção de Hunt (2009) de que a “empatia imaginada”<sup>353</sup> é um fundamento dos direitos humanos. Ou seja, para respeitar e compreender os direitos dos outros é preciso imaginar que a outra pessoa é como você.

Da mesma forma, perguntei a Eugênia como ela estabelece uma ponte com as pessoas a quem entrevista. “Pergunta difícil. Porque eu nunca pensei como é que eu estabeleço uma ponte. Eu sempre achei uma coisa muito natural, muito óbvia” (informação verbal). “Acho que as pessoas precisam ser respeitadas, as pessoas têm direitos, precisam ser respeitadas” (informação verbal). Além da palavra respeito,

---

<sup>353</sup> Grifo da autora.



inclui alteridade. “Eu acho que empatia já é uma palavrinha um pouco vulgarizada” (informação verbal).

Afonso, ao contrário, está mais acostumado a pensar em empatia. “Alteridade não é um termo muito próximo a mim” (informação verbal). Sonia evidencia que o repórter precisa ter empatia, “não pode colocar a situação acima do personagem, do entrevistado. Tem que sentir aquilo para até poder falar com mais propriedade” (informação verbal).

Patrícia defende que a prática da reportagem precisa refletir o que o repórter escreve.

É um pouco isso que eu acho. Então a gente está falando sobre questões de gênero, a gente tem que ter posturas internas de defesa de sororidade<sup>354</sup>. [...] Eu tinha uma amiga que dizia: “Você é o que você escreve”. Ela dizia isso, quando lia as coisas. Você é o que você escreve. Eu acho que, é claro, alguns vão se revelar de um jeito ou de outro, mas tem que ter uma aparência e você tem que levar. Por exemplo, se eu defendo a liberdade de expressão, *blá blá blá*, o livre isso, livre aquilo, no meu exercício de jornalismo, dentro internamente, eu vou defender isso lá também. Entende? Eu vou defender aqui dentro da minha editoria, as pessoas têm um espaço para falar, eu vou tentar no meu posto de repórter especial, ajudar a construir esses espaços de fala. Essa democratização do espaço de matéria. Dentro da medida do possível, junto aos meus chefes (informação verbal).

Enquanto Patrícia coloca esse exercício como obrigatório. João Paulo, porém, destaca que o esforço de se colocar no lugar no outro não é demérito para o jornalista, já que cita a “visão neutra” (informação verbal) a que o jornalista está condicionado. Seu posicionamento encontra consonância na fala de Vladimir, para quem a “imparcialidade” (informação verbal) não é prejudicada com esse movimento. João Paulo acrescenta o que entende por esse movimento empático:

É se colocar no lado de criminoso. Se colocar no papel do que o criminoso está passando, no que o político corrupto também está passando. Ter empatia. [Colocar-se como] um assassino, esturador, a mulher que foi agredida, o homossexual agredido. Digamos que eu tenha toda uma ideologia socialista, anticapital, mas me colocar na pele de empresário que sofre, de repente, uma construção de um viaduto na frente do negócio dele. Eu acho que tem que ter empatia, até para poder extrair alguma coisa dali. Eu, quando eu comunico, estou comunicando também para cidadãos (informação verbal).

João Paulo comenta que esse esforço se torna ainda mais complexo no dia a dia do jornalismo com uma rotina acelerada, em que os lugares dos entrevistados nem

---

<sup>354</sup> A palavra sororidade vem do latim *sóror*, que significa “irmãs”. Tiburi lembra que “o feminismo nos ajuda a ver que somos todas irmãs umas das outras e que essa posição horizontal está no âmago da vida das mulheres” (TIBURI, 2018, p. 34).

sempre são respeitados. Aponta como uma das causas desse desrespeito a fragmentação e a superficialidade do relato, quando o repórter, para fechar a reportagem em pouco tempo e que será publicada em espaço reduzido, descontextualiza a fala das fontes, deixando apenas a questão mais marcante ou afirmativa. Dada a natureza de seu trabalho, busca o movimento inverso:

Na [editoria de] Cultura eu tento colocar o depoimento mais reflexivo. Eu, enquanto repórter cultural, eu gosto de citar reflexões e tem dado certo. Vejo que os leitores têm atendido a isso. Então a pessoa que é cheia de frase afirmativa, às vezes é legal também. Mas eu gosto mais quando a fala é essa reflexão. Hoje mesmo, eu selecionei nas falas, eu selecionei trechos assim (informação verbal).

Afonso assinala que dentro do “colocar-se no lugar do outro” (informação verbal) há o lugar de fala do próprio repórter. “Eu ainda não sei essa resposta, apesar de buscá-la diariamente, é um dilema para mim” (informação verbal). Ele explica que isso acontece em momentos em que não é protagonista daquilo que reporta, há um distanciamento social entre o que conhece, o que vive, e o que precisa compreender para narrar. “Eu sou um meio, apenas um meio. Só que é difícil, compreensivelmente difícil, mas eu ainda não sei a resposta” (informação verbal).

Carmen avalia que é impossível não ter esse ingrediente pessoal, especialmente quando o repórter aborda temas relacionados à cidadania e direitos humanos. “Tem esse exercício que a gente tem que fazer, que é um exercício de empatia” (informação verbal). A dificuldade, segundo ela, está no deslocamento do cidadão-repórter para o profissional-repórter, especialmente em temas sobre desigualdade. “Por mais que eu tenha tido uma origem humilde e tal, eu já estou mais distanciada disso” (informação verbal). Por isso, enfatiza: “Não tem jeito, tem que se esforçar” (informação verbal).

Audálio complementa: “Tentamos aproximar essa empatia pelo próximo, pelo outro, por universos que não são nossos” (informação verbal). Para ele, a chave para construir essas pontes está no exercício de ouvir, em saber entrevistar para além de técnicas pasteurizadas.

Se você fizer uma pergunta de cada vez, você vai ouvir as pessoas no momento que elas estão dizendo. Porque, muitas vezes, nós estamos naquela rotina do dia a dia. A gente quer pegar o próximo entrevistado. Aí você não dá atenção, você não está ouvindo, você não está olhando no olho, você não está ouvindo a pessoa. Às vezes você não está gravando, então você tem que escrever tudo, aí você, ou escreve ou ouve. [...] Uma coisa, eu adoro gravar. Eu fico com meu caderninho também, meu bloquinho, vou

anotando lá. Então se eu percebo que vou me distrair ou que a pessoa está falando é muito importante, aí eu paro. Se eu percebo que não estou conseguindo me concentrar nos dois, eu paro. [...] Para você tentar se aproximar principalmente em pautas, quando você vai entrevistar pessoas que estão numa condição social, problemática, que estão em situações de rua, ou pessoas por exemplo, em comunidades menos favorecidas ou que não têm acesso à educação. Eu acho que é mais difícil ainda, é um universo que é diferente do que eu cresci, da minha realidade. São nesses locais que você tem possibilidade de aprender mais com o outro, de você tentar desenvolver esse lado de ouvir e tentar entender mais o ponto de vista (informação verbal).

Para Audálio, que apesar de estar formado há quase uma década, guarda os ensinamentos de sua professora da graduação que destacava a necessidade desse esforço. Revela não saber se consegue desenvolver esse exercício de escuta de forma adequada. “Não acho que é uma questão de tempo e sim uma questão mais de vivência” (informação verbal). Dada sua relevância na construção de uma prática profissional comprometida, trataremos das contribuições da formação superior em jornalismo.

#### **4.4.1 Balizas da formação superior em jornalismo**

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Jornalismo, estabelecidas pela Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013<sup>355</sup>, indicam o perfil desejado do jornalista. O Artigo 5º do documento sinaliza que o concluinte do curso deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva capacitando-o “a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas” (BRASIL, 2013, p. 2).

Por outro lado, a formação jornalística deve, a partir das DCNs, possibilitar que o egresso possua os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará segurança para o exercício de sua função social. A partir da normativa, foram estabelecidas competências gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais. Os temas cidadania e direitos humanos são citados direta e indiretamente em todas as competências, como nas gerais:

---

<sup>355</sup> A Comissão de Especialistas para a elaboração da proposta das DCNs foi instituída pelo Ministério da Educação pela Portaria 203, de 12 de fevereiro de 2009, sendo as diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2013.

- a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;
- b) conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística (BRASIL, 2013, p. 3).

Já nas competências cognitivas, os temas aparecem especificamente em três incisos: “a) conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; b) conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania; c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania” (BRASIL, 2013, p. 3).

As competências pragmáticas estabelecidas nas DCNs, destacam, entre outros, que o jornalista deve ter em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade. As competências comportamentais destacam, no Inciso g): “exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões” (BRASIL, 2013, p. 4).

Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve incluir, no projeto pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação: fundamentação humanística; fundamentação específica; fundamentação contextual; formação profissional; aplicação processual; e prática laboratorial.

Os temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos são contemplados nos eixos, principalmente no de fundamentação humanística que tem como objetivo primordial capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual “de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas, além de sua geografia humana e economia política” (BRASIL, 2013, p. 4-5). O eixo de fundamentação humanística também estabelece que a formação do egresso atenda às:

Suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana (BRASIL, 2013, p. 5).

O Artigo 8º das DCNs acentua que as instituições têm liberdade para propor e ordenar as disciplinas. Sugere que a carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3 mil horas, sendo que o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Dessa forma, as DCNs apresentam-se como abertura para uma formação jornalística humanista que repercuta em uma prática profissional transformadora. Entretanto, nem sempre foi assim. Meditsch (1992) lembra que a lógica positivista científico-industrial esteve presente na formação em jornalismo por muito tempo. Segundo ele, a perda do objeto de estudo do jornalismo centrado nos sujeitos da cultura e do conhecimento deve-se, em grande parte, ao modo como as universidades passaram a entender o jornalismo, mais voltados à prática do que às teorias humanistas. Nas palavras de Meditsch, as universidades formavam burocratas.

Assim, indagamos os repórteres sobre como a passagem pela universidade colaborou no debate de temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos. Vale ressaltar que apenas Antonieta e Luiz cursaram Jornalismo a partir das novas diretrizes.

Ainda que as experiências e trajetórias demarquem os lugares sociais dos sujeitos (RIBEIRO, 2019a) e, portanto, suas visões de mundo, a formação superior também dá grande contribuição aos jornalistas sobre os modos como apreendem as realidades sociais.

Embora o foco tenha sido a graduação, Alberto dá uns passos mais atrás - dada sua longa carreira - e volta suas lembranças ao ensino básico ao destacar que ainda hoje, no Brasil, há pessoas que não acreditam que houve ditadura no país, justamente por não estudarem sobre isso na escola.

Eu estudei História e Geografia, menino, adolescente na época da ditadura militar. Eu cheguei nos meus 16 ou 17 anos e não sabia que teve ditadura militar no Brasil. Eu achava que era um governo militar que entrou para fazer a revolução, para tirar os comunistas... essas coisas que metiam na cabeça da gente. As escolas metiam isso na cabeça da gente. Então a ditadura não

[influenciou] só a questão da imprensa. A ditadura vai lá dentro da escola para levar esse ranço, essa coisa, sabe: “Ah, nós estamos aqui para combater o comunismo”. O comunismo acabou, cara! (informação verbal).

Graduado por uma universidade privada de uma cidade de médio porte no final da década de 1970, considera sua formação acadêmica fraca, principalmente porque os professores não tinham vivência em redações maiores. Foca sua análise na questão técnica: “Eu saí e tive que aprender fazendo, se bem que, durante a faculdade eu já trabalhava” (informação verbal). Pondera, também, que pensar criticamente durante a formação universitária é fundamental. “A universidade não tem só que ensinar a fazer o *lead*, apuração, câmera escondida, infiltração, não. A faculdade tem que abrir a cabeça da pessoa” (informação verbal).

Hoje ministra palestras em universidades e avalia que o ensino nos cursos de Jornalismo é muito melhor. “Há equipamentos disponíveis, que não tinha naquela época, a metodologia é melhor, a formação de professores” (informação verbal). Para ele, que divide a redação com as novas gerações, o jornalista contemporâneo sai bem formado da universidade. “Sai com essa visão de mundo, essa consciência social também. Percebo isso nas conversas deles. Não são pessoas alienadas, são pessoas conscientes” (informação verbal). Ainda assim, ressalta que é preciso haver, entre os professores universitários, aqueles que executaram funções como repórteres, editores, para que o ensino esteja mais conectado com a prática.

Carmen se formou em 1989 em faculdade privada. Antes disso concluiu magistério, chegando a atuar como professora de educação básica no início de sua carreira. Ela diz que vem daí sua preocupação social.

Vladimir, que ingressou na universidade pública em 1992, observa que nessa época já se falava em direitos humanos e em cidadania. “Era um período em que a sociedade brasileira, de maneira geral, estava começando a falar mais, de utilizar mais esses termos” (informação verbal). Isso porque foi o período pós-redemocratização. Ele considera que cidadania era um tema que estava entrando em voga. Naquela época, segundo ele, havia um certo distanciamento entre o ensino acadêmico e a experiência prática da profissão.

Embora tivesse uma formação teórica razoável, essas questões muito peculiares, muito práticas da profissão, não conseguia ter uma noção muito clara ainda durante a faculdade, como a relação direta com uma fonte ou com uma pessoa que está numa situação vulnerável. Às vezes, até se colocar no lugar dela, não no sentido apenas de descobrir qual é o melhor enfoque para aquela matéria, mas até se é o caso de utilizar o nome daquela pessoa na

matéria ou não, porque pode até expor ela a algum risco, constranger, ou até há risco de violência, sendo uma pessoa que vive numa área conflagrada e está fazendo uma denúncia sobre a violência que ela vive. Ela pode ser vítima de alguma retaliação, então se colocar nesse lugar, embora para matéria se fosse melhor por exemplo, citar o nome da pessoa, ou dizer exatamente onde ela mora, para ela talvez o melhor seja que a gente não diga. Às vezes é melhor não dizer porque uma matéria não pode colocar em risco a segurança de uma pessoa que, às vezes, até não vê problema em dar o seu nome por não ter muita noção do que pode acontecer. Também é uma função do jornalismo, do jornalista, esclarecer para ela as consequências possíveis de uma entrevista que ela dá. [...] Não está muito presente no mundo dela. Mas isso, eu acho que realmente só no exercício da profissão que a gente vai compreendendo melhor. Na faculdade, eu realmente acho que é difícil, se fala um pouco dessas questões, mas acho que eu estudei já faz muito tempo, não é? (informação verbal).

Vladimir conta que não havia uma cadeira específica, mas os temas apareciam transversalmente, em várias disciplinas. “Então sempre se via o trabalho do jornalista como um trabalho fundamental, para democracia, para cidadania, para garantia de direitos humanos, sempre foi bem abordado” (informação verbal).

Patrícia também cursou Jornalismo em universidade pública. Tinha muita afinidade com o centro de História, Filosofia e Ciências Humanas, onde cursou muitas disciplinas. “Minha formação vem da Sociologia, do interesse pela História, da Filosofia, muito forte sempre. Eu me interesso muito pelo que está oculto” (informação verbal).

A formação acadêmica de Clarice, realizada em universidade privada, teve peso forte em História e História Contemporânea. Lembra de temas relacionados à cidadania e direitos humanos aparecerem transversalmente.

A ponto de eu não saber dizer quando que não tem esse tema, porque ele permeia todo o espectro da formação do jornalista. A gente está sempre sendo provocado: “Você precisa aprender ouvir mais, você precisa aprender a respeitar a lei, a observar”. Enfim, é um exercício constante do tipo: “Nossa, será que eu não estou ouvindo direito as pessoas, ouvindo direito as histórias?”. É um exercício, você precisa ouvir melhor as pessoas, ficar atento, enfim, é um exercício constante (informação verbal).

Ela considera que os temas precisam ser mais debatidos para além das universidades, na esfera pública, politicamente.

Entendo que a universidade faz o seu papel. Talvez nós como cidadãos, chegamos crus demais à universidade e acabamos não aproveitando o seu potencial. Isso não é uma culpa da universidade ou do sistema educacional e sim de uma coisa cultural, da sociedade que produziu. [...] As pessoas, às vezes, cobram muito que há um distanciamento da universidade da sociedade, mas há um distanciamento da sociedade para a universidade que cobra um poder, uma função, que nunca foi a função da universidade. Um poder que a universidade talvez não tenha (informação verbal).

Por isso, defende que a própria sociedade tem que se engajar mais em temas de cidadania e direitos humanos. João Paulo, que não lembra de ter debatido esses temas no ensino básico, concorda que eles precisam ocupar vários espaços de discussão. Na graduação, se recorda de ter lido sobre cidadania, direitos humanos e a Constituição na disciplina de Ética. Na sua grade, havia uma disciplina específica para Legislação jornalística em que discutiam também a preservação da fonte em casos relacionados aos direitos.

Afonso iniciou a graduação na universidade pública e concluiu no ensino privado devido a um problema de saúde. Analisa que na universidade privada teve um curso técnico de Jornalismo. “Sem essa questão humana e isso me preocupa bastante porque está formando robôs, máquinas de escrever e jornalista não é isso” (informação verbal). Contudo, na universidade pública, sua grade era de 1985 apesar de ter ingressado em 2008, mas o tema aparecia dentro e fora da sala de aula, em todos os espaços universitários.

Antonieta também cursou universidade pública. Lembra de ter tratado especificamente sobre direitos humanos por iniciativa do professor que lecionava a disciplina de Jornalismo Convergente. “A ideia do professor era que a gente fizesse uma matéria que falasse sobre direitos humanos. Antes disso a gente entrou no site da ONU, a gente entendeu o que era e tal, em que contexto entrava” (informação verbal). Além disso cursou uma disciplina eletiva em Biblioteconomia sobre arquivos de História e Direitos Humanos.

Gisela foi bolsista em universidade privada. Lembra que a abordagem sobre cidadania tinha um aspecto mais generalista, permeava quase todas as disciplinas. “Em relação especificamente aos direitos humanos, eu acho que é um discurso mais atual. Eu entrei em 2006 e saí em 2010, então eram coisas muito mais relacionadas a produtos, ou relacionados a disciplinas, a leituras específicas” (informação verbal). Ela destaca que questões que passavam por um campo mais reflexivo foram mais deficitárias em sua formação.

Luiz cursou Jornalismo em universidade pública. “Ela te forma para ser um pesquisador em comunicação, ela não te ensina como ir para rua. Claro, a gente teve experiência disso, mas acho que a gente aprende muito também na rua” (informação verbal). No entanto, vê a universidade como espaço para refletir sobre a prática, um espaço para adquirir repertório cultural. “Essa pergunta sobre qual o papel do



jornalista era uma pergunta diária na faculdade, e a gente sempre chegava nessas questões, de reconhecer o trabalho do jornalista e quais são suas funções no mecanismo que é sociedade” (informação verbal).

Considera que sua formação universitária contribuiu para a compreensão de assuntos como direitos humanos, tema de uma disciplina optativa, da qual participaram poucas pessoas. “A gente teve praticamente uma aula para cada tema. Teve uma aula sobre direito das mulheres, outra dos indígenas, outras dos negros, outra da população LGBT. Foi uma disciplina incrível” (informação verbal).

A gente sempre abordava essa questão do que é fazer um jornalismo combativo e do quanto a gente ia ter dificuldade para fazer isso lá fora, sabe? Sempre tinha isso. Chegando lá fora a gente percebe que é isso mesmo. Se a gente não mantiver essa chama acesa, é clichê falar... Mas é isso mesmo. Acho que jornalismo vem muito de paixão, vem muito da visão, da sua visão de mundo, então ela reflete no teu trabalho. Se a gente não tiver isso, não faz sentido (informação verbal).

Sonia diz não lembrar muito bem, mas teve disciplinas específicas sobre os temas, além de muita discussão. “Por conta disso, eu acho um absurdo a questão de não-obrigatoriedade do diploma” (informação verbal). Para ela, jornalismo é muito mais do que escrever. “É você pensar nos conteúdos, é você saber colocar no papel conceitos abrangentes que vão além das linhas” (informação verbal).

Audálio recorda de diversas disciplinas que abordam as temáticas, como Ética do Jornalismo, Sociologia, Filosofia, Estudos Sociais Contemporâneos, cujas discussões são do universo dos direitos humanos. Joel também aponta as disciplinas básicas de Sociologia e Antropologia como espaços onde ocorreram essas discussões durante sua graduação.

Clarice avalia que a formação colabora para que o jornalista seja um defensor dos direitos humanos, seja uma pessoa atenta às convenções que o próprio país assinou. “Não é porque eu gosto de direitos humanos ou porque eu acho interessante, ou porque eu sou progressista, não! É uma coisa a gente tem que cumprir porque foi combinado antes, então não é muito uma opção” (informação verbal). Audálio também aborda a questão. Conta que apesar da maioria de seus professores serem de esquerda e abordarem essas questões, os temas são universais.

Destacamos que a presença dos temas de forma mais específica nos cursos de Jornalismo se dá entre as gerações mais jovens, o que coincide com as novas DCNs. É nesse momento, também, que os temas passam a aparecer mais na esfera

social e digital, como destacam Biroli e Miguel (2017). No entanto, nossos entrevistados e entrevistadas revelam que a abordagem das temáticas ao longo dos cursos se dá, principalmente, a partir da iniciativa de professores.

Além da formação superior, muitos repórteres buscam formação também fora da universidade, como foi o caso de Antonieta. Ela ingressou no coletivo em que atua graças a um curso que realizou, oferecido pela equipe. Carmen explica que busca se atualizar tanto sobre dispositivos tecnológicos quanto teoricamente. “Eu converso muito o tempo todo com os jovens e tenho curiosidade sobre o que eles estão fazendo, o que eles estão lendo, o que eles estão vendo” (informação verbal).

Apesar de Cecília considerar que teve uma boa formação na universidade privada, precisou buscar mais conhecimentos sobre o sistema judiciário. “Eu faço cursos online e entro muito em contato com advogados. Muitas vezes, se eu tenho dúvida, eu procuro aqueles que entendem, mesmo, para me explicar melhor aquela situação” (informação verbal). Conta com um consultor, um docente com especialização em segurança pública. “Ele entra como fonte e entra como professor para me ajudar a seguir uma linha mais razoável” (informação verbal).

Eugênia, que ingressou na mídia independente depois de vários anos atuando no jornalismo convencional, tem buscado cursos e oficinas para se atualizar. Gisela buscou o mestrado acadêmico, segundo ela, por uma conjugação de fatores. “Eu gosto do ambiente acadêmico, eu gosto das discussões. Na redação, eu me sinto muito completa, mas tem uma lacuna ali que é a questão da discussão e da reflexão crítica” (informação verbal). Algumas pessoas entrevistadas preferem manter-se atualizadas em cursos de especialização e com a participação em eventos e congressos profissionais, como é o caso de Audálio.

A permanente atualização é um desafio aos jornalistas, já que precisam acompanhar e relatar as transformações sociais, cada vez mais dinâmicas e velozes. Quando tratamos de abordagens sobre cidadania e direitos humanos, há a necessidade de apropriação semântica adequada.

#### **4.4.1.1 Expressões de desdizer**

A partir das entrevistas, percebemos que a abordagem dos temas a que nos debruçamos nesta pesquisa aparecem de modo latente no cotidiano jornalístico. Eugênia dá pistas sobre a raiz desse fenômeno. “Cidadania ainda é uma palavra

desconhecida. E acho que direitos humanos é uma expressão marginalizada no Brasil de hoje, marginalizada pelas autoridades, por essas pessoas que estão aí no poder.” (informação verbal).

Questiono porque a cidadania ainda é desconhecida. “Se cidadania fosse uma palavra mais conhecida da população, se eles soubessem o significado, a gente não estaria no momento que a gente está hoje, da maneira como nós estamos” (informação verbal). Eugênia se refere aos constantes ataques aos direitos, conforme discutimos.

Outros entrevistados também abordaram a questão, já apresentada em seções anteriores, como foi o caso de Vladimir. Ele considera que recuperar o sentido original dessas terminologias gera um desgaste muito grande. Lembra que paira no imaginário social que direitos humanos é coisa de esquerdista. “Parece que o termo vai se desmanchando, depois ele se transforma em outra coisa. Tem que vencer um ranço muito grande em que foi sendo sedimentado ao longo de muitos anos” (informação verbal).

Além do debate sobre os temas centrais da pesquisa, notamos, ao longo das entrevistas, a apropriação de expressões, nomenclaturas e termos relacionados ao vasto campo em questão.

As preocupações de Luiz estão centradas, por exemplo, no tratamento mais adequado a ser dado para alguns assuntos que aparecem na sua rotina de repórter, sobretudo na produção de títulos para o jornalismo online, onde impera a cultura caça-cliques. “Quais são os termos adequados para usar a isso: ‘Homem é morto pela polícia’ ou ‘Homem morre em troca de tiros com a polícia’? A gente tem que pensar, porque tudo é uma disputa de discurso e qual discurso vai prevalecer” (informação verbal). Por isso, reforça que jornalistas precisam ampliar o foco, ir além da escuta a órgãos públicos e autoridades.

Além de decisões editoriais sobre a abordagem recomendada, a língua é dinâmica e transformada socialmente. Assim, diversos são os manuais oferecidos atualmente – especialmente por agentes públicos, entidades da sociedade civil e de movimentos sociais – que sugerem aos jornalistas o uso adequado de terminologias. Dão possibilidades mais inclusivas de linguagem, posturas não-sexistas e que minimizem a propagação de estereótipos (BASTHI, 2011)<sup>356</sup>.

---

<sup>356</sup> Nesta pesquisa, adotamos o *Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia*, organizado a partir de uma parceria entre a ONU Mulheres e a Fenaj (BASTHI, 2011). Dos diversos manuais, guias, cartilhas

É importante destacar que a linguagem inclusiva não abarca, somente, as questões de gênero e diversidade, mas múltiplos grupos identitários como pessoas com deficiência, população negra, grupos étnicos, entre outros.

Antonieta, inclusive, chama a atenção para esse fato. Considera que a prática jornalística peca no uso de algumas palavras. “Eu acho que esses termos que o jornalismo usa contribuem para falta de entendimento do que são direitos humanos, acho que o jornalismo precisa ser mais explicativo” (informação verbal).

Patrícia tem buscado desconstruir sua própria linguagem em respeito a essas possibilidades de inclusão. “Eu acho que o jornalista tem uma responsabilidade enorme em não reproduzir. Tudo é desconstrução. Como já foi lá atrás, com infância e juventude, chamada de ‘menor’” (informação verbal).

Ela dá outros exemplos: “Eu não escrevo mais ‘crime passional’, não consigo” (informação verbal). Patrícia se refere aos feminicídios e às demais ocorrências de violência contra a mulher, ou seja, crimes de gênero que devem ser abordados com sobriedade sem romantizar tais fatos. Para a repórter, esse é um grande avanço. “Isso é um ganho, que não é nosso, só, enquanto jornalista. É aquela história, o movimento feminista está aí, há milhares de anos lutando por igualdade, e a gente está dando passos” (informação verbal).

Cecília não admite usar a expressão “mãe solteira”, já que na maioria dos casos as mães assumem a criação dos filhos sozinhas. “O homem tem aquele direito de simplesmente: ‘ah, eu engravidei e não estou nem aí’ e seguir a vida dele. A mulher, ela fica com o filho” (informação verbal). Ela comenta que sua recusa foi reforçada por uma cobertura recente: uma mulher com quatro filhos esteve em audiência judicial com o ex-marido. A advogada queria que ela aceitasse R\$ 200. “Tinha mais de um ano que o cara não pagava a pensão, e ela estava no limite, sendo despejada de casa” (informação verbal). Cecília ultrapassa a fronteira da maternidade socialmente imposta e valoriza os cuidados próprios de mãe no ato relacional da mulher com seus filhos, mesmo na condição de miséria, ou seja, reconhece sua maternagem (BALUTA; MOREIRA, 2019), por isso contesta o estereótipo da “mãe solteira”. Sua transposição

---

e demais documentos disponíveis sobre o tema, destacamos os *Minimanuais do Jornalismo Humanizado* oferecidos pela organização não-governamental de inovação social Think Olga sobre os temas aborto, estereótipos nocivos, jornalismo esportivo, violência contra a mulher, LGBT+, pessoas com deficiência e racismo. Disponível em: <<https://thinkolga.com/ferramentas/>>.

semântica carrega anos de lutas do movimento feminista na desconstrução de estigmas sociais.

Gisela acredita que sua geração está mais acostumada a problematizar e refletir sobre esses assuntos, por isso protagoniza embates na redação com as chefias. “É um convencimento a gente falar que não é ‘parada gay’, mas é uma parada de diversidade sexual. Porque, claro, é uma nomenclatura. ‘Isso é uma besteira, é um nome’. Não, não é um nome, para a nossa geração é um recorte” (informação verbal).

Carmen ressalta que a atenção aos temas sobre diversidade de gênero tem alterado vocabulários na redação, onde convive com repórteres recém-formados e em início de carreira.

Eu percebo que existem palavras que você usava antigamente, que são totalmente proibidas. Essa geração ela já vem com um outro conceito. Já está no cotidiano de convivência. Então tem coisas que, por exemplo... Eu sou daquela geração de que a pessoa falava: “Ah é ‘bichinha’, é ‘viadinho’”. Isso não existe mais. Então, do ponto de vista comportamental, é muito legal você perceber como os jovens lidam com isso (informação verbal).

Além desses exemplos de cuidado em evitar nomenclaturas e expressões excludentes, não deixamos de notar que, durante as entrevistas, alguns jornalistas adotaram termos em desuso. Ouvimos, algumas vezes, a palavra “homossexualismo”, em que o sufixo *ismo* dá conotação de patologia. Essa palavra apareceu junto da expressão “opção sexual”, quando o indicado é *orientação sexual*, justamente por não se tratar de uma escolha. A orientação sexual diz respeito à atração de cada pessoa em relação às outras, enquanto a *identidade de gênero* diz respeito à pessoa, como ela se identifica (THINK OLGA, 2017).

Ainda que dita em tom irônico durante as entrevistas, registramos que a expressão “cidadão de bem e bandido” demarca o binarismo social que classifica pessoas e as relega à subcidadania. Também foi o caso “portador”, para se referir às pessoas com deficiências físicas ou intelectuais, quando sabemos que não é possível deixar de portá-las. Outro exemplo é a expressão “moradores de rua”, ao invés de pessoas em situação de rua. A demarcação de que estão *em situação* busca não fixar essas pessoas na rua. Ao contrário, procura apresentar, como desejadas, as possibilidades de transitoriedade e ultrapassagem dessa condição.

Tais usos demonstram que a alteridade – o respeito às vivências de outros e outras em suas individualidades – é fundamental ao processo de reportagem. Afinal, fazer jornalismo é saber olhar para as pessoas de um modo muito humano,

compreensivo e de profundo respeito (FARAH, 2018). Os deslocamentos semânticos sinalizam que a apreensão da cidadania e dos direitos humanos é uma decisão consciente, que se traduz na *práxis*.

#### 4.4.2 Pluralidades e diversidades nas redações

O tratamento dado aos temas cidadania e direitos humanos denuncia, também, a falta de pluralidade e diversidade nas equipes jornalísticas. A Fenaj tem procurado introduzir o tema, que ainda é incipiente nas redações. Há, por exemplo, a tentativa de constituir redes de mulheres jornalistas e comissões de mulheres nas entidades sindicais, assim como núcleos de comunicadores afro-brasileiros e Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira).

Além das questões de gênero e raça, a diversidade de faixa etária também exige atenção no jornalismo brasileiro. Não podemos deixar de demarcar como a juvenilização das redações aparece em tensão nas entrevistas quando tratamos do aprofundamento de questões ligadas à cidadania e direitos humanos.

Para Gisela a falta de atenção aos termos, expressões e formas de abordagens se dá, em grande parte, porque editores e chefes de reportagem pertencem a uma geração que não estava acostumada com o debate permanente desses temas no cotidiano social. “Não via tanta relevância nisso. A gente vem de uma geração mais nova que vê relevância nisso e aí é um choque” (informação verbal).

Gisela também atribui a dificuldade em adequar as abordagens sobre os temas à consonância das redações ao discurso conservador que reflete da sociedade. Essa linha editorial mais conservadora faz com que se inviabilize discussões mais aprofundadas. “[...] Está mexendo com uma coisa que não tem relevância na cabeça de algumas pessoas ou vai incomodar demais na cabeça de outras” (informação verbal).

Carmen concorda que repórteres mais jovens demonstram uma postura mais ativista em relação à defesa da pluralidade e da diversidade. Ela confere essa postura à naturalidade com que essa geração lida com os temas de cidadania e direitos humanos. “As relações deles já são assim. Já se colocam melhor, é assim desde o início, na relação com os pais deles” (informação verbal). Considera que a defesa de um mundo mais inclusivo por essa geração se dá graças às conquistas sociais de

gerações anteriores, como foi o caso da redemocratização. Embora sua postura atual seja de maior resignação, justamente por ser repórter que cobre política, por exemplo, ela conta que lutou no movimento *Diretas, já!*. “Na minha escola de jornalismo ser ativista é errado. É uma coisa que foi repetida, você deve ter ouvido bastante isso. Eu acho que agora, é menos. Até que ouvem, mas estão [palavrão] para isso” (informação verbal).

Por outro lado, Carmen registra que o reflexo das novas gerações pode comprometer o cumprimento das responsabilidades jornalísticas para os direitos humanos e a cidadania quando há uma perda do que ela chama de “memória das redações”, já que repórteres experientes trazem consigo conhecimentos acumulados ao longo de sua carreira. “Isso foi um negócio meio assustador, porque foi muito rápido. As pessoas que eram mais velhas e estavam ao meu redor, foram demitidas. Quando eu olhei só tinha um cara que era mais velho do que eu na editoria e foi demitido” (informação verbal). Para ela, esse fenômeno pode afetar a interpretação aprofundada do panorama social, cada vez mais complexo e mutável.

Esse também é o alerta de Patrícia. Ela adverte que o tópico é delicado e importante, e precisa ser colocado em discussão sobre a prática jornalística na contemporaneidade “Dá uma tese de doutorado” (informação verbal). Patrícia considera que, embora muitas repórteres jovens estejam comprometidas e demonstrem consciência de gênero, nem sempre a renovação de idade das redações traz maturidade e curiosidade. “Não veio, de uma forma geral, acompanhada dessas inquietudes que nós jornalistas mais antigos, sempre tivemos. [...] A gente foi forjado em outro ambiente” (informação verbal). Patrícia nota que a substituição de repórteres experientes por mais jovens se dá, principalmente, por finalidade econômica. Com isso, o exercício da reportagem é, em suas palavras, “barbaramente atingido” (informação verbal).

Além do impacto da juvenilização, outra questão apontada pelas pessoas durante as entrevistas, foi sobre os reflexos da feminização. Carmen exemplifica: “Eu sou de uma época em que eu já fui minoria da redação” (informação verbal). Avalia que a sua geração foi importante ao feminismo, porque teve que abrir muita porta para ser respeitada como jornalista e como mulher. “A gente teve que se impor muito mais. Então, quando veio a geração seguinte, já não era mais raridade, uma novidade. A gente já tinha se colocado” (informação verbal). Ela completa:

Agora é uma redação repleta de mulheres... Agora, se você prestar atenção, volta no que eu falei para você... As chefias são desproporcionais um pouco. Acho que ainda tem mais homens na redação, nas chefias, do que no reportariado. [...] Sempre há uma editoria feminina, mas o núcleo decisório é puramente masculino. E eu não estou falando masculino só no sentido de homens, mas no sentido de regras, que a gente se vê pouco. [...] Eu ouvia comentários, até de amigos jornalistas, que eram totalmente pejorativos. Do tipo: “Ah... você conseguiu essa matéria porque você é bonita”. [...] “Só conseguiu essa matéria porque tem peitão” (informação verbal).

Carmen sinaliza que antes da sua, houve uma geração de repórteres mulheres pioneiras. Ainda assim, já passou por situações constrangedoras com políticos machistas. “No congresso tem muito isso. No congresso tem gente de todo o país, de toda a cidade que você imaginar. Então você tem que conviver com isso” (informação verbal).

Lembra de uma cena horrível que vivenciou. Ela estava na porta do plenário e um deputado chegou e se encostou em seu corpo. Recorda de ter levantado o braço para revidar, mas outro deputado segurou, falando para ela não fazer isso porque geraria uma confusão. “Eu nem olhei, eu nem sei quem era o cara. Eu ia enfiar um soco nele. O cara achou que eu era um objeto ali, estancado ali no meio” (informação verbal).

Ao dimensionar a lógica masculinista, sobretudo a partir do preconceito de gênero que atravessa sua prática jornalística, Carmen denuncia as tentativas de silenciamento de sua voz de repórter e de violação de seu corpo de mulher. Substancia que masculino, é o gênero do jornalismo, como constatou Veiga da Silva (2014). De acordo com a pesquisadora, essa generificação, que gera hierarquias e desigualdades, decorre da reprodução das relações de gênero e poder prevalentes na cultura hegemônica.

Sonia também guarda lembranças dolorosas sobre o machismo que já enfrentou. Ela participava de um programa de TV sobre times de futebol. Cada jornalista trazia novidades sobre uma equipe específica. “Aí o apresentador falava: ‘fulano está aqui hoje para trazer novidades no time tal’. Fulano, fala. Ciclano também, trouxe muitas notícias... A Sonia está aqui para embelezar o programa” (informação verbal). Isso a deixava indignada. “Então eu estava ali com um papel de enfeite. Aquilo foi me incomodando. Por vezes fui grossa no ar com ele. Aí ele foi reduzindo cada vez mais meu tempo de participação” (informação verbal). A repórter se sentia boicotada. “Os homens tinham tanto tempo para falar do time deles e ele me deixava para o final.



Eu ficava um pouco nervosa, era um programa ao vivo. Às vezes eu não conseguia desenvolver” (informação verbal). Foram quase dois anos suportando essa situação. Para Santos e Temer (2018), embora o mercado de trabalho jornalístico reflita uma mudança social em relação à presença da mulher, isso não significa que a discriminação não seja histórica e presente nesse campo profissional.

Mesmo atualmente, Sonia avalia que o jornalismo esportivo configura um espaço restrito para repórteres mulheres. “Ela pode estar no programa para ler os e-mails, mas para falar com propriedade já é uma coisa um pouco mais delicada. O homem não vai aceitar que a mulher faça uma análise, digamos assim, do futebol” (informação verbal). Cita o exemplo de uma colega que é respeitada por assumir uma postura tida como masculina. “Existe preconceito, existe a desconfiança, existe aquele velho discurso que a gente sempre tem que provar que entende de futebol. É bem chato. Não basta a mulher falar que gosta de futebol. Tem que provar” (informação verbal). O relato de Sonia soa como um desabafo, mesmo nesse momento de ampliação do debate sobre o feminismo impulsionada pelo ativismo digital (MCCANN *et al.*, 2019).

Para Sonia, apesar dessas dificuldades, vivemos um momento de maior atenção para pessoas invisibilizadas, principalmente sobre questões raciais e de gênero. Patrícia também observa que a democratização da informação e o acesso da periferia e de demais grupos vulneráveis está chegando em espaços que antes não chegava. “Talvez a gente esteja vivendo processos dissociados para o jornalismo” (informação verbal).

Carmen, no entanto, sinaliza que a pluralidade da equipe tem sido uma preocupação no veículo em que atua. É uma discussão interna para que haja diversidade sexual e religiosa. “Estão buscando agora um jornalista indígena. [...] Tem um esforço, não é fácil. A gente reflete muito a sociedade. Criaram um comitê de mulheres. Estão criando uma editoria de diversidade” (informação verbal). Para Carmen, o que acontece fora da redação entra de qualquer maneira, seja pelos próprios jornalistas, as gerações mais novas, seja pelo público que cobra que esses temas estejam na pauta, como levantou Gisela.

Flores (2019) avalia que os debates que ocupam espaço na sociedade são trazidos para o jornalismo, o que ela chama de tendências externas<sup>357</sup>, como é o caso

---

<sup>357</sup> No caso das questões de gênero e do feminismo estão relacionados à macrotendência *Unrestricted Human*, embora haja também vinculação com *Centripetal Demands* (FLORES, 2019).

das questões de gênero e do feminismo. Todavia, a pesquisadora destaca que se apropriar das tendências é, certamente, um grande desafio ao jornalismo no contexto contemporâneo. Flores questiona: “Como propor um ambiente de diversidade com cada vez menos pessoas?” (FLORES, 2019, p. 215). Talvez a resposta para essa difícil questão esteja em uma das poucas características estáveis do jornalismo, trazida pela pesquisa de Flores: a relação próxima do jornalismo a seus públicos.

Quando entrevistei Audálio, ele guardava uma recordação recente sobre ter assistido a um painel sobre diversidade nas redações. “Foi maravilhoso, eu quis estar ali para entender, para poder me aproximar mais, para a gente ouvir. [...] Entender um pouco mais de problemas que eu não enfrento” (informação verbal). Sua preocupação era compreender o lugar social de quem vive a diversidade de cor, de gênero. “Não importa se é uma situação de racismo, de homofobia, eu não estou num local de fala de nenhuma dessas coisas” (informação verbal). Ele destaca, porém, que não é somente quem está nessa situação que pode falar, mas pondera que é preciso ter preparação adequada para que a abordagem seja inclusiva.

Nessa perspectiva, Afonso busca se aproximar de alguns movimentos, como o movimento negro e o movimento feminista. “Eu sei que eu nunca vou ser um protagonista, até porque eu sou um homem que eu não tenho como ter protagonismo no movimento feminista, mas eu quero dar uma contribuição de alguma maneira” (informação verbal). A partir de sua experiência, tem conseguido maior interlocução com o movimento LGBTQIA+, graças ao seu círculo de amizades.

Consideramos, portanto, que a cobertura atenta de temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos é resultado de inúmeros fatores, que vão de condicionantes externas até a postura de empresas e, individualmente, de repórteres. Na próxima seção, analisamos como as trajetórias de vidas das pessoas entrevistadas colaboram para a construção de *ser repórter*, profissional que busca o signo da relação, conforme sugere Medina (2008) e como contribui na narrativa qualificada sobre as temáticas.

#### 4.5 MARCAS INTERSECCIONAIS: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS

A partir do arcabouço teórico do feminismo negro, adotamos a matriz interseccional como apoio teórico-metodológico para estudar as experiências das pessoas em hierarquias de poder (COLLINS, 2017; COLLINS; BILGE, 2019) como é

o caso de repórteres. Entendemos que, para tensionar suas cidadanias e como a consciência delas é transposta para seu compromisso profissional, precisamos conceber a inseparabilidade estrutural etnocêntrica (SANTOS, 1997, 2010), racista, capitalista e cis-heteronormativa-patriarcal<sup>358</sup> (AKOTIRENE, 2019). Nosso movimento analítico privilegia, desse modo, compreender as vivências dos profissionais e, com isso, os lugares de onde falam (RIBEIRO, 2019a).

Acreditamos que a escuta desses *falares*, como diria Medina (2003), é necessária para a compreensão sobre a abordagem dos temas por jornalistas. Nesse momento de intensa transmutação na prática jornalística – e no perfil de profissionais que a exercita – julgamos ser necessário compreender os lugares sociais em que estão ou estiveram situados. A perspectiva por nós adotada busca apreender relações sociais desiguais que desconsiderem e desrespeitem a diversidade e a pluralidade. Afinal, as vivências de repórteres ajustam seus enfoques da realidade.

Por isso, geralmente ao final das entrevistas, pedi que jornalistas fizessem uma autodescrição, um momento de reflexão sobre suas condições de jornalistas, cidadãos e cidadãos detentores de direitos humanos. A partir da análise de suas metanarrativas, conforme Motta (2013), buscamos compreender como repórteres se percebem e se intersubjetivam no mundo. O autor considera fundamental indagar: “Quem é o narrador das histórias que lemos ou ouvimos cada dia?” (MOTTA, 2013, p. 213).

Diante desse questionamento, sugeri que salientassem sobre direitos que incidiram sobre a construção de sua cidadania. Como foi uma proposta livre, alguns focalizaram sua infância, outros o momento presente, sua trajetória profissional. Alguns foram mais descritivos, outros críticos ou sintéticos.

Eugênia tem 34 anos e diz estar dentro da parcela da população brasileira privilegiada. Reproduzimos sua narrativa:

Eu sempre estudei em escola particular. Minha mãe nunca precisou dormir na porta da secretaria de educação para conseguir uma vaga para mim. Pelo contrário, as escolas que vinham atrás da minha mãe para me matricular. Eu sempre tive uniforme. Eu sempre tive dinheiro para comer um lanche. Quando eu chegava em casa eu tinha uma babá para cuidar de mim, uma cozinheira para fazer um almoço, porque a minha mãe não gostava de cozinhar. Tinha

---

<sup>358</sup> De forma sintetizada, podemos dizer que a sociedade brasileira considera como valor normativo a heterossexualidade cisgênera, ou seja, respeita as pessoas que têm atração sexual por indivíduos opostos ao seu sexo biológico (hetero) e se identificam com o mesmo gênero designado na infância (cis). Esse padrão normativo gera intolerância às outras formas de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

uma empregada para limpar a casa. O meu pai para me dar atenção... A minha irmã estava ali. Nós duas nunca sofremos nenhum tipo de abuso sexual ou físico, nenhum tipo de violência. A gente sempre andava de carro. Andava de ônibus esporadicamente. Então eu estou dentro de uma parcela da população muito privilegiada. A gente sempre teve plano de saúde. A gente nunca viu um parente morrer em fila de hospital. Os meus pais são aposentados. Hoje a minha mãe também está aposentada. Nenhum deles nunca teve problema para receber a aposentadoria. Sempre ganharam muito bem. Então eu acho até temerário comentar esse tipo de coisa... Porque eu nunca passei por nenhuma dificuldade. Graças a Deus! (informação verbal).

Notamos que Eugênia sente um desconforto ao falar sobre seus privilégios e direitos assegurados. Ela, que a minutos atrás na mesma entrevista, havia relatado o desrespeito às pluralidades humanas, a violência contra existências, pede desculpas, de forma implícita, por ter uma vida digna. “Eu gosto de dizer que eu sempre tive uma mãe que trabalhava para me sustentar, um padrasto que me amava. Uma família que sempre esteve ali do meu lado. Ao meu redor, para me dar suporte” (informação verbal). Continua elencando também os problemas que não teve, mas que são comuns numa sociedade desigual, como a brasileira. “Enfim, não tem nenhum caso de alcoolismo a minha família. Ninguém é viciado em drogas, não tem caso de violência. Eu acho que eu sou um pouco exceção nesse universo” (informação verbal).

Perguntei a ela quais direitos fizeram mais sentido na sua vida para tornarem a pessoa que é hoje.

- Educação. Educação certeza.

- *Por quê?*

- Porque ninguém na minha família nunca mediu esforços. Todos nós, eu e minha irmã, minhas irmãs (porque eu tenho irmãs do primeiro casamento do meu pai), meus primos, a gente sempre teve uma coisa que sempre fez a diferença na nossa família. Foi a educação. Sempre estudar nos melhores colégios. Sempre ter bons professores. Acesso a livros. A minha mãe sempre me incentivou à leitura. Cultura, que vem por extensão. A gente sempre foi ao teatro, espetáculos, musicais... Eu acho que isso deve diferenciar, uma coisa que eu nunca vi muito presente na vida das outras famílias, mas que na minha fazia diferença. Eu acho que vem lá do meu avô. Meu avô paterno era um ribeirinho lá do [Local] e saiu de lá. Foi viver em [Cidade]. Depois que casou-se com a minha avó. Porque a minha mãe é do [Estado]. Minha mãe e os irmãos dela. E o meu avô ele sempre dizia; “Olha, estudem, porque a educação, o conhecimento, é a única coisa que ninguém vai tirar de vocês”. Ele passou isso muito bem para todos os filhos. O caboclo do meu avô morreu como delegado. Só que dizem que naquela época ser delegado era muito fácil, era só você ser indicado pelo governo federal. [...] Mas de todos os recursos que ele tinha, ao alcance dele, ele usou para educar os filhos. Eu acho que isso fez uma diferença às gerações da minha família (informação verbal).

Eugênia conta que sempre teve consciência de que muitas pessoas não têm o que ela teve. “Mas não é porque nem todo mundo tem isso que a gente vai se

conformar que isso não é problema meu. Claro que é. De alguma maneira é problema nosso, sim” (informação verbal). Por isso, conta que ver direitos desrespeitados gera um grande incômodo.

Audálio também manifesta constrangimento ao falar sobre sua condição de privilégios. Aos 28 anos, elenca que é privilegiado na questão econômica e social, principalmente por ser homem branco e heterossexual.

Meus pais são divorciados, mas sempre morei com minha mãe e meu pai. Cresci numa condição de classe média, estudei em escolas particulares, fiz uma faculdade particular e faço pós em uma faculdade particular. Então sempre tive acesso, não a tudo que eu queria, mas acredito eu que era tudo o que eu precisava para minha formação. Tinha cursinho de inglês, fiz aula de natação, futebol, coisas do tipo (informação verbal).

O repórter, que fez intercâmbio na Oceania durante a graduação, registra que sempre teve bem-estar ao seu alcance. Quando relatou sobre sua participação no painel sobre diversidade nas redações, revela que se sentiu triste e provocado. Divide comigo o que pensou a respeito naquela ocasião: “Eu não sei se tenho direito de falar que eu estou aqui e que me sinto incomodado com a situação, porque essas pessoas que estão aqui, elas sim, se sentem incomodadas. Elas sim, sofrem” (informação verbal).

Afonso, de 29 anos, é outro entrevistado que se considera privilegiado. Diz ele:

Aquela velha frase, sou branco, hétero, classe média. Estudei a minha vida inteira em escola particular, então para mim é até complicado dizer, porque nunca me faltaram esses direitos. Nunca na minha vida passei fome. Nunca fui rico, mas sempre tive coisas que eu queria, sabendo a realidade. Sempre fui um cara consciente, mas nunca tive dificuldades nesse sentido. Dificuldades todos temos, mas não tem nem como comparar, tenho até vergonha de dizer dificuldade perante o que a galera sente. Então para mim é muito complicado dizer, porque eu tive basicamente todos esses direitos, não me foi negado nenhum. Minha mãe vem da classe média, meu pai de uma classe mais baixa, mas ascendeu para classe média até uma classe média alta. Então quando eu e minha irmã nascemos já estava nesse patamar. Moramos sempre em bairros de classe média, eu cheguei a morar até em outro bairro, mas era bebê, então não me lembro. Eu tive tudo o que poderia me tornar. Poderia não, porque poder é o que faz com que muitas pessoas não consigam enxergar os que não tem. E aí, se você me perguntar: “apesar de você ter esses direitos, porque você consegue sentir a falta dele nos outros?” Eu não sei, acho que é empatia (informação verbal).

Afonso observa que é uma pessoa em processo de desconstrução. “Tenho consciência do contexto em que estou inserido e sei que esse contexto é um contexto machista, homofóbico, racista” (informação verbal). Conta que compartilhou esse

sentimento com sua companheira e colega de profissão: “Eu nasci machista. Por quê? Porque a sociedade me faz assim” (informação verbal), por isso tem insistido em desconstruir algumas certezas dentro de si.

João Paulo tem 32 anos e também diz pertencer ao grupo de pessoas que teve seus direitos respeitados.

Eu sou privilegiado. Não me julgo ter passado por dificuldade, alguma coisa traumática e financeira. Eu sou filho de artista, então o núcleo, eu minha mãe e meus irmãos. Meu pai é falecido. Não tinha dinheiro, filho de artista não tem. Não tinha como sustentar três filhos, então a minhas tias ajudaram. Tive teto, sempre tive roupas, sempre tive tênis. Não necessariamente era melhor roupa, melhor tênis, mas sempre tive, então nunca me faltou. Sempre tive comida, estudei em colégio particular, sempre tive as coisas básicas. Eu não sou revoltado. Nunca tive dor social na vida. Eu prezo muito pela minha maneira de pensar, desse ambiente familiar, de pessoas diferentes e tal, que me ajudaram a lidar com as diferenças. De eu me assumir como uma pessoa diferente, de querer ser autêntico. Não querer seguir padrões. Pela arte, como arte fosse uma linguagem, um conhecimento, uma comunicação de fronteira, híbrida e tal, também me fez ver a vida, a sociedade, tudo de uma maneira híbrida também, não é? Tudo está interligado. Querer viver na fronteira das coisas, dos conceitos. Tudo passa por isso aí (informação verbal).

Nestes relatos percebemos um sutil deslocamento da ideia de *cidadania plena*, ou seja, de garantia de direitos, evidenciada pelos repórteres entrevistados como um ideal social a ser alcançado – que de algum modo é concretizado em suas vidas – para o incômodo em ocupar o lugar de privilégios. Aqui, transparece a percepção, discutida por Elias de Oliveira (2006) e Souza (2006), de privilégio para além da igualdade, ou seja, de uma *cidadania plena* individual que se distancia da ideia de equidade social.

Clarice, de 31 anos, também compartilha desse lugar de garantia de direitos. Conta que, desde criança, sempre foi estimulada a aprender mais, a gostar de ciência. “Fui sempre estimulada a ler mais, as peças de cultura que eu sempre tive acesso, desde desenho animado, até quadrinhos, até filme, tudo isso vai nutrindo você de uma vontade a aprender mais” (informação verbal). Acredita que sua geração teve a sorte de ser uma geração única, no seu desenvolvimento de formação, pois vivenciou a virada da internet. “Então a gente sempre consumiu muito mais coisa do que a imediata geração anterior consumiu e por várias formas, seja baixando, seja uma curiosidade sempre atiçada e por essa expansão inicial da internet” (informação verbal). Em 2010 concluiu a graduação em universidade privada.

Conta que sua consciência política despertou mais ou menos aos 19 anos, algo bem tardio. Ela confessa que somente agora está entendendo os valores

democráticos. “Uns cinco anos atrás eu era até uma pessoa anti-partidária, achava tudo horrível e hoje tenho maturidade para ver que o sentimento de anti-política foi a grande coisa nefasta do nosso país” (informação verbal).

Sonia, com 35 anos, salienta vivências boas e ruins que a transformaram na pessoa que é hoje. Destaca a experiência de viver em um bairro humilde na infância. “Nunca fui rica, mas meus pais sempre trabalharam muito” (informação verbal). Estudou em colégios públicos e particulares. Conta que desde pequena desejava contribuir socialmente. “Eu já fiz trabalho voluntário, muitas vezes. Já dei aula para criança, de forma voluntária na escola de bairro. [...] Eu só fiz coisas bem pontuais e gostaria de fazer mais coisas para contribuir para a sociedade como um todo” (informação verbal). Acredita que seu olhar sempre apreendeu sua realidade privilegiada. “Não era a realidade de todos” (informação verbal). Assim como Sonia, nossos entrevistados e entrevistadas manifestam sua consciência de classe, como diria Freire (2019b).

Dos direitos a que teve acesso, Sonia ressalta que a educação fez bastante diferença. É formada em Jornalismo e em outra graduação, como bolsista em universidades privadas. Iniciou, mas não concluiu, um terceiro curso superior em universidade pública. “Fiquei grávida na faculdade, consegui me formar grávida em [Curso] e aí depois eu continuei a faculdade de Jornalismo com meu filho pequeno” (informação verbal). Revela que sofreu preconceito quando engravidou, durante a graduação. Hoje seu filho tem onze anos. A repórter esportiva, que treinou futebol e futsal na adolescência, tinha o incentivo do pai.

Eu sempre fui daquela turma que sabia falar de futebol, conversava de futebol com os meninos. Ia com camisa do time para os lugares. As pessoas olhavam, as meninas estavam vestidas de um jeito lá e eu com roupa de futebol. Aos finais de semana, meu entretenimento, de certa forma, era ir ao estádio com meu pai. Era meu programa do final de semana. Foi a partir daí que eu decidi que eu gostaria de trabalhar com futebol (informação verbal).

Sonia registra que o ambiente futebolístico era restrito aos homens. Sentiu na pele as proibições por ser menina. Só pôde ir ao estádio com seu pai no início da adolescência. Sua mãe não a deixava ir porque era um espaço masculino. “O que uma menina vai ficar fazendo no meio de um monte de homens?” Quando ela entendeu que eu era um pouquinho maior, que eu poderia me virar, entre aspas, com meu pai... Estava tudo bem” (informação verbal).

Apesar das experiências e da carreira consolidada, o espaço de sua liberdade ainda é invadido. Até hoje, quando vai realizar coberturas em estádios e usa transporte por aplicativos, é questionada, por motoristas homens, sobre o que vai fazer lá. “Eles vinculam a imagem da mulher indo trabalhar no estádio com o de uma mulher que vai atuar na lanchonete, na limpeza, ou sei lá, em qualquer outra coisa assim. Em nenhum momento a pessoa pode falar que vai trabalhar como jornalista” (informação verbal). Ela ressalta que não há problema algum que mulheres atuem em serviços de alimentação e limpeza nesses ambientes. A limitação, de acordo com Sonia, está nos homens considerarem essas as únicas ocupações possíveis, ou seja, delimitarem um espaço social para a mulher.

Patrícia, 45 anos, também destaca sua condição de mulher branca heterossexual, quando há tantas invisibilidades de uma sociedade que é violenta, racista e patriarcal. “É muito entusiasmante você ver, por exemplo, hoje, o movimento negro. Você tem meninas muito jovens se rebelando” (informação verbal). Talvez por isso Patrícia seja a precursora de projetos de combate ao feminicídio. Sua trajetória de vida é marcada pelo jornalismo, que considera sua ferramenta de luta. “Em 1994, quando eu botei os pés no jornal e eu comecei a trabalhar no jornal eu ajudava fechar. Vou dizer assim, era minha cachaça, eu me encontrei” (informação verbal). Admirava grandes jornalistas, confessa que tinha uns 20 nomes dos quais queria estar muito perto. “Sou da época que as pessoas saíam da redação para o bar falar sobre política até não mais se incomodar” (informação verbal).

A fala aguerrida de Patrícia não esconde que construiu a carreira se impondo, por isso não admite a desvalorização de sua classe profissional. Salaria que se vier a sair de um grupo de comunicação, não se vê na academia, um caminho possível, mas no jornalismo independente. Avalia a educação como direito fundamental. Além da liberdade de ir e vir.

Antonieta, de 24 anos, também destaca que sua trajetória é marcada pela educação. Se define como uma mulher negra, jornalista, que está comprometida com a diminuição das desigualdades. Usuária dos sistemas de ações afirmativas no ensino superior, diz que a entrada na universidade pública foi sua maior conquista. “Ela que fez eu ter consciência de que sou uma cidadã” (informação verbal). Conta que o acesso aos direitos sociais foi determinante também para seus familiares. “Minha mãe foi a primeira pessoa da família a se formar, então ela que foi meu norte para me mostrar quais eram os meus direitos” (informação verbal).



A repórter avalia que aspectos como classe e raça dividem camadas da sociedade. “Enquanto a gente tem uma pirâmide que coloca aspectos como gênero, raça e classe como uma forma inferior, a gente vai sempre ter esses abismos e essas desigualdades” (informação verbal).

Gisela tem 31 anos e teve sua formação superior em universidade privada como bolsista. “Eu sou aluna da geração Lula, da geração ProUni” (informação verbal), pois foi estudante de escola pública. Sobre identidade de gênero, Gisela explica que é feminina. Sua orientação sexual é mulher lésbica. Frisa que sempre considerou que sua formação foi deficitária em alguns pontos. Por gostar do ambiente acadêmico, ingressou no mestrado.

Na faculdade tive uma formação política muito forte, por conta dos movimentos estudantis. Aí sempre me despertou muito essas questões, de democracia, de consolidação de sistema democrático, de participação política. Quando entrei na redação, via muito essas coisas, todas muito fortes. A questão do acesso à informação, para mim via como possibilidade de poder mediar o acesso à informação, gerar informação, gerar conhecimento. A pesquisa é muito dessa inquietação pessoal, de que me faltava meios, muitas vezes para acessar ou então havia uma permanência estatal que incomodava. Aí eu queria muito perceber como os jornalistas percebiam isso e isso era nossa função, pensando na nossa atividade em uma função mais normativa, de que nós deveríamos acompanhar e monitorar. [...] Misturava com a inquietação profissional e uma inquietação talvez maior, que é essa questão mesmo de qual a interferência social que a gente de fato pode causar com a nossa profissão. Pensando mais a frente eu pretendo sim, ficar na academia, pretendo dar aula mais a frente, mas a coisa da redação também é ainda um negócio que quero passar uns anos (informação verbal).

Para Vladimir, de 45 anos, sua trajetória é marcada por ter tido uma família estável, que nunca desrespeitou sua infância:

Então eu sempre tive todo cuidado que uma criança deve ter, o acesso à brinquedos, tempo de brincar e se divertir, se cuidar. O acesso à educação, eu estudei em escola particular e depois consegui também poder estudar em escola pública. Então o acesso à educação gratuita de qualidade também, acho que faz parte fundamental disso. [...] Embora tenha vindo de família classe média, não sei se teria conseguido pagar uma universidade privada de qualidade. Então, acho que o acesso a esses direitos básicos que é uma educação, uma infância sadia e segura (informação verbal).

Luiz tem 25 anos e conta que cresceu na periferia. “Não sou de uma família rica, então a gente já tem um recorte de classe, não sou branco, também não sou hétero, estudei em escola pública a vida toda” (informação verbal). Avalia que a escola e a família colaboraram a ser quem é:

Eu tive uma boa educação, mas uma educação que também foi cercada pela criminalidade, porque onde eu estudava, embora eu tivesse um privilégio de estudar numa escola de aplicação do governo federal, saindo dela via a criminalidade. Então todas as vivências foram moldando essa visão, do que é não ter certos privilégios também, não levar namorados em casa, não poder comprar coisas que queria. A primeira viagem que eu fiz... a minha avó achou que nunca seria possível sair do Estado. Eu fui para um congresso da faculdade, com muito perrengue, bolsa, rifa, gastei o seguro do meu celular que eu tinha pago com muito sacrifício, para viajar. Era uma realidade tão distante, então acho que a gente enxerga essas nossas dificuldades e ver que outras pessoas têm parecido, tem também essas dificuldades, quais são... Acho que isso vai moldando a visão que a gente tem do outro, do que é o outro, dos problemas... Dos problemas e privilégios do outro. Se enxerga no outro também... Tento levar isso para o meu trabalho (informação verbal).

Seus pais o tiveram muito cedo, por isso cresceu junto de seus avós. “Eu fui o primeiro neto e desde então moro com eles, mas a gente tem meus pais sempre presentes, eles estão sempre por lá, eu tenho outros dois irmãos. A casa do avô virou esse ambiente familiar” (informação verbal). Enfatiza que suas experiências de crescer na periferia, ser um jovem gay, ter estudado em escola e em universidade pública, além de usar o transporte público, permitiram acessar a dimensão de direitos em comparação com as demais pessoas. “Quando eu estudava na escola super boa, os meus amigos estudavam numa escola super precária” (informação verbal). E finaliza: “Nunca me senti totalmente ligado à comunidade negra, mas também não me sinto branco, acho isso bem engraçado. Nunca me senti militante LGBT, mas também nunca me senti dentro do armário” (informação verbal).

Cecília, de 36 anos, fala que sua trajetória de vida é marcada pela falta de acesso aos direitos essenciais, já que sua realidade foi cercada de muitas dificuldades. “Hoje eu vejo muitos colegas que estudaram comigo... os meus irmãos têm alguns [colegas] que frequentavam aqui em casa, que estão presos ou que morreram em confronto com a polícia ou com bandido. Eles não tiveram acesso, eles não tiveram escolhas” (informação verbal).

Sua família a incentivou a estudar. Ela divide conosco alguns dos desafios da infância. “Quando meu irmão fazia karatê, que é um esporte na época dele caro, quimono e tal, muitas vezes eu, ele, o meu pai e o meu outro irmão saíamos vender pizza para juntar dinheiro” (informação verbal). O intuito era pagar as despesas com a triagem para poder competir. “Trilhar o caminho não é muito fácil” (informação verbal).

Sobre sua trajetória, Joel, de 46 anos, expõe que após a curva ascendente de sua carreira, quando completou 15 anos de profissão, sua trajetória decresceu.

Trabalhou durante muito tempo como coordenador de sucursal, mas ficou desempregado. Sua insatisfação com o jornalismo é atribuída a essa mudança de panorama. “Não consegue recolocação no mercado de forma imediata. Eu fiquei trabalhando com assessoria, assessoria de política, assessoria de evento” (informação verbal).

Além de sua ocupação em um grupo de comunicação, faz atualização de redes sociais e presta serviços por meio de aplicativos. “Só assim para se manter no mercado de trabalho. Para você ter uma ideia, eu voltei para trabalhar aqui, ganhando quase a metade do que eu ganhava no [Nome do veículo]” (informação verbal). Trabalha desde os 15 anos. “Eu trabalhei em locadora de vídeo, eu trabalhei na expedição da loja de autopeças do meu avô. [...] Lá eu aprendi muita coisa, eu trabalhava com gente que classe social inferior” (informação verbal). Joel conta sobre esse período:

Tinha um colega, ele tinha 15 anos, a mulher dele era surda, tinha 14 anos. E ele tem um filho. No final de semana eu ia para praia com meus pais e ele ia fazer biscate<sup>359</sup>. Eu tinha que chegar no trabalho, não podia dizer para ele que eu tinha ido para praia. Seria arrotar. O cara passou o final de semana inteiro trabalhando. Eu aprendi muito com essa turma. Eu não tinha essa percepção na época, mas era uma outra bolha... Os caras viviam numa bolha bem diferente da minha. Eu era classe média. Os caras da classe pobre total. [...] Depois da locadora já começaram os estágios de jornalismo (informação verbal).

Alberto, de 61 anos, conta que veio de uma família pobre. Sua mãe era professora primária, lecionava até a quarta série. O pai trabalhava como peão em fazenda. Ele e seus irmãos conseguiram bolsas de estudo, foram se virando, como ele diz. “Acabamos tendo uma formação que nos deu capacidade de ter uma profissão. A minha irmã é jornalista também, já é aposentada. [...] Meu irmão se formou em Agronomia, mas nunca exerceu, mas ele tem a vida dele, toca a vida dele” (informação verbal).

Até meus dez anos eu vivia numa vila, numa favela, então eu sei o que é a pobreza, o que é ter necessidade de alimentação, de tudo. Nunca passei fome, mas existia a vontade de comer um pouco mais. Então isso aí cria uma consciência social na gente. Percebe que não é só o mundo que a gente vive, tem um outro mundo que eu vivi, estive dentro, de pessoas que mal tem um sapato para vestir, uma muda de roupa, pouca comida, dificuldade para atendimento à saúde (informação verbal).

---

<sup>359</sup> O repórter se refere a trabalhar temporariamente ou, como se diz popularmente, fazer um bico.

Ao longo de sua carreira passou por inúmeras funções. Militou no movimento estudantil e clandestinamente no Partido Comunista. No início foi dirigente sindical. “Eu não fazia um trabalho de militante dentro do jornal, dentro da TV, eu sabia separar as coisas” (informação verbal). Ficou desempregado. “Imagine, dirigente sindical desempregado, vai arrumar emprego como?” (informação verbal). Quando a ditadura chegou ao final, falou com um amigo que morava em outro Estado. “Cara, estou sabendo aí, que está pintando muita vaga nos jornais, em agência... Assessorias’...” (informação verbal). Ele confirmou que, com a virada no cenário político, haveria novos postos de trabalho.

Eu peguei uma mala de roupa e vim para [Nome da cidade] procurar emprego, cheguei aqui no primeiro dia, andei, andei em vários jornais o dia inteiro, levava umas cópias das minhas matérias que tinha feito. Eu já tinha sete anos de experiência. Quando foi de noite eu estava na casa dele [do amigo], me ligaram do [Nome do veículo]: “Olha, você esteve aqui hoje, tem uma vaga, tem uma vaga aqui no esporte, está interessado?” Claro, quero começar (informação verbal).

Depois foi para a editoria de Política. Conta que rodou muito, principalmente porque, com a crise dos jornais impressos dos últimos anos, as empresas passaram a demitir os profissionais com os salários mais altos. “Depois de um tempo você cria uma experiência tal, então eu sempre tinha um salário alto na hora de demitir” (informação verbal).

Carmen, de 50 anos, também tem uma origem humilde. “Eu nasci em um bairro super pobre e fui criada do lado da favela que era a mais violenta” (informação verbal). Estudei em escola pública até a faculdade. “Aquela coisa do cara de classe média baixa, ele está fadado a estudar em escola privada depois” (informação verbal).

Conta que já lidou com a diversidade religiosa e social do mundo. A luta de sua mãe foi determinante em sua vida. “Ela se separou há 47 anos, então eu tinha três quando ela se separou, não era muito usual. Ela teve que romper vários preconceitos” (informação verbal). Conta que sua mãe sempre foi uma mulher muito forte, pois teve que ser desbravadora. “Ela teve que se impor muito. Chega até ter um certo grau de agressividade. [...] Ela sempre teve que batalhar muito” (informação verbal). Carmen teve um pai ausente. “Essa ausência eu também acho que foi um dado de realidade que me fortificou” (informação verbal).

Ele é um cara que trabalhou a vida inteira... Ele é um exemplo desse aspecto sempre trabalhador. A importância do trabalho que sempre ficou uma coisa muito clara para mim, e a percepção da vida como se fosse uma luta... É um

pouco cansativo isso. Agora eu sou uma pessoa mais leve, mas como cidadã eu tinha que lutar muito. Na vida tinha que lutar muito para chegar na escola, a vida era uma luta. É que hoje é um bairro que até bala perdida entra na escola ainda. Sempre foi muito difícil. Para chegar, acesso ao ônibus. Tinham umas coisas assim... essas loucuras de você sempre estar envolvida dessa agressividade, às vezes tinha que entrar pela frente do ônibus. Nas escolas públicas tinham uns motoristas que não paravam, uns que arrancavam. Enfim... Número errado nos ônibus ... Tinha que ser muito atenta... Desde início, desde pequena eu ia para escola sozinha, então essa independência acabou sendo um traço meu que pesou inclusive profissionalmente. Essa falta de medo de mudar. Essa coragem de poder ir para qualquer lugar e me adaptar a qualquer situação. Acho que é uma coisa importante, porque passei por vários lugares e isso foi uma coisa muito importante para mim (informação verbal).

Por isso, conta que vê os problemas com muita naturalidade, porque já foram seus. “Que eu já superei de certa maneira e de outra não. Porque eu vejo que existem tetos para mim. Na nossa profissão, existem tetos... De quem compõe um certo grupo social” (informação verbal). Carmen avalia que há uma estratificação social também dentro do jornalismo. Ela explica:

Quem ocupa determinados cargos de comando em redações, por conta da formação. É muito difícil você ver pessoas com origem mais simples ocupando o cargo de chefia, eu acho que tem muita mobilidade social dentro do jornalismo. Mas acho que é mais difícil para negro, para pobre. É mais difícil para quem não teve oportunidade de estudar no exterior. Eu comecei a trabalhar com 17 anos, então eu nunca pude me dar ao luxo, falar ao luxo é horrível, não é? Mas uma frustração da minha vida é essa. Então sim, acho que existe uma estratificação dentro do jornalismo, mesmo (informação verbal).

Sobre as possibilidades de ascender na carreira, destacamos, também, a marca de gênero. De acordo com Kikuti e Rocha (2018), as jornalistas mulheres ocupam menos cargos de chefia. Talvez por isso, Carmen analisa que o jornalismo aguçou sua perseguição à democracia. “Em geral as pessoas saem do conceito, dos livros e buscam. Eu já tinha o empírico. Então você já está chacoalha e sensível a isso... Fazer um mundo diferente de outra maneira” (informação verbal).

As clivagens de gênero, classe, raça também nos permitem compreender os sentidos de *ser repórter* intercambiados por nossos entrevistados e nossas entrevistadas.

#### 4.5.1 Ser repórter: inter-relações e mediações

A partir dos relatos sobre as experiências profissionais e das narrativas de vida dos jornalistas entrevistados, observamos que emergem compreensões e sentidos distintos sobre *ser repórter*. Ora explícitos, ora na sutileza de suas metanarrativas, esse grupo profissional – que compartilha de um *ethos* carregado de responsabilidades – conjuga sua inter-relação com o mundo e suas intersubjetividades com os outros na construção de sua identidade, configurando, assim, sua marca profissional.

Morin (2006) nos lembra que ser sujeito é colocar-se no centro de seu próprio mundo, é ocupar o lugar do seu *eu*. Medina (1982; 2014; 2016), por sua vez, considera que o exercício profissional está ancorado, entre outros, em *saber ser*<sup>360</sup>, conforme já apontamos. A partir da consciência sobre esse delicado arcabouço, o repórter consegue tecer narrativas sobre os conflitos que caracterizam a cidadania e os dela excluídos. “Ética solidária, técnica complexa e estética densa e tensa dão identidade ímpar as narrativas transformadoras do estado de coisas” (MEDINA, 2016, p. 276). Portanto, nosso entendimento sobre *ser repórter* comunga da concepção de Medina (2008) para quem a tríplice tessitura jornalística insurge de distintas mobilizações objetivas e subjetivas de cada jornalista.

Sem esquecer das forças sociais e poderes simbólicos a que a prática jornalística está submetida, e, desse modo, influenciada, Karam lembra que o *dever-ser* do jornalista se realiza ao redor de normas deontológicas e de princípios éticos. “A especificidade da profissão, incluindo o *compromisso social* com quem produz a história (obviamente toda a humanidade) deve ser resgatada em sua dimensão mais grandiosa contemporaneamente, para dar sentido político, ético e moral à atividade”<sup>361</sup> (KARAM, 2014, p. 119).

Assim, a intensa vivência de repórteres, como vimos até aqui, é um exercício de atrito diário, carregado de malabarismos, interferências de toda ordem e, sobretudo, da consciência crítica desse profissional e da disposição em enfrentar os desafios. “O contato e a observação da cena real desafiam a produção simbólica para a compreensão complexa, diga-se, contraditória, conflitiva, e exige do repórter a

---

<sup>360</sup> Grifo da autora.

<sup>361</sup> Grifo do autor.

desconstrução de travas ideológicas alimentadas por certezas” (MEDINA, 2014, p. 12).

Desse modo, a fim de apreender de que modo os repórteres articulam sua *práxis* para atingir o ideal jornalístico, apresentamos suas narrativas sobre *ser repórter* no movimento de encontro de suas cidadanias com suas responsabilidades profissionais.

Joel, que já manifestou sua insatisfação profissional, centra sua análise no fazer, no pragmatismo cada vez mais escasso das possibilidades de trabalho, mediado pelos interesses políticos e comerciais. Quando pergunto como se descreve jornalista e cidadão, usa a metáfora do Severino, personagem de um programa de humor que, na condição de porteiro, realizava os mais distintos serviços. É que, além de jornalista multitarefa, Joel se desdobra em outras ocupações profissionais. Diz ele sobre si:

Severino faz-de-tudo. Exatamente a questão do salário você pode entender um pouquinho assim da minha vida, de eu não ter mais essa questão ideológica. Já não estar muito preocupado. Eu estou preocupado em fazer umas cinco horas ali, entregar meu texto, minha tarefa de gincana. E aí você vai me dizer: “E a sociedade”? A sociedade todo dia eu estou lidando com ela, desde o [Nome do aplicativo a que presta serviços] até o que eu não faço nada para prejudicar (informação verbal).

Confessa que o ideal de um jornalismo mais combativo já não faz mais parte de seu repertório. “Estou aqui na verdade, mais é para preencher meu tempo de contribuição do que propriamente para exercer o jornalismo hoje em dia” (informação verbal). Conta que sua conformação e seu desânimo se deram a partir dos obstáculos de sua trajetória. “Tem tanta coisa que não vão botar, que não pode fazer. Foi tanto, que disse assim [ao empregador]: ‘Quer saber, vou fazer só o que você está me propondo’” (informação verbal). Fala que seu partido é o seu estômago. Além da curva decrescente de sua carreira, dividiu comigo outros dissabores, como as três separações na sua vida amorosa.

Acredita que foi contratado nesse último emprego devido à sua experiência e à sua responsabilidade. “Não fui contratado porque eu estou com vontade, como quando você contrata uma gurizada nova. O guri está com vontade, *tal, tal*. Eu fui contratado por outra situação, porque eu tenho um texto pronto” (informação verbal). Sobre seu exercício do dia a dia, traduz visceralmente. “A gente não tem muito tempo

para pensar nisso, sabe? O que eu te disse: a minha questão ideológica já foi para as ‘Cucuias’ há muito tempo, há muito tempo” (informação verbal).

Para ele, já não adianta levar suas ideias às chefias, pois serão inviabilizadas. Por isso, diz estar trabalhando no automático. É simbólico que Joel tenha escolhido a figura de Severino para se autodescrever e de que sua concepção jornalística tenha ido à Cucuia. Ambas as figuras permeiam o imaginário de morte, ou de se morrer enquanto se vive. Em *Morte e Vida Severina*<sup>362</sup>, de João Cabral de Melo Neto, Severino é o personagem que assiste a muitas mortes. Descobre, depois de tanto vagar, que é justamente ela, a morte, é a maior empregadora. Ou seja, ambigualmente a mantenedora de vidas em sua realidade. Cucuia, por sua vez, vem da apropriação popular de Cacuia<sup>363</sup>, bairro do Rio de Janeiro onde há um cemitério. Para lá vão todas as coisas que não deram certo, segundo a linguagem coloquial. Ir para lá significa, portanto, morrer. É o sentido de apagamento de si como cidadão e como repórter que recobre a existência de Joel, o jornalista.

Durante toda a entrevista, lembro de ter visto brilho no olhar de Joel apenas quando se referia ao seu blog sobre esportes – que diz atualizar nos 15 minutos de intervalo no trabalho, já que seu computador pessoal estava estragado –, ou quando manifestou sua esperança de mudar de profissão. Era um dia ensolarado, ventava bastante, desfrutávamos de uma bela vista do deck da redação. Ali, Joel revelava o conflito que emergia de sua metanarrativa, o desejo inacabado de *ser repórter*.

Afonso, embora também tenha manifestado estar desiludido frente aos conflitos editoriais, tem buscado acalento nas brechas e em projetos paralelos em que consegue, com maior liberdade, evidenciar que é um nordestino convicto:

É um orgulho da minha vida abrir a boca e dizer que eu sou nordestino, então isso é muito forte no meu trabalho, muito forte mesmo. Eu busco referências nordestinas. Não é fechar os olhos e dizer que não tem essa visão de que “nordestino não presta”, por favor, mas é que tem muito disso. Só o meu presta? Não, tudo pode prestar. Eu quero reforçar a minha raiz e isso está muito forte nos meus textos, nas minhas referências, nas pautas que eu sugiro. Quando recebo uma pauta também sempre tento regionalizar de uma maneira que coincida obviamente com a pauta, então não é só o lado [Naturalidade]. Então o [Naturalidade] fica até menor mediante a nordestinidade, digamos assim. Mas, sim, eu carrego muito, de fato, a minha

---

<sup>362</sup>O poema *Morte e Vida Severina*, escrito por João Cabral de Melo Neto, foi publicado em 1956. A história de Severino, nordestino do sertão, passa pelo agreste, para chegar até à zona da mata, onde busca a sobrevivência.

<sup>363</sup>A explicação pode ser vista no Almanaque Brasil, conteúdo que integra a programação da TV Brasil. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/galeria/videos/2013/01/saiba-onde-fica-a-cucuia>>. Acesso: 18 fev. 2020.



cidade, eu vivo minha cidade. E isso é importante para o meu trabalho (informação verbal).

Seu *ser repórter* está ligado à sua condição cidadã, sua naturalidade. Seu lugar social de jornalista e homem se hibridizam. Em inúmeros momentos manifestou revestir o jornalismo de humanidade – ou humanização – especialmente porque considera o jornalismo como uma “causa maior”, ou seja, dotado de grande potencial transformador de desigualdades. O estrangulamento profissional, no entanto, o fez decidir transportar sua nordestinidade para outras fronteiras, fora do país. Ainda que demonstre o silenciamento de seu *ser repórter*, a transposição de sua cidadania permitirá a garantia de seu existir, sua permanência enquanto cidadão.

Talvez por compartilhar da força da mesma representação regional, a nordestina – uma das principais marcas da cidadania discrepante do país – João Paulo também centra sua tarefa de reportar na visibilização do lugar, do ambiente simbólico onde está inserido. Diz que o mais urgente no seu trabalho é pensar o lugar mais próximo, apesar de ser importante olhar sistemicamente, o Brasil como um todo. “Minha percepção é a gente olhar em primeiro lugar nossa aldeia, então por isso que eu falo comunidade, que é aquela região geográfica menor, onde as pessoas compartilham da mesma identidade cultural. Dos mesmos problemas” (informação verbal).

Para João Paulo, o espaço ocupado por sua cidadania influencia como pensa e toma decisões no dia a dia. O faz querer escrever a uma multiplicidade de leitores, desde a pessoa com baixa escolaridade até uma pessoa privilegiada, de modo que todos possam absorver o cotidiano e a partir dele se mover socialmente. “As questões pessoais interferem muito na minha vida profissional, na maneira como vejo o mundo” (informação verbal). Comenta que, por esse motivo, tende a viver mais à margem. Entretanto, como cidadão diz ainda estar aprendendo, por isso destaca que seu propósito – especialmente após nossa conversa – é ter isso mais firme.

Clarice, por sua vez, se define como um tipo de repórter que, ao exercer uma função no jornalismo, está distanciada do ativismo ou da opinião.

O que eu exerço em relação à minha função está muito mais ligado a fornecer os subsídios de um debate público cada vez mais qualificado. Então, por isso, eu sou uma jornalista ligada à área de inovação da profissão. Busco sempre trazer as melhores práticas, por isso a gente está sempre antenada com que se pratica de melhor fora do Brasil no amadurecimento dessas práticas. No meu caso sou, basicamente, dedicada ao jornalismo de precisão. Eu acredito que eu estou contribuindo principalmente com o valor da transparência, valor

em que a imprensa brasileira está mais atrasada, um lado em que a imprensa está mais deixando a desejar, está mais faltando à sociedade brasileira. A sociedade brasileira não é acostumada a ser nutrida com transparência e fiscalização firme do poder público, justamente por esta questão de grande proximidade histórica da imprensa com o governo ou com as forças políticas locais. Mas, isso mesmo, essas ligações estão sendo questionadas e desfeitas aos poucos. Você já tem vários jornalistas no interior, já estão atuando como oposição. Alguns são muito ativistas, ainda tem muito mau jornalismo praticado no interior e, também, principalmente, nos grandes veículos, mas você já consegue ver que há uma vontade geral de fazer um jornalismo sério, aos poucos está ganhando cada vez mais espaço e está sendo cada vez mais respeitado (informação verbal).

Questionei o que ela considera como jornalismo sério. Explicou que é o jornalismo que busca a precisão antes de ativismo. O ativismo, aliás, ela chama de mau jornalismo ou de jornalismo preguiçoso, “um jornalismo que traz mais opinião do que fato” (informação verbal). Por outro lado, complementa: “o jornalismo sério considero o jornalismo que, ainda que alguns sejam ativistas para um lado para o outro, é um jornalismo que se preocupa em ser preciso, que tem essa preocupação de precisão em primeiro lugar” (informação verbal).

Clarice integra uma categoria específica do jornalismo digital que, convencionalmente, vem sendo conhecida como profissionais que “entrevistam dados”. Por isso, perguntei a ela como se dá sua relação com as fontes humanas.

Como eu sou repórter exclusiva de dados, eu praticamente não falo com fontes humanas. Geralmente eu dou subsídios de dados, até para o repórter setorista já chegar diante do especialista em uma outra situação, comentar os dados que eu apurei. [...] A gente consegue adicionar uma camada a mais de crítica na relação fonte-jornalista. Eu faço esse suporte, essa assistência aos jornalistas, mas eu não lido muito com as fontes. A não ser quando um especialista precisa explicar, geralmente ele é a fonte do dado, ele precisa explicar alguma tecnicidade daquela base de dados, que eu preciso saber para não errar, outra para não fazer uma reportagem imprecisa. Então por causa dessa questão do dia a dia, de eu estar dedicada, eu praticamente não falo com fontes humanas, a não ser em alguns plantões, quando eu estou cobrindo ali, o plantão, mas ali eu exerço outras funções, eu exerço a função de jornalista clássico durante o plantão (informação verbal).

Notamos que Clarice tem forte relação com o contexto digital. Quando relatou sobre sua adolescência, comentou sobre o “admirável mundo novo” (informação verbal) que se abria com a internet. Seu *ser repórter* está inserido no ambiente virtual, na imaterialidade dos dados e números. Nos diz que seu olhar atento de cidadã, enquanto anda pelas ruas, busca por enfoques. Mas na tarefa de reportar, seja sobre política, criminalidade ou educação, faz a descrição estatística de fenômenos sociais.

Curiosamente, quando salienta o surgimento de novas possibilidades comunicativas, que deram origem à sua atual função profissional, ela recorre ao título de Aldous Huxley *Admirável mundo novo*, lançado em 1932. Uma distopia, uma visão sobre Londres no futuro, em que seres seriam concebidos em laboratórios, onde a tecnologia manipulava psicologicamente as pessoas a fim de condicionar a sociedade, episódio muito próximo da manipulação digital que desinforma, citada por Clarice como causa da apatia acerca da cidadania contemporânea e do esfacelamento dos pilares democráticos. Ainda que faça uma mediação por *bits*, Clarice quer que esses dados inertes recubram de vida pulsante o desenvolvimento social.

Para Vladimir, seu *ser repórter* está condicionado à tarefa de promover a compreensão das pessoas sobre a relação entre as causas e as consequências dos problemas vividos na contemporaneidade. Entende, portanto, que a tarefa de reportar exige uma postura de não omissão, que passa pela responsabilidade de abordar essas dificuldades sem acusações injustas, mas procurando dar à sociedade possibilidades de conhecimento e reflexão. Assim, percebe seu ofício como meio de ultrapassagem de preconceitos.

Quando externaliza sua preocupação sobre as pessoas, na atualidade, estarem mais atentas à futurologia dos signos do zodíaco, demarca sua preocupação com o momento presente, em que se configuram as desigualdades concretas. Trabalha então, para iluminar a contemporaneidade com fatos, ao mesmo tempo em que propõe uma reconciliação com o passado do Brasil, quando foram tecidas as grossas bandagens que vendam os olhos de tanta gente, que as impede de ver os temas cidadania e direitos humanos como são. Diz que na confluência entre cidadão e repórter desconfia de toda informação que chega, sempre checando sua veracidade. “Mesmo que contrarie uma crença minha, eu aceito e mudo minha convicção. Não tento adaptar a realidade às minhas convicções. Eu acho que isso é ser jornalista, hoje mais do que nunca” (informação verbal).

Cecília define seu *ser repórter* como aquela terceira pessoa que vai conseguir contar as histórias a partir de distintos ângulos. “Porque nós temos o lado A e o lado B, e você que vai conseguir contar as duas histórias, que nem sempre vai agradar os dois lados” (informação verbal). Materializa sua concepção dando uma nova conotação à figura imagética “ficar em cima do muro”. É que Cecília procura escalar ele, não importa a altura. Diz que de lá consegue ver o fato. Busca, em suas narrativas, trazer todas essas nuances, esses complexos enfoques, como ela nos contou:

[...] Esses dias o caso do menininho pedindo socorro para polícia ir lá para salvar a mãe, porque o pai estava batendo e a mãe levou três facadas. Aí vi muita gente falando: “Ah, olha como essa mulher que atendeu é despreparada”. Não, ela não é despreparada. Diariamente eles recebem 500 ligações de trote, ela não é despreparada. Mas imagine esse menino, que vendo isso, crescendo com isso... acha que ele e os outros dois irmãos dele não podem caminhar para violência também por achar que isso é normal? Mas, por outro lado, eles vendo aquele sofrimento, eles chamaram a polícia para o próprio pai. O que nos dá consolo é que eles não querem que isso se repita quando eles ficarem maiores (informação verbal).

Audálio diz que essa mediação empática é a mais difícil. Frisa que esse é o grande desafio de *ser repórter*. Conforme seu relato de buscar vislumbrar as diversidades, tem procurado se aproximar, se sensibilizar sobre os assuntos, temas ou fatos que vai narrar. Diz estar preocupado com o movimento de encontro, de imersão na realidade dos outros:

Mas se você sair dali, você tem que voltar, você tem que voltar para poder reportar, para poder escrever, até para ouvir um outro lado e isso é difícil. Não sei se eu já consegui fazer isso. [...] Eu não sei se consigo me sensibilizar, entrar num ponto, sair. Confesso que, se já aconteceu comigo, eu não soube identificar, então esse processo com o outro é ouvir (informação verbal).

A prática da reportagem prazerosa e honesta, segundo ele, seria nos moldes da reportagem especial. Uma produção dialógica com tempo para refletir e sentir, algo que revela ainda estar distante de sua realidade. Por isso, mantém sua meta de alcançar essa excelência no decorrer da carreira, para além da vaidade de assinar um texto jornalístico importante. “Passa por essa questão do ego, de tentar pensar menos em mim, de tentar menos ter meu nome associando a essas coisas, e mais de ter uma contribuição para o jornalismo” (informação verbal).

Carmen diz que a necessidade e os caminhos de sua trajetória a fizeram se aproximar do *ser repórter* do conceito mais clássico, segundo ela, aquele que não se manifesta. Explica que com isso, acaba abdicando de suas liberdades fora do ambiente de trabalho. Essa marca de sua personalidade profissional vai desde deixar de beber em um evento ou trocar a cor de uma roupa, a se policiar nas redes sociais. Ainda que se sinta penalizada, afirma que considera esse comportamento uma condição para a prática do bom jornalismo. “Agora já virou automático, já não escolho mais vestido vermelho. Não poder usar vermelho, é fogo, não é?” (informação verbal).

Ainda que precise apagar algumas marcas de sua cidadania, procura manter outras bem acesas. “Como eu sou uma sobrevivente, eu também tenho muita

sagacidade” (informação verbal). Por isso procura conectar a Carmen repórter e a Carmen cidadã na sua preocupação zelosa de dar informação que alerte, que evidencie a vida social. “Você sempre tem que estar ouvindo todos os lados porque você ouve vários discursos e você consegue formar o seu ponto de vista. Aí sim, é um exercício de cidadania individual, sua crença individual, o que você ouve e o que você coloca” (informação verbal). Acredita que deve perseguir a qualidade da informação sem perder a sensibilidade.

Como está próxima dessa esfera, diz que é muito fácil se deixar seduzir pelo poder. É por isso que busca o distanciamento. Sobre sua condição de repórter, é enfática: “Eu não gosto que as pessoas gostem de mim, eu quero que as pessoas tenham medo de mim. Fiquem preocupadas com minha presença em algum lugar” (informação verbal).

Para Alberto, ser repórter é ter consciência crítica e um agir responsável, condições fundamentais para que o profissional possa perceber as desigualdades sociais. Ele, que teve origem humilde, atuou na militância de esquerda durante a ditadura e rodou o país em busca de histórias, tenta desvendar o Brasil a partir das múltiplas narrativas. Perguntei a Alberto onde o repórter e o cidadão se encontram hoje.

Caramba! Tem alguma relação, sim. Eu acho que o trabalho que eu faço tem a ver com a história, com a consciência social que eu criei, a partir daquilo que eu vivi, nas diferentes dificuldades que eu vi, nas famílias com quem eu convivi. Então eu sou muito reflexo disso, eu sei disso. Quando eu faço uma matéria denunciando desvio de dinheiro público, mordomias, pessoas ganhando salários absurdos, eu estou de alguma forma me remetendo para lá. *Pô*, tem pessoas que passam fome, que têm dificuldade, como é que outros tem de viver como uma casta, como se fosse um império onde os deuses, os juízes, os reis, os condes... acabou isso, cara! Não tem mais! Não tem mais conde, não tem mais duque, não tem mais a corte. Todo mundo igual, não pode ter esses privilégios. Então eu denuncio isso, denuncio com gosto (informação verbal).

Sonia acredita que para fazer o trabalho de jornalista de forma bem feita é preciso impactar as pessoas. “Já recebi alguns *feedbacks* bem bonitos, como o de uma moça. Ela mandou a foto chorando: “Olha, é isso que a tua matéria fez comigo””, (informação verbal). Para além do impacto emocional, a repórter converge as paixões de narrar e torcer.

Ela transparece que *ser repórter* mulher cobrindo esportes é a grande marca de seu trabalho, mesmo que seja por “pequenas atitudes”, segundo ela. Evidencia o

encontro da cidadã e da jornalista. “Pelas minhas matérias fazer com que, de repente, os homens entendam que eu posso estar no estádio para trabalhar como jornalista, comentando futebol em outros espaços. Que a mulher pode jogar bola” (informação verbal). Simbólica e concretamente seu corpo de mulher corre em vários campos para ampliar o seu espaço, ainda delimitado socialmente.

Gisela entende que sua função de repórter se pauta por compreender e narrar a dimensão do direito humano. Esse exercício de *ser repórter* passa, segundo ela, pelo entendimento do seu espaço e do espaço do outro, suas semelhanças e singularidades. “Muitas vezes, esse direito humano está atrelado àquele pessoal que sofre ali, a galera ali, não mais do campo do meu direito” (informação verbal).

Defende, portanto, que é um esforço permanente de interpretar aquilo que não nos afeta. Ela explica que quando jornalistas nunca foram ameaçados nem passaram por uma situação de violência, o direito – que é de todos – parece estar mais no campo do outro, é uma batalha do outro. Por isso, sua disputa é fazer com que o jornal, enquanto instituição, considere dar visibilidade a esses espaços e modos de vida diversos, diversificados, plurais. Aceita a tarefa de traduzir a linguagem dos direitos. Busca compreender esses falares.

Antonieta é aderente a essa perspectiva. “O jornalismo está dentro dessa sociedade que é machista, racista e classista. Ele não está excluído, ele não está fora dessa sociedade, então ele reproduz os mesmos preconceitos” (informação verbal). Para Antonieta, a responsabilidade jornalística passa pelo cuidado do repórter na escolha das fontes e no ângulo das histórias. Por isso, seu olhar de mulher negra é a lente para narrar o cotidiano. Isso é indissociável. *Ser repórter*, para Antonieta, é enxergar a partir desse enfoque, é cravar as palavras na pele para que elas expressem o que já foi silenciado sobre sua cultura e sobre seus ancestrais.

O entendimento de Luiz é semelhante. *Ser repórter*, para ele, é sair do seu ar condicionado e se encontrar com as múltiplas realidades. A narrativa sobre seu encontro com uma liderança local é elucidativa sobre sua busca:

Ela estava sem grana e sem uma pessoa para acompanhar ela, já que não pode andar sozinha e embora ela esteja na lista das pessoas ameaçadas de morte da polícia. Ela devia ser escoltada, mas não é protegida de forma alguma pelo Estado. Então me propus a buscá-la em [Cidade] e trazer para [Cidade]. Em meio a isso a gente veio conversando, a viagem de barco dura mais ou menos 40 minutos e ela veio me contando como funciona isso, como eles se organizam, como eles começaram as denúncias. [...] Começou muito tempo atrás, mas nunca tiveram atenção da mídia (informação verbal).

Luiz conta que sempre tenta ouvir as histórias na perspectiva do mais vulnerável. “Sempre o lado mais frágil me chama mais para chegar perto” (informação verbal). Não à toa, seu nome significa “filho grande” na língua dos povos tradicionais, aquele que vai à guerra. Embora dê outras conotações ao combate, ele não se recusa a navegar em busca de outras existências.

A marca de *ser repórter* de Eugênia é definida pela insubordinação. “Eu acho que todo esse conhecimento, toda essa educação me tornou uma pessoa um pouco rebelde” (informação verbal). Por isso, ela não se conforma diante do que julga inadequado. Conta que sempre teve conflito muito grande com autoridade. “Eu cresci um pouco assim. Por isso que eu digo: acho que eu sou jornalista por rebeldia” (informação pessoal).

Quando entrevistei Eugênia ela estava em viagem com a família, durante um feriado. Mesmo assim, assumiu o plantão à distância. Me disse que era para manter seu papel de vigilância, que é como entende o compromisso jornalístico. Defende que ser repórter é estar nos lugares, ver as situações com seus próprios olhos. “Apesar de fazer, assim, com lágrimas de sangue” (informação pessoal).

Patrícia também diz que enquanto estiver na redação não vai descansar. “Mas eu não descanso porque é uma escolha. Se eu descansar para mim vai ser horrível. Eu não acredito em jornalismo sem reportagem” (informação pessoal). Explica que reportar vai além de escrever, precisa gerar reflexões e conexões. Tem que ter a preocupação de ligar os pontos. Não adere à perspectiva da imparcialidade. Defende que *ser repórter* é não perder a sensibilidade, nem a capacidade de sofrer e de se impactar. É ter a capacidade de observar. “Eu penso que é o cerne de tudo, o resto é tudo ferramenta” (informação pessoal). Para ela, jornalismo é capacidade de expressar o que não foi dito.

O sentido do que você está fazendo são as pessoas. É como se fosse o ponto de partida e o ponto de chegada. E aí, para mostrar aquelas pessoas que precisam ser vistas, você faz um monte de passos. Você conversa com especialistas. Você se debruça sobre relatórios. Mas o começo, meio e fim, são as pessoas. É para mudar a realidade daquelas pessoas que você está fazendo tudo aquilo (informação pessoal).

Reportar, para ela, é se incomodar com o que está vendo e compreender o fato. “A gente precisa não só denunciar, no sentido de trazer aquela realidade, mas mostrar que há caminhos, sim” (informação pessoal). Para cumprir seu compromisso social diz que muitas vezes precisa contrapor as regras do jogo de poder da empresa.

“O jornal vai dizer que, hoje em dia, o leitor quer é leveza. Eu vou lá e levo uma pedra de chumbo para ele, uma tonelada. Boto um laço de fita e falo: ‘Olha aqui, ó’” (informação verbal).

Por isso Patrícia acredita que repórteres são uma espécie de exército na redação, pontes de empoderamento. Há grande força simbólica em suas palavras, especialmente quando escolhe dobrar seu corpo para interligar lugares, suportando sobre ele, todo o peso das realidades. Resiliência, resistência e transgressão assumem a corporalidade de *ser repórter*.

As metanarrativas de repórteres depõem em um relato vivo, engajado e sofrido, como diria Medina (1982), sobre a luta de afirmação do seu papel social. Profissionais de várias gerações nos contam sobre os esforços que desempenham para construir um lastro que conjugue suas habilidades técnicas e seus propósitos, tendo, inclusive, que afrontar as amarras que em alguns momentos impedem sua expansão. “Eis os desafios enfrentados e ainda por enfrentar a que nem todos respondem” (MEDINA, 1982, p. 24).

O compromisso social de jornalistas, conforme Medina (1982), é estabelecido pelo diálogo com todos os segmentos da população para que, com suficiente maleabilidade, possam percorrer os corredores do poder e, da mesma forma, as casas de terra batida de marginalizados da sociedade. Nesse difícil e confuso mosaico constroem o que chamamos *ser repórter*.

#### **4.5.2 Ditos e não ditos**

Essa pesquisa nasce da inquietação sobre a indissociabilidade dos temas cidadania e direitos humanos ao jornalismo. Buscamos tatear a textura, dar uma cor, olhar nos olhos de repórteres para compreender a vinculação dessa questão. Foi nessa aproximação para apalpar e aconchegar as temáticas em nosso cotidiano jornalístico que nos surpreendemos com o retorno dos profissionais.

Contamos com a entrega e a transparência desses trabalhadores da reportagem. Por vezes tímidos, outras desconfiados e até envergonhados, confiaram que, em geral, não tinham refletido a respeito da inseparabilidade do jornalismo a essas questões. Em alguns momentos, a apatia, a ironia e a recusa à reflexão ganharam nitidez.



É importante demarcar, contudo, que nosso propósito nunca foi receber conceitos acabados ou mesmo definições padronizadas. Até porque a cidadania e os direitos humanos estão em suspensão no tecido social, permanentemente em construção (MANZINI-COVRE, 1995), transformados cotidianamente nas possibilidades democráticas. Assim, nosso horizonte buscou conhecer percepções e delas apreender sentidos.

Uma dimensão intangível de algo tão imbricado com a prática jornalística foi se materializando, pouco a pouco, a partir do desvendar das subjetividades de repórteres. Tantas foram as observações sobre a dificuldade de tratar do tema que decidimos apresentá-las aqui.

As pausas, os silêncios e os olhares que vagavam em busca de respostas foram muito presentes nas entrevistas. Assim como pedidos para pensar um pouco mais “para não falar bobagem” ou o questionamento se “poderia falar depois”. Ouvimos: “Não sei se de fato é...” no começo e ao final de muitas respostas. Teve quem se desculpou por não ter um conceito, mas partir do empírico, da experiência concreta.

Antonieta observou que produziu uma reportagem sem ter uma discussão sobre direitos humanos, mas que ela estava lá de forma inconsciente. Resume a questão: “É muito abstrato, eu não tinha pensado nisso” (informação verbal). Quando perguntei a ela se gostaria de acrescentar algo, fez uma revelação bastante sensível:

- Eu fiquei um pouco nervosa.
- *Nossa, por quê?*
- Enrolei em algumas respostas... mas é que, como eu já tinha dito, a gente não pensa sobre o conceito das palavras. Sobre o que elas realmente significam. Às vezes a gente só vai reproduzindo as palavras, sem entender o seu real significado, ou sem refletir sobre o seu real significado.
- *E você acha que tem relevância refletir sobre isso?*
- Eu acho que sim, porque se eu sou responsável por passar uma informação de qualidade, eu preciso entender sobre o que eu estou falando (informação verbal).

Aquela mesinha de café que delimitava o ambiente de nossa conversa ficou ainda mais pequena diante da grandiosidade daquela aguçada confiança. Antonieta transparecia sua *práxis* de repórter.

Antonieta e Carmen nos dizem que não se apropriaram de conceitos. Frisamos, desse modo, que nosso arcabouço teórico construiu o entendimento sobre os temas cidadania e direitos humanos a partir de diversas áreas do conhecimento, justamente por serem temáticas abrangentes, que se hibridizam. Cabe anotar, então,

que procuramos nos afastar do fetichismo do conceito, como sugere Gusmão (2012). Ao se referir aos limites do conhecimento teórico na investigação social, ele adverte que “um jargão técnico envolvendo termos abstratos é aqui de pouca valia. Insistir em usá-lo pode comprometer seriamente a riqueza descritiva e/ou explicativa da investigação” (GUSMÃO, 2012, p. 48).

O constrangimento maior era manifestado quando eu os questionava sobre suas percepções sobre cidadania. Talvez por ser algo intrínseco à condição de ser e estar no mundo, houve quem demonstrasse um princípio de aflição denunciada por rugas na testa ou outras expressões faciais.

João Paulo também fez questão de enfatizar que alguns termos que adotou são do senso comum. Comentou que não tinha uma definição clássica da cidadania, embora já tivesse lido sobre isso há muito tempo. “Então, não tenho gravado, eu não tenho aquele, como é que é? A Declaração dos Direitos Humanos e tal. Eu não tenho, você tem no seu apartamento? Não tenho” (informação verbal).

Expliquei que esse não era o objetivo, mas sim saber quais são as percepções sobre os temas, já que lidamos com eles todos os dias, indiretamente. Ele então complementa sua reflexão sobre o assunto: “Quando você começa a perguntar sobre isso, você vê que existe uma lacuna: ‘Vixi, caramba! Eu não sei falar muito sobre isso, eu estou inserido nisso’, que você vê, as coisas que eu faço, as respostas que eu dei” (informação verbal).

Comentamos que suas percepções emergem de sua vivência, como cidadão e como repórter. “Como cidadão e como alguém agente da cidadania, mas eu não sei falar, talvez adequadamente, mas de uma maneira clara e tal” (informação verbal). Embora ele estivesse preocupado com a forma de sua narrativa, registrei que sua oralidade cotidiana deu grande contribuição à pesquisa, pois aderimos à perspectiva de Gusmão: “Precisamos da linguagem natural para falar com plausibilidade e realismo dos fenômenos sociais” (GUSMÃO, 2012, p. 48).

A música de fundo daquela lanchonete que permanecia aberta durante a madrugada pareceu intensificar a lucidez de João Paulo. Como nos encontramos após o fim de seu longo expediente daquela noite, já passava das uma da manhã. Ao som de umas batidas, João Paulo avaliou que foi desafiador falar sobre as temáticas, ao mesmo tempo em que conseguiu perceber sua própria inconsciência quanto aos temas, “que eu defendo como essencial, como cidadão, mas percebi nessa entrevista

que eu tenho um conhecimento aquém do que eu acho que deveria ter” (informação verbal).

Ocorreu, portanto, o que Motta já advertia. “As metanarrativas têm sempre muito de epifânico: ao revelarem certas transcendências funcionam algumas vezes como o clímax da resolução e da compreensão mais profunda de uma estória” (MOTTA, 2013, p. 209).

Cecília também dividiu sua impressão sobre a pesquisa. “Me fez refletir bastante coisas. E rever outras coisas também” (informação verbal). Eugênia me dizia que as pessoas têm medo de reivindicar direitos, foi então que se deu o seguinte diálogo:

- O povo tem medo de reclamar o que é direito delas. E eu acho que isso é por desconhecimento dessa questão da cidadania, não é?
- *E como a gente poderia encontrar, olhando da onde a gente olha, que é do jornalismo, alguma possibilidade, algum caminho, para que as pessoas pudessem reivindicar direitos?*
- Não sei te responder. Através do jornalismo informando, informando talvez. Informando as pessoas.
- *E informando, você acha que daria conta?*
- Não sei. Agora você me pegou. Essas questões estão ficando cada vez mais difíceis.
- *Era para ser fácil, não é? (risos).*
- Era para ser fácil. Vou ficar te devendo essa também. Vou pensar. Eu te mando isso por escrito. Vou ficar refletindo (informação verbal).

Eugênia ficou mais aliviada quando eu comentei que não havia problemas em não responder. Na tentativa de deixá-la mais confortável, contei a ela que outras pessoas entrevistadas também apresentavam dificuldades em algumas questões. “Olha, então eu não sou extraordinária. Estou dentro da média. Graças a Deus! (risos)” (informação verbal). Ela completou: “Bom saber que a gente trava assim” (informação verbal).

O que importa para nossa pesquisa – e que é revelada pelos relatos de repórteres – é compreender como se dá a reflexão sobre algo imanente na prática jornalística. Ou seja, nos preocupamos em apreender os sentidos dos temas aqui abordados como constituidores de uma *práxis* por eles mediada.

Joel relatou que não saberia dizer o porquê de os assuntos relacionados aos direitos humanos e à cidadania não despertam o interesse do público, e acrescentou: “É bem possível que pode aparecer mais e que vai estar mais no inconsciente das pessoas” (informação verbal). Ele indicia, subliminarmente, que se estivessem mais em debate poderiam despertar mais interesse. Gisela, por sua vez, evidenciou que

esse é justamente seu propósito, dissipar as tramas que invisibilizam os temas. Fortuitamente, seu trabalho de enfrentamento começa dentro da redação.

Outro incômodo presente nas narrativas de repórteres foi reconhecer que, embora sejam jornalistas, não são cidadãos e cidadãs cientes de seus papéis sociais. Clarice revelou: “Não caio na armadilha de achar que eu sou uma cidadã bem informada em cidadania, porque não sou. Senão eu teria tido uma participação política muito maior na minha adolescência, na minha juventude e eu não tive isso” (informação verbal). Alberto considera que se chocou com sua cidadania já na infância. Foi esse reencontro que ativou sua memória. Luiz teve um movimento semelhante. Apesar de dizer que muitas vezes trabalha no automático, seu corpo de homem negro se transporta de barco em encontro aos outros. Esses outros, singulares, são também iguais: dizem sobre Luiz, sobre suas origens talhadas, do mesmo modo, na desigualdade.

Para Motta (2013), as epifanias ocorrem nos momentos fugazes quando recompomos narrativas. Nesse ato, podemos ser enlevados por estados de ânimo ou comoção, que pode variar da perplexidade inicial até a ansiedade profunda, angústia ou compaixão intensa, dependendo das circunstâncias.

Foi o caso de Sonia, que tão logo aceitou participar da entrevista já encontrou lugar em sua agenda para nosso encontro. Gentilmente, abriu a possibilidade de que conversássemos após a sua jornada de trabalho. No dia em que nos encontramos, já no início da entrevista, ela comentou que talvez não pudesse corresponder às minhas expectativas, já que falaria de acordo com seu cotidiano que, na opinião dela, não estaria relacionado à temática da pesquisa, por atuar na editoria de Esportes. Eu reforcei que buscava percepções de repórteres de modo geral, independentemente da editoria.

Depois de nossas quase duas horas de conversa na sala de reuniões da redação, sua narrativa manifestou uma intrínseca relação sobre ser repórter e cidadã, e como os temas eram evidentes em seu trabalho. Sutilmente, ela revelou que pratica jornalismo com perspectiva de gênero, não de forma especializada, mas transversal (GUSTAFSON, 2019). A prática profissional de Sonia ajuda a construir um jornalismo com esse prisma, mesmo na mídia hegemônica. Gustafson (2019) ressalta que nessa concepção, a força crítica do feminismo é potencializada pela prática jornalística a partir da sua facilidade e velocidade de circulação social. Portanto, a perspectiva de gênero atua na desnaturalização dos papéis historicamente atribuídos aos homens e

mulheres, já que “a reprodução das relações de poder é uma das barreiras para a superação dos preconceitos e desigualdades” (GUSTAFSON, 2019, p. 100).

É exatamente a ação transformadora do feminismo que aparece na prática jornalística de Sonia quando diz que a mulher pode ocupar todos os espaços, quando pauta esses temas no jornal que já objetificou corpos femininos ou quando ensina ao seu filho sobre respeito às diversidades e pluralidades humanas. Quase que secretamente, a força narrativa de Sonia transpõe seu próprio relato inicial. Reveste sua pretensa isenção em posicionamento a partir de suas subjetividades.

A voz-narrativa de Sonia se une às vozes de Antonieta, ao levar sua escuta às mulheres negras, e ainda às vozes de Cecília, de Patrícia, de Carmem, ao traduzirem a violência aos corpos femininos. O que elas nos dizem nas entrelinhas é que o feminismo é sim, para todo mundo, como já anunciava a intelectual negra bell hooks<sup>364</sup> a partir de sua realidade de ativista norte-americana. Afinal, o “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2019, p. 13), que atalham as cidadanias e os direitos. Ou, como diria Gloria Anzaldúa<sup>365</sup>, não estamos reconciliadas com os opressores que afiam “seus gritos em nosso pesar” (ANZALDÚA, 2000, p. 235). Ao contrário, a partir de suas vozes-narrativas essas mulheres transcrevem e transgridem linhas profissionais impostas. Tecem novos valores-narrativas.

Ainda que em alguns casos sejam sutis, os movimentos dessas mulheres jornalistas, mesmo na mídia convencional, criam fissuras no conservadorismo. É preciso lembrar que até pouquíssimo tempo, a mídia hegemônica patriarcal não esteve interessada em uma visão mais revolucionária, por isso o feminismo “nunca recebeu atenção da imprensa dominante” (HOOKS, 2019, p. 21). Muitas vezes, a apropriação dessa ideia se deu pelo viés mercantilista, colocando o feminismo como produto, o que é próprio da lógica capitalista, ou ainda, como tema a ser abolido, reeditando a caçada às bruxas contemporâneas<sup>366</sup>.

---

<sup>364</sup> Conforme apresentamos anteriormente, bell hooks é grafado em letras minúsculas por decisão da autora, para deslocar o foco da figura autoral para suas ideias. O pseudônimo foi inspirado pela avó materna, Bell Blair Hooks, e é uma homenagem ao legado de mulheres fortes.

<sup>365</sup> Gloria Evangelina Anzaldúa foi uma das primeiras autoras americanas de origem mexicana assumidamente lésbicas. Falecida em 2004, aos 61 anos, Anzaldúa teve grande relevância na redefinição de identidades *chicanas* (identidade de pessoas de ascendência mexicana nascidas nos Estados Unidos), lésbicas e *queer*. Atuou como editora e co-editora, além de impulsionar o movimento feminista de inclusão.

<sup>366</sup> A autora nos lembra que, constantemente, a mídia conservadora representava as feministas como “mulheres que odeiam os homens” (HOOKS, 2019, p. 104).

Contudo, como fenômeno gradativo, o feminismo introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes e, por isso, foi ganhando espaço social como reivindicação de direitos equitativos para todas as pessoas, com a expansão da compreensão de que o patriarcado é prejudicial, também aos homens (HOOKS, 2019)<sup>367</sup>.

Essa foi a postura de Afonso e de Audálio, por exemplo, ao se reconhecerem no permanente incômodo de homens brancos privilegiados que buscam trazer a diversidade e a pluralidade para suas práticas profissionais. Eles nos dizem, aí explicitamente, que apesar de o feminismo não ser um tema “muito popular” como advertiu a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, trata-se de um “diálogo necessário” (ADICHIE, 2015, p. 8). É como se as vozes masculinas de nossos entrevistados fizessem coro ao título de uma das obras da autora, originada a partir de um *TED Talks*<sup>368</sup>: “*Sejamos todos feministas!*”

Do mesmo modo, o relato de Patrícia, forte e contundente, repercute o que defende a filósofa brasileira Marcia Tiburi. É preciso “retirar o feminismo da seara das polêmicas infundáveis e enfrentá-lo como potência transformadora” (TIBURI, 2018, p. 8). Isso é urgente, segundo Tiburi. Acrescentamos que é imperativo também ao jornalismo, especialmente quando é possível abarcar outras clivagens sociais, como é o caso de gênero, classe e raça, evidenciadas pelos feminismos interseccional e negro (AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2019).

Se expandirmos a narrativa das pessoas entrevistadas para a diversidade de gênero, outras vozes se unem, como de Gisela, João Paulo e Alberto. Sobre a urgência de questões étnico-raciais e de classe estarem na pauta jornalística cotidiana, ouvimos os apelos de Eugênia e Luiz. Esses repórteres nos dizem, por meio

---

<sup>367</sup> hooks destaca que o feminismo passou a ser reconhecido pelos homens como um movimento por justiça social tão válido quanto os demais movimentos radicais que os homens apoiaram ao longo da História. Isso ocorreu, também, graças ao reconhecimento de “que a masculinidade patriarcal incentiva homens a serem patologicamente narcisistas, infantis e psicologicamente dependentes dos privilégios (ainda que relativos) que recebem simplesmente porque nasceram homens” (HOOKS, 2019, p. 107).

<sup>368</sup> O tema foi apresentado via TEDxEuston em dezembro de 2012 e somava mais de 4 milhões de visualizações na página do TED Talks, em fevereiro de 2020. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_we\\_should\\_all\\_be\\_feminists?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists?language=pt-br)>. Seu livro mais recente *O perigo de uma única história* também foi editado a partir do TEDGlobal proferido em 2009. Nessa ocasião, Adichie conta como ela encontrou sua autêntica voz cultural a partir de sua negritude. A postagem ultrapassava as 21 milhões de visualizações em fevereiro de 2020. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)>.

de suas histórias e de suas ações-reflexões que direitos humanos e cidadania precisam estar na agenda pública. Expressam a potência desses temas na *práxis*.

Ainda sobre catarses, Vladimir se revelou perplexo. Analisa que nossa pesquisa se situa em um tempo social importante para que possamos nos reapropriar desses temas no jornalismo e na sociedade. “Era para ser óbvio, não é? Como assim, vai ser contra direitos humanos. Como assim? São direitos humanos, por mais básicos, educação, saúde, segurança, proteção da infância...” (informação verbal).

Compreendemos a indignação de Vladimir. Ela vem da falta de uma reflexividade profunda e coletiva sobre os temas, o que ressoa em ataques quando o relato jornalístico aborda pautas a eles relacionados. Esse fenômeno social revela a inconclusão da proteção dos direitos humanos no país. É a marca mais evidente de nossa frágil cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao questionarmos quais são os sentidos de cidadania e direitos humanos de repórteres que atuam na contemporaneidade – tempos de fragmentação democrática – ajustamos o foco em perguntas que consideramos essenciais na trajetória de profissionais imbuídos da prática jornalística. Afinal, o que é o jornalismo? A cidadania? E os direitos humanos?

Entendemos que são indagações espinhosas, tendo em vista nossa frágil construção cidadã no país, oriunda do colonialismo, do autoritarismo e do coronelismo que até hoje promovem silenciamentos. O Brasil tem uma sociedade racista, classista e patriarcal que nos coloca na dolorosa posição de um dos países mais desiguais do mundo. A abolição escravocrata inconclusa e as violações constantes do passado inflam, ainda no presente, comportamentos xenófobos, misóginos, homofóbicos e excludentes.

Assim, ponderamos que indagar uma pessoa sobre cidadania e direitos humanos é, de algum modo, perguntar sobre sua própria condição de cidadã. É convidá-la a olhar para dentro de si, vasculhar seus próprios direitos. Logo, nossa empreitada nos conduz à asserção da identidade a seu estatuto de pergunta: Quem sou eu, na verdade? Ricoeur (2014) alerta que se trata de uma indagação muitas vezes sem resposta, justamente porque seja talvez a grande questão humana. Aquela que desejamos responder nas jornadas que chamamos de vida.

Tal profundidade acentuou nossa preocupação em oportunizar que, sendo sujeitos, nossas entrevistadas e nossos entrevistados pudessem colocar-se no núcleo de seus próprios mundos. Sobretudo, que ocupassem esse lugar para lidarem consigo mesmos. A tomada de consciência sobre suas dignidades e também sobre o que foi violado e ultrajado em suas vidas, transpareceu a partir dessa interação dialógica. Morin (2006) dizia que centrar-se no sujeito é uma postura egocêntrica, ainda que egocêntrica possa soar individualista, mas é centrada em egocentrismo no sentido de sempre englobar subjetividades. Desse modo, a concepção de sujeito precisa ser complexa.

Na busca por apreender tais sentidos a partir da entrevista com profissionais, aderimos à interpretação narrativa da identidade conforme sugere Ricoeur (2014). Neste caso, identidade profissional, já que decidimos situar essas indagações no *ethos* jornalístico. Esse movimento de aproximação aos repórteres fez com que nos



atentássemos, inevitavelmente, como adverte Morin (2006), à sua consciência e à sua autonomia. É então que a análise crítica da narrativa se confronta com o desafio de explorar sua fronteira com a dimensão ética. Para alcançá-la, expandimos nossos questionamentos para *Quem? O quê? Como? Por quê? Onde? Quando?* Ou seja, para as vivências pessoais e profissionais de repórteres entrevistados. Para além da fórmula do *lead*, almejamos o contexto, a compreensão sobre o denso ambiente de onde emergem os sentidos centrados nos sujeitos.

Foi então que presenciamos a inquietude da descoberta do sentido, especialmente durante as entrevistas. Uma espécie de autoanálise enquanto se processavam os atos de fala (MOTTA, 2013). Narrando, alguns repórteres revelaram a si próprios suas visões de mundo, como havia sinalizado Gaskell (2015). Testemunhamos a desordem da consciência aparente sendo libertada e apropriada pelos próprios falantes, a partir de suas palavras. Foi quando os sujeitos portadores do sentido se tornaram conscientes desse sentido (RICOEUR, 1978). A partir das metanarrativas, desenharam-se metacônscrições, ou seja, a consciência da consciência (ou falta dela) e as metacidadanias, o descolamento e o reconhecimento de sua cidadania, ou a incompletude dela.

Todas essas constatações foram trazidas por aguda inquietação. Ao nos movermos ao encontro de repórteres a partir de perguntas, recebemos respostas em camadas de sentidos. Nossa opção foi de indagá-los a partir daquilo que está mais próximo. Obtivemos as chaves simbólicas pelo jornalismo e delas avançamos para os sentidos mais ocultos, já que a responsabilidade jornalística é socialmente relacionada a essas questões.

Chamamos a atenção, contudo, de que nossa pesquisa buscou apreender os sentidos de cidadania e direitos humanos sem esperar de repórteres definições ou conceitos acabados. Cidadania e direitos humanos se constroem mutuamente e em choque com a sociedade, por isso, estão em constante redimensionamento. Nosso interesse foi conhecer o “saber de experiência feito”, como dizia Freire (2019b). Ele defendia o respeito ao saber de senso comum que se insere no contexto sociocultural.

Constatamos que esse saber prático manifesta a ausência de reflexão crítica sobre sua condição de cidadãs e cidadãos pelos repórteres e se dá por diversas nuances. Morin nos adverte que “ser sujeito é ser autônomo” (2006, p. 66), mas a autonomia, também revestida de complexidade, depende de condições culturais e

sociais. Somos, desse modo, uma mistura de autonomia, liberdade e heteronomia (sujeição).

Ao situarem o jornalismo em *relação* com a *sociedade* nossos entrevistados e nossas entrevistadas principiavam essa estreita relação. Os sentidos de cidadania e direitos humanos manifestados foram, justamente, de ausência de plenitude. Da dialogia a que nos propusemos, emergiu o *desejo de cidadania plena e de respeito aos direitos humanos* que não se concretiza nem mesmo em suas vidas de narradores do cotidiano. Jornalistas são cidadãs e cidadãos desrespeitados em suas práticas profissionais. Desde quando são impossibilitados de se expressar, suas autonomias são aniquiladas, ou quando seus direitos trabalhistas são ameaçados.

Muitas vezes a política editorial direciona o trabalho de repórteres – mesmo que em desacordo com seus princípios profissionais e pessoais – para coberturas superficiais, descontextualizadas, sensacionalistas e baseadas na efemeridade caça-cliques, como foi relatado. Essa abordagem adotada por algumas empresas jornalísticas retroalimenta a subcidadania e reforça estereótipos nocivos colocados em circulação no tecido social. Promove uma opinião pública oposta à proteção de conquistas históricas. Distancia o público do interesse público.

Entrevistadas e entrevistados revelam que, sob o manto de conservadoras, as empresas jornalísticas são, muitas vezes, aderentes ao neofascismo, representado hoje em todo o globo, pela direita ultraradical (SANTOS, 2016a). Ou, ainda, condescendentes ao neoliberalismo que valoriza a realização individual e a responsabilidade pessoal acima das ideias coletivas relativas ao bem público (COLLINS, 2017).

É incontestável, no entanto, que quem detém o poder político, econômico ou sociocultural difunde apenas os sentidos convenientes (MEDINA, 2006). Nossa pesquisa mostra que isso ocorre desde a formação dos sujeitos na educação básica. Um dos entrevistados revela que sua formação se deu durante o período ditatorial, assim, os sentidos de cidadania foram corrompidos. É desta época também, a violação dos direitos humanos de forma concreta. Tais violências não criminalizadas provocaram profunda deturpação dos temas no imaginário coletivo, principalmente na circulação de narrativas sob a perspectiva dos poderosos. Cabe ao jornalismo desmistificar as manobras históricas e a falta de reflexão aprofundada sobre os temas.

Em um momento em que a esfera digital tem dado amplificação aos discursos preconceituosos, segregacionistas e violentos, a prática jornalística se depara com

mais esse desafio: abordar os temas cidadania e direitos humanos à contragosto de uma parcela de seus públicos. É curioso que esses discursos de negação de direitos estejam crescendo, virtualmente e nas ruas, historicamente espaços de lutas democráticas. Nesse aspecto, repórteres evidenciam preocupação com um público cada vez mais ausente do debate e ocupado em se entreter.

Ainda que seja uma importante instituição social de partilha de saberes coletivos, a prática jornalística não tem dado conta de acompanhar essa intrincada dinâmica social. A ausência de um modelo de sustentação financeira é outra limitante, já que o enxugamento de equipes é preponderante. A insegurança causada por demissões constantes e a diminuição nos postos de trabalho amplia a revolta, a sujeição e a submissão profissional. A crise do jornalismo o defronta com o distanciamento de uma agenda propositiva sobre cidadania e direitos humanos.

Esse nebuloso cenário, principalmente permeado de interesses econômicos e políticos, insinua o enfraquecimento do jornalismo como instituição social imbuída da controvérsia pública. Em alguma medida, a prática jornalística agoniza quando deixa de lado seu compromisso social ao constatarmos o declínio da reportagem, como destacado pelos profissionais entrevistados.

O fetiche da velocidade é indicado, inclusive, como um dos fatores limitantes da prática reflexiva de jornalistas durante sua tarefa de reportar a complexidade cotidiana. A falta de tempo – e de incentivo das empresas em que trabalham – impossibilita a atualização desses profissionais quanto à profissionalização necessária para o tratamento adequado dos temas, já que cidadania e direitos humanos são construções histórico-sociais e estão em constante transmutação.

Nossa pesquisa demonstra que, em grande parte condicionados pelo quadro exposto, jornalistas flexionam suas subjetividades aos poderes dominantes. A ausência de uma discussão aprofundada sobre cidadania e direitos humanos nas diversas instâncias sociais também é apontada como uma das condicionantes da falta de consciência cidadã, ou, em outras palavras, impede a concretização da cidadania ativa. Como lembrou Koshiyama (2000), a possibilidade das práticas da cidadania vinculadas ao cotidiano se expressa desde os valores mais evidentes até as ideologias mais sutis.

Tensionamos essas questões à esfera democrática, espaço social onde esses temas se hibridizam. Assim, nossa tarefa é ampliada já que não é possível descolar os sujeitos democráticos de seus mundos. Ao olharem para o jornalismo, a partir de

nossas provocações, olham também para si mesmos nesse tempo histórico obliquo, difuso, violento, fogaz em que a própria concepção de democracia está sendo disputada.

Ao averiguarmos como a simbiose entre jornalismo e democracia influencia a responsabilidade jornalística, pudemos notar um apagamento de repórteres, principalmente como sujeitos de direitos. Portanto, ganhou nitidez o dissabor sobre a dificuldade de cumprir o compromisso ético e social da profissão de jornalista. Tomados em distintas frentes, esses silenciamentos estão nas empresas jornalísticas como empresas conglomeradas, pouco plurais e transparentes; na censura explícita gerada a partir de relações obscuras entre o jornalismo e os poderes; e na tomada do poder da democracia por forças não-democráticas, principalmente nos últimos anos.

Outro ponto destacado nas incompletudes de abordagem dos temas cidadania e direitos humanos foi a formação superior. Apesar das DCNS de 2013 apontarem o jornalista como agente da cidadania, sua implementação recente abrange somente os profissionais em início de carreira, que se formaram nos últimos três anos. Anteriormente, ainda que os temas aparecessem como transversais, nem sempre abarcavam os currículos. Muitas vezes, as temáticas eram tratadas por iniciativa de professores, sem uma abordagem mais específica ou aprofundada. As pessoas entrevistadas apontaram que isso decorre, muitas vezes, de uma formação tecnicista ou descolada dos desafios reais da prática profissional.

Ao buscarmos compreender porque nem sempre o ideal jornalístico de promover cidadania e direitos humanos se concretiza a partir da aproximação das narrativas sobre si desses profissionais, pudemos entender que, apesar de conflitos e impossibilidades, “os projetos humanos, individuais ou coletivos, não são determinados pela realidade objetiva, mas apenas *condicionados* por ela e determinados subjetivamente” (GENRO FILHO, 2012, p. 83). Delineia-se concretamente que podemos *ser condicionados* por nossas histórias, vivências e estruturas sociais, mas não *determinados* por elas, como defendia Freire (2019b).

Apesar das macroestruturas sociais e poderes simbólicos que atravessam a prática jornalística – forças econômicas, políticas, técnicas, entre outras – alguns repórteres conseguem ultrapassar limites impostos. A subjetividade, sob o ponto de vista ontológico da *práxis* mostrou-se um pressuposto necessário, uma potência. Ou, como diria Genro Filho (2012), a partir do conhecimento da *práxis*, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas e a

subjetividade, por sua vez, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades. A esses hibridismos que se consolidam na prática está a consciência ética. Ela possibilita o *ser repórter*.

Por isso, suas intersubjetividades não podem ser entendidas fora das clivagens de classe, gênero, raça, entre outras. Dessa forma, lugares sociais, vivências, trajetórias, formação, experiências de repórteres colocam-se como centrais. É preciso frisar que, no domínio das estruturas socioeconômicas, conforme ponderou Freire (2019b), o conhecimento crítico da realidade não opera, por si só, a mudança da realidade. Alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. “Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão” (FREIRE, 2019b, p. 44).

Observamos que, embora os repórteres valorizem o acesso aos direitos sociais – especialmente à educação, que possibilitou alcançar a formação profissional, ou o acesso a um lar, entre outras necessidades básicas – seus direitos civis são violados de forma tão explícita. Ao relatarem restrições à sua liberdade de expressão e sua autonomia de consciência, por exemplo, não revelam grande indignação, talvez por estarem acostumados a ter suas cidadanias desrespeitadas. Alguns profissionais insinuam que isso ocorre justamente pela falta de articulação da categoria, portanto, da fragilidade de seus direitos políticos.

Como vimos a partir das entrevistas, somente por meio da *práxis* – reflexão e ação sobre o mundo para transformá-lo é possível superar a contradição do opressor-oprimido (FREIRE, 2019b). Nossos movimentos teórico-metodológicos nos ajudaram a analisar que a *práxis* e as percepções de repórteres sobre cidadania e direitos humanos conformam distintos modos de o jornalismo promovê-los, especialmente porque alguns profissionais ainda acreditam que é possível *cumprir o desafio ético de ser repórter* sem imergir em suas subjetividades. No entanto, percebemos que somente conscientes de seus compromissos e de suas cidadanias, os jornalistas podem agir contra a censura e a autocensura, esse sofrimento ético que causa doença ou cinismo, como analisam Figaro e Nonato (2016).

Por outro lado, é preciso situar que o relato jornalístico é regido por um valor-narrativa, conforme Motta (2013). Esse valor universal da intriga, pensada por Motta a partir da hermenêutica ricoeuriana, é a responsável por encontrarmos a coerência nas coisas do mundo, por isso as empalavramos temporalmente. Assim, a

(re)composição jornalística do real é necessariamente subjetiva, de acordo com Motta (2019). Nesses termos, defende o autor, uma neutralidade jornalística é impossível: toda história é uma estória. Jornalistas intervêm e compõem.

A narrativa jornalística não é exatamente uma representação, mas uma experimentação do real. A partir das reflexões de Motta (2013, 2019), julgamos o valor-narrativa englobante, um processo orgânico que toca, em parte, naquilo que o repórter carrega consigo, ou seja, suas vivências e percepções, que se fazem presentes quando articula tais sentidos e os transforma em pauta, em reportagem, em narrativa jornalística tecida cotidianamente. Enxergar o mundo é intuitivo. Expressá-lo e narrá-lo também.

Foi então que identificamos profissionais que se empenham em compor o valor-narrativa sob a ótica da justiça social. Durante as entrevistas ouvimos repórteres que, mesmo no olho do furacão, nas redações da grande mídia, enfrentam os conflitos a fim de promover a prática das mediações da tríplice tessitura da ética, técnica e estética (MEDINA, 2006) e da humanização no jornalismo (IJUIM, 2005; 2012). A luta contra a desigualdade também está presente na prática jornalística daqueles que irrompem possibilidades narrativas em espaços alternativos.

São repórteres que, a partir de suas trajetórias, entendem a empatia a alteridade como construções éticas e políticas. Articulam possibilidades de ultrapassagem do discurso dominante. Tecem narrativas que nos representam e nos entrelaçam, desaguando todos no *Kathâsaritsâgara*, termo sânscrito para o grande mar de estórias que recobre e constitui nossas vidas (MOTTA, 2013). A partir de suas histórias e estórias nossas entrevistadas e nossos entrevistados desvelam suas consciências sobre os lugares sociais que ocupam. O empoderamento de si baliza o comprometimento com a luta pela equidade.

Ainda que representem uma pequena parcela das pessoas entrevistadas, nesses casos constatamos que suas narrativas de vida se articulam às narrativas dos personagens, bem como às condicionantes e se reconfiguram em narrativas sobre o tecido social, o cotidiano, a realidade complexa. Um tecido tramado entre percepções e apuração, entrevistas, observação, até se constituir em novas narrativas, etapa em que são apresentadas de forma pública, quando a narrativa é publicada ou veiculada. É assim que repórteres empalavram o mundo (MOTTA, 2019).

Quando conscientes, livres e autônomos jornalistas promovem narrativas de transcendência. Rompem as amarras para trabalhar pela liberdade que, nas palavras

de hooks (2017), significa abrir a mente e o coração de modo que possamos encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras e transgredir os obstáculos impostos. Liberdade e libertação são uma tarefa que não acaba nunca (ECO, 2018), são uma luta constante, como enfatiza Davis (2019).

Para o povo Guarani Kayowá, *palavra é ñe'ẽ*<sup>369</sup>, *palavra-alma* (CHAMORRO, 2008) ou *palavra que age*, na interpretação de Eliane Brum (2019). Desse modo, nossa pesquisa permitiu revelar que o jornalismo contemporâneo, sufocado por dificuldades, é sustentado por profissionais que *fazem as palavras agirem*. Consideramos, então, que a subjetividade pode ser expandida como intersubjetividade, abarcando uma postura mais solidária, empática, revestida de alteridade aos outros. Um rosto que se coloca diante de si, no forte sentido atribuído por Lévinas (1993), já que a alteridade é inerente à intersubjetividade (RICOEUR, 2014).

Basta lembrar que esses tempos áridos de interdito aos outros e fragmentação de direitos também tem possibilitado o florescimento de contranarrativas, como é o caso dos feminismos e suas inúmeras vertentes, das quais destacamos os feminismos negro e interseccional, aos quais aderimos. Essas narrativas transcendententes têm se conciliado com a narrativa jornalística, seja pela postura provocativa de profissionais ou por pressão do público atento.

As repórteres mulheres, que agora são maioria na categoria profissional, têm impulsionado a discussão sobre o tema e, com isso, mobilizado os colegas homens a também se preocuparem com tais abordagens. A emergência de novos credos, cores e formas de amar nas redações têm possibilitado múltiplos olhares e com isso, a escuta de vozes sociais silenciadas. Jornalistas em seus próprios lugares de fala têm denunciado que a marginalização é produção social. Em alguns casos, notamos que apesar de comungarem de um *doxa* próprio, suas posições de classe ou grupo social

---

<sup>369</sup> A antropóloga Graciela Chamorro explica que a palavra é a unidade mais densa para os povos chamados guarani. As palavras explicam como eles tramam suas vidas e como imaginam o transcendente. “As experiências da vida são experiências de palavra. Deus é palavra” (CHAMORRO, 2008, p. 56). Segundo a pesquisadora, pode-se traduzir *ñe'ẽ* como palavra-alma, assim como *ayvu*, com igual significado. Assim, podem ser traduzidas tanto como “palavra” como por “alma”, com o mesmo sentido de “*minha palavra sou eu*” ou “*minha alma sou eu*” (CHAMORRO, 2008, p. 58). Portanto, palavras são, palavras *agem*.

colaboram com percepções antagônicas e desconexões entre o que acreditam e o que praticam profissionalmente.

Ainda sobre a interseccionalidade de classe, gênero, raça, entre outras, notamos que a faixa etária representa um choque geracional nas redações. Por um lado, jornalistas mais jovens levam o ativismo dos direitos humanos para as pautas. Profissionais mais experientes, cujos corpos estão encharcados de história, como dizia Freire (2019b), se preocupam com a manutenção do sistema democrático enquanto esfera social.

Acreditamos que esses tensionamentos foram necessários para que conseguíssemos compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres, nosso principal objetivo. Afinal, a relação entre jornalismo, cidadania e direitos humanos é simbiótica nas democracias. No entanto, para intercambiar essas relações na prática é preciso extrapolar sistemas. Redações mais democráticas representam esse anseio de modo mais sensível.

A reflexão e o recorte apresentados aqui não esgotam a discussão sobre os temas. Trata-se de um esforço para pensar o jornalismo no momento de rupturas e mudanças de paradigmas. A imbricada relação entre jornalismo, democracia, direitos humanos e cidadania é tênue para fazer frente à complexidade dos fenômenos envolvidos. Se as formas institucionais se apresentam incompletas, sempre atravessadas pelos mecanismos de reprodução das assimetrias sociais, precisamos considerar que essa construção depende da ação de sujeitos. Para Manzini-Covre (1995), a revolução pela cidadania plena ocorre, exatamente, a partir das subjetividades e intersubjetividades.

Portanto, o panorama atual pode ser alterado graças aos esforços de profissionais, cidadãos e cidadãos. Com isso, as empresas jornalísticas podem se reinventar. Inclusive a mídia tradicional, impulsionada por uma revisão de sua controversa história recente. O jornalismo brasileiro precisa vencer a herança conservadora de sua formação histórica – repleta de ameaça à liberdade, submissão ao autoritarismo e aos interesses econômicos e políticos – a fim de mediar a construção de democracias e cidadanias consolidadas, especialmente frente aos desafios de narrar o Brasil contemporâneo.

Foi então que compreendemos que *ser repórter*, nesses tempos duros, é confrontar-se a todo instante com as incompletudes. No panorama aparentemente sem saídas encontramos protagonistas dispostos a recriar a prática e renovar os



esforços emancipatórios do jornalismo. Profissionais cientes das adversidades e dispostos a superá-las, como observa Medina (2016). Para a autora, somente uma mediação embasada em valores de cumplicidade com o outro na intuição criativa pode reger a polifonia e a polissemia. Porém, não bastam profissionais comprometidos. É necessário que sejam resilientes, transgressores, rebeldes e insubordinados. É na dureza da rotina jornalística que repórteres conquistam seus espaços e resistem.

Para essa empreitada, nossa pesquisa evidencia que é preciso haver outras corporeidades, inclusive nas redações. Vozes indígenas, femininas, negras, homossexuais, camponesas, de pessoas com deficiência, entre tantas outras. Que sejam pontes para acessar o cotidiano multifacetado e, a partir de relatos plurais, possam transformá-lo. Revelam a possibilidade mais profunda de transformação do jornalismo ou de um jornalismo transformador (FARAH, 2018).

Sabemos que sensibilizar os padrões da mídia é tarefa árdua diante do oligopólio, do coronelismo e da colonialidade ainda presentes nos meios de comunicação. No entanto, a formação contínua de jornalistas sobre os temas cidadania e direitos humanos, por meio de suas entidades de representação profissional pode espreitar novos cenários. A educação para os direitos possibilita escuta. Uma educação que propicie o encontro com a diversidade é urgente. Sua força transformadora impulsiona o papel educativo do jornalismo. Talvez assim possamos ampliar o grupo de jornalistas comprometidos socialmente como agentes de cidadania que estimulem o senso crítico dos públicos.

Encerro esta pesquisa durante a maior crise sanitária global de nosso século. Embora a coleta e as análises tenham sido finalizadas antes da pandemia, a triste realidade que se impôs denuncia, uma vez mais, a banalização da vida e da palavra, como nos lembra Krenak (2020). Portanto, não posso deixar de registrar a xenofobia explícita (HARARI, 2020), as sucessivas formas de necropolítica (MBEMBE, 2018) e a violação aos direitos humanos sofridas pelas populações mais vulneráveis neste doloroso momento histórico.

Além de suas próprias cidadanias, a atividade profissional de jornalistas também foi afetada, seja pelas condições de trabalho que precisaram ser adaptadas, pelos veículos jornalísticos que encerraram seus serviços ou pela árdua tarefa de reportar a cena viva em ebulição, muitas vezes sem respostas confiáveis, e em face de uma aguda infodemia desinformativa.

Embora o cenário seja desesperançoso, a voz da filósofa feminista Judith Butler ecoa por fortalecer os ideais de solidariedade social (BUTLER, 2020). Diante da crise ambiental que já antecedia a crise sanitária, a humanidade – ainda mais desigual – precisa fortalecer possibilidades solidárias de enfrentamento para a retomada da vida cotidiana, que jamais poderá voltar ao patamar anterior. A desigualdade é, por si só, antidemocrática.

Agora, mais do que antes, *repórteres de palavras que agem* recobrem de desafios e de esperança esse tempo de transformações no jornalismo. Como Freire (2019b), não somos esperançosos por pura teimosia, mas por um imperativo existencial e histórico, porque a esperança é necessidade ontológica. Porque acreditamos que a soberania está nas pessoas. O Estado é feito de gente.

Em todas as esferas da experiência humana, são as informações que movem os atos decisivos para a mudança do estado de coisas (MEDINA, 2006). Informar a sociedade para que ela empodere a si mesma a partir do trabalho de repórteres é uma grande luta por liberdade e autonomia que pretende ampliar o projeto democrático inclusivo.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. *In*: SOUZA, Robson Sávio Reis; PENZIM, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco. **Democracia em crise**: o Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

ABRAMO, Perseu. **Significado político da manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/significado-politico-da-manipulacao-na-grande-imprensa/>>. Acesso: 10 fev. 2020.

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. Companhia das Letras: São, Paulo, 2019.

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira**. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 48, Lisboa, 2005, p. 53-65.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo Cidadão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, 25-40.

ADGHIRNI, Zélia Leal. A presença do repórter no jornalismo digital. *In*: MEDINA, Cremilda. **Ato presencial**: mistério e transformação. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalista**: do mito ao mercado. Florianópolis: Insular, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. São Paulo, 2016. Disponível em: <[http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#\\_](http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_)>. Último acesso: 18 abril 2016.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvío. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARAL, Márcia Franz. Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. **Revista Contracampo**, n. 12, 2005, p. 103-114.

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM** - Edição Brasileira da Columbia Journalism Review. Ano 2, n. 5, abril-junho, 2013, p.30-89.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas** – Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Tradução de Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, v. 8, n. 1, 2000, p. 229-236.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

ARISTÓTELES. Política. *In*: MARÇAL, Jairo (org.) **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed.. Boitempo Editorial, 2019.

ASSIS, Evandro de, et al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**. Vol. 4, n o 1, 2017, p. 3-20.

ASSMANN, Selvino José. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). v. 4, n. 1, p. 1-5, 2007.

BALDESSAR, Maria José; DELLAGNELLO, Pedro Henrique. Jornalismo hiperlocal e o desafio da criação de uma agenda noticiosa internacional plural. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.28, jul., 2013, p. 53-62.

BALUTA, Maria Cristina; MOREIRA, Dirceia. A injunção social da maternagem e a violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019. P. 1-11.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral da cidadania**: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. São Paulo: Saraiva, 1995.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1964.

BASTHI, Angélica. **Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia**. Brasília: ONU Mulheres, FENAJ, 2011.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BAUER, Marin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento. Evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BELL, Emily; OWEN, Taylor. A Imprensa nas Plataformas: Como O Vale Silício Reestruturou o Jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM** - Edição Brasileira da Columbia Journalism Review. Ano 6, n. 20. jul-dez, 2017. p. 48-83.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI/ Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/ Edições Omnia, 2006.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. Tradução de Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Edusp, 1996.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERALDO, Carla et al. **Como cobrir a pandemia da Covid-19 no Brasil? Orientações e Glossário para Jornalistas**. Rede CoVida Ciência, Informação e Solidariedade Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2020.

BERAS, Cesar. **Democracia, Cidadania e Sociedade Civil**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

BERGER, Peter L; e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 20ª edição. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e histórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, 2015, p. 27-55.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

BONAMIGO, Rita Inês Hofer. **Cidadania**: Considerações e possibilidades. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

BORRAT, Hector. Los periódicos, narradores em interacción. In: FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Hector. **Periódicos**: sistemas complejos, narradores en interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania e direitos: aproximações e relações.** *In: Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos.* São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Conselho Nacional da Educação, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)** Brasília: Conselho Nacional da Educação, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CSE/CES No. 1 de 27 de setembro de 2013.** Brasília: Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior, 2013.

BRASIL, Senado Federal do. **Constituição da república Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos – Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais.** Tradução de Daniela Barbosa Henriques. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BROUSTAU, Nadège *et al.* A entrevista de pesquisa com jornalistas. Introdução. **Sur le journalisme**, v. 1, n. 1, 2012, p.14-21.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas - Um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri: São Paulo. Estação das Letras e Cores, 2019.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, n. 116, 2018, p. 19-30.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUITONI, Dulcilia Schroeder; LOPES, Martha. "Revista AzMina" e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018, p. 21-40.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, 2016, p. 164-175.

BUTLER, Judith. O mundo deve mudar, e os ideais do socialismo democrático são os que mais deveriam ser estimados. Entrevista com Judith Butler por Constanza Michelson. Tradução: Cepat. **Revista IHU On-Line**. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 2020.

CAGÉ, Júlia. **Salvar os media**: capitalismo, financiamento participativo e democracia. Temas e debates Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. 9ª edição. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

CARLONI, Paola Regina; BARROS, Roberta Elaine S. Nascimento. Diálogos sobre direitos humanos e cobertura jornalística. *In*: DIAS, Luciene de Oliveira; FARIAS, Salvio Juliano Peixoto (Org.). **Estudos contemporâneos em jornalismo**: coletânea 2. Goiânia: UFG, 2014, p. 9-351.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** - O longo Caminho. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia**, v. 27, n. 45, 2011, p. 141-157.

CERVI, Emerson Urizzi. “Não foi golpe, foi um autogolpe”. Entrevista a Criselli Montipó e Taís Coutinho Arruda. *In*: SOUZA, J. K. L. L. de. [et al.]; org. GERALDES, E. C. [et al.]. **Mídia, Misoginia e Golpe**. 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016.

CHAMORRO, Graciela. **Terra Madura Yvy Araguayje**: Fundamento da Palavra Guarani. Dourados: Editora UFGD, 2008.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019a.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética jornalística em tempos de internet. *In*: CARVALHO, Guilherme (Org.). **A ética no jornalismo brasileiro**: conceitos, práticas e normas. 1ed. Curitiba: Intersaberes, 2019b.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Por um novo código, por uma nova ética**. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), 2006.

CIRINO, José Antônio Ferreira; TUZZO, Simone Antoniacci. Cidadania midiática: a pirâmide da desigualdade, do sub ao supracidadão. *In* CIRINO, José Antônio Ferreira; BRAGA, Claudomilson (orgs). **Mídias e desigualdade**. Goiânia: PPGCOM/Gráfica da UFG, 2016. pp 41-64.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidad**. Madrid: Ediciones Morata, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017, p. 6-17.

CONRAD, Kalliandra Quevedo. **Estratégias discursivas no programa profissão repórter**: os sentidos de cidadania aquém e além do discurso. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

COSTA, Caio Túlio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: Como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. *In*: **Revista ESPM**, Mai/Jun, 2014, p. 51-115.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária – Uma introdução**. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (orgs). **Pesquisa em Media e Jornalismo** - Homenagem a Nelson Traquina. Covilhã: Labcom, 2012.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto; RENAULT, David. Condições de trabalho do jornalista: o que revela a pesquisa empírica. **Vozes e Diálogo**, v. 16, n. 1, 2017. p. 137-149.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Seminário Democracia em Colapso. Organizado por Boitempo Editorial. Palestra realizada no SESC SP, São Paulo, em 19 out 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1xjgckTGE4s>>. Acesso: 19 out. 2019.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando?. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, jul/ dez 2016, p. 6-21.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. São Paulo: Summus, 2009.

DOWNING, John. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Senac, 2002.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ECO, Umberto.: **“Internet? Ha dato diritto di parola agli imbecilli: prima parlavano solo al bar e subito venivano messi a tacere”**. Huffington Post. 16 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agliimbecilli\\_n\\_7559082.html](http://www.huffingtonpost.it/2015/06/11/umberto-eco-internet-parola-agliimbecilli_n_7559082.html)>. Acesso em: 23. jan. 2020.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.



ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. **Cidadania**: pré-história de uma palavra. In: Sexto Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - Celsul, 2004, Florianópolis. 6º Encontro do CelSul - Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - Resumos, 2004, p. 164-165.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Cidadania: uma história da palavra. **Matraga**. v. n.19, Rio de Janeiro, 2006, p. 106-124.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

FARAH, Angela Maria. **A criança em situação de rua na imprensa paranaense**. A construção social nos deslocamentos semânticos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

FAUS BELAU, Angel. **La ciencia periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, 1966.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2017.

FERNANDES, Márcio. Jornalismo Cívico: um estudo comparado dos modelos americano e brasileiro. *In*: HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre, 2002. p. 95-108.

FIGARO, Roseli. **Jornalismos e Trabalho de Jornalistas**: desafios para as novas gerações no século XXI. Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, v. 2, n. 2, 2014, p. 23-37.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas. **Líbero**: São Paulo, v. 19, n. 37, jan./jun., 2016, p. 71-80.

FIGUEIRAS, Rita; SANTO, Paula Espírito; CUNHA, Isabel Ferin. **Democracy at work: pressure and propaganda in Portugal and Brazil**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2014.

FLORES, Ana Marta Moreira. **Jornalismo de inovação**: os Estudos de Tendências como ferramenta de pesquisa. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019.

FLORES, Teresa Mendes; CABRERA; Ana. Os média na construção e desconstrução dos colonialismos Média e Colonialismo(s). *In*: FLORES, Teresa Mendes; CABRERA; Ana (org). **Revista Media & Jornalismo**. Universidade de Coimbra. Volume 16 n. 29, 2016. p. 7-12.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, jan. a dez. 2007, p. 39-53.

FONTCUBERTA, Mar de. El periódico como sistema. *In*: FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Hector. **Periódicos**: sistemas complejos, narradores en interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2018**. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 59ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69ª. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019c.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 8. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2000.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas - jornalismo e cidadania**: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2005.

GIANNINI, Gabriela; MONTIPÓ, Criselli. Promoção da cidadania no jornalismo investigativo e de dados independente. *In: Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) PUCPR, 2017, Curitiba. Caderno de Resumos Seminário de Iniciação Científica (SEMIC), 2017.*

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. **Arte e ensaios**, Rio de Janeiro, n. 38, 2000, p. 222-225.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. 1791. *In: ASSMANN, Selvino José. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis.*, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). v. 4, n. 1, 2007, p. 1-5.

GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; VENTURINI, Tommaso. 'Fake news' as infrastructural uncanny. **New Media & Society**, Vol 22, Ed. 2, 2020, p. 317–341.

GROULX, Lionel-Henri. Um debate qualitativo e quantitativo: um dualismo a prescrever discussões em torno de métodos. *In: TAVARES, Manuel; RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). Metodologias Qualitativas: teoria e prática*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

GUSMÃO, Luis. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 14. Florianópolis: Insular, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2014.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo (Org.). **Comparing media Systems: three models of media and politics**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo (Org.). **Comparing media systems beyond the western world**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011.

HANNA, Paul; MWALE, Shadreck. "Não estou com você, mas estou"... entrevistas face a face virtuais. *In*: BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos** – Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

HARARI, Yuval Noah. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade**. Tradução de Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HERRMANN, Julián Durazo. Media, State and Society in Bahia, Brazil. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, p. 92-111, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo?** Tradução de Maria Manuel Ricardo. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em questão**, v. 15, n. 2, 2009.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista comunicação midiática**, v. 7, n. 2, 2012, p. 117-137.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornal escolar e vivências humanas**: um roteiro de viagem. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed UFMS, 2005.

IJUIM, Jorge Kanehide. Sobre o jornalismo humanizado. Entrevista à BORTOLI, Suzana Rozendo. *In*: **Revista Alterjor**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 5-13, maio 2016.

IJUIM, Jorge Kanehide; SUIJKERBUIJK, Herma Aafke; SCHIMIDT, Laureane. Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 1, 2008, p. 137-148.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JOHN, Valquíria Michela e EBERLE, Taiana Steffen. **Veja só o Brasil – a construção da realidade em duas mil capas da Revista Veja**. *In*: Revista Estudos em Comunicação nº 7 - Volume 1, Universidade da Beira Interior, maio de 2010. 55-80.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: Notas sobre a mentira na era Trump. Editora Intrínseca, 2018.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KARAM, Francisco José Castilhos. *Ethos* jornalístico e o valor da profissão. *In*: CARVALHO, Guilherme (Org.). **A ética no jornalismo brasileiro**: conceitos, práticas e normas. 1ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. 4. Ed. São Paulo: Summus, 2014.

KARAM, Francisco José Castilhos. 20 anos de "O segredo da pirâmide". **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 167-176, jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/4795>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Os cinco sentidos do jornalista**: estar, ver, ouvir, compartilhar, pensar. Tradução de Eduardo Meditsch e Laura Toledo Daudén, 2003.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula Melani. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. *In*: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBP Jor)**, v. 16. São Paulo, 2018. p.1-14.

KINJÔ, Marina Escobar de. **A comunicação, exercício de cidadania na educação**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

KINZO, Maria D.'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, 2001, p. 3-12.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Jornalismo e direitos humanos: teoria e práticas possíveis. *In*: **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**. Joinville, 2018, p.1-12.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Jornalismo e história pública: notas sobre uma prática. *In*: **Perspectivas da História Pública no Brasil**: Experiências e Debates. Universidade Federal Fluminense, 2016.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas**: opções profissionais para a construção da cidadania. São Paulo: Com-Arte, 2000.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto** - Uma vida de repórter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont, 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo, saúde e cidadania. **Revista Interface**, vol.4 no.6, Botucatu, Fevereiro de 2000. p. 181-186.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LANGIN, Katie. Fake news spreads faster than true news on Twitter—thanks to people, not bots. In **Science**, 2018. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/news/2018/03/fake-news-spreads-faster-true-news-twitter-thanks-people-not-bots>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LELO, Thales Vilela. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. In: **E-Compós**. 2019, p. 1-21.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Trad. Pergentino S. Pivatto (coord). Petrópolis: Vozes, 1993.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Tradução Renato Aguiar. **Como as democracias morrem**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Samuel. Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBP Jor)**, v. 16. São Paulo, 2018, p. 1-16.

LIMA, Venício Artur de. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil**: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015). Brasília: Ed. UnB, 2015.

LIMONGI, Maria Isabel. **Estado representativo/governo representativo**: sobre os aspectos democráticos da representação política em Hobbes. Conjectura: filosofia e educação, v. 23, n. Especial. Dossiê Ética e democracia, 2018, p. 147-170.

LIMONGI, Maria Isabel. Pensando com mulheres: **A democracia está em crise?**. Organizado por Escola da Política. Palestra realizada Teatro Eva Herz, Livraria Cultura, Curitiba, em 22 nov. 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

MACHIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 1994.

MANTZARLIS; Alexios. Fact-checking. *In*: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Journalism, 'Fake News' & Disinformation - Handbook for Journalism Education and Training**. France: Unesco, 2018.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo - A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MAROCCO, Beatriz. **Ações de resistência no jornalismo**: 'livro de repórter'. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz. Entrevista jornalística, confissão e as neoconfissões na mídia brasileira. **Rumores**, v. 5, n. 10, 2011, p. 105-121.

MARQUES DE MELO, José. **Cidadania e comunicação na crise do milênio**: os desafios da comunidade acadêmica no espaço lusófono. CECS-Publicações/eBooks, p. 179-195, 2015.

MARQUES DE MELO, José. **História do Jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. Paulus, 2006.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINESCO, Eduardo da Paz; MONTIPÓ, Criselli. Cidadania e direitos humanos no jornalismo independente: o espaço dado à liberdade de expressão. *In*: **Seminário de Iniciação Científica (SEMIC)** PUCPR, 2018, Curitiba. Caderno de Resumos Seminário de Iniciação Científica (SEMIC), 2018.

MARTINS NETO, João dos Passos. **Fundamentos da liberdade de expressão**. Florianópolis: Insular, 2008.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Tradução de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L & PM, 2006.

MATOS, Marlise. Pedagogias feministas decoloniais o desafio da implementação de uma agenda de extensão universitária crítico-feminista. In: MATOS, Marlise (org). **Pedagogias Feministas Decoloniais**: a Extensão Universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres em Minas Gerais. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N1-Edições, 2018.

MCCANN, Hannah [et al.]. **O livro do feminismo**. Tradução de Ana Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo livros: 2019.

MEDIA Ownership Monitor Brasil. **Mídia**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ato presencial**: mistério e transformação. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo** – da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000.

MEDINA, Cremilda. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. **Triade: comunicação, cultura e mídia**, v. 2, n. 4, 2014, p. 8-22.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: Comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. A contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no Brasil. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, Volume I, 3ª. ed. rev., 2012a.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012b.



- MELLADO, Claudia *et al.* Journalistic performance in Latin America: a comparative study of professional roles in news content. **Sage Journals**. v. 18 n. 19, 2017, p. 1087-1106.
- MELO, Jacira Vieira de. “A presidenta foi vítima de uma injustiça política. Um golpe, dado com o uso de dispositivos legais e em oposição ao estado democrático de direito.” Entrevista a Alice Mitika Koshiyama. *In*: SOUZA, J. K. L. L. de. [*et al.*]; org. GERALDES, E. C. [*et al.*]. **Mídia, Misoginia e Golpe**. 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016.
- MEYER, Philip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, professores e leitores**. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro** - Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.
- MICK, Jacques; TAVARES, Luísa. Governance of Journalism and Alternatives to the Crisis. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, 2017, p. 114-140.
- MIGUEL, Katarini. Jornalismo e Ativismos Midiáticos: uma leitura preliminar das iniciativas midiáticas feministas e socioambientais em rede. *In*: SENS, André *et al.* (orgs). **Cidadania**, 1ª Edição. Aveiro: Ria Editorial, 2020. p. 18-39.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MILANI, Caroline Dias; RIFFEL, Cristiane Maria. O uso do crowdfunding no financiamento de projetos sociais e culturais: um estudo sobre a Catarse. *In*: LOPES, Valéria de Siqueira Castor; FARIAS, Luiz Alberto de; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade (orgs.). **Anais do IX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016a.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016b.
- MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MONTIPÓ, Criselli. **Narrativa jornalística e diversidade sociocultural** - a tessitura das reportagens da revista *Brasileiros*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

MORAES, Fabiana. Para que serve um jornalismo de subjetividade? *In*: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da Silva (orgs). **Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

MORAES JÚNIOR, Enio. **A formação cidadã do jornalista no Brasil**: um estudo de caso da formação do jornalista na USP. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

MORAES JÚNIOR. **O ensino do interesse público na formação de jornalistas**: elementos para a construção de uma pedagogia. Tese de doutorado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2011.

MOREIRA, Sonia Virgínia; MARTÍN, Oller Alonso. **Journalists in Newsrooms: Professional Roles, Influences, and Changes to Journalism**. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.2, 2018, p. 304–317.

MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa brasileira historicamente fragiliza a democracia. *In*: BEZERRA, Juliana Freire. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, nov. 2019, p. 177-184.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. Uma legião de imbecis: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2017, p. 294-306.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A intriga**. Mensagem eletrônica remetida à autora [criselli@gmail.com]. Nov. 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In* LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. (orgs). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. *In*: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 125-148.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación (Epitic)**, v. 7, n. 1, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por que estudar narrativas? *In*: LADEIRA MOTA, Célia; MOTTA, Luiz Gonzaga e CUNHA, Maria Jandyra (orgs). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019.

NONATO, Claudia. Blogs, colaborativismo e crowdfunding: novos arranjos para o livre exercício do jornalismo e a prática da cidadania. *In*: **Anais do XIV Congresso Internacional Ibercom**, Universidade de São Paulo, 2015.

NUNES, Pedro. **Democracia fraturada**: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil. João Pessoa: Editora do CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. **Seqüência**: estudos jurídicos e políticos, v. 25, n. 48, 2004, p. 41-72.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948, Paris, França. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 27 out. 2019.

ÖRNEBRING, Henrik. **Newsworkers**: A Comparative European Perspective. New York: Bloomsbury Academic, 2017.

PAIVA, Raquel. **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PENNA, Antonio Gomes. **Percepção e realidade**: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

PFEIFFER, Dietmar Klaus; RIEK, Kim. Análise de dados verbais. *In*: TAVARES, Manuel Tavares; Roberto Jarry Richardson (Org.). **Metodologias Qualitativas**: teoria e prática. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

PEREIRA, Fabio Henrique; NAVES, Laura Maria. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intexto**, n. 29, p. 41-57, 2013.

PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal. **Jornalismo e Sociedade** – Teorias e Metodologias. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2017.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martin Fontes, 1996.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, jun. 2009, p. 131-146.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. *In*: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 2. Florianópolis: UFSC, 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo no Brasil: uma análise crítica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, 2015.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide**. Brazilian Journalism Research. São Paulo, V. 13, n. 1. Jan-Abril 2017. p.164-181.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Global 2019 Human Development Report**. Organização das Nações Unidas (ONU), 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-245.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha *et al.* Estudios decoloniales: un panorama general. Antropólogos del Atlántico Sur, **Revista Kula**, n. 6, Buenos Aires, 2012, p. 8-21.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Direito à informação um requisito para a cidadania na sociedade contemporânea. *In*: BEDIN, Gilmar Antonio (Org.). **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

RAMOS, Daniela Osvaldo; SPINELLI, Egle Müller. **Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e Argentina**. *In*: Revista Extraprensa (USP); Ano IX, nº 17, Jul/Dez, 2015, p. 114-123.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que pensam veículos, jornalistas e leitores**. Tese de Doutorado: UFRGS, 2016.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Petrópolis: Vozes, 1998.

REUTER, Yves: **A análise da narrativa**: O texto, a ficção e a narração. Tradução Mario Pontes. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019a.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Tradução Ivone Benedetti. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** - Tomo I. São Paulo: Papyrus, 1994.

RINCÓN, Omar. **Narrativas mediáticas**. Barcelona: Gedisa, 2006.

RIZZOTTO, Carla Candida. O “quinto poder” exerce poder de fato? Relações entre um observatório de mídia e seu público. **Revista Extraprensa**, v11. n1, 2017, p. 128-150.

ROUSSEAU. Contrato Social (excertos – Livro I). *In*: MARÇAL, Jairo (org.) **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

ROXO, Luciana. A difusão de informações e o fenômeno da “viralização” das notícias falsas nas redes sociais. **Entremeios**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, jul-dez. 2017.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **O Estado da Desinformação**: Eleições 2018. Volume 1. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

RUSSELL, Bertrand. **A sociedade humana na ética e na política**. Tradução de Oswaldo de Araújo Souza. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

SANDEL, Michael J. **Justiça**. o que é fazer a coisa certa. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Revista Crítica de Ciências Sociais n. 48, junho 1997. p.1-63.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2016b.*

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos**: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, n. 2, 2009, p. 10-18.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Entre Próspero e Caliban**: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. *Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos da identidade*, p. 23-85, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Esquerdas do mundo, uni-vos!**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In: SANTOS, Boaventura S. e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. 2ed. Coimbra: Almedina, 2010.*

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. **Revista Eurozine**. Lisboa, 2002. p. 5-45.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa (orgs). **Mulheres no jornalismo**: práticas profissionais e emancipação social. São Paulo: Editora Cásper Líbero; UFG/FIC, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 7 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal**: a prática de fact-checking no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. *In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac, 2001.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, 2005, p. 95-107.

SILVA, Mariana da Rosa. **Tensões entre o alternativo e o convencional**: organização e financiamento das novas experiências de jornalismo no Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2017.

SILVEIRA, Mauro César. O Jornalismo como usina de preconceito: a propagação de estereótipos nos países do mercosul e o caso paraguaio. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, n. 2, 2011.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SINGER, André. **Mídia e democracia no Brasil**. Revista USP, n. 48, 2001, p. 58-67.

SOARES, Luiz Francisco Matias; COLVERO, Ronaldo. O contexto capitalista do final do século XX e a relação entre a redemocratização brasileira e a mídia. **Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 9, n. 2, 2014.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática**: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**. 2ª edição. São Paulo. Summus, 1986.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **O quarto narrador, a morte da editora e a midiaticização das narrativas**. In: SILVA, Fernando Firmino da (Organizador). **Transmutações no jornalismo [Livro eletrônico]**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia**. Porto: UFP, 2008, p. 12-92.

STENCEL, Mark. LUTHER, Joel. **U.S. fact-checkers gear up for 2020 campaign**. The Duke University: Reporters Lab, 2019.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa (org). **Mídia, cidadania e poder**. Goiânia: Facomb/Funape, 2011.

TERRY, Gareth; BRAUN, Virginia. Breve, porém doce - O surpreendente potencial dos métodos de levantamento qualitativo. In: BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos** – Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

THINK OLGA. **Minimanual do Jornalismo Humanizado** – Parte V: LGBT, 2017. Disponível em: <[https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2019/10/ThinkOlga\\_Minimanual\\_LGBT.pdf](https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2019/10/ThinkOlga_Minimanual_LGBT.pdf)>. Acesso: 13 fev. 2020.

- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 15ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade** – O sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, São Paulo: Edusc, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. **Consulta sobre Teorias do Jornalismo**. Mensagem eletrônica remetida à autora [criselli@gmail.com]. Jul. 2016.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, volume II, 3ª. ed. rev., 2013.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, Volume I, 3ª. ed. rev., 2012.
- TUZZO, Simone Antoniacci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia. *In*: PAIVA, Raquel e TUZZO, Simone Antoniacci. **Comunidade, Mídia e Cidade**: Possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014. pp 151-180.
- VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.
- VEIGA DA SILVA, Marcia. Trajetórias de vida como ingrediente de práticas jornalísticas afeitas à alteridade. *In*: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da Silva (orgs). **Livro de repórter**: autoralidade e crítica das práticas. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.
- VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. *In*: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da Silva (orgs). **Livro de repórter**: autoralidade e crítica das práticas. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.
- VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- VIVARTA, Veet (coord); CANELA, Guilherme. **Mídia e Direitos Humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ANDI. Brasília: Unesco, 2006.
- WAAL, Frans de. **A era da empatia**: lições da natureza para uma sociedade mais gentil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.



ZAMITH, Fernando *et al.* O clickbait no ciberjornalismo português e brasileiro: o caso português. **Ameaças ao Ciberjornalismo - Atas do VI Congresso Internacional de Ciberjornalismo**. Porto: Universidade do Porto, 2019, p. 7-29.

## APÊNDICE A

### Roteiro de entrevistas

- a) Compreensão sobre o papel do jornalismo na contemporaneidade
- b) Percepção sobre cidadania e direitos humanos
- c) Relação entre jornalismo, cidadania e direitos humanos
- d) Conexão com democracia
- e) Distinção dos sentidos dos direitos sociais, civis e políticos
- f) Proposição de pautas e afinidades temáticas na *práxis*
- g) Exercício para se colocar no lugar do outro
- h) Fatores de interferência e limites editoriais
- i) Influência da formação universitária
- j) Limites para o exercício de cidadania e direitos humanos no Brasil
- k) Trajetória de vida: como relata sua cidadania
- l) Contexto social atual

## APÊNDICE B

### Modelo de TCLE

### Página 1 do TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pág. 1/2

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(a) como voluntária(a) a participar do estudo *As percepções de cidadania entre jornalistas brasileiros* que tem como objetivo investigar as percepções de cidadania predominantes entre jornalistas brasileiros. Acreditamos que esta pesquisa seja importante porque busca conhecer e compreender quais percepções de cidadania prevalecem entre os jornalistas brasileiros; discute como a simbiose entre jornalismo e democracia influencia tal responsabilidade jornalística; e analisa de que modo a prática e as concepções sobre o tema colaboram com o ideal do jornalismo de promovê-la. Esta pesquisa observa a Resolução 510/2016 do CNS, sobre pesquisas com seres humanos.

#### PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A sua participação no estudo será por meio de uma entrevista semiestruturada em profundidade. A duração será de aproximadamente uma hora, em local privado. A linguagem será acessível para os profissionais da área de jornalismo e contará com o aprofundamento de dez questões-chave para a realização do estudo. As respostas serão gravadas em áudio e armazenadas por cinco anos após o término a pesquisa.

#### RISCOS E BENEFÍCIOS

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido você está sendo alertado(a) de que pode esperar alguns riscos e benefícios. Os riscos são reduzidos, tais como sentir desconforto ou constrangimento caso algum tema que lhe seja sensível seja abordado na entrevista. Para minimizar os riscos, garantimos que os dados não serão identificados de forma personalizada. Os benefícios são discutir e aprofundar os estudos sobre as relações entre jornalismo e cidadania.

#### SIGILO E PRIVACIDADE

Nós pesquisadores garantimos a você que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo. Nós pesquisadores nos responsabilizamos pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

#### AUTONOMIA

Nós lhe asseguramos a assistência durante toda pesquisa, bem como garantimos seu livre acesso a esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

#### RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Não estão previstos gastos com sua realização. Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei. Salientamos que sua participação não terá compensação financeira. No entanto, quaisquer despesas decorrentes da sua participação na pesquisa serão ressarcidas pela pesquisadora.

#### CONTATO

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Criselli Maria Montipó, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e seu orientador, professor doutor Jorge Kanehide Ijuim. Você poderá manter contato com eles pelos telefones (41) 99872-9923 e (48) 98451-1222, ou pelo e-mail [criselli@gmail.com](mailto:criselli@gmail.com). A pesquisadora também pode ser contatada na Escola de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), na Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, Curitiba, Paraná.

RUBRICA DO SIGILO DE PESQUISA

RUBRICA DO RESPONSÁVEL

Modelo de TCLE  
Página 2 do TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pág. 2/2

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEPSH-UFSC)

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEPSH-UFSC fica no Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis. Atendimento de segunda à sexta-feira, das 7h às 19h. Telefone para contato: (48) 3721-6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

DECLARAÇÃO

Dedaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo. Àqueles que participarem por meio eletrônico, o documento será enviado pelo correio.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
e-mail:	

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
RUBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

\_\_\_\_\_  
RUBRICA DO PESQUISADOR

## APÊNDICE C

Entrevista Afonso

[http://bitly.com/entrevista\\_afonso](http://bitly.com/entrevista_afonso)

**APÊNDICE D**

Entrevista Alberto

[http://bitly.com/entrevista\\_alberto](http://bitly.com/entrevista_alberto)

**APÊNDICE E**

Entrevista Antonieta

[https://bitly.com/entrevista\\_antonieta](https://bitly.com/entrevista_antonieta)

**APÊNDICE F**

Entrevista Audálio

[https://bitly.com/entrevista\\_audalio](https://bitly.com/entrevista_audalio)



## APÊNDICE G

Entrevista Carmen

[https://bitly.com/entrevista\\_carmen](https://bitly.com/entrevista_carmen)

## APÊNDICE H

Entrevista Cecília

[https://bitly.com/entrevista\\_cecilia](https://bitly.com/entrevista_cecilia)

## APÊNDICE I

Entrevista Clarice

[https://bitly.com/entrevista\\_clarice](https://bitly.com/entrevista_clarice)

**APÊNDICE J**

Entrevista Eugênia

[https://bitly.com/entrevista\\_de\\_eugenia](https://bitly.com/entrevista_de_eugenia)

**APÊNDICE K**

Entrevista Gisela

[https://bitly.com/entrevista\\_gisela](https://bitly.com/entrevista_gisela)

## APÊNDICE L

Entrevista João Paulo

[https://bitly.com/entrevista\\_joao\\_paulo](https://bitly.com/entrevista_joao_paulo)

## APÊNDICE M

Entrevista Joel

[https://bitly.com/entrevista\\_de\\_joel](https://bitly.com/entrevista_de_joel)

## APÊNDICE N

Entrevista Luiz

[https://bitly.com/entrevista\\_luiz](https://bitly.com/entrevista_luiz)



## APÊNDICE O

Entrevista Patrícia

[https://bitly.com/entrevista\\_patricia](https://bitly.com/entrevista_patricia)

## APÊNDICE P

Entrevista Sonia

[https://bitly.com/entrevista\\_sonia](https://bitly.com/entrevista_sonia)

**APÊNDICE Q**

Entrevista Vladimir

[https://bitly.com/entrevista\\_vladimir](https://bitly.com/entrevista_vladimir)